

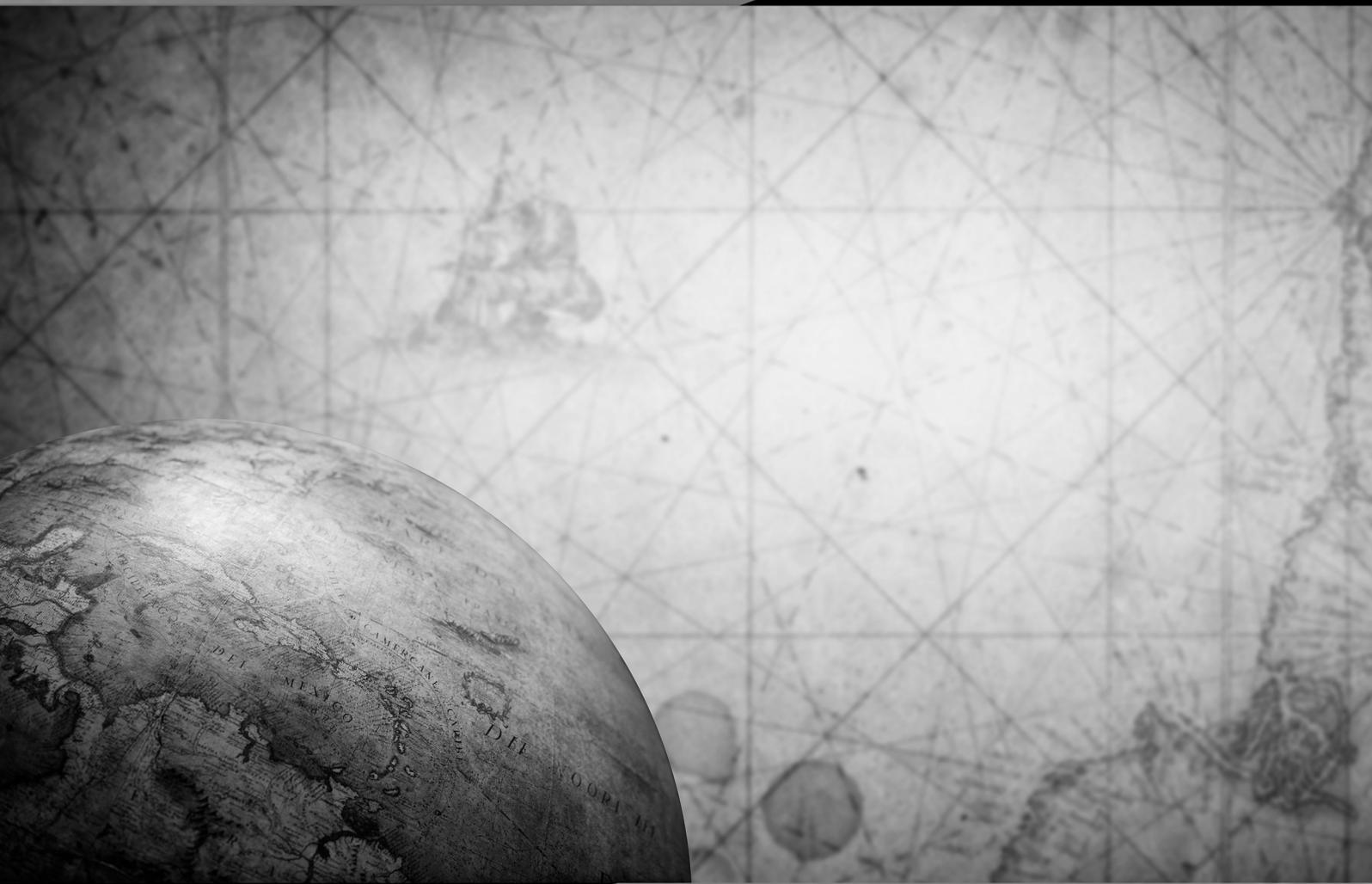
A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D618 A diversidade e as questões políticas, históricas e culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86002-67-6

DOI 10.22533/at.ed.676202003

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Mudanças tecnológicas no século XXI fronteiras se aproximam por meio do mundo virtual, com elas intensificam migrações, as desigualdades, a globalização capitalista, os fundamentalismos, a luta pela terra e pela igualdade de direitos assumem outros formatos. Com ela transformam as formas de resistência com novas estratégias para um acelerada exploração capitalista, enfrentamento ao racismo, ao machismo, xenofobia, à LGBTIfobia, fundamentalismo político e religioso, à intolerância religiosa se intensificam pelos diferentes espaços do mundo. Fronteiras são quebradas e passagens são rompidas por uma vida cibernética, mudam se as relações das pessoas, os negócios entre os países, ideologias, posicionamentos políticos e governos. Circularam e aproximaram novos olhares sobre o mundo, conceitos, preconceitos, sustentabilidade. Aproximaram e fizeram circular visões de mundo, valores, sujeitos, conceitos, preconceitos, visões sobre o meio ambiente, sobre a sustentabilidade. Vários foram os motivos que o foco mudou, sujeitos sociais passam buscar o seu lugar de fala, seu protagonismo social e político, organizados ou não em movimentos sociais. E quando se organizam, estão vinculados àqueles que levantam bandeiras emancipatórias de gênero, raça, idade, deficiência. Esse conceito de emancipação versa em uma articulação de perspectivas que combinam desde a visão democrática-igualitarista de sociedade, a uma visão socialista e, até mesmo, políticas públicas para a diversidade.

Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero na sala de aula contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. É o que diz comunicado divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. No texto, a Unesco propõe que a legislação e os planos educacionais brasileiros incorporem perspectivas de educação em sexualidade e gênero. De acordo com o comunicado, isso se torna ainda mais importante porque a educação é compreendida como processo de formar “cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações”. De acordo a Unesco, o ensino de gênero nas escolas é primordial para prevenir e extirpar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero. “Diante de recentes fatos ocorridos no país, no que se refere à violência sexual, a Unesco no Brasil reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros], sendo contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativo.” O assunto é polêmico e alvo de embates entre entidades ligadas a direitos humanos e grupos religiosos, que alegam, entre outros argumentos, que o debate de gênero incentiva a homossexualidade. A questão chegou a ser excluída do Plano Nacional de Educação (PNE) por pressão de parlamentares conservadores, e de planos estaduais e municipais de educação. Os planos definem metas e estratégias para a educação desde o ensino infantil até a pós-

graduação e tratam também da formação de professores e financiamento do setor. As metas devem ser cumpridas até 2024. Para a Unesco, debater essas questões em sala de aula é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos. A intenção é que as escolas ensinem aos estudantes que todas as pessoas são iguais, independentemente da identidade de gênero, e que existem diversas orientações sexuais, que devem ser respeitadas. “As desigualdades de gênero, muitas vezes evidenciadas pela violência sexual contra meninas, expõem a necessidade de salvaguardar marcos legais e políticos nacionais, assim como tratados internacionais, no que se refere à educação em sexualidade e de gênero no sistema de ensino do país”, diz a agência das Nações Unidas. Um dos compromissos dos países-membros da Organização das Nações Unidas é garantir o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelo Brasil e todos os outros Estados-membros da ONU em 2015. Entre os 17 objetivos globais da agenda, está a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes, e a promoção da educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos. Em março, a Unesco divulgou o Atlas de Desigualdade de Gênero na Educação, que mostra que, no mundo, quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca irão à escola. O número é duas vezes maior que o de meninos. Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aula.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS	
Bruna Araújo de Melo Ferreira Ialy Virgínia de Melo Baía	
DOI 10.22533/at.ed.6762020031	
CAPÍTULO 2	16
GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS	
Carla Rezende Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.6762020032	
CAPÍTULO 3	27
CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS E SUA INFLUÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS SORODIFERENTES PARA O HIV/AIDS	
Celestino José Mendes Galvão Neto Juliana Rodrigues de Albuquerque Ana Alayde Werba Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.6762020033	
CAPÍTULO 4	38
A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS	
Gustavo Nogueira Dias Wagner Davy Lucas Barreto Gilberto Emanuel Reis Vogado Eldilene da Silva Barbosa Natanael Freitas Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.6762020034	
CAPÍTULO 5	48
O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro Célio Marcos Colombo Molteni depois de Paulo Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges Fernando Sabchuk Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020035	
CAPÍTULO 6	67
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO(S): DIÁLOGO INTRODUTÓRIO ENTRE SIMMEL E TEORIA QUEER	
Adriana Nolibos Baccin	
DOI 10.22533/at.ed.6762020036	

CAPÍTULO 7	79
MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA	
Fernanda Mota Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020037	
CAPÍTULO 8	89
PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)	
Jonas Modesto de Abreu	
Daliila Rodrigues Barros	
Leonardo Aires de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6762020038	
CAPÍTULO 9	100
MORRO DA CONCEIÇÃO: HISTÓRIA DE FÉ E CULTURA QUE SE ENTRELAÇA NO SUBÚRBIO DA CIDADE	
Lucy Patrícia da Silva de Farias	
Severino Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6762020039	
CAPÍTULO 10	112
REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 56ª LEGISLATURA (2019-2022)	
Jonas Modesto de Abreu	
Bruno Henrique Martins de Almeida	
Leonardo Aires de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.67620200310	
CAPÍTULO 11	129
RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO: AS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO	
Natália Yukari Mano	
DOI 10.22533/at.ed.67620200311	
CAPÍTULO 12	140
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MINEIRAS: ENFOQUES LEGAIS SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES	
Aline Claudino de Castro	
Débora Felício Faria	
DOI 10.22533/at.ed.67620200312	
CAPÍTULO 13	152
TRANSVESTIGENES CONTRA O ESTADO	
Beatriz Souza de Araujo	
Dhiego Felipe Pereira Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.67620200313	
CAPÍTULO 14	186
SEXUALIDADES E TRAMAS NARRATIVAS, UM MERGULHO COM ARTISTA LEONILSON	
Karlene da Silva Andrade	
Juliana Silva Chagas	
DOI 10.22533/at.ed.67620200314	

SOBRE A ORGANIZADORA.....	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS

Data de aceite: 17/03/2020
Data de submissão: 04/12/2019

Bruna Araújo de Melo Ferreira

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário
Tiradentes
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4535997449345085>

Ialy Virgínia de Melo Baía

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário
Tiradentes
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0584705551975742>

RESUMO: Este trabalho estuda o sistema prisional de uma maneira histórica, compreendendo a mulher como vítima da violência e da desigualdade de gênero dentro desse espaço, visto que a prisão muitas vezes culmina no processo de invisibilidade do indivíduo, acaba potencializando essa invisibilidade na mulher, uma vez que esta já vivencia essa realidade socialmente. O estudo faz uma análise de conteúdo baseada na teoria de Laurence Bardin, na qual observa a influência da construção social e subjetiva da mulher para com violação da dignidade da mesma no ambiente prisional. A finalidade da pesquisa se baseia na investigação da visão dessas mulheres sobre a instituição, buscando promover assim o cuidado acerca do direito

destas nesse espaço. Com isso, pretende-se auxiliar futuras pesquisas.

Palavras-chave: Prisão; Mulher; Invisibilidade.

GENDER AND PRISON: THE IMPACTS OF THE PRISON SYSTEM ON THE SOCIAL INEQUALITY AND INVISIBILITY OF WOMEN EMPRIOSIONED IN THE STATE OF ALAGOAS

ABSTRACT: The present paper historically studies the prison system, understanding woman as being victim of violence and gender inequality in this locus, since frequently the prison system culminates in the process of the human invisibility and potencializes such invisibility in woman, for they are already living this social structure. This study makes an analysis of content based in the theory of Laurence Bardin, which observes the influence of the social and subjective construction of the woman, relative to the violation of dignity in the prison system. This investigation aims towards the search of woman's point of view about this institution for the promotion of care over their rights in such locus. We expect, with this study, to help future investigations.

KEYWORDS: Prison; Woman; Invisibility.

1 | INTRODUÇÃO

O surgimento das instituições prisionais,

associado historicamente à deserção das penas cruéis, marca um provável processo de humanização das penas. Na Idade Média, o *processo de pena* era aplicado de diversas formas, as pessoas eram detidas pelos pés, mãos e pescoços, eram atados, amarrados e acorrentados em praça pública, violentados fisicamente e moralmente (GIACÓIA, HAMMERSCHIMDT, FUENTES, 2011). A Igreja com o passar do tempo passou a se integrar das penas, aplicando penitências aos hereges e pecadores, sendo consideradas prisões religiosas ou eclesiásticas, onde a internação ocorria para que o infrator buscasse o arrependimento através das orações ou meditações (COSTA, 1953). Com o passar do tempo, a comunidade religiosa passa a perder seu poder, abrindo caminhos para que os castigos de ordem penal se tornassem responsabilidade do poder do Estado.

Para Goffman (1961), a discussão a respeito de prisão pode ser situada a partir do que ele chama de instituições totais. Nessas instituições, existe o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas, ou seja, todas as atividades direcionadas a vida de uma pessoa são realizadas em conjunto e sob uma única autoridade.

Dessa forma, até os mínimos fragmentos das atividades do indivíduo estão submetidos aos julgamentos e avaliações daqueles que comandam a instituição. As instituições totais seguem uma mesma lógica, e pode-se confirmar isso a partir da fala Foucault (1978, p.90):

O sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo. O internamento seria assim a eliminação espontânea dos “a-sociais”; a era clássica teria neutralizado, com segurança eficaz – tanto mais segura quanto cega – aqueles que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos entre as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanalistas.

As instituições totais são definidas como algo que começa com uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente mortificado. A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo extrínseco confirma a primeira mutilação do eu. De acordo com Goffman (1961, p. 91) o exercício de veneração para com os superiores constitui esse processo de destruição da identidade pessoal:

Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. A mobilidade social entre os dois estratos é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente prescrita.

A instituição prisional veio como uma parábola da sociedade disciplinar, segundo Foucault (1986), a forma-prisão veio a surgir mesmo antes do aparelho judiciário, quando criaram diversos processos para dividir os indivíduos e classificá-los, tirando

dos mesmos suas forças e o máximo de tempo possível, analisando e controlando o comportamento, dominando seus corpos e produzindo um saber para torná-los úteis. Essa forma de preparo fez com que as instituições denominadas prisões pudessem existir na sociedade antes mesmo que as penas fossem definidas por lei.

As práticas judiciárias se tornaram a forma de julgamento que o homem impôs a determinados indivíduos em relação ao erro cometido, instituindo a eles a reparação das suas ações e a punição de outras. Essas práticas são regulares, modificadas através da história e foram com essas formas que a sociedade definiu diferentes tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte a relação entre o homem e a verdade, ou seja, formas de diferenciar as pessoas na sociedade. Esse efeito *panóptico* provoca nos indivíduos uma posição consciente e constante de visibilidade que atesta a manutenção automática da estratégia de poder.

A partir da inserção da burguesia no poder, estes indivíduos começaram a serem vistos como um bem social e útil à produção de riquezas (CUNHA, 2010). Nessa concepção, o cárcere se encontra dentro da análise de Foucault relacionado à *biopolítica do poder*, onde a intervenção do estado na vida dos indivíduos favorece a criação de corpos economicamente consideráveis.

O critério social do presídio, junto ao conceito de pena privativa, situa-se, desde a sua elaboração, dentro de um mar de declínio e recessão, onde seu propósito teórico baseado na ressocialização representa o disfarce de uma construção histórica por soberania, fundamentada por relações de poderes criadas a partir da inaptidão política do indivíduo apenado (FATTORELI, 2014). Desta forma, Foucault enfatiza:

O fracasso da prisão foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo em que o seu próprio projeto. Desde 1820, constata-se que a prisão, longe de transformar os criminosos em pessoas honestas, só serve para fabricar novos criminosos, ou para enterrar ainda mais os criminosos na criminalidade. Foi então que houve como sempre acontece no mecanismo de poder, uma utilização estratégica do que era inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são, finalmente úteis, tanto no domínio econômico como no domínio político [...] (FOUCAULT, 2010, p. 162).

Visto isso, é perceptível que os propósitos das instituições prisionais são aparentemente sintéticos, pois “*a prisão é uma espécie de teatro artificial e coercivo*” (GIACÓIA, HAMMERSCHIMDT, FUENTES, 2011, p. 144) onde seu propósito é nulo quando se observa a quantidade de efeitos negativos que esta traz para a personalidade e vida do condenado. Além das diversas rupturas de laços familiares e relações humanas, tal instituição deixa com o preso a estigmatização pós-cárcere, impedindo seu regresso à vida social:

A prisão fabrica indiretamente delinquentes ao fazer cair na miséria sua família: a mesma ordem que manda para a prisão o homem reduz cada dia a mãe à penúria e os filhos ao abandono; a inteira à vacância e mediocridade. Sob esse ponto de vista, o crime ameaça perpetua-se (FOUCAULT, 1986, p. 153).

Por muitos anos, o cárcere foi tratado como uma realidade para homens. Atualmente, são poucos os estudos direcionados a questão do cárcere feminino. Para tratar do aprisionamento feminino, é necessário refletir a questão de que a mulher não conheceu a prisão durante as mudanças que ocorreram durante a modernização penal e a escolha pelo cárcere- castigo. O poder punitivo é um poder de gênero que submeteu, historicamente, a mulher não somente a um controle que aborda sua classe e raça, mas principalmente sua condição pelo gênero feminino (CANDIDO, 2006).

2 | A MULHER E O CÁRCERE

Os primeiros registros sobre as mulheres brasileiras aprisionadas aconteceram no ano de 1870, quando foi elaborado o Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. O relatório indicou que entre 1869 e 1870, 187 mulheres escravas tinham passagem pelo sistema penal. Não existem dados específicos sobre os locais onde essas mulheres eram destinadas, mas devemos nos atentar ao fato de que esse registro reflete na relação já estabelecida entre as mulheres negras e o Sistema Penitenciário feminino: a punição está direcionada aos corpos negros. Constam em alguns estudos que umas das primeiras formas de prisões aplicadas no Brasil foram as prisões-navios, onde as mulheres eram presas junto aos homens e escravos nas embarcações (TORRES, 2016).

Após o Decreto-Lei nº 12.116 ficou disposta a criação do “Presídio de Mulheres”, inaugurado em 21 de abril de 1942, o qual permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. Meses mais tarde, no Rio de Janeiro, fora decretada a lei nº 3.971 que dispôs da criação da Penitenciária Feminina da Capital da Federal, administrada também por freiras da mesma congregação até o ano de 1955 (ARTUR, 2009). É curioso observar a diferença estrutural das penitenciárias femininas na época de criação, as mesmas eram semelhantes a casas ou conventos, sem agentes penitenciários ou agentes policiais na administração, mas sim freiras da Congregação sob o poder da igreja católica.

Inicialmente, o Estado brasileiro não dava importância aos estabelecimentos penitenciários femininos. Esse é um fato que reflete na doutrina Criminológica Crítica, que aponta a ideia de que as mulheres são mais frágeis que os homens, logo, sobre mais vitimização do que criminalização (TORRES, 2016). O lugar na mulher dentro do cenário da criminalidade é uma construção de significantes imaginárias sociais sobre a sua história e sua visão de mundo que estão fincadas na cultura da dominação masculina.

De acordo com Cunha (1994) o ambiente prisional pode tornar a mulher encarcerada um ser não “situável”. Esse ambiente é terminante na vida da mulher, pois esta ao entrar no contexto penitenciário passa a apresentar uma nova identidade e acredita que esta identidade pode ser fixada ao papel de presidiária e que marcará a sua vida após a sua saída da prisão. Por se tratar de um ser relacional, a separação e

o abandono causado pelo encarceramento também é uma ameaça a essa identidade. Por isso, a mulher nessa condição é duplamente sentenciada: pelo crime efetuado e pelo impedimento de realizar suas atividades familiares.

De acordo com o INFOPEN MULHERES (2014) a maioria das mulheres que são aprisionadas é jovem, com idades equivalentes entre 18 e 24 anos, o que corresponde a 27%, ao mesmo tempo em que a faixa etária de 25 a 29 anos soma 23%. Portanto, as jovens constituem 50% da população carcerária feminina. Foi constatado que 57% delas são solteiras, 26% possuem alguma relação ou uma união estável e 9% são casadas. Essa proporção se justifica pela predominância dos jovens nos presídios brasileiros. Sobre escolaridade, 50% das mulheres privadas de liberdade não completaram o ensino fundamental, 10% concluíram o ensino fundamental e 14% atingiram o ensino médio. Nota-se que 62% das mulheres encarceradas no Brasil foram condenadas pelo tráfico de drogas (INFOPEN, 2016).

3 | CÁRCERE FEMININO EM ALAGOAS

Segundo o INFOPEN (2014) o estado de Alagoas teve 444% de crescimento percentual da população feminina no período entre 2007 e 2014, sendo o estado com maior evolução dessa população no país. Em 2007, havia 62 detentas e, em anos contínuos de crescimento, a massa de prisioneiras atingiu a marca de 337 mulheres, em 2014. Sendo feita uma comparação, no mesmo período, a quantidade de homens presos em alagoas fora de 250%. Dados da Secretaria de Defesa Social de Alagoas comprovam que em 2013, 55% das mulheres encarceradas no estado estavam presas por tráfico de drogas (ALAGOAS, 2013).

Outra condição que faz as mulheres entrarem no mundo do tráfico, diz respeito aos relacionamentos amorosos com parceiros traficantes, como afirma Costa (2008, p. 3), ao descrever sobre as questões afetivas das mulheres encarceradas no estado de Alagoas:

Na rede de sociabilidade do tráfico de drogas, as mulheres, que não ocupam os mesmos lugares que os homens, acabam por reproduzir práticas de assujeitamento nas relações de afeto que vivem com o traficante. Como consequência, envolvem-se mais profundamente com drogas e chegam a ser presas por tráfico [...] as ações relacionadas às drogas nem sempre estão ligadas ao caráter mercadológico do tráfico, mas são na realidade exercidas em nome de relações afetivas que essas mulheres estabelecem com os homens.

Em Alagoas, o tráfico de drogas se apresenta de forma preocupante, principalmente em alguns bairros periféricos da cidade de Maceió. Apesar de o tráfico ser tratado como uma das categorias do crime organizado, verifica-se que existem práticas isoladas associadas ao pequeno comércio varejista de drogas, que aparece como forma de sustento de famílias inteiras. Além disso, aqueles que possuem um ciclo vicioso entre o uso e venda de drogas acabam por serem presos e condenados

como traficantes.

Nota-se que 62% das mulheres encarceradas no Brasil foram condenadas pelo tráfico de drogas (INFOPEN, 2018). Existe uma hierarquia na organização do tráfico, onde as mulheres se encontram nas funções chamadas de “microtráfico”, que é responsável pela venda de crack e pequenas quantidades de cocaína e maconha. Essas mulheres não possuem nenhuma influência na organização do crime então, mesmo estas sendo afastadas, o tráfico continuará. As mulheres que se encontram nas bocas de fumo, local onde é realizado o tráfico, perdem seu estado de vitimização a partir do seu sexo e passam a sofrer criminalização.

4 | METODOLOGIA

A pesquisa se deu inicialmente a partir de uma revisão bibliográfica como fundamentação da problemática aqui levantada, fornecendo os subsídios teóricos para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica acerca do Sistema Carcerário Feminino como mais um potencializador da desigualdade de gênero.

Como instrumentos metodológicos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas de cunho qualitativo, descritivo e exploratório. Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada se caracteriza a partir de questionamentos básicos que são apoiados em hipóteses que se conectam ao tema da pesquisa. Tais questionamentos dariam utilidade a novas hipóteses a partir das respostas obtidas.

Como método de análise, foi utilizada a perspectiva de Laurence Bardin, que é configurada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que usa de procedimentos ditos objetivos e sistemáticos capazes de descrever os conteúdos das mensagens. A análise de conteúdo permite ir para além do campo objetivo e adentra o conteúdo simbólico da comunicação (BARDIN, 1977).

5 | ANÁLISES E DISCUSSÕES

5.1 Vida pré-cárcere

Ao realizarmos a pesquisa, nos deparamos com autores que retratam a pobreza e a criminalidade como algo de relação continua na sociedade em virtude de um sistema punitivo que vem sujeitar progressivamente indivíduos a privação de liberdade, indivíduos em sua maioria e em preferência os pobres, os negros, os marginalizados e os desprovidos de poder (DARKE & KARAN, 2012). A partir desse ponto, abrimos a discussão sobre a desigualdade de classes, um tema que aparece nas entrelinhas dos relatos colhidos quando discorremos sobre a vida das mulheres anteriores ao cárcere.

No diálogo com Jandira sobre sua infância, adolescência e vida adulta, a mesma cita:

“A minha adolescência não foi fácil, na minha adolescência eu não estudava, a

partir dos oito anos o meu pai e minha mãe, é... Educou a gente trabalhando no campo, tipo roça, só serviço pesado. Então não tive muita infância [...]” (Jandira).

“A gente era muito espancada, nós tinha sofrimento bastante [pausa] meu pai era muito cruel, aos 17 anos nós fomos (sic.) fugindo de casa, cada uma foi procurando um destino, aí eu também fugi de casa também, botei uma roupa por cima da outra e fugi de casa, procurar vida melhor, achando que ia procurar uma vida melhor, até procurei estudar, mas não tive paciência, não tenho paciência pros estudo (sic.)” (Jandira).

Na presente sociedade capitalista, onde o ter se torna muito mais interessante do que o ser, observa-se que os jovens da periferia das grandes cidades do Brasil são frequentemente vítimas de violência e criminalidade, como consequência de um violento processo de criminalização que a questão social vem sofrendo, e que atinge a classe subalterna (SANTOS & SILVEIRA, 2013). Isso pode ser exemplificado a partir do relato de Jandira:

“Saí de lá do Joaquim Leão e voltei pra Murici, aonde foi tudo que foi minha vida foi em murici, sou de lá. O que é que acontece, quando eu chego lá minha família tinha saído do sítio tava morando em murici já, já tava passando dificuldade, meus pai (sic.) não era aposentado, meu pai tava doente (sic.) minhas irmãs tava (sic.) sofrendo muito separada do marido com 4 filho (sic.), aí eu continuei, aí eu reforcei mais ainda o tráfico de droga, pra comprar bujão, pra sustentar a casa, pra ajudar, porque tava (sic.) uma tristeza muito grande, ninguém gostava de ver, desconforto pra dormir, e tudo, acho que você entende, você imagina” (Jandira).

Torres (2016) fala sobre o perfil das presidiárias como um perfil de mulheres negras, jovens, solteiras e sem educação básica completa, pobres e componentes do “microtráfico”. Ou seja, o perfil da mulher criminalizada. São mulheres marginalizadas por não se encaixarem no perfil da mulher vitimizada, branca, escolarizada, casada. Assim, encontram-se em alto estado de vulnerabilidade à criminalização. Em contraponto, deparamos-nos com o relato de Lúcia, abrindo uma exceção na nossa discussão acerca dessa problemática:

Eu tive uma infância muito feliz né? Meus pais tinham uma condição de vida social muito boa né? Eu estudei em escolas particulares sempre, me formei em direito só que eu nunca peguei o meu diploma né? Na verdade, com vinte e três anos eu fiz intercâmbio aos 20, fui estudar, e quando voltei me casei, com um italiano descendente de italiano, tive três filhas, e a partir daí a minha vida parou como mulher porque aí eu fui cuidar das minhas filhas, meu ex- marido tava [sic.] sempre mudando de país e sempre foi complicado. Fui pra Recife, cometi esses delitos. Aí eu fui morar na Europa, em diversos lugares, fui morar por aí aprendendo a delinquir, aprendi a ser hacker e tudo aquilo de computador, assim, usei a minha inteligência que Deus me deu para né? Delinquir sem necessidade, real né?

Apesar de sua classe social ser diferente da maioria das mulheres sentenciadas, Lúcia continua sendo uma mulher que sofre as consequências da vida na prisão:

Aqui é um laboratório, você aprende desde onde vem até os nomes e eu não mudei o vocabulário porque era uma coisa minha, mas assim, a gente começa a perceber

o que é, o que quer dizer uma palavra, você começa a aprender. Assim, esse mundo, ele pra mulher, é um mundo preconceituoso do mesmo jeito né? Como é pra gente lá fora? Nada muda aqui. Assim, principalmente o preconceito porque, é tipo assim, uma mulher não pode errar (Lúcia).

5.2 O sistema cruel

A problemática da desigualdade de gênero também está presente no sistema prisional. Encontramos uma esfera estatal na defesa penal voltada especialmente para o trato com os homens e residualmente para as mulheres. As poucas políticas públicas existentes fecham os olhos para as peculiaridades das mulheres encarceradas (PIMENTEL, 2015).

Por se encontrarem em situação de encarceramento, inclusive em um *Regime Disciplinar Diferenciado*, é visto que se manifestam uma séria de situações negativas que afetam suas condições de vida, colocando-as em um período de longo estresse. Este é um ponto muito citado durante as entrevistas como algo que Goffman (1961) classifica como a mortificação do eu:

A gente vive trancada, isso não é presídio pra ser pra mulher, isso é presídio pra homem, isso não existe, já era pra gente ter saído daqui, era pra gente ter ido pra esse núcleo ressocializador, mas até hoje a gente espera, é só promessa negativa, é só palavra de ilusão, só iludindo, só iludindo, tipo a gente, como fosse ninguém, somos esquecida (sic.) às vezes a gente tá no trabalho e começa a pensar nas outras que ficam, que ficam na cela, muito difícil porque é muito trauma. Já tá uns dois anos ou mais de RDD aqui que esse presídio não era pra ser um presídio pra gente, esse presídio aqui mexe muito com o psicológico da gente (Jandira).

A implementação do RDD é proporcional à ofensa sofrida por essa população pela falta de segurança da coletividade e dos demais presos que venham a cometer faltas graves, nas quais são geradas ações da ordem interna dos presídios, resultando em penas cruéis, na tortura e no tratamento desumano ou degradante. Isso vem desvalorizar o princípio da humanização das penas, tornando o RDD um sistema inconstitucionalizado (SOBREIRA, 2012). A forma cruel do RDD foi um aspecto notado através dos discursos destas que estão inclusas nele:

E esse regime é muito duro, o RDD, é um regime de homens que nos acabou sabe? A gente aprende a lutar com aquilo que é difícil, aquilo que não nos mata, nos fortalece né? Não nos matou mas nos deixou em pé. Aqui a gente muda a nossa consciência. Um lugar onde você não tem comida, onde você não tem a sua família, onde você passa dificuldade [choro] onde você é até mesmo molestada porque você é diferente do outro, eu nesses cinco anos já sofri muito bullying, aprendi a me defender (Lúcia).

A fala de Lúcia expressa o que Foucault (1986, p. 223) relata sobre a prisão como “*uma espécie de teatro artificial e coercivo*” onde seu propósito é nulo quando se observa a quantidade de efeitos negativos que esta traz para a personalidade e vida do condenado, permitindo, além de tudo, a ruptura de laços familiares e relações humanas.

É com a visão dos autores Goffman (1961), Giacóia, Hammerschmidt e Fuentes (2011) sobre a mortificação sistemática do eu - fomentadas pelas instituições -, que conseguimos detectar as consequências deste sistema relacionado à personalidade do indivíduo e a vida da condenada:

Nem dormir direito eu tô conseguindo. tenho que me dopar, se eu quiser dormir direito eu tenho que me dopar, tenho que escutar muita coisa, é muita picuinha, provocação... piada. Nós somos obrigados a conviver, nós somos obrigados a suportar muitas coisas difíceis, muitas coisas difícil (sic.) mesmo (Jandira).

Porque pra vista das pessoas de lá de fora a gente somos [sic.] as piores pessoas do mundo mas não é assim a gente somos gente somos [sic.] pessoas, temos coração, sentimentos, fizemos o errado? fizemos, mas é como diz eu quero me ressocializar (Bia).

Eu tinha uma vida e eu vou sair com outra vida (Lúcia).

Quando se fala de abandono, deparamos-nos com pesquisas que citam a inconsideração familiar em relação à mulher presa, provocando um maior sentimento de solidão. Contudo, defrontamos-nos com relatos que mostram a própria resistência da mulher para com a visita de familiares, buscando distanciá-los dessa realidade hostil:

Meu filho veio fazer uma visita assistida e eu disse pra ele não vir porque [choro] eu não quero ele aqui acho que não é pra ele esse lugar me ver presa, vir numa visita. Meus dois irmão [sic.] não vem eles dizem que não tem estado emocional pra me ver presa eles dois são muito apegado a mim (Bia).

Quanto à discussão sobre os papéis sociais femininos, é observado que essas instituições de reclusão também são marcadas pela forte construção discursiva do gênero, onde as habilidades que são ofertadas e desempenhadas pelas detentas são as domésticas, o artesanato e o trabalho em creches ou maternidades. Como trazem Bia e Lúcia em seus relatos:

Lá na fábrica é dois setores [sic.] é a corte costura e a serigrafia, eu sou do corte costura, tem o artesanato também né (Bia).

Já fui representante do berçário uma época (Lúcia).

A prisão, enquanto instituição, considerou necessária a separação entre gêneros para aplicar tratamentos diferenciados. Com essa medida, buscava-se uma educação restauradora no sentido de legalidade e de trabalho nos homens presos, enquanto para as mulheres era prioritário reinstalar o sentimento de pudor (ESPINOZA, 2003). Assim sendo, fica claro que a ação das políticas públicas de ressocialização reforçam os papéis sociais já colocados, visto que as atividades efetuadas estão restritas àquelas vinculadas ao papel feminino estereotipado.

Entretanto, percebemos através dos relatos, que o trabalho é algo bom pra elas, pois as tiram do ócio e da rotina instalada no sistema penitenciário:

O trabalho foi uma coisa que veio, foi a melhor coisa que me aconteceu dentro do sistema penitenciário, foi o trabalho porque o trabalho ajuda muito o psicológico da gente, o trabalho ajuda muito (Jandira).

Eu melhorei muito também depois que eu comecei a trabalhar melhorei bastante que no dia, hoje mesmo que não saiu pra trabalhar pronto, a gente já fica “oxe, sexta feira aqui o dia todinho” a gente fica inquieta (Lúcia).

5.3 Amores venenosos

Esse tema entra em consonância com o estudo apresentado, pois vem colocar em questão a relação conjugal com o homem como muitas vezes difusora de violências. Violências essas que as levam ao sofrimento psíquico e que de acordo com Almeida (2001) as provocam a fazer parte do mundo da rua como os homens e ser capaz de cometer crimes, contradizendo a representação da mulher fraca e sensível.

A violência doméstica contra a mulher continua sendo o tipo de violência com maior incidência no âmbito de agressão contra as mulheres (WAISELFISZ, 2015) e esse fenômeno social é ainda mais evidente quando adentramos nos campos sociais mais vulneráveis:

Eu tava (sic.) oito meses de grávida, ficava só eu e o meu filho na minha barriga, aí, aquilo não era bom [choro] tive meu segundo filho e ele continuando naquela mesma vida, só viver bebendo, às vezes chegava até me espancar, e eu tinha saído de um sítio não conhecia muito a vida assim, na cidade, né? [...] quando ele tava (sic.) me espancando o irmão dele batia nele, ele bêbado (Jandira).

Quando nos questionamos sobre os motivos das mulheres entrarem no “mundo do crime”, nos deparamos com diversos fatores, porém, o tráfico de drogas continua sendo o crime que superlota as prisões femininas. Dados da Secretaria de Defesa Social de Alagoas apontam que em 2013, 55% das mulheres encarceradas no estado de Alagoas foram condenadas por tráfico de drogas.

Ao tratar sobre o tráfico de entorpecentes é notório como a mulher tem uma atuação de coadjuvante visto que o protagonista dessas situações são geralmente os homens e estes sempre estão ligados por laços afetivos seja como familiares ou companheiros. Desse modo, a mulher visando solucionar os problemas relacionados ao companheiro, fora da prisão, acaba entrando na rede de drogas deste (DUTRA, 2012).

Eu não sou uma pessoa ruim nunca fui só vivi com a pessoa errada e por isso cheguei aqui através de uma pessoa que já é, era errada e vivia no erro. Bia afirma ao nos relatar sobre sua relação com o marido envolvido no tráfico.

Percebe-se que as condições sociais contribuem com esses dados alarmantes, principalmente a pobreza e o abandono. Fatores como a falta de auxílio vindo do esposo para dividir as despesas e a baixa escolarização destas mulheres contribuem para a ideia da busca por sobrevivência através do contato com redes de traficantes de drogas, visto que este não necessita de grau de escolarização para admitir seus “funcionários”. No relato oral de Jandira, observamos que a violência doméstica contribuiu com sua passagem para a vida que a levou até a prisão:

Com o tempo veio o cansaço, né? De tudo, aí eu tomei uma decisão de não querer mais aquela vida de casada também, de violência, e levei a minha vida só, passei minha vida só, encarei outras coisas, era muito difícil. Terminei me envolvendo com o tráfico de droga [pausa] recebi propostas, que eu ia ganhar mais, do que o trabalho que eu tava.

Outra questão que abarca o sofrimento da mulher dentro do sistema penitenciário é o abandono conjugal. Ao nos apropriarmos dos dados, observamos que mais de 70% dos estabelecimentos prisionais femininos brasileiros permitem a visita íntima, contudo, somente 9,68% das presas recebem esse tipo de visita (CARTA CAPITAL, 2016). Esse dado é justificado muitas vezes pelo fato de que os homens não querem se dispor a passar por inspeções vexatórias ou porque preferem ter outra companheira dentro do “seu meio social”.

Essa problemática pode ser identificada na fala de uma das entrevistadas em relação ao seu cônjuge:

Eu vim fiquei presa fiz porta de entrada fiz todos os procedimentos e ele continuou me mantendo, mas depois de uns quatro meses ele arrumou outra pessoa não mandou mais a minha feira não mandou mais saber de notícias minhas e até hoje (Bia).

Compreende-se, então, a afirmação feita através de uma mulher encarcerada entrevistada por Queiroz (2015): a nossa sociedade é simplesmente (ainda) assim: a mulher é fiel ao homem e ele não é fiel à mulher.

5.4 A saída da prisão: a fase tão almejada

O sistema prisional é um ambiente determinado na vida da mulher, pois esta ao entrar nesse contexto penitenciário passa a apresentar uma nova identidade e acredita na fixação desse papel de presidiária e que irá marcar sua vida após sua saída da prisão (CUNHA, 1994). Isso não se refere apenas à esfera da mulher e sim geral. Além das diversas rupturas dos laços familiares e relações humanas, tal instituição estigmatiza mesmo pós-cárcere, impedindo seu regresso na vida social.

Percebe-se isso através da angústia citada por Jandira sobre sua nora, esposa de um preso:

Ela está desempregada, por ela ser mulher de preso ela arruma emprego quando

é depois que o pessoal descobre, sempre descobre você sabe, a pessoa vai conversando, aí quando descobre que é mulher de preso aí ela perde o emprego, aí ela fica sem trabalho, tem vezes que ela chega me abraça aí ela chora.

Compreende-se que esse estigma do criminoso é produzido através do dispositivo da criminalização a partir de seus diversos componentes e não somente dos atos criminosos (RAUTER, 2017).

De acordo com Foucault (1986) a prisão fabrica indiretamente delinquentes ao fazer sua família cair na miséria, a inteira à vacância e mediocridade. É com esse ponto de vista que a ameaça da perpetuação do crime pode virar realidade. Isso faz até com que muitas mulheres nem sequer crie uma perspectiva de futuro. Assim relata, também, Jandira em relação a si mesma:

Às vezes eu não sei como vai ser minha vida, às vezes eu fico pensando [pausa] não sei como é que vai ser. Você me pegou num dia que eu tô passando por uma situação difícil [choro] (Jandira).

Mesmo após o discurso de Jandira, podemos ver que em duas entrevistadas os sentimentos eram diferentes e bastantes positivos:

Eu já me sinto [gaguejando] preparada pra voltar para a sociedade e viver uma nova vida, construir tudo que eu perdi. Eu tenho direito a um emprego pelo sistema né porque eu sou sentenciada peguei onze anos e seis meses (Bia).

Eu quero sair daqui e continuar falando da minha história, da minha experiência, buscar emprego e fazer alguma coisa e receber um olhar porque eu sei que tem muita gente que precisa apenas dessa mão sabe? Eu vou escrever muitos livros, porque eu vou contar a minha história e de muitas outras que eu acho assim, quem sabe alguém ouvindo a minha história não tenha a oportunidade de parar [chorando] (Lúcia).

Esses sentimentos podem ser justificados como uma forma de se sobressair da realidade em que vivem, causando apropriação de esperança acerca do futuro.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a importante revisão bibliográfica e a realização da pesquisa com as mulheres encarceradas no estado de Alagoas, pudemos perceber aspectos a serem debatidos como a questão afetiva dessas mulheres que sofrem uma ruptura significativa que podem não ser reconstruídas quando retornarem a sua liberdade, principalmente porque no estado de Alagoas não existe qualquer apoio estatal nesse sentido. Em relação ao campo do mercado de trabalho, nota-se que há um grande peso na desigualdade social principalmente porque o encarceramento favorece a reprodução do trabalho doméstico, não retirando a importância deste, mas se deve levar em consideração que a função reintegradora da pena privativa de liberdade é

baseada em um caráter educativo e toda sua legislação, seja ela internacional ou brasileira, e esta possui uma dimensão da formação e valorização humana pelo trabalho como guia das suas políticas de inserção social, onde mostra que é preciso buscar outras oportunidades de inclusão profissional além daquelas que são domésticas e que historicamente são marcadas como um lugar secundário no mundo do trabalho.

Vale ressaltar que a análise de conteúdo fora de grande valia como método para o estudo, uma vez que colher na íntegra o relato dessas mulheres resultou em abrir espaço para a comunicação, para a exploração das mensagens e para as informações que tanto buscávamos. Poder ouvir essas mulheres de forma aberta foi necessário não apenas para nós como pesquisadoras, mas para as próprias entrevistadas, visto que a necessidade de diálogo era perceptivelmente necessária para muitas.

Por fim, elaborar a análise do estudo ocasionou um sentimento dúbio: o de satisfação por encontrar os resultados esperados e o de insatisfação por visualizar que esses resultados carregam histórias, falas e vivências tristes. Visto isso, o que se espera com esse estudo é que ele possa incitar a realização de mais pesquisas relacionadas às mulheres encarceradas e que estas enquanto cidadãos e indivíduos possam ser mais visualizados. Que o Estado enquanto provedor de políticas públicas e como agente social, possa considerar a particularidade dessas mulheres dentro do espaço prisional, buscando promover um melhor ambiente para estas, tendo seus papéis focalizados principalmente na integridade psicofísica das apenadas

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Superintendência Geral de Administração Penitenciária (SGAP). **Evolução Carcerária Feminina em Alagoas: 2007 – 2013**. Alagoas: 2013.

ARTUR, T. A. **“Presídio de Mulheres”**: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 2009. Disponível em: <anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0925.pdf> Acesso em: 27 jul. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 23 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRASIL. B. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– **InfoPen Mulheres**. 2014. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudotraca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopenmulheres.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. B. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– **InfoPen**, 2016. Disponível em <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CANDIDO, T. C. S. **Aprisionamento (s) de mulheres**: a domesticação dos corpos no sistema prisional feminino. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Acesso em: 19

abr. 2017. Disponível em: <<http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45988/41.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

COSTA, F. “**El delito y la pena en la historia de la filosofía**”; México; 1953; p.4. Acesso em: 07 ago. 2017.

COSTA, E. C. P. **Amor Bandido**: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. 2ª edição. Maceió: EDUFAL, 2008. p. 03.

CUNHA, M. I. P. **Malhas que a reclusão tece**: questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais. 1994. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5237/4/Malhas%20que%20a%20reclus%20c3%a3o%20tece.pdf>> Acesso em: 06 set. 2017.

DARKE, S. KARAM, M. L. Administrando o cotidiano da prisão no Brasil’, **Discursos Sediciosos**. pp.405-423. 2012. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2475441>> Acesso em: 24 ago. 2017.

DUTRA, T. C. A Criminalidade Feminina com Relação ao Tráfico de Drogas, Frente à Lei

11.343/061. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/thaise_dutra.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

ESPINOZA, O. A Prisão Feminina desde um Olhar da Criminologia Feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**. Pelotas, v.1, n. 1, p. 52, jan./dez. 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/98749865/A-Prisao-Feminina-Desde-Um-Olhar-Criminologia-Feminista>> Acesso em: 06 set. 2017.

FATTORELLI, M. M. **Direitos Humanos e seu não-lugar**: o cárcere e suas relações de poder e vulnerabilidade. Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR- Ma%C3%ADra%20Miranda%20Fattorelli.pdf> Acesso em: 24/08/2017.

FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos IV: **Estratégia, poder-saber**. 2ª edição, forense universitária, Rio de Janeiro, 2010. p. 162.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 1978. p. 90.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: **Nascimento da Prisão**. 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1986.

GIACÓIA, G; HAMMERSCHIMIDT, D; FUENTES, P. O. A prisão e a condição humana do recluso. **Revista Argumenta**: UENP. nº 15. pp. 131 – 161. 2011. Disponível em: <seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/download/202/201> Acesso em: 08 ago. 2017.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1961. Institute for Criminal Policy Research. **World Female Imprisonment List**. World Prison Brief. Londres, 2016. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4t_h_edn_v4_web.pdf> Acesso em: 27 dez. 2017.

PIMENTEL, E. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: EDUFAL, 2015.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras. Editora Record, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2015.

RAUTER, C. Clínica e Estratégias de Resistência: **Perspectivas para o trabalho de psicólogos em prisões**. Psicologia e Sociedade. pp. 42-47. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a06v19n2>> Acesso em: 28 out. 2017.

SANTOS, H. F. É urgente regulamentar a visita íntima das presas em nível nacional. **Carta Capital**. Publicado em 2 de junho de 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/02/e-urgente-regulamentar-a-visita-intima-das-presas-em-nivel-nacional/>> Acesso em: 02 de nov. de 2017.

SANTOS, M. G.; SILVEIRA, T. E. S. O uso crescente das drogas e o processo de criminalização da pobreza. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Minas Gerais, 2013 Disponível em:< <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/O%20USO%20CRESCENTE%20DAS%20DROGAS%20E%20O%20PROCESSO%20DE%20CRIMINALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20POBREZA.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2017.

SOBREIRA, V. C. **Regime Disciplinar Diferenciado: constitucional ou inconstitucional?** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/viniciussobreira.pdf> Acesso em: 08 ago. 2017.

TORRES, L. R. **Racismo gendrado e o sistema penal Brasileiro**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27900/27900.PDF>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Acesso em: 06 mar. 2017. Disponível em: <http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf>.

WASELFISZ, J, J. Mapa da violência 2015: **Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª edição, Distrito Federal, 2015. Acesso em: 13 nov. 2017. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS

Data de aceite: 17/03/2020

Carla Rezende Gomes

Universidade Federal de Sergipe – PPGED/UFS
rezendecarla@hotmail.com

Psicóloga com especialização em Psicologia do trânsito, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, com estágio doutoral na Universidade do Porto, Portugal. Professora Substituta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

RESUMO: O presente artigo aborda, de uma maneira geral, questões que envolvem noções de cidadania e educação para o trânsito, são temas de interesse nacional no contexto brasileiro e também uma questão de saúde pública, pois envolvem a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate envolve aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação. Diante destas discussões propomos maior empenho no incremento da educação para a cidadania nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. Tratou-se de uma investigação de doutoramento em Educação concluída no núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade

Federal de Sergipe, Brasil e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, sob a forma de bolsa CAPES de doutorado sanduiche.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, cidadania, educação, trânsito.

Os índices de acidentes de trânsito com mortes no Brasil são assustadores, associados a isto há um fenômeno digno de análise, o número de mortos do sexo masculino, os homens são a grande maioria, um número maior do que a proporção existente entre homens e mulheres condutores, ademais quando nos referimos a morte não nos referimos apenas aos condutores mortos e sim a todos os envolvidos nos acidentes, sejam eles motoristas ou caronas. Os acidentes de trânsito são responsáveis pela morte de boa parte dos homens brasileiros em idade produtiva, principalmente os mais jovens. Por que isso acontece? Este artigo pretende apontar uma possível resposta a esta pergunta, identificamos na forma como os rapazes são criados para serem homens, e na falta de uma educação voltada para os valores da cidadania, fortes fatores contribuintes para este fenômeno. Estas considerações fazem parte minha pesquisa de doutorado em Educação que discutiu relações de gênero, trabalho e educação para o trânsito, cujo título é “Relações

de gênero no trabalho e formação de instrutores (as) de direção veicular e condutores (as) em Sergipe”, este estudo se debruçou sobre a educação para o trânsito que acontece no Brasil nos dias de hoje, por considerar que aqui a educação para o trânsito de uma maneira geral e a formação dos instrutores de direção veicular em particular acontecem de maneira precária, uma vez que, instrutores cometem infrações que deveriam evitar e no caso da formação dos condutores, acredito que apenas algumas horas de aula, poucos dias antes de obter a carteira nacional de habilitação, não sejam suficientes para formar cidadãos com direitos e deveres, capazes de usufruir com segurança do sistema trânsito, seja como condutor ou pedestre. Particularmente os jovens apresentam comportamento diferenciado no trânsito, orientados por ideologia patriarcal que valoriza os estereótipos de masculinidade. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, esse método é o mais adequado para as pesquisas que abordam o tema gênero, pois, segundo Mies (1983, apud Flick 2009) e Flick (2009), a pesquisa quantitativa geralmente ignora as vozes femininas ao estudar o objeto como neutro. Já a pesquisa qualitativa possibilita que as vozes femininas sejam ouvidas e os objetivos sejam materializados. Para Flick (2009) esta postura permite um desafio à maneira como as pesquisas são feitas, visto que as pesquisas de um modo geral concentram-se na ignorância sobre a situação de vida das mulheres e na dominância masculina.

O campo empírico da pesquisa foram os Centros de Formação de Condutores, (CFC's) do município de Aracaju. A pesquisa se deu apenas no município de Aracaju por ser esta a capital de um estado pequeno que traz na composição de sua população uma amostra representativa de todo o Estado. Ainda segundo as estimativas da Gerência de Serviços de Credenciamentos do DETRAN/SE e do Sindicato dos instrutores de trânsito, a cidade de Aracaju agrupa, aproximadamente, 65% de todos os instrutores do Estado de Sergipe. A população da pesquisa integra os instrutores de direção veicular cadastrados no DETRAN-SE.

Foram consultadas várias fontes de informações: Literatura Pertinente - Documentos; estatísticas em sites especializados, legislação específica, noticiários.

Para o acesso aos respondentes foram utilizados dois instrumentos: observação livre direta e entrevista semiestruturada individual ambas realizadas com os instrutores dos Centros de Formação de Condutores de Aracaju. Estas técnicas são consideradas por André (2005) como as mais eficazes para que o (a) pesquisador (a) se aproxime dos sistemas de representação classificação e organização do universo estudado. Trago a esta discussão ainda dados da realidade Portuguesa, já que, por se tratar de um trabalho que foi agraciado com a bolsa CAPES de doutorado sanduiche, parte da pesquisa bibliográfica foi realizada na cidade do Porto em Portugal, o que tornou possível a discussão in loco da realidade do trânsito Português. Considerou-se interessante trazer esses dados ao texto, pois os números mostram que não se trata de uma questão apenas brasileira, visto que, em Portugal esta questão igualmente afeta mais aos rapazes que as moças.

De acordo com dados do DENATRAN, o trânsito no Brasil é responsável pela

ocorrência de 300 mil acidentes por ano, que deixam a expressiva marca de 30 mil mortos e outros 350 mil feridos, representando custo anual de cerca de R\$10 bilhões.

Dados da ABETTRAN, Associação Brasileira de Educação para o Trânsito informam que o Brasil atingiu um pico histórico em 2007, com 66.837 mortes segundo os seguros DPVAT, um número extremamente elevado e alarmante, que coloca o Brasil entre os países com mais mortes no trânsito no mundo, em contrapartida no ano de 2008, toda a União Europeia contabilizou 38.000 mortos.

A partir destes dados conclui-se que, em 2007, houve a média de 183 mortes por dia no trânsito brasileiro (7,6 por hora). A ABETTRAN diz ainda que estudos mostram que a maioria das vítimas fatais do trânsito no Brasil continua sendo homens jovens de cidades de pequeno e médio porte. Em todos os anos analisados, por volta de 80% das mortes são de pessoas do sexo masculino, em sua maioria na faixa etária de 20 a 39 anos. Ainda é muito forte no Brasil uma cultura entre os homens jovens de conduzirem veículos sob o efeito de álcool e drogas, e em alta velocidade, donde se conclui que a grande maioria dessas mortes poderia ser evitada.

Há algo muito errado com o trânsito brasileiro e certamente existem várias causas para este fenômeno.

Em Portugal, segundo Martinho (2004) os acidentes de trânsito são a principal causa de morte nos jovens e a diferença de gênero é bem marcada, pois 91,2% das vítimas fatais são do sexo masculino, assim como 86,4% dos feridos graves.

Segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Segurança Rodoviária ANSR, em 2010, os jovens dos 18 aos 24 anos constituem 08% da população portuguesa e representam 16% do total de vítimas resultante de acidentes de trânsito. A supremacia dos jovens verifica-se também em relação aos acidentes mais graves, uma vez que o risco de morte destes usuários é superior ao dos restantes grupos etários. Registaram-se 88 mortos por um milhão de habitantes entre os jovens, enquanto no caso dos outros usuários este indicador foi igual a 68. A maioria das vítimas pertence ao gênero masculino: 83% do total de jovens mortos, 78% dos feridos graves e 63% dos feridos levemente. (PORTUGAL, 2012)

O documento informa ainda que se calculou o número de condutores mortos por cada mil vítimas segundo o gênero, e constatou-se que entre os condutores do sexo feminino se verificam 06 mortes, por cada mil vítimas, enquanto para o sexo masculino este indicador é igual a 23 mortos. (PORTUGAL, 2012)

Num estudo etnográfico realizado na Noruega sobre comportamento no trânsito de um grupo de jovens do sexo masculino foram identificados dois fatores relevantes para ato de conduzir: a velocidade e a ostentação. A velocidade implica um desafio às normas de segurança, constituindo também um exercício de controle sobre condições adversas, já a ostentação foi apontada como igualmente interessante para os jovens que se dedicam a melhorar a performance do automóvel e a embelezá-lo através de luzes adicionais, pneus largos, caixas de som potentes, etc... Segundo Garvey, este aparato explícito traduz uma tentativa de criar uma imagem de proprietário de um carro

potente, robusto e “com caráter”. (Garvey, 2001, apud Martinho, 2004, p.79/ 80)

ESTUDOS DE GÊNERO E MASCULINIDADES

Condução perigosa, violação de regras.

Panichi e Wagner (2006), em sua pesquisa sobre a condução perigosa entre motoristas jovens, perceberam a variável gênero como muito significativa. Elas apontam que os jovens de sexo masculino subestimam os riscos e conduzem de maneira mais perigosa do que motoristas do sexo feminino. Citando pesquisas como as de Simon e Corbett (1996) e Yagil (1998) afirmam que foi comprovado que os acidentes de trânsito entre sujeitos do gênero masculino estão mais freqüentemente relacionados à violação de alguma regra de circulação e evidenciaram que motoristas do gênero masculino, de idades entre 18 e 24 anos, apresentaram uma menor motivação para cumprir as normas da circulação e maiores taxas de violação das regras de trânsito, quando comparados a motoristas jovens do gênero feminino. Esses estudos indicam um maior risco de envolvimento em acidentes e a prática de condutas de risco no trânsito entre adolescentes e adultos jovens do gênero masculino.

Percepção acerca do risco

Ana Rita Laranjeiras (2004) afirma que gênero do adolescente também influencia a sua percepção a cerca do risco que corre. Pesquisas apontam que apesar de serem os rapazes as maiores vítimas dos comportamentos violentos, são as meninas quem acreditam serem mais vulneráveis diante da possibilidade de algum perigo. (Cornnell, 2000; Harris, 2000). Em sua pesquisa Harris conclui que essa suposição de invulnerabilidade dos meninos pode estar associada às definições tradicionais de masculinidade, mais precisamente no que se referem aos estereótipos de que os homens são resistentes e corajosos em contraste com a fragilidade e passividade associadas ao gênero feminino. A autora chama ainda nossa atenção para o fato de que um comportamento de risco possui caráter multiplicador, ou seja, uma situação perigosa acarreta frequentemente outros riscos, tais como o uso de álcool e a atividade sexual precoce e/ou desprotegida, e uso de álcool e acidentes de trânsito, por exemplo.

HOMENS E COMPORTAMENTOS DE RISCO

Para Martinho (2004) é pertinente e razoável fazer uma relação entre o risco no trânsito e a construção da masculinidade devido a posição predominante assumida pelos homens nas estatísticas e nas pesquisas apresentadas até agora.

Em seu estudo, Travis et al (2001) perceberam que apesar de as colisões entre veículos em movimento apresentarem níveis semelhantes entre homens e mulheres, quando o acidente advinha da perda de controle do veículo o número de homens envolvidos passava a ser o dobro em relação as mulheres. Os autores justificaram esse resultado afirmando que os homens assumem mais comportamentos de risco,

como a condução em excesso de velocidade ou sob influência de álcool.

As estatísticas não deixam dúvidas que a sobremortalidade dos homens durante a adolescência e juventude tem subjacentes padrões comportamentais específicos e são esses padrões que constituem uma ameaça a saúde dos homens. (LARANJEIRAS, 2004)

Outro aspecto importante da formação das masculinidades é o consumo de álcool. Para Almeida (1995) apud Grossi (2006) aprender a beber, a suportar bebida é uma das características marcantes da masculinidade tradicional e Grossi acrescenta que os bares são locais masculinos institucionalizados em nossa cultura, lugares onde se consome álcool. Para a autora, o concurso desses três elementos, veículo automotor, adolescência e álcool é uma combinação explosiva. Grossi salienta que uma das principais definições da masculinidade no ocidente é que o masculino é um gênero ativo. No senso comum, ser ativo significa, sexualmente, penetrar o corpo da/o outra/o.

“No Brasil, homem é aquele que come, ou seja, que penetra com seu sexo não apenas mulheres, mas também outros homens, feminilizados na categoria “bichas” [...] Outro aspecto da masculinidade hegemônica em nossa cultura é a atividade percebida positivamente como agressividade. Desde a infância a identidade masculina se constitui pela hiperatividade dos meninos, que se confunde repetidas vezes com agressividade. Isso é naturalizado, os meninos são vistos como agressivos e esse não é um problema das meninas. Professoras e pais acreditam que aqueles meninos são agressivos por que nasceram assim, que é uma característica inata do sexo masculino e não que se trata de um comportamento estimulado e esperado de meninos, que devem desde muito cedo, se comportar como pequenos homens.” (GROSSI, 2006 p. 6/7)

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

Os estereótipos de gênero estão relacionados a um conjunto de atributos que se acredita que sejam mais característicos de um ou de outro sexo, e compreendem domínios como crenças acerca de características físicas de um ou de outro sexo, traços de personalidade, comportamentos, aptidões e disposições emocionais. No que se refere ao conteúdo desses estereótipos, as características atribuídas ao sexo masculino tem subjacente uma dimensão instrumental, enquanto que ao sexo feminino está associada uma dimensão emocional ou expressiva. (LARANJEIRA, 2004)

Contrariamente a feminilidade, cuja essência “natural” é reafirmada nas menstruações, gestações e partos, a masculinidade exige empenho. A identidade masculina é adquirida ao preço de grandes dificuldades e requer constantes provas. Essa fragilidade impõe aos homens que continuamente confirmem a si próprios e aos outros a sua masculinidade. Essa necessidade de afirmação na esfera masculina leva a que muitos jovens rapazes corram riscos que podem comprometer a sua saúde. Precisamos reconhecer que alguns comportamentos que os rapazes adotam são valorizados e reforçados pelas expectativas da sociedade face ao que é ser-se

masculino. (LARANJEIRA, 2004)

CATEGORIA GÊNERO

A concepção de gênero elucida a construção, reprodução das relações entre os sujeitos, a construção da identidade instituída através do gênero; esclarece, ainda, os mecanismos que generalizam e especificam as diferenças e disparidades nas dimensões temporais e espaciais, a convivência da contradição - cujo ritmo e característica acentuam o nível diferenciado e fragmentado das relações sociais - os aspectos culturais e históricos que presidem os diferentes arranjos institucionais (CRUZ, 2005).

A categoria gênero compreende as diferenças construídas entre os homens e as mulheres, os papéis assumidos na sociedade e as relações hierárquicas, de opressão, submissão, subordinação, ou seja, de poder, estabelecidas entre eles. (SCOTT, 1990). O gênero é compreendido como uma relação que organiza as experiências sociais em função da diferenciação cultural entre os sexos. Conforme Heilborn (1997), as categorias de gênero “revelam sempre uma relação de natureza assimétrica. Trata-se de um imperativo simbólico originado por constrangimentos estruturais de ordenação da cultura.” (p. 298).

Estudos de gênero são estudos que desvelam as relações sociais. Atualmente, esta temática ganha destaque nas Ciências Sociais, pois coloca os estudiosos do assunto diante de um novo paradigma onde são revertidos todos os padrões de dominação e assimetria entre grupos socialmente discriminados.

Os estudos de gênero tiveram origem com o movimento feminista e seus estudos sobre as mulheres, os quais, desde a década de 1960 até os dias atuais, incorporaram variados temas às suas discussões, tais como as questões dos homossexuais, dos negros, dos asiáticos, dos hispânicos, enfim, as ditas “minorias”, chamadas de “minorias ativas” por Serge Moscovici. Ativas, pois são “desafiadoras do senso comum, capazes de provocar, pela firmeza e visibilidade de suas posições, transformações das normas e relações sociais”. (OLIVEIRA, 1993)

É importante enfatizar que estudos de gênero dizem respeito a homens e mulheres. Na medida em que o estudo de um, necessariamente, implica o estudo do outro, não faz sentido analisá-los separadamente, pois esta seria mais uma forma de perpetuação das diferenças estabelecidas socialmente. A categoria gênero é, portanto, relacional, vez que aponta as construções culturais de idéias que determinam papéis adequados a mulheres e homens, ou seja, seus papéis sexuais. O uso do termo é abrangente e pode, inclusive, tratar de sexo entre uma série de outras relações sociais.

Para Connell (2002) “O gênero refere-se a uma estrutura de relações sociais centradas na esfera reprodutiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças, inscritas no corpo, para os processos sociais”. (Connell, 2002:10 apud Amâncio, 2004, p.19)

Grossi (2006) citando WelzerLang (2001) afirma que o modelo de sexualidade predadora masculina é um ponto determinante na constituição do gênero masculino. Sexualidade esta que é formada na visão de que mulheres devem ser consumidas tal como se dá o aprendizado da sexualidade pela mídia pornográfica, posto que o fato de se tratar de imagens femininas, as quais se toca pelo papel ou pela tela do computador, permite que o olhar masculino sobre as mulheres as transforme num objeto que se pode consumir.

Silva (2002) salienta que a maioria das vezes, a aprendizagem da masculinidade faz-se pelo cultivo de uma atitude antagônica em relação às mulheres, de uma cultura anti mulher, em que se rejeita tudo o que for percebido como feminino. Por exemplo, mostrar emoções, cuidar de outras pessoas e do próprio corpo, falar sobre sentimentos e, também, como nos alerta Laura Astúrias, (1997:3) ter sucesso na escola. E, indo mais longe, Silva nos pergunta: “Que margens, que constrangimentos pode experimentar um rapaz no processo de construção da sua identidade em contexto escolar?” (SILVA p.108)

Medo de não atingir o ideal utópico: esportes de força

Para Bourdieu (1998) o medo de não atingir o ideal utópico de virilidade instiga o investimento em comportamentos imprudentes e desafiantes que demonstram uma prova da masculinidade. A recusa da vulnerabilidade associada ao mundo feminino resulta nesta luta contínua pela afirmação da masculinidade através de manifestações excessivas de violência e força. Os esportes que possibilitam a exibição das qualidades associadas aos valores tradicionalmente masculinos, como coragem ou força, continuam a arregimentar grande número de admiradores. O culto em torno das modalidades voltadas para a competição revela o grau de importância social e simbólica das demonstrações públicas de virilidade. (Martinho, 2004)

ACIDENTES?

O texto da portaria n.º 737/GM 16 de maio de 2001, que determina a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), diz ainda “ esta política adota o termo acidente em vista de estar consagrado pelo uso, retirando-lhe, contudo, a conotação fortuita e casual que lhe pode ser imputada. Assume-se, aqui, que tais eventos são, em maior ou menor grau, perfeitamente previsíveis e preveníveis”.

Previsíveis e Preveníveis. São essas as palavras utilizadas pelo texto. É previsível, diante dos argumentos que foram expostos acima, que um adolescente cause um acidente de trânsito ao conduzir um veículo. Seria este fato prevenível? Como prevenir? Apresento aqui algumas sugestões: 1º) não permitir que adolescentes menores de 18 anos conduzam veículos automotores; 2º) punir de fato os infratores; 3º) diminuir a sensação de impunidade que assola o Brasil; 4º) ensinar o/a motorista brasileiro/a a dirigir com seriedade; 5º) aumentar o respeito a cidadania por parte da

população, 6º) formar melhor os instrutores. Sim, é um projeto ambicioso.

HUMANIZAÇÃO DO TRANSITO

A humanização no trânsito tem como objetivo prevenir a extinção da vida humana, ou seja, a preservação da vida, onde cada ser humano é único e insubstituível para sua família e seus amigos. A ciência na busca de soluções para o problema desenvolve projetos e alternativas para a melhoria do trânsito (máquina e as vias urbana e rural), sem focar o real problema que é a conscientização de motoristas e pedestres que contribuirá para o avanço da ciência (MATURANA, 2009).

VIOLENCIA E CIDADANIA

Da Matta, (2010) considera que a violência no trânsito brasileiro não só é tolerada, mas esperada, ela emerge na forma de infinitos gestos grosseiros e numa epidemia de acidentes e está diretamente ligada com o nosso estilo de construir, ocupar e usar o espaço público (lojas, restaurante, filas, estacionamentos, escolas, bancos, calçadas, etc.) seja no papel de pedestre ou no de condutor, consumidor e cidadão. Ou seja, está nas raízes do modo de ser do brasileiro o costume do desrespeito às regras estabelecidas de boa convivência em comunidade. É importante perceber que para a maioria dos motoristas e motociclistas entrevistados por Roberto Da Matta em sua pesquisa, seus carros e motos são sinônimos de liberdade, logo, conclui o autor, diante dessa mentalidade se torna difícil conscientizá-los da necessidade de obediência às regras e códigos, pois regras e códigos servem justamente para frear a desejada liberdade adquirida através dos veículos automotores.

Um dos cinco pilares do plano geral de ação para a década de ações de segurança no trânsito, da ONU, é: “Incentivar os comportamentos de segurança das diversas categorias de usuários”. No contexto brasileiro percebe-se que a falta de comportamento cidadão, aquele que obedece às mínimas regras de respeito ao outro como não dirigir alcoolizado ou com excesso de velocidade, com as luzes no farol alto, pela contramão, pelo acostamento, pode ser apontado com causador de acidentes e mortes. Não deveria ser preciso aprender isso na educação para o trânsito, pois qualquer cidadão ciente de seus deveres sabe que não é admissível conduzir dessa maneira. Que o farol alto atrapalha a visão de quem vem, por isso não se deve usá-lo quando há outro motorista vindo em sua direção, que dirigir em alta velocidade põe em risco as vidas de outras pessoas, que consumir álcool ou outras drogas antes de dirigir também. Está claro que a ideia de cidadania envolve direitos e deveres e que boa parcela da nossa população pensa ter apenas direitos. Precisamos avançar contra isso de alguma maneira, resolveremos só pela educação? Evidente que não, mas já é um começo.

Pablo Gentili (2000) problematiza a discussão sobre a educação cidadã

afirmando que:

“A cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem, mas também que tende a torná-los uma realidade substantiva na vida cotidiana dos indivíduos. Educar para a prática cidadã significa, também, contribuir para formar a própria cidadania. Trata-se de um problema ético e político que resume a razão de ser de toda a educação democrática”. (p. 149\150)

Enfim, se trata de um desafio ético e político que envolve todas as instâncias sociais, logo, todos e todas nós somos responsáveis pelo sucesso dessa empreitada.

CONCLUSÃO

Este texto apontou um tema de interesse nacional e de saúde pública no Brasil, que envolve a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate abraça aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação.

Diante destas discussões propomos um empenho no incremento da educação para a cidadania, nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. É importante salientar que a lógica da educação para a cidadania deve considerar a possibilidade de outra socialização para o gênero, tanto para a masculinidade como para a feminilidade, visto que, os rapazes são criados para agirem como agem. Isto é possível, posto que segundo Louro (2004) o gênero é um fator em constante construção e que o conceito exige pensar de modo plural, pois as concepções de gênero não diferem tão somente entre sociedades ou contextos históricos, mas mesmo no interior de uma sociedade e dos diferentes grupos que a constituem, quais sejam, étnicos, religiosos, raciais, de classe.

Trata-se de um projeto muito maior, pois necessita influir na educação escolar, na educação familiar, nos meios de comunicação, enfim nos diversos domínios sociais. Não logrará êxito se for conduzido apenas por uma instituição, a escola sozinha não resolverá esse problema, nada acontecerá se ela fizer seu trabalho e em seguida os pais ensinarem seus filhos de 13, 14 anos a dirigir, se os centros de formação de condutores fizerem seu trabalho, mas a escola não levantar este tipo de reflexão em suas aulas, pouco resultará se as igrejas trabalharem o respeito ao próximo com seus fiéis, mas os meios de comunicação de massa permanecerem propagando a ideia de que homem de verdade é o que dirige em alta velocidade e que carro bom é aquele que atinge 300 k/h de velocidade, para que? Se o limite máximo de velocidade no Brasil não passa de 110 k/h?

Neste projeto é importante que todos estejam dispostos a trabalhar em conjunto, em prol de um bem comum, uma vez que se pretende que o trânsito seja tão somente aquilo que é, ou deveria ser, uma forma de nos deslocarmos no espaço, que nos proporcione qualidade de vida e não apresse a nossa morte.

REFERÊNCIAS

- ABETRAN. Associação Brasileira de educação de trânsito. Mapeamento das mortes por acidentes de trânsito no Brasil. Disponível em http://abetran.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12627&Itemid=2 consultado em 27 de janeiro de 2010.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luís. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. In: **Revista Conexões UNICAMP**, v. 2, n.1, 2004.
- ASTÚRIAS, Laura. **Constituicion de La masculinidad y relaciones de gênero**. Fórum mujeres em lucha por La igualdad de derechos y La justicia soci, Guatemala. 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: **A dominação masculina revisitada**. In: LINS, Daniel. (org.) **A dominação masculina revisitada**. Campinas. S.P.: Papirus, 1988.
- _____. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CRUZ, Maria Helena Santana. Inovações tecnológicas e relações de gênero no setor de serviços financeiros bancários. In **Revista do mestrado em Educação**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Editora UFS/ NPGED, 2002.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001
- _____. **Fé em Deus e pé na tábua**, ou, Como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3ª. Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009
- GENTILI, Pablo. **Qual educação para qual cidadania?** Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In Azevedo J.C. et al. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto alegre: UFRGS, 2000, p. 143-156\ CRSS
- GROSSI, Miriam Pilar. **Masculinidades: Uma revisão teórica**. Antropologia em primeira mão, UFSC, Florianópolis, 2006.
- HEILBORN, Maria Luísa O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R., (org.). **Quem Mandou Nascer Mulher?** Estudos Sobre Crianças E Adolescentes Pobres No Brasil. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro. 1997 LARANJEIRA, Ana Rita. Não és homem não és nada: Masculinidade e comportamentos de risco. In AMÂNCIO, Lígia. (org.) **Aprender a ser homem**. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.
- PORTUGAL, **Sinistralidade Rodoviária Envolvendo Jovens**. Ficha Técnica: Os Jovens. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. ANSR. Lisboa, 2012
- MARTINHO, Teresa. **Viver jovem, morrer depressa: Masculinidade e condução de risco**. In AMÂNCIO, Lígia.(org.) **Aprender a ser homem**. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.

MATURANA, E. Qual a importância da educação no trânsito no município de Jarú. Jarú. Ed. Webartigos, 2009. In <http://www.webartigos.com/articles/13733/1/Qual-a-Importancia-da-Educacao-no-Transito-para-o-Municipio-de-Jaru/pagina1.html> Consultado em 30 de julho de 2010.

PANICHI, Renata Maria Dota; e WAGNER, Adriana. Comportamento de risco no trânsito: revisando a literatura sobre as variáveis preditoras da condução perigosa na população juvenil In, **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2006, Vol. 40, Num. 2 pp. 159-166

SILVA, Sofia Marques Da. Masculinidades inquietas: uma possível reflexão. **Ex aequo**, n. 7, 2002, p. 107-111

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. 16(2) julho/dezembro, 1990.

SIMON, F., & CORBETT, C. (1996). Road traffic offending, stress, age and accident history among male and female driving. *Ergonomics*, 39, 757-780.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS E SUA INFLUÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS SORODIFERENTES PARA O HIV/AIDS

Data de aceite: 17/03/2020

Celestino José Mendes Galvão Neto

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Recife - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/1234343736614038>

Juliana Rodrigues de Albuquerque

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

João Pessoa - Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/0883690623843730>

Ana Alayde Werba Saldanha

Universidade Federal da Paraíba -UFPB

João Pessoa - Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/3894708493299308>

RESUMO: O sucesso do tratamento antiretroviral para o HIV/Aids propiciou um aumento da expectativa e qualidade de vida daqueles que vivem com a doença, resultando em uma frequência cada vez maior de formação de casais sorodiferentes para o HIV/Aids, o que traz novos desafios aos cuidados em saúde com questões relacionadas, principalmente, à prática do sexo seguro, salientando desafios estão perpassados por questões de gênero. O objetivo desse trabalho foi analisar as vulnerabilidades relacionadas às questões de gênero em casais sorodiferentes para o HIV/

Aids. Participaram 36 pessoas, homens e mulheres, em relacionamento heterossexual e sorodiferente. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e clínico e entrevista semi-estruturada, analisados, respectivamente, por estatísticas descritivas e Análise Categórica Temática. Metade dos participantes era do sexo feminino e a maioria residente no interior do estado. Sobre o tempo de diagnóstico, grande parte relatou conhecimento a mais de três anos. A tendência de feminização da Aids foi observada nos dados, uma vez que metade dos participantes soropositivos são do gênero feminino. Dentre as práticas de risco, os dados apontaram para o não uso sistemático do preservativo e observou-se o envolvimento em relações extraconjugais, por parte do gênero masculino, salientando que nem sempre tais relações ocorreram de maneira segura. Referente às entrevistas, emergiram 3 Classes Temáticas: “Descoberta do Diagnóstico”, “Cotidiano do Casamento” e “Prevenção”. Ficam claras as fragilidades que envolvem o gênero feminino acerca de suas práticas sexuais, uma vez que nem sempre tal gênero possui capacidade de negociar o tipo de relação sexual a ser estabelecida. Portanto, considera-se que ações de políticas públicas- levando em consideração as crenças e construções sociais que permeiam as escolhas sexuais desses casais- voltadas para esta população,

podem contribuir para a redução dos riscos da transmissão do HIV/Aids entre casais sorodiferentes.

PALAVRAS-CHAVE: HIV/Aids, sorodiferença, gênero.

SOCIAL CONSTRUCTION OF GENDERS AND ITS INFLUENCE ON HIV/AIDS SERODIFERENT RELATIONSHIPS

ABSTRACT: The success of antiretroviral treatment for HIV / AIDS has led to increased life expectancy and quality of life for those living with the disease, resulting in an increasing frequency of HIV / AIDS serodifferent couples, which brings new challenges to Health care with issues related mainly to the practice of safer sex, highlighting challenges are permeated by gender issues. The aim of this paper was to analyze the vulnerabilities related to gender issues in HIV / AIDS serodifferent couples. Thirty-six people, men and women, participated in heterosexual and serodifferent relationships. A sociodemographic and clinical questionnaire and semi-structured interviews were used, analyzed respectively by descriptive statistics and Thematic Categorical Analysis. Half of the participants were female and mostly resident in the interior of the state. About the time of diagnosis, most reported knowledge more than three years. The trend towards feminization of AIDS was observed in the data, since half of the HIV-positive participants are female. Among the risk practices, the data pointed to the systematic non-use of condoms and the involvement in extramarital relationships by the male gender was observed, noting that such relationships did not always occur safely. Concerning the interviews, three Thematic Classes emerged: “Diagnosis Discovery”, “Marriage Daily Life” and “Prevention”. It is clear the weaknesses that involve the female gender about their sexual practices, since such gender does not always have the ability to negotiate the type of sexual relationship to be established. Therefore, it is considered that public policy actions - taking into account the beliefs and social constructs that permeate the sexual choices of these couples - aimed at this population, can contribute to reducing the risks of HIV / AIDS transmission among serodifferent couples.

KEYWORDS: HIV / AIDS, serodifference, gender

1 | INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento, o HIV/Aids tem passado por diversas transformações referentes ao perfil epidemiológico e história natural. No começo era vista enquanto sentença de morte, todavia, com os avanços científicos relacionados ao diagnóstico e ao tratamento, tem-se um aumento na qualidade de vida das pessoas que possuem o vírus (POLEJACK, 2001; REIS, 2004; SILVA, 2009). Enquanto desdobramentos de tais avanços, observa-se a frequência de casais cujas sorologias para o HIV/Aids são distintas.

A literatura aponta algumas crenças desenvolvidas em casais sorodiferentes-casais onde apenas um dos parceiros possui a sorologia positiva para o HIV/Aids-objetivando a manutenção da vivência sexual sem conflitos. Dentre tais crenças,

ressalta-se o não uso do preservativo em consequência do HIV/Aids ser encarada como uma doença controlada com fácil acesso aos medicamentos, o que pode extinguir o temor de ser infectado por ela (REMIEN, 2002). Outra crença que vale destacar é acerca da rejeição do preservativo enquanto prova de amor (REIS, 2004; REIS; GIR, 2009), uma vez que a solicitação do método poderia desencadear insegurança e instabilidade no relacionamento (Gonçalves et al., 2009). Diante disso, Gonçalves et al (2009), verificou que a prevenção por meio do uso de preservativo estaria ligada à ideia da quebra da confiança no parceiro, abalando assim, o ideal de amor romântico. Ainda vale ressaltar que as questões de gênero também podem contribuir para uma maior susceptibilidade ao HIV/Aids, uma vez que homens e mulheres nem sempre estão em posição de igualdade no que diz respeito às práticas sexuais que serão estabelecidas (REIS, 2004).

Outro ponto a destacar é no que tange às diferenças entre casais que começaram o relacionamento em condição de sorodiferença (casais pós diagnóstico) e aqueles cuja sorodiferença se deu durante o relacionamento (casais pré diagnóstico), isto é, para a segunda modalidade mencionada, os comportamentos sexuais exigem transformações na dinâmica afetiva sexual (AMORIM E SZAPIRO, 2008).

De acordo com Saldanha (2003), os riscos de contaminação pela Aids se estabelecem segundo uma hierarquia de preocupações onde a ordem não é prioritária. O desejo de fusão com o parceiro pode resultar no desprendimento frente à doença. Kornblit e Diaz (2000) afirmam que a busca pela intimidade bem como pela aspiração de demonstrar o caráter absoluto do amor que se tem pelo outro desencadeiam no afastamento da possibilidade de qualquer outro tipo de racionalidade, incluindo assim, a prevenção.

A autora ainda aponta que práticas sexuais seguras podem ser mais escassas nos relacionamentos perpassados por elementos do amor romântico, pois à medida que o relacionamento se estabiliza, o uso do preservativo tende a ser substituído por outros métodos, objetivando apenas evitar a gravidez. Saldanha (2003) também salienta que, a despeito de existir a percepção do risco da Aids, entregar-se totalmente se configura enquanto aspecto mais significativo nos relacionamentos estáveis quando caracterizados pelo amor romântico. Portanto, essa entrega faz parte da subjetividade feminina, o que afasta, qualquer preocupação que possa dificultar tal entrega, como por exemplo, os cuidados com a saúde (SALDANHA, 2003).

Na América Latina ainda há uma predominância da “cultura do machismo” cuja cultura diz respeito ao estabelecimento de relações de poder entre homens e mulheres, acentuando-se o domínio masculino e, conseqüentemente, a submissão feminina, repercutindo inclusive, na área sexual (MALISKA et al, 2007). Em estudo realizado por Maliska e colaboradores (2007), em um Serviço de Atendimento Especializado (SAE) da cidade de Florianópolis, observou-se que o gênero feminino possui mais dificuldade em negociar a utilização do preservativo com seus parceiros, ainda que o relacionamento seja caracterizado pela sorodiferença. Conforme os relatos, foram

verificados aspectos de vulnerabilidade em algumas mulheres, uma vez que nem sempre havia condições de negociação sobre o uso do preservativo, visto tais aspectos estarem imbricados com a construção histórica e social dos gêneros (MALISKA et al; STEARNS, 2012).

2 | OBJETIVO

Analisar as vulnerabilidades relacionadas às questões de gênero em casais sorodiferentes para o HIV/Aids.

3 | MÉTODO

Participantes

No primeiro estudo, contou-se com uma amostra de 36 indivíduos em relacionamento heterossexual e sorodiferente para o HIV/Aids, com média de 36,4 anos de idade (DP=10,51, variando de 19 a 70 anos), sendo a metade de cada sexo. No segundo momento, foram entrevistados oito casais heterossexuais sorodiferentes para o HIV, atendidos no ambulatório durante o período do estudo.

Os critérios utilizados para inclusão dos participantes foram: estar em relacionamento sorodiferente para o HIV e conhecer essa condição sorológica no mínimo há um ano, apresentar boas condições clínicas e emocionais e concordar em participar do estudo. Para a entrevista, seguiram-se esses mesmos critérios, além de ser necessária a presença conjunta do casal.

Instrumentos

O instrumento utilizado na primeira etapa foi um questionário estruturado autoaplicável, versando sobre o perfil biodemográfico e práticas sexuais. Sobre as entrevistas semiestruturadas, estas buscaram a compreensão da vivência sorodiferente, ocorrendo com a presença de ambos os parceiros. A priori, perguntou-se “*Como seria estar em um relacionamento afetivo sexual, no qual apenas um possuía o vírus HIV*”, posteriormente foi perguntado a esses casais acerca de dificuldades relacionadas a tal parceria.

Análise de dados

Os dados foram analisados através de estatística descritiva, com a utilização de medidas de posição (Média, Mediana) e de variabilidade (Desvio Padrão, Amplitude). Em relação às entrevistas, foram analisadas com base em categorias determinadas a partir dos temas suscitados, sendo processados por meio de um conjunto de etapas, conforme a proposta de Figueiredo (1993).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos participantes indica pessoas com média de 36,4 anos de idade (DP=10,51, variando de 19 a 70 anos), metade do sexo feminino e a maioria residente

no interior do estado (N=27). Dos 36 participantes, 26 afirmaram sorologia positiva para o HIV/Aids; sobre o tempo de diagnóstico, grande parte (N=30) relatou conhecimento a mais de três anos. No que concerne ao tipo de relacionamento, metade se encontra em modalidade pré diagnóstica.

Dentre as práticas de risco, os dados apontaram para o não uso sistemático do preservativo (N=18) e para relações extraconjugais (N=12), dos quais somente 4 afirmam a utilização do método sempre.

Identificam-se, portanto, fatores de vulnerabilidade na vivência sexual desses casais, posto que um pouco mais da metade dos respondentes confessaram o não uso sistemático do preservativo, ainda que se trate de casais onde um parceiro é soropositivo para o HIV.

Além desses fatores mencionados, observa-se o envolvimento em relações extraconjugais, por parte do gênero masculino, salientando que nem sempre tais relações ocorreram de maneira segura, demonstrando assim, a posição de vulnerabilidade que o gênero feminino se encontra, visto que, muito provável, as relações sexuais com a parceira se dão sem a utilização do preservativo.

Pesquisas indicam que influências do amor romântico no gênero feminino, favorecem o aumento da vulnerabilidade, em razão de o pensamento de se manter mais próxima do parceiro pela não utilização do preservativo bem como por opção de encarar o risco da infecção enquanto prova de amor ao parceiro soropositivo serem verificados em muitas vivências sexuais (SALDANHA, 2003; REIS; GIR, 2009).

Referente às entrevistas, estas possibilitaram a captura de formas de diálogo entre os casais. Em relação a modalidade de união, dos oito casais entrevistados, cinco eram casais pós-diagnóstico. A descoberta do diagnóstico de uma doença sem cura, geralmente, desencadeia reflexão e pode suscitar questionamentos acerca das relações interpessoais em evidência, e também pode gerar sentimentos ligados à ansiedade, depressão dentre outros. Para os participantes da pesquisa, o momento relacional do conhecimento diagnóstico, fez diferença. No caso daqueles que souberam do diagnóstico antes de iniciar o relacionamento, os sentimentos, a princípio, foram de medo e rejeição. Para os casais pré diagnóstico, a situação se deu de maneira mais delicada, uma vez que multifatores foram estabelecidos, como o sentimento de invulnerabilidade, o fato da descoberta da traição e a questão da culpa. As falas a seguir indicam aspectos mais complexos, principalmente, no gênero feminino.

Dar início a uma relação amorosa com conhecimento sobre a condição sorodiferente nem sempre diz respeito a ausência de conflitos ou receio entre o casal envolvido (pós-diagnóstico). Porém, situações distintas podem estar implicadas, dependendo daquele que detém o diagnóstico. No caso do parceiro soronegativo, a descoberta sorodiferente na modalidade pós diagnóstica pode gerar dissonâncias acerca da possibilidade de desistência do relacionamento, contudo, os discursos proferidos por participantes soronegativos apontaram que, seguidamente ao impacto inicial, viver em sorodiferença pode ser naturalizado, de acordo com trechos abaixo:

“Assim que a gente se conheceu, ela logo me contou que tinha HIV, sei lá, na hora que eu soube eu queria desistir né, eu tive medo de pegar, de ser contaminado. (HIV- M CASAL7).

Não obstante, para o parceiro soropositivo, a descoberta de sua condição antes início do relacionamento pode apontar para elementos ligados ao medo da rejeição, contribuindo para o surgimento de sentimentos relacionados à angústia e insegurança. De modo similar, pesquisas demonstram que é frequente o temor por parte de pessoas solteiras soropositivas em revelar ao outro sobre sua condição sorológica, em virtude do receio da rejeição, levando em muitos casos, ao sigilo sobre o HIV e a não exigência pelo uso do preservativo (SILVA; CAMARGO JR, 2011).

“Eu tive medo de que ele não me quisesse por isso, deu medo, de ser rejeitada.” (HIV+ F CASAL8).

Acerca das subcategorias emergidas na modalidade pré diagnóstico, o sentimento de invulnerabilidade anterior à descoberta diagnóstica, foi referido por uma parceira. Tal sentimento pode não favorecer a adesão de medidas profiláticas no que tange a hábitos sexuais (REMIEN, 2002).

“Não senti medo mesmo, porque assim, nem passava pela minha cabeça isso, sei lá, eu não imaginava. A partir do momento que a gente soube, eu pensei logo “Meu Deus, isso tinha que acontecer comigo?” (CASAL6 HIV- F).

A infidelidade foi outro elemento apontado por casais pré diagnóstico, uma vez que a descoberta da sorodiferença indicou possíveis relações extraconjugais, no caso do presente estudo, as investidas sexuais fora do casamento se deram por parte do gênero masculino, contribuindo para que aspectos do amor romântico fossem postos em cheque, como por exemplo, a fidelidade e a proteção. Conforme o discurso abaixo, verifica-se que a perda da confiança entre os cônjuges se torna mais relevante para a mulher do que a possibilidade de contaminação pelo HIV, de maneira que a infidelidade do parceiro gera maior sofrimento psíquico do que a chance desta está contaminada.

“Quando ele chegou em casa...que ele veio me dá a resposta, nossa!Pra mim acabou tudo ali, foi como se tivesse um buraco ali e eu cai dentro!Porque eu achei que ia dá negativo, aí de repente, vem esse resultado, então, pra mim, foi uma bomba, entendeu. Eu estava terminando o almoço, aí quando ele chega vem com essa notícia, ele tava assim, tranquilo, calmo, já eu ne. Eu fiquei arrasada não foi nem de eu ter pegado não, foi dos dois ne, do HIV nele e da traição. (CASAL6 HIV- F).

Referente ao impacto do HIV no parceiro soropositivo em relacionamento pré-diagnóstico, o segredo exposto em virtude da descoberta diagnóstica, pode desencadear em uma série de temores relacionados ao abandono da família (POLEJACK; COSTA, 2002), visto a descoberta do diagnóstico está relacionada com a descoberta da traição, conforme a fala abaixo sugere:

“Passou logo na minha cabeça que eu ia perder minha família! Ela não ia entender quando eu chegasse em casa com uma notícia dessas!” (CASAL6 HIV+ M).

Outro sentimento que também emergiu na fala de casais pré-diagnóstico, é a culpa. No caso da parceira soropositiva, percebe-se sentimento de angústia diante da possibilidade desta ser responsável pela transmissão do vírus ao parceiro, já o

parceiro soronegativo deixa clara a possibilidade de culpabilizar a parceira frente a uma situação futura de contaminação, podendo gerar mais sofrimento para a parceira.

“Se um dia ele chegar a pegar, eu vou me sentir muito culpada.” (HIV+ F CASAL4).

Aspectos ligados ao medo estão presentes nos discursos de alguns casais, principalmente temores relacionados ao Contágio e à Testagem. O medo do contágio esteve ligado a comportamentos sexuais desprotegidos, conforme sugere a fala:

“...Teve sim uma vez que a gente transou sem camisinha, mas logo em seguida eu fiquei desesperada, ele já veio no outro dia tomar a medicação e depois de uns meses fez o exame e deu negativo.” (HIV+ F CASAL1).

Os discursos demonstram que o medo masculino se ancora no contágio em si, isto é, reflete objetivamente medidas profiláticas, já o gênero feminino está ancorado na culpa, no subjetivo. Conquanto, os dois remetem ao ato de cuidar. O cuidado infere preocupação para com o outro, no sentido de preservação desse, de maneira que diz respeito a uma atitude relacional (Luz & Mirand, 2010). A infecção do outro significaria a falta de cuidado, sendo assim, seria encarada enquanto uma falha da mulher. Nada obstante, os discursos masculinos produzem toda a racionalidade esperada e objetivada em ações práticas e efetivas (SALDANHA, 2003).

Aliado e como consequência do medo do contágio, foi verificada a subcategoria referente ao medo da testagem. Segundo Saldanha (2003), o teste para o HIV pode gerar múltiplos significados, desde positivo, servindo de salvo-conduto para o estabelecimento das práticas sexuais, até o medo da rejeição. Portanto, foram identificados dois discursos: O primeiro estaria ligado a sentimentos de vulnerabilidade pessoal e a necessidade da manutenção da integralidade do corpo; já o segundo diz respeito à aceitação da pessoa do seu risco pessoal como ritual a fim de reduzir a ansiedade ocasionada pela percepção do risco.

“Eu peço também pra ele vir fazer o exame, agora que eu consegui depois de quase 2 anos sem ele querer vir. Eu tento conversar com ele sobre a gente se cuidar, o risco que ele corre, mas ele não deixa nem eu falar, ele se chateia logo, aí eu paro. Não quer nem fazer o exame, eu acho que ele tem medo de fazer e descobri que tem, por isso ele tá sempre adiando...” (HIV+ F CASAL3).

“E ela tá sempre fazendo o exame, ela faz exame de seis em seis meses. Mas depois desses sustos, a gente agora só faz com camisinha. Pra evitar eu dá complicação pra ela, a gente sempre usa.” (HIV+ M CASAL5).

A testagem pode representar tanto a assertiva da chance do contágio, como a própria comprovação. Mesmo os casais que admitem a susceptibilidade à Aids, estes também reconhecem a ambivalência referente ao atendimento em ações preventivas.

A categoria *Cuidado* está relacionada ao apoio do parceiro soronegativo no tratamento do parceiro soropositivo bem como a motivação para a adesão ao tratamento medicamentoso. Os resultados apontam um maior apoio das mulheres soronegativas para com os seus parceiros soropositivos. Sobre a adesão ao tratamento, foi verificada a relevância do cuidado do parceiro na manutenção do tratamento.

“Ele é teimoso, teimoso no tratamento, ele não entrou aqui dentro na enfermaria, eu que já pedi pra ele entrar, eu já entrei porque eu sou muito corajosa, eu queria mostrar a ele, porque eu já vi muita situação difícil, eu já disse até ao médico “Bota ele aí dentro, doutor, pra ele vê como é”, pra ele se orientar! Então, assim, durante

quatro anos, sou eu quem marco as consultas, sou eu quem pego medicamento, tudo sou eu, você não vê ele aqui. Então eu faço de tudo pra não acontecer com ele o que eu vejo ali dentro.”(enfermaria) (CASAL6 HIV- F).

“Eu sempre to mandando ela tomar o remédio, aí ela diz ‘É muito forte, se fosse tu, tu não aguentava’.” (HIV- M CASAL3).

Entretanto, este cuidado, no que diz respeito ao masculino, se resume à lembrança dos horários das medicações. Ao se tratar do acompanhamento durante as consultas e exames, o apoio masculino não foi mencionado.

“Ele participa pela metade, quando eu chego, eu conto tudo. Ele participou mesmo na gravidez, ele participou mesmo. E ele nunca me avisa dos horários não, ele é mais esquecido que eu” (HIV+ F CASAL4).

O enfrentamento esteve ancorado no apoio do parceiro e no sigilo. Para o gênero feminino, foram apreendidos discursos ligados a importância do apoio do parceiro no tratamento, sendo possível visualizar elementos do amor romântico, explicando a manutenção do relacionamento. Ainda que a Aids seja vista enquanto fonte de angústia e dificuldade, ganhos secundários foram observados no contexto da doença, exclusivos para o feminino, ganhos estes referentes ao maior apoio do parceiro diante da situação diagnóstica.

“Eu acho tão bom que ele venha, que ele acompanhe, porque é tão ruim quando a gente chega aqui sozinha, No início era muito difícil eu chegar aqui sozinha, eu não tinha ninguém, me sentia muito sozinha, e agora eu tenho ele.” (HIV+ F CASAL8).

As barreiras para a adoção de medidas preventivas foram observadas em discursos ligados à utilização do preservativo, cuja dificuldade se fez presente ainda que afirmado o uso “sempre”. Mesmo emergido a subcategoria “Uso sempre”, é importante destacar que houve relatos acerca da dificuldade no uso do método. Crenças relacionadas ao preservativo como “reduzidor do prazer” por alguns casais que, embora escolham pelas práticas sexuais seguras, confessam as dificuldades relacionadas ao uso, salientando que a dificuldade foi mais afirmada no gênero masculino.

“É normal um pouco difícil, mas é normal, seilá, usar camisinha é pouco ruim incomoda ne, a dificuldade é mais essa, todos dois aceitou, num teve barreira não. Agora é ruim, é ruim usar isso viu, transar com camisinha. Eu nunca me acostumei, você acredita?” (HIV+ M CASAL5).

Acerca do uso intermitente do preservativo, observou-se fator de risco, alguns casais afirmaram não retirar o preservativo de suas práticas sexuais, no entanto, confessaram que, algumas vezes, a prática sexual sem proteção aconteceu:

De vez em quando a gente transa sem camisinha. Na hora é bom, mas dois dias depois, ela tá lá com raiva de mim e eu fico matutando. De imediato não, mas depois eu fico pensando. (HIV- M CASAL8).

Ressalta-se que a prevenção pode ser permeada por diversos sentimentos, em especial, no caso de casais pré diagnóstico, os quais tendem a enfrentar a prevenção enquanto transformação no relacionamento. A recusa permanente pelo preservativo também foi referida nesta pesquisa, ainda que os riscos de uma relação sexual sem proteção fossem mencionados, onde vale salientar aspectos relacionados às dificuldades do uso ligadas às crenças distorcidas sobre o preservativo.

De acordo com as falas da subcategoria relacionada à ausência do preservativo,

verifica-se que a dificuldade do uso se fez mais presente no gênero masculino, cuja opinião acabou estabelecendo o tipo de prática sexual a ser estabelecida. Os padrões da utilização do preservativo estão relacionados com o gênero, uma vez que a opinião masculina tende a determinar os comportamentos sexuais, conforme verificado pelos trechos de diálogos acima.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casais entrevistados compreendem os riscos envolvidos de uma relação sexual sem a utilização do preservativo, conforme verificado pelas próprias falas dos participantes, em especial nos sentimentos atribuídos ao momento da testagem e mesmo após as práticas sexuais. Contudo, entender tais riscos não acarretou, em alguns casos, na adoção de medidas preventivas, pelo fato de as questões de gênero, a presença de crenças distorcidas sobre o preservativo e elementos do amor romântico influenciarem nos comportamentos sexuais.

Diante do exposto, ficam claras as fragilidades que envolvem o gênero feminino acerca de suas práticas sexuais, uma vez que nem sempre tal gênero possui capacidade de negociar o tipo de relação sexual a ser estabelecida. Portanto, considera-se que ações de políticas públicas- levando em consideração as crenças e construções sociais que permeiam as escolhas sexuais desses casais- voltadas para esta população, podem contribuir para a redução dos riscos da transmissão do HIV/Aids entre casais sorodiferentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. C. B., & LABRONICI, L. M. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1), 263-274. 2007.
- AMORIM, C. M., & SZAPIRO, A. M. Analisando a problemática do risco em casais que vivem em situação de sorodiscordância. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(6), 1859-1868. 2008.
- ARAÚJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia: Ciência e profissão*, 22(2), 70-77. 2002.
- BUDÓ, M. L. D., RESTA, D. G., DENARDIN, J. M., RESSEL, L. B., & BORGES, Z. N. Práticas de cuidado em relação à dor. *Esc Anna Nery Rev Enferm*, 12 (1), 90 - 96. 2008.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico – Aids. Brasília:CNDST/AIDS, Ano VIII (01). 2011.
- SILVA, A. M., & CAMARGO JR, K. R. A invisibilidade da sorodiscordância na atenção às pessoas com HIV/Aids. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(12), 4865-4873. 2011.
- COSTA, J. F. Sem fraude, nem favor: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Roco. 1999.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1974.

- FERREIRA, R. C. M. FIGUEIREDO, M. A. C., & SOUZA, L. B. Trabalho, HIV/Aids: enfrentamento e dificuldades relatadas por mulheres. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 259-267. 2011.
- FINKLER, L., BRAGA, P., & GOMES, W.B. Percepção de casais heterossexuais em relação à suscetibilidade de infecção por HIV/AIDS. *Interação em Psicologia*, (8)1, 113-122. 2004.
- FLANDRIN, J. L. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: P. Ariès, & A. Benjin (Org.). *Sexualidades ocidentais* (pp.135-152). São Paulo: Brasiliense. 1987.
- GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1993.
- GONÇALVES, T. R., CARVALHO, F. T., FARIA, E. R., GOLDIM, J. R., & PICCININI, C. A. Vida reprodutiva de pessoas vivendo com hiv/aids: Revisando a literatura. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 223-232. 2009.
- KORNIBLIT, A. L., & DIAZ, A. M. M. Las “lógicas” del amor en relación con La prevención del contagio de VIH/sida. *Acta psiquiátrica da América Latina*, 46(1),23-32. 2000.
- LÈVI-STRAUS, C. Antropologia estrutural I. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1976.
- LUZ, P. M., & MIRAND, K.C.L. As bases filosóficas e históricas do cuidado e a convocação de parceiros sexuais em HIV/Aids como forma de cuidar. *Ciências & Saúde Coletiva*, 15(1), 1143-1148. 2010.
- MALISKA, I. C. A., SOUZA, M. I. C., & SILVA, D. M. G. V. Práticas sexuais e o uso do preservativo entre mulheres com HIV/Aids. *Cienc. Cuid. Saúde*, 6(4), 471-478. 2007.
- NASCIMENTO, A. M. G., BARBOSA, C. S., & MEDRADO, B. Mulheres de Camaragibe: representação social sobre a vulnerabilidade feminina em tempos de AIDS. *Revista Brasileira Saúde materno e infantil*, 5(1), 77-86. 2005.
- POLEJACK, L. *Convivendo com a diferença: dinâmica relacional de casais sorodiscordantes para o HIV/Aids* (Dissertação de mestrado em Psicologia) Universidade de Brasília, Brasília, Df. 2001.
- POLEJACK, L., & COSTA, L. F. Aids e conjugalidade: o desafio de com (viver). *Revista de Ciências Sociais e Humanas*, 13(1), 131-139. 2002.
- PRIORE, D. M. História do amor no Brasil. São Paulo: Editora Contexto. 2011.
- REIS, R. K., & GIR, E. Convivendo com a diferença: o impacto da sorodiscordância na vida afetivo-sexual de portadores do HIV/Aids. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 44(3), 759-765. 2009.
- REIS, R. K. *Convivendo com a diferença: o impacto da sorodiscordância na vida afetivo-sexual de portadores do HIV/Aids* (Dissertação de mestrado em Enfermagem) Universidade de São Paulo, São Paulo, Sp. 2004.
- REMIEN, R. Uma revisão dos desafios para casais sorodiscordantes e questões de Saúde Pública: implicações para intervenções. In: I. Maksud., J. R. Terto., & v. V. Pimenta (Org.). *Conjugalidade e Aids: a questão da sorodiscordância e os serviços de saúde* (pp. 21-25). Rio de Janeiro: ABIA. 2002.
- RIBEIRO, K. C. S. *Intervenção psicoeducativa dirigida à prevenção de DST's e gravidez não planejada para adolescentes jovens*. (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2013.
- RIBEIRO, K. C. S., SILVA, J., & SALDANHA, A. A. W. Querer é poder? A ausência do uso de

preservativo nos relatos de mulheres jovens. *Jornal Brasileiro de DSTs*, 23(2), 84-89. 2011.

SALDANHA, A. A. W. *Vulnerabilidade e Construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável*. (Tese de doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

SILVA, J. *O viver com aids depois dos 50 anos e sua relação com a Qualidade de vida* (Dissertação de mestrado em Psicologia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Pb.2009.

STEARNS, P. N. *História da sexualidade*. São Paulo: Editora Contexto. 2010.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo*. São Paulo: Editora Contexto. 2011.

A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS

Data de aceite: 17/03/2020

Gustavo Nogueira Dias

Doutor, UNR (Universidade Nacional de Rosário),
Vínculo Institucional: Escola Federal Ten. Rego
Barros. Email: gustavonogueiradias@gmail.com

Wagner Davy Lucas Barreto

Mestre, Vínculo Institucional: Escola Federal Ten.
Rego Barros. E-mail: profwlucas@yahoo.com.br

Gilberto Emanuel Reis Vogado

Doutor, PUC SP (Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo). Vínculo Institucional: Escola Federal Ten.
Rego Barros. E-mail: gvogado@globo.com.

Eldilene da Silva Barbosa

Mestre. UNAMA (Universidade da Amazônia).
Vínculo institucional: Universidade Rural da
Amazônia(UFRA) . eldilenebarbosa@gmail.com

Natanael Freitas Cabral

Doutor, PUC RJ (Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro). Vínculo Institucional: Centro
de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade
Estadual do Pará. E-mail: natanfc61@yahoo.com.
br

RESUMO: A pesquisa mostra que o problema da violência tem sido recorrente e com o aumento do consumo de drogas tem tomado direções de difícil contorno pelos gestores das escolas. Várias razões para o problema são elencadas, o problema social da educação, onde a submissão dos pais em relação aos

filhos é maior, não conseguindo dar mais ordens ter mais pulso e nem propriedade sobre o que pedem e o que fazem; a escola que privilegia os alunos provenientes de uma classe socialmente dominante, esquecendo-se que a grande maioria vem de classes minoritárias. Dentre todos os problemas, a miséria; o uso de drogas; a chegada da adolescência; a inserção do grupo pesquisado em áreas de risco pertencentes à Territorialização Perversa; a falta de definição de um currículo pleno e adequado aos nossos problemas sociais; a falta de punição adequada; a influência do *habitus* familiar têm contribuído para disseminação da violência, estimulando atividades paralelas com o predomínio do tráfico de drogas e crime organizado onde apresenta uma crescente aproximação com a comunidade local carente de todos os tipos de serviço e benfeitoria não fornecida pelo Estado, provocando o aumento de todas as taxas de criminalidade o avanço do narcotráfico como também o aumento dos casos de transtornos psicológicos. Dentre essas razões, a violência tem aumentado.

PALAVRAS CHAVES: Violência, Uso de Drogas, Territorialização Perversa.

ABSTRACT: Research shows that the problem of violence has been recurrent and with increasing drug use has taken difficult directions by school managers. Several reasons for the

problem are listed: the social problem of education, where the submission of parents to their children is greater, unable to give more orders to have more pulse nor ownership over what they ask and what they do; the school that privileges students from a socially dominant class, forgetting that the vast majority come from minority classes. Among all the problems, misery; drug use; the arrival of adolescence; the insertion of the researched group in risk areas belonging to the Perverse Territorialization; the lack of definition of a full and adequate curriculum to our social problems; the lack of adequate punishment; The influence of family habitus has contributed to the spread of violence, stimulating parallel activities with the predominance of drug trafficking and organized crime, where it presents a growing proximity to the local community that is lacking in all kinds of services and improvements not provided by the state, causing the increase in all crime rates the advance of drug trafficking as well as the increase in cases of psychological disorders. Among these reasons, violence has increased.

KEYWORDS: Violence, Drug Use, Perverse Territorialization.

INTRODUÇÃO

A violência esconde em duas de suas várias faces o uso de drogas e delinquência juvenil e se manifesta inclusive em contextos escolares. Existe um conflito entre os interesses da sociedade e as posturas de usuários de drogas que se materializa numa dimensão de medo e incompreensão.

Pelas inúmeras situações que ocorrem no cotidiano muitas vezes não sabemos como agir. Apenas passamos por eles sem expressar qualquer alteração, em diversas ocasiões, por medo, até de falar bom dia, boa tarde ou boa noite, é como se estivéssemos em contato com uma doença contagiosa que ao se aproximar poderíamos ser contaminados por ela.

Percebemos que não somos nós que usamos de pensamentos discriminatórios em relação ao público discente da atualidade. Em entrevistas com professores de uma escola pública estadual em Belém, na semana pedagógica de 2015, outros docentes compartilhavam da mesma angústia: por que tratamos alguns de nossos alunos com olhares e pensamentos, como se fossem a escória do mundo, discriminando todas as suas atitudes, palavras ou cumprimentos?

COMO REDUZIR A CRIMINALIDADE?

Qual a melhor forma de combater a criminalidade? A idade penal brasileira é muito alta? Segundo o Anuário de Segurança Pública (2015), praticamente 45% dos crimes e assaltos cometidos à mão armada, são de menores infratores.

A pena de morte tem sua origem histórica, no âmbito internacional, tendo como fato, a punição. Outrora, à época do Brasil Colonial, isto é: antes da independência (1822), estava adotado o regime da pena de morte para os crimes comuns. O fim - formal - da pena de morte ocorreu com a Constituição de 1891, apesar de ter sido

contemplada, ainda que por pouco tempo, na República, em 1937. O Código Criminal, 1830, não a excluiu, mas sua aplicação ficou limitada a casos de homicídio, latrocínio e rebelião de escravos; mostrando-se como tenaz mecanismo de controle social em face do regime absolutista, que não admitia contraposição; aboliram-se os espetáculos circenses e passou-se a julgar, através de um conselho de jurados, composto de doze cidadãos, Beccaria (2001).

Pela Constituição Federal Brasileira, qualquer projeto de lei que verse sobre pena de morte é rejeitado pelo Senado Federal e Congresso Nacional e não passam para nenhuma votação. É vetado automaticamente, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013.

O Jornal Diário do Pará (2014, dezembro), relata que policiais confirmam que nas celas de muitas delegacias da cidade de Belém cabem em torno de 12, mas tem 20 ou mais detentos e que os delegados, no geral só prendem se for gravíssimo e alegam que não existem penitenciárias e nem celas nas delegacias da cidade que possam suprir a tamanha demanda de criminosos. Paralelamente a isso temos o problema de grupos de extermínio.

Segundo o diário do Pará, de 15 de dezembro de 2014, que em Belém, PA, está formado um grupo especial que não perdoa criminoso, pois já sabem que o meliante sendo levado para a delegacia e se não tiver acusação formal ou for um crime gravíssimo, provavelmente o delegado vai colocá-lo em liberdade.

Na concepção de Foucault (1999) a punição torna-se a parte mais complicada do processo penal, atingindo várias percepções. Uma delas é a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime. O escândalo sofrido pelo homem no momento em que é exposto na mídia sofre transformações através dos debates que ocasionará a sentença e a vergonha imposta ao réu, através de toda publicidade, que será veiculada na mídia como consequência do crime praticado, gerada pela atrocidade do seu crime.

Um dos grandes problemas de nossas cidades é a quantidade cada vez maior de criminosos a solta; sem dúvida o afrouxamento da severidade penal no decorrer dos anos é um fenômeno conhecido. É o princípio da humanidade em questão; mais respeito, maior suavidade e menos sofrimento, e tanto mais humano será o castigo. Esse problema se agrava, quando se trata de pessoas doentes, psicóticas que estão à solta, matando por motivos irrelevantes. Há crimes que o assassino bate na porta e assim que a pessoa abre, faz o disparo da arma sem nem olhar quem é o sujeito.

O QUE PODE MOTIVAR UMA AÇÃO CRIMINOSA?

Hoje, como também no passado, temos os problemas: Anomalias psíquicas como, por exemplo, os perversos, os loucos, os vagabundos os desorientados, os inabilitados e outras categorias que cada vez mais se somam aos nossos problemas contemporâneos.

A explicação é que o código penal francês de 1810, previa que não há *crime*

(ato ilícito com previsão legal de forma e respectiva pena, determinando um ilícito em espécie. Ex: Lesão Corporal Qualificada), *sem delicto* (ato ilícito utilizado genericamente, estabelecendo que uma conduta ilícita foi praticada. Ex: Ofensa física).

A possibilidade de invocar a loucura excluía a qualificação de um ato como crime, e se não havia crime não existia o delito. Desde então surgiram vários problemas onde os tribunais do século XIX, a partir desse problema começaram a aceitar que é possível alguém ser culpado e louco, devendo ser enclausurado e tratado.

Nas relações humanas atuais, para evitar à violência, a sociedade administra receitas antigas e seculares que sempre deram certo. Formou-se uma sociedade de coerções que são trabalhos desenvolvidos pelo corpo, definindo assim como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros para que trabalhem de uma forma previamente determinada segundo princípios da eficácia, agilidade e rapidez, dessa forma se conheceu um comando chamado disciplina ou obediência, ela inverte a energia fazendo a potência que seria transformada em trabalho em uma sujeição extraordinária, criando uma dominação do corpo marcante.

Não temos prisões seguras. Na maioria delas os grupos associados ao crime, como tráfico de drogas e armas, o encarcerado consegue se associar a outros grupos e assim manter todo um sistema da manutenção de um cartel de crimes praticados continuamente na sociedade sob voz de apenas um comandante ou um grupo fechado de criminosos que estão dentro da prisão e que tornam as suas vozes e vontade atuar em vários segmentos sociais e articulam vários crimes insolúveis pelas autoridades competentes, pois sempre esbarra no óbvio: como punir alguém que já está preso? Já está cumprindo pena por inúmeros crimes?

Abaixo, observe a Figura 01, presídio de Pedrinhas:



Figura 01. Violência nos presídios. Fonte: Revista veja (janeiro 2017).

Pelas informações veiculadas na mídia, revista veja de 15/01/14, percebemos

que inúmeras vezes o governo brasileiro gasta milhões de reais para construir novas prisões, ou reformar penitenciárias. A reforma pode tornar-se muito mais dispendiosa que uma construção normal, porque requer mais atenção ao executar a obra que muitas vezes estão em mal estado por inúmeros motivos incluindo a culpa dos próprios detentos que em rebeliões acabam por inutilizar e corroer toda a parte construída como também pintura das prisões.

O presídio de Pedrinhas foi terceirizado por uma empresa que tem afinidade com o governo do Estado do Maranhão. Os salários dos monitores são completamente defasados em relação aos agentes penitenciários efetivos do Estado. A este fato, existe o arsenal de facas, telefones e armas apreendidas. A ordem geral em voga na penitenciária de Pedrinhas é decapitar e despontar com a cabeça do desafeto nas mãos.

Como relata Foucault (1999):

O famoso artigo 3º do código francês de 1791 — “todo condenado à morte terá a cabeça decepada” — tem estas três significações: uma morte igual para todos; uma só morte por condenado, obtida de uma só vez e sem recorrer a esses suplícios e o castigo unicamente para o condenado, pois a decapitação, pena dos nobres, é a menos infame para a família do criminoso.

Parece que voltamos aos tempos da revolução Francesa, narradas por Foucault, onde o suplício é a característica principal das execuções, sendo a cabeça separada do corpo como um troféu, chegando às vezes a ridicularizarem com a cabeça improvisando brincadeiras semelhantes a uma bola de futebol. Outro método adotado pelos presos é o esquartejamento, a fim de desaparecerem com o corpo.

OS CÓDIGOS DE PUNIÇÃO E A REAL EFICÁCIA

De acordo com Foucault (1999), seria ingênuo acreditar que a lei é feita para todos. É legal reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros e que inicialmente ela obriga a todas as pessoas, mas são encaminhadas as classes mais numerosas e sua aplicação não se refere a todos da mesma forma. O que se entende é que por falta de recursos e de educação estes grupos sociais não sabem conservar-se nos limites da lei. A burguesia não se interessa pelos loucos e indisciplinados, mas pelo poder; não se importa com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância no ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, segue, punem e reformam o delinquente.

O efeito bumerangue da delinquência é o fato de que quando o criminoso é encaminhado para uma prisão e que o estado ao punir com uma pena específica, não consegue corrigir, seria como uma espécie de “punição-reprodução”, nesta espécie de reformatório acaba se tornando uma forma de escola de violência, onde o delinquente aprende novas técnicas de matar, roubar, estuprar, etc.

Atualmente os delinquentes se veem a praticar uma criminalidade localizada de uma forma política sem representar algum perigo e economicamente sem consequência. A justiça penal funciona como uma válvula de transmissão. Ela faz a troca de papéis, cujos principais atores são a polícia, a prisão e a delinquência.

A força inercial que a prisão opõe a justiça é coisa antiga. Talvez seja efeito da esclerose do deslocamento do poder. Podemos dizer que a justiça penal é feita para atender a demanda de um grupo de pessoas atreladas a um meio de controle mergulhado a sombra da delinquência. O delegado prende e após alguns dias solta. Não porque quer ou porque sente vontade ou é corrompido. Solta porque não há mais espaço. Surgiu outro criminoso com “peso” maior. Cometeu mais crimes, até hediondos e talvez não seja possível manter aquele que cometeu um crime primário em comparação a este último que cometeu vários crimes. O detentor da lei neste momento tem que julgar por opção de justiça mais adequada.

Não há espaço físico na cela disponível naquela determinada delegacia para mais um. Neste momento o responsável pela manutenção da lei, tem que soltar aquele que representa menor periculosidade para a sociedade. Abrindo as portas para este criminoso certamente se sentirá impune, e que nada o atingiu. Passou apenas 24hs detido em uma cela com 20 ou 30 pessoas e de repente é solto, sem nem ao menos pedir ou solicitar um defensor. No seu julgamento isso se torna um efeito multiplicador de atrocidades. Nada lhe acontece, é o que pensa. A partir desse momento a válvula de reprodução da violência começa a se dilatar até o momento em que este delinquente acaba por cometer crimes cada vez mais alarmantes onde não poderá ser trocado por outro na cela por ordem de importância de atrocidades cometidas.

AS LEIS BRASILEIRAS E O MENOR INFRATOR

Hoje o adolescente quando comete um ato infracional grave, não passa muito tempo retido, no máximo três anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, (2017) o protege de uma forma incompreensível. De acordo com o gráfico da figura 25, percebemos que em torno de 60% dos crimes de morte são cometidos por sujeitos menores de 18 anos, são chamados de atos infracionais. E são beneficiados pela lei onde a maioria penal é só aos 18 anos.

No passado as pessoas que iam para os grandes centros trabalhar, encontravam fábricas que eram na verdade espécie de convento, fortalezas, que se entrava e só se conseguia sair no final do expediente, onde o princípio de funcionamento é tirar o máximo de proveito das forças unidas de produção e dessa forma retirar todos os seus inconvenientes iniciando aí a denominação de organização.

O princípio da organização de diversas formas, como por exemplo, em fila ou questões resolvidas por certa ordem de dificuldade, chamada dos alunos por ordem estritamente rigorosa alfabética. A forma de organização foi um dos grandes avanços da educação como um todo. Impõe ao indivíduo a noção de comportamento serial,

onde aparece a educação passo a passo.

Essa noção de hierarquia foi toda esquecida e perdida, intrinsecamente na consciência do sujeito. Sem dinheiro, sem família, para lhe dar apoio, e com fome, este indivíduo terá a certeza quase absoluta de ser um soldado implacável voltado ao crime. É a selva urbana.

Homem saudável, forte, sem emprego, sem família sem qualquer tipo de ajuda financeira é a receita favorita da composição flagrada do nascimento de um criminoso nesta terra de dominação de classes e de falta de oportunidades. Estes são os estágios de evolução de um indivíduo nascido “normal” para um tirano das ruas.

Obsta claramente a ressalva de um princípio que não pode ser esquecido em nenhuma hipótese: *Não Ociosidade*. O fato de estar desocupado, sem nenhuma atividade pode, em algum momento, declinar este sujeito a praticar atitudes que lhe remetam a um código de ações não autorizadas e nem permitidas em nossa sociedade, como exemplo, assaltos, assassinatos, estupros e os inúmeros crimes existentes em nossa coletividade.

Na concepção de Foucault (1999) a disciplina faz funcionar um poder relacionado que se sustenta por seus próprios mecanismos, substituindo o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Os exames e provas estão no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber, é a prática e a instituição do sistema de provas e exames que se consegue extrair do máximo das forças e do tempo necessário à consecução dos objetivos.

Observamos que o criminoso de amanhã talvez seja o nosso aluno de hoje. E até o próprio bandido é o nosso aluno. Falamos muitas vezes que não há punição como outrora. O sistema educativo e suas ações punitivas mudaram drasticamente. Nós somos investidos de relações de poder e de dominação.

Um sistema de trabalho só será possível se este está atrelado a um sistema de sujeição e resignação. Este ser só se torna útil se for produtivo e submisso. Provavelmente o comportamento destes alunos está associado ao conceito de disciplina. Esta exige que cerquemos o seu espaço. É necessário um local protegido, fechado. Hoje a intenção de retornarmos a uma espécie de internato, onde era pelo menos parecia ser, o mais perfeito e caro.

Era nesse sistema que ocorria o mapeamento dos sujeitos, seu esmiúçamento e descrições de atitudes e palavras dos indivíduos. Dessa forma se forjava a personalidade e o caráter dos alunos internados. Essa forma de ensino está voltando. Fala-se em escolas profissionalizantes em que o aluno entra pela manhã e sai à tarde com aulas normais do ensino médio pela manhã e à tarde o ensino profissionalizante ou vice-versa de acordo com a clientela. Estamos percebendo que o tempo ocioso de nossos alunos pode custar muito mais caro que a implantação de tal sistema.

Voltamos aos princípios das escolas religiosas “É proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens”. (Foucault, 2012).

O nosso saber e nossa produção natural de força de trabalho é colocada sob a ação de duas forças, a de poder e de dominação. A força de trabalho só é possível se estamos atrelados a um sistema de condicionamento e submissão, não ocorrida apenas pelos instrumentos de opressão, pode ser calculada e sutil, mas tem a capacidade de impor uma ordem, um comando de forma hierarquizada e que todos obedeçam, desvelando assim táticas em que as relações humanas administram o seu domínio. Quem detém o poder provavelmente tem através de suas relações interpessoais o domínio de várias atitudes e feitos sociais excludentes de inúmeras classes sociais. A dominação funciona como um quartel general em que a patente mais alta dita a todos as normas de conduta a serem praticadas sob uma lente defeituosa que os erros são determinados somente sob o seu aspecto e orientação, não coexiste outra lei senão a ditada pelo soberano que detém o poder e juntamente com este atributo inerente a ele nasce o saber.

A contribuição de Foucault (2008) é a de conceber o poder não como algo fixo, nem tampouco como partindo de um centro. Poder e saber são mutuamente dependentes. Não existe saber que não seja a expressão de uma vontade de poder. Ao mesmo tempo, não existe poder que não se utilize o saber, sobretudo de um saber que expressa como conhecimento das populações e dos indivíduos submetidos ao poder. Saber que se torna uma fonte de informação privilegiada. Funciona da mesma forma que um operador da bolsa de valores que detém informações que podem deixar um homem milionário em menos de 24 horas. Assim podemos conceber o poder e saber como algo mútuo, solidário reciprocamente ao outro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das três informações básicas, poder, dominação e saber, forma uma tríade, que na atualidade se transforma em uma espécie de monstro em que toda a atividade humana sofre interferência dos sujeitos que detém esta tríade ao seu dispor.

O indivíduo que articula essas três informações, provavelmente orchestra a disciplina e organiza uma economia positiva de um emprego do tempo. A conquista do trabalho prevê atividades próprias que devem ser realizadas em tempo únicas e exclusivas durante o seu trabalho. Observa-se aí o uso adequado do tempo. O indivíduo não tem tempo para pensar em outra coisa a não ser terminar o trabalho e ir para casa descansar. Repouso esse, justo e adequado ao tempo de trabalho e produtivo e apropriado para as relações familiares. A não ociosidade pode, em algum momento e situação da vida do sujeito afastar a possibilidade desse indivíduo em entrar na vida do crime. Não que isso seja regra, pois há muitos empresários, políticos, funcionários públicos e talvez até religiosos que tenham rotinas extremamente atribuladas e cometem vários crimes, peculato (dinheiro público mal aplicado ou desviado), roubo de equipamentos e de dinheiro público e etc.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

É necessário rever os nossos códigos, discutir a redução da idade penal e rever as regras e leis aplicadas na atualidade de forma a reduzir a criminalidade principalmente na forma embrionária de infração penal.

A disciplina, o uso do tempo, o saber, a articulação do poder e o exercício da dominação são itens importantes que podem eventualmente ser relacionado à prática do habitus, coexistente no indivíduo como também no padrão social em que vive.

A falta da definição de um currículo pleno e adequado aos nossos problemas sociais, que permita aos jovens ter condições de se habilitar a uma vaga no mercado de trabalho é um dos maiores problemas, onde o indivíduo não vê um futuro próximo necessário para encontrar o meio correto de sobrevivência. Estas não adequações de uma forma organizada dos conhecimentos curriculares podem afetar o seu comportamento futuro interferindo na construção da cidadania, acarretando um vazio e uma falta de um objetivo específico com o não desenvolvimento de uma futura carreira do trabalho, manifestando a insatisfação destes grupos através da violência no ambiente escolar.

A idade em que nossos jovens concluem o ensino médio é entre 17 e 23 anos, considerada muito tardia comparada a outros países. A partir desse momento é que se pensa em adquirir uma profissão indo para a universidade, ou seja, para aqueles sujeitos, que por qualquer motivo, não tiverem condições de prosseguir seus estudos este não terá uma profissão e estará fadado a ter um currículo igual a todos os milhares de jovens, sem nenhuma habilitação para o mercado de trabalho, causando o desestímulo em prosseguir seus estudos e de certa forma propalando a violência no ambiente escolar, pois vê um obstáculo muito rígido na construção da sua cidadania sem um modo coerente de sobrevivência em sociedade.

Estas formas de punição apresentada pelo ECA, em que o delegado não pode prender o adolescente, se não pode responder criminalmente por isso, tornaram a justiça cega para os maiores delitos criminosos no país, protegendo o adolescente e o estimulando a cometer atrocidades sempre o beneficiando da pouca punição proposta pelo sistema que não passará dos três anos. Esta forma de construção da cidadania proposta pelo sistema de leis como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) tem interferido diretamente na propagação e disseminação da violência dentro e fora do ambiente escolar.

Na própria escola eles são informados de seus direitos e deveres e até são associados aos delinquentes que lá estão matriculados a fim de arregimentar mais soldados do crime. As pesquisas realizadas nas escolas da Pedreira comprovam esta situação, 36% dos adolescentes estão enquadrados como possuidores de transtorno parcial da personalidade onde o primeiro indicativo do provável envolvimento com a delinquência que começa dentro da escola e com 21% de adolescentes com transtorno global da personalidade já com condutas delinquentes reafirmadas por eles em um

questionário respondido em sala e anônimo. Em face de todas as circunstâncias, concluo que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) tem sido o maior entrave na construção da cidadania necessária a sobrevivência da vida humana e a manutenção do sistema escolar, pois sobrepuja o ser humano em todas as esferas permitindo todas as atrocidades cometidas por jovens sem serem punidos como deveriam ser.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 8, Ministério da Justiça, 2015.

BECCARIA, C.: **Os delitos e as penas**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2001.

BRASIL. [ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE]. **Estatuto da criança e do adolescente**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

FOUCAULT, M. :Vigiar e Punir. **História da Violência das Prisões**. 27ª edição. Petrópolis. Ed. Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução Roberto Machado, 25ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Grupos de Milícia em Belém do Pará, 15 dezembro de 2014.

O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA

Data de aceite: 17/03/2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro

-UNESP

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

- UNESP

Célio Marcos Colombo Molteni

- UNIARA depois de Paulo

Melissa Camilo

- UNESP

Débora Cristina Machado Cornélio

- UNESP

Valquiria Nicola Bandeira

UNIARA

Marilurdes Cruz Borges

- UNIFRAN

Fernando Sabchuk Moreira

UENP

RESUMO: Diante de atos discriminatórios registrados no espaço escolar, notadamente entre os alunos, percebe-se que o ambiente de convívio escolar, por sua natureza histórica e social, acaba por representar um terreno propício à reprodução de preconceitos. Por mais que valores como a solidariedade, o respeito e a ética estejam presentes nos discursos da e sobre a escola coexiste também, uma conjuntura antagônica que, na contramão, contribui para deteriorar as relações estabelecidas neste

ambiente, prejudicando o processo ensino-aprendizagem ali empreendido, catalisando conflitos e prejudicando a escola no cumprimento de sua função social. Tendo como referências teóricas autores como Adorno, Bobbio e Crochik, este artigo objetiva-se refletir sobre preconceito e discriminação nos contextos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito. Discriminação. Escola.

ABSTRACT: Faced with discriminatory acts registered in the school space, especially among students, it is clear that the school environment, due to its historical and social nature, ends up representing a favorable environment for the reproduction of prejudices. As much as values such as solidarity, respect and ethics are present in the speeches of and about the school also coexists, an antagonistic conjuncture that, on the contrary, contributes to deteriorating the relationships established in this environment, harming the teaching-learning process undertaken there, catalyzing conflicts and harming the school in fulfilling its social function. Having as theoretical references authors such as Adorno, Bobbio and Crochik, this article aims to reflect on prejudice and discrimination in school contexts.

KEYWORDS: Prejudice. Discrimination. School.

Para que se possa ter claros os conceitos norteadores da pesquisa neste artigo cumpre esclarecer, inicialmente, as concepções de *preconceito* e *discriminação*

Na concepção do filósofo Bobbio (2002), o preconceito é tido como

[...] uma opinião ou conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida acriticamente e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão: “acriticamente” e “passivamente”, na medida em que a aceitamos sem verificá-la, por inércia, respeito ou temor, e a aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional [...] (p. 103)

Já para Gomes citado por Cruz (2014) o preconceito é

[...] um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem [...] (p.158)

O preconceito representa, portanto, um julgamento premeditado, que interfere nas interações sociais e que pode, por vezes, se manifestar através de atitudes discriminatórias e estereótipos, que podem ser encarados como “[...] características atribuídas às pessoas baseada no fato delas fazerem parte de um grupo ou de uma categoria social” (PEREIRA, TORRES & ALMEIDA, 2003, p. 21).

Por discriminação, por sua vez, Sant’Ana (2005), lançando mão do Programa Nacional de Direitos Humanos (1998), entende

É o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer ou deixar de fazer algo) que resulta em violação dos direitos (p.63).

Já na compreensão de Coutinho (2006, p.13), discriminação pode ser entendida “(...) como um tratamento desequiparador que decorre de preferência ilógica, fundada em características de sexo, raça, cor, etnia, religião, origem e idade.”

Na essência, portanto, deduz-se que, discriminar seria definitivamente a efetivação do preconceito, a concretização deste, a sua eventual materialização, acarretando, evidentemente sofrimento social a outros.

Diante do fato de atos discriminatórios serem registrados no espaço escolar, notadamente entre os alunos, percebe-se que este ambiente, por sua natureza histórica e social, acaba por representar um terreno oportuno à sua reprodução, já que a escola, como aponta Candau (2003, p.24), “[...] é palco de diferentes relações sociais e reflete a diversidade cultural presente na sociedade”.

Admite-se, portanto, perante o exposto, que é inevitável que se concretizem, nas

escolas, situações que façam surgir opressores e oprimidos.

Por mais que valores como a solidariedade, o respeito e a ética estejam presentes nos discursos da e sobre a escola, coexiste nela uma conjuntura antagônica que, na contramão, contribui para deteriorar as relações estabelecidas no ambiente escolar, prejudicando o processo ensino-aprendizagem ali empreendido, catalisando conflitos e prejudicando o cumprimento de sua função social.

Contudo, mesmo diante destas adversidades, numa atitude reflexiva, vislumbra-se que o ambiente escolar continue a ser um espaço bastante propício para o enfrentamento e a desconstrução destes preconceitos.

Espera-se que a realização desta investigação contribua para contemplar os pressupostos de Bobbio (2002), retomando a epígrafe desta Dissertação, uma vez que para este autor,

[...] os preconceitos nascem na cabeça dos homens. Por isso, é preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com desenvolvimento das consciências e, portanto, com a educação, mediante a luta incessante contra toda forma de sectarismo. (p.117)

É dentro desse contexto que, após uma investigação bibliográfica inicial, percebendo ser a temática bastante estudada nos diferentes níveis de ensino, mas pouco estudada, no que tange à educação profissional técnica de nível médio, foi possível caracterizar a relevância acadêmica e social desta investigação, que se propõe um estudo que tenha como norte conhecer as manifestações de preconceito e discriminação que acometem e afligem os estudantes

Realizou-se um levantamento bibliográfico com o tema (preconceito e discriminação) que vêm sendo alvo de investigação científica há longa data e, em diferentes contextos, estudados por pesquisadores da área educacional.

Preconceito Racial	
Textos	Base de Pesquisa
<p>Autora: Táhcita Medrado Mizael</p> <p>Título: Redução do Preconceito Racial: Uma investigação analítico-comportamental</p> <p>Tese de Doutorado</p> <p>Data da Publicação: 2019</p> <p>Sobre a pesquisa: avaliar a formação e manutenção de classes de estímulos equivalentes no Estudo 1; verificar a efetividade de diferentes parâmetros de treino e de testes (treino misto das relações de linha de base, testes de simetria após o treino de cada linha de base e treino com redução do feedback antes dos testes de equivalência) na formação e manutenção de classes de equivalência entre um símbolo considerado positivo e faces de pessoas negras, no Estudo 2; e avaliar a efetividade de um treino tipo-respondente para formar classes de equivalência entre um símbolo positivo e faces de pessoas negras no Estudo 3.</p>	UFScar
<p>Autor: Antonio José da Silva</p> <p>Título: ESCOLA E IGREJA: Racismo Preconceito e Preconceito Religioso</p> <p>Tese de Doutorado</p> <p>Data da Publicação: 2018</p> <p>Sobre a pesquisa: Apresenta algumas causas dessa situação, procurando focar na questão do cotidiano da escola, ou mesmo da sala de aula, onde essas formas de discriminação são confirmadas. Procurou demonstrar no cotidiano da escola como a discriminação são conformadas. Procurou demonstrar no cotidiano da escola como a discriminação e preconceito contra a cultura afrodescendente acontecem.</p>	PUC
<p>Autora: Eliana Célia Ismael da Costa</p> <p>Título: As novas formas de discriminação sexista: uma perspectiva da psicologia social.</p> <p>Tese/2005</p> <p>Sobre a pesquisa: Neste trabalho a autora busca tratar da discriminação da mulher nas relações de trabalho; trata ainda da questão que envolve a criação de estereótipos da mulher no mercado de trabalho.</p>	UNICAMP

<p>Autoras: Fabiane Ferreira da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro</p> <p>Título: Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”</p> <p>Periódico: Revista Ciência & Educação (Bauru) - Volume 20, número 2</p> <p>Data da publicação: 2014</p> <p>Sobre a pesquisa: Este artigo despertou o interesse pelo fato das autoras tratarem do preconceito de gênero; verificou-se através do estudo que no meio acadêmico menções a piadas/brincadeiras de cunho sexista não são reconhecidas como preconceito. Tal fato chamou atenção por guardar similitude àquelas situações experimentadas pelos frequentadores do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio.</p>	SCIELO
<p>Autores: Sabrina Lucas Ribeiro de Freitas; Morgana Pontes Abreu; Gabriella Riad Iskandar Mesquita; Valéria de Sá Jaime; João Maurício Lucas Gordo e Luiz Antônio Franco da Silva.</p> <p>Título: Diferenças entre os gêneros na assistência técnica e extensão rural realizada por médicos veterinários: paradigma ou preconceito</p> <p>Periódico: Revista Ceres (Viçosa) Volume 61, número 1</p> <p>Data da Publicação: 2014</p> <p>Sobre a pesquisa: Neste artigo os autores buscam evidenciar a existência de preconceito de gênero com relação aos profissionais que atuam no ramo da zootecnia e da medicina veterinária, o que permitiu, uma vez mais, estabelecer um paralelo com o curso do IFSP, foco deste trabalho, em razão de suas peculiaridades.</p>	SCIELO
<p>Autor: Sergio Gomes da Silva</p> <p>Título: Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher</p> <p>Periódico: Revista Psicologia: Ciência e Profissão (Brasília) – Volume 30, número 3</p> <p>Data da Publicação: 2010</p> <p>Sobre a pesquisa: Neste artigo o autor tem por objetivo analisar a maneira como o preconceito, a discriminação e a intolerância constituíram, historicamente, predicativos da violência de gênero, trazendo para este debate a interpenetração de três módulos distintos: sexo/gênero, raça/etnia e classe social.</p>	SCIELO
<p>Autores: Marcos Mesquita Filho; Cremilda Eufrásio e Marcos Antônio Batista</p> <p>Título: Estereótipos de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos</p> <p>Periódico: Revista Saúde e Sociedade (São Paulo) – Volume 20, número 3</p> <p>Data de publicação: 2011</p> <p>Sobre a pesquisa: Neste artigo os autores revelam que a discriminação e violência contra as mulheres são fruto de representações distorcidas do gênero feminino. Relevante também é a indicação feita pelos autores de que a escola é um ambiente onde muito se constatam evidências da manifestação do sexismo e a formação de estereótipos de gênero.</p>	SCIELO

Preconceito/Discriminação	
Textos	Base de Pesquisa
<p>Autora: Ana Lúcia Valente Espósito</p> <p>Título: Preconceito e discriminação vistos por um grupo de crianças</p> <p>Dissertação/2009</p> <p>Sobre a pesquisa: Com o propósito de investigar a temática a autora utiliza o método dos grupos focais, procedimento investigativo cujo emprego neste estudo foi considerado.</p> <p>A autora visa neste trabalho investigar de que forma um grupo de crianças compreende e vivencia o preconceito, a discriminação e o racismo na escola, considerando para tanto as diferenças étnicas existentes entre as crianças brancas e negras.</p>	PUC-SP
<p>Autoras: Jully Fortunato Buendgens e Aliciene Fusca Machado Cordeiro</p> <p>Título: Preconceitos na Escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio</p> <p>Periódico: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (São Paulo) Volume 16, número 1</p> <p>Data da publicação: 2012</p> <p>Sobre a pesquisa: As autoras, com este artigo têm por objetivo investigar os significados e sentidos atribuídos às situações de preconceito por adolescentes.</p> <p>No mesmo se distinguem vários tipos de preconceito; as autoras apontam ainda a necessidade de trabalhar a temática da diversidade e do preconceito com mais frequência no espaço escolar.</p>	SCIELO
<p>Autores: Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho.</p> <p>Título: Preconceito e Discriminação para além das salas de aula: sociabilidades e cultura juvenil no ambiente escolar.</p> <p>Periódico: Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros (São Paulo) número 62</p> <p>Data de publicação: 2015</p> <p>Sobre a pesquisa: Neste artigo, os autores identificam na escola distintos tipos de preconceitos (de cor, raça, gênero e confissão religiosa) e apontam que a questão não é encarada como um objeto de ação educativa, a partir da evidência de que tais casos, quando registrados são tidos como um infringir as regras e, portanto apenas sujeitando seus autores a punições regimentais.</p>	SCIELO

QUADRO 1 – Levantamento Bibliográfico - Teses, Dissertações e Artigos Científicos selecionados

O breve levantamento de leituras realizado permitiu-se perceber que a temática do *preconceito*, especificamente quando considerado no contexto escolar, representa, para o campo das pesquisas em Educação, um universo já bastante explorado,

contudo, longe de ser esgotado.

A temática em questão tem sido muito investigada, principalmente por meio de estudos que contemplam as questões raciais e de gênero, notadamente, nos segmentos da Educação Básica, ou seja, a partir das séries iniciais até o ensino médio.

Preconceito e Discriminação segundo Theodor W. Adorno

É importante a contribuição da obra de Adorno (1995) à realização deste artigo. Este autor, de longa data, já vinha apontando em seus escritos, que nossa sociedade vem se pautando por uma “consciência coisificada”, cuja característica primordial, segundo o mesmo, era o fetichismo da/pela técnica. Em suma, para Adorno, as pessoas apresentam uma clara tendência a sobrevalorizar muito mais as coisas, futilidades materiais, do que, essencialmente compreender e valorizar o outro.

Trata-se esta situação de um condicionante bastante preocupante, uma vez que, dentro de uma conjuntura social como a atual, pressupõe-se que, no próprio convívio social, as relações entre as pessoas se vejam relegadas a uma importância secundária.

Neste sentido, urge enfrentar tal contexto, já que se julga ser o mesmo, um dos responsáveis diretos pela propagação e força com que se disseminam o preconceito e a discriminação, objetos de estudo deste trabalho, em meio à nossa sociedade, uma vez que como aponta Adorno (1995, p.126), há uma forte tendência dos indivíduos em apresentar uma “identificação cega com o coletivo”, aderindo e se apropriando de pressupostos carregados de equívocos, que uma vez naturalizados passam a pautar sua vidas comunitárias.

A leitura de Adorno (1995) aponta ser este um árduo caminho a ser percorrido, pois, nas palavras do autor, carregadas de certo ceticismo, combatê-lo significaria “(...) o mesmo que ser contra o espírito do mundo”, dada a forma com que tais questões se encontram arraigadas na sociedade em função dum quadro de “alienação social” que aparenta ter contaminado a coletividade, condenando-a a uma situação de “não-emancipação”, denotando desta forma, um quadro de passividade por parte das pessoas, no qual, segundo este autor “(...) nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar”, além de “(...) abrir mão da subjetividade autônoma a que remete a ideia de democracia”, sobrevivendo “(...) apenas na medida em que abdicam seu próprio eu”.

Diante de tal quadro, o caminho a ser trilhado, seria, portanto, na perspectiva deste autor, aquele que conduzisse à “formação cultural”¹ e, conseqüentemente, à autonomia, à autodeterminação dos indivíduos, ou seja, uma trajetória a ser percorrida

1 Para Adorno (1995, p.63) formação cultural se refere “justamente aquilo para o que não existem à disposição hábitos adequados; ela só pode ser adquirida mediante esforço espontâneo e interesse, não pode ser garantida simplesmente por meio da frequência de cursos, e de qualquer modo estes seriam do tipo ‘cultura geral’. Na verdade, ela nem ao menos corresponde ao esforço mas sim, à disposição aberta, à capacidade de se abrir a elementos do espírito apropriando-os de modo produtivo na consciência, em vez de se ocupar com os mesmos unicamente para aprender, conforme prescreve um clichê insuportável”.

na direção de garantir condições de fortalecimento da subjetividade e da capacidade de autorreflexão, superando assim o que o autor denomina de “pseudoformação” – um fenômeno que, na sua essência acarretaria numa verdadeira inércia dos indivíduos e da sociedade diante da problemática conjuntura social.

Para Adorno (1996, p. 389), pseudoformação se refere à formação cultural que “(...) agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede” Trata-se de “(...) expressão típica da sociedade de massas”, uma vez que, “(...) apesar de toda ilustração e de toda informação que se difunde (e até mesmo com sua ajuda) a semiformação, ou pseudoformação, (...) passou a ser a forma dominante da consciência atual” . Ou ainda, trata-se do que o próprio autor denomina como “(...) educação baseada na obliteração da consciência, na negação das possibilidades emancipatórias dos indivíduos e na reificação das relações entre eles”.

Ou seja, Adorno nos ajuda a entender as relações sociais de dominação que estão presentes na sociedade e que acabam influenciando a formação dos indivíduos. Para esse autor a pseudoformação está ligada à interiorização da pseudocultura gerada pela indústria cultural, que transforma a cultura em mercadoria – e que, por sua vez, produz a falsa consciência. Assim, enquanto a formação é a interiorização da cultura, a pseudoformação é a interiorização acrítica da pseudocultura.

Afirma o autor, que este caminho pode levar à condição de “barbárie”. Um exemplo concreto disto, apresentado por Maar no Prefácio do livro de Adorno, *Educação e Emancipação* (1995, p. 14), seria a experiência da Alemanha, na primeira metade do século passado, onde “(...) o nazismo se constituiria num exemplo acabado deste componente de dominação da educação, resultado necessário e não acidental do processo de desenvolvimento da sociedade em suas bases materiais”. Na concepção deste autor, viu-se àquela ocasião, “(...) a ciência se converter em força produtiva social”, ou seja, o conhecimento, enquanto produto historicamente edificado, àquela época e até mesmo hoje, se prestaria, essencialmente, a atender às demandas dos representantes do que ele convencionou chamar “capitalismo tardio”, obedecendo, portanto a uma “racionalidade produtivista”, ou seja, ao interesse das elites, para o qual, invariavelmente “(...) o sentido ético dos processos formativos e educacionais vaga à mercê das marés econômicas”, contribuindo desta forma para instabilidade social.

Neste íterim, por consequência, constituir-se-ia uma verdadeira “crise de formação”, que viria a culminar numa “grave crise social da sociedade moderna”, evidenciada até hoje, aparentemente com consequências menos drásticas que o genocídio, mas que, silenciosas e carregadas de maldade, ainda se fazem muito presentes, uma vez que a lógica capitalista continua a se impor, sendo determinante e fortemente influenciadora dos rumos sociais e educacionais (MAAR, in: ADORNO, 1995, p.15).

A educação, neste sentido, estaria se prestando à formação técnica, científica, mas apresentando-se visivelmente desacompanhada de um comprometimento com a formação cultural, privilegiando assim os interesses de uma minoria burguesa, em detrimento das possibilidades de desempenhar seu importante papel em relação “(...) à formação da consciência de si, ao aperfeiçoamento moral, à conscientização” (MAAR, in: ADORNO, 1995, p.15).

Tal conjuntura social e educacional, evidentemente, poderia ser então encarada como uma das condições responsáveis por tão marcante “desumanização” dos indivíduos que, tanto lastro tem dado à deterioração das relações sociais, haja vista a permanência e relevância do objeto deste estudo e, muito favorecendo desta forma à manutenção do *status quo*.

Transformar os sujeitos então se torna imprescindível para a reversão de tal quadro. Mas para tanto, se faz necessário optar por um processo determinado e este deve perpassar por uma proposta de “educação crítica” como indica Adorno (1995), que se apresente atualmente (em tempos de “escola sem partido”²) como subversiva, direcionada à “contradição e para a resistência” e que esteja comprometida com a ousadia de enfrentar aquilo que aí está posto e que historicamente não tem permitido a constituição de uma nova história.

Nessa perspectiva, vislumbra-se a ideia de que os espaços escolares possam ser ainda ambientes bastante propícios à empreitada inerente à desconstrução das questões postas (discriminação e preconceito), verdadeiros “tabus”. Mais do que isso, considera-se que tais ambientes possam vir a proporcionar, notadamente entre os mais jovens, a passagem para aquela condição que Adorno (1995, p.142) chamou de “emancipação” que “significa o mesmo que conscientização, racionalidade”, ou seja, na qual a Educação ali promovida possa, como afirma o próprio autor, servir à “produção de uma consciência verdadeira” e de um “juízo independente”, concebendo-se, assim, cidadãos menos influenciáveis e manipuláveis/manipulados e mais autônomos, racionais, reflexivos, conscientes, senhores de si mesmos.

2 Projeto de lei 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola sem Partido. Esse programa, que tem ganhado defensores e críticos nos últimos tempos, existe desde 2004 e foi criado por membros da sociedade civil, como uma reação contra práticas no ensino brasileiro que eles consideram ilegais: *a doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral e religiosa dos seus filhos*. Na contramão dessa ideia, estudiosos especialistas em educação criticam tal programa, afirmando que nada na sociedade é isento de ideologia, e que o Escola Sem Partido, na verdade, é uma proposta carregada de conservadorismo, autoritarismo e fundamentalismo religioso. Ver a respeito:

PINHEIRO NETO, Othoniel. *As múltiplas inconstitucionalidades e equívocos dos projetos de lei “Escola sem Partido”*, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46182/as-multiplas-inconstitucionalidades-e-equivocos-dos-projetos-de-lei-escola-sem-partido>

SANTANA, Ana Elisa. *Escola sem Partido: entenda o que é o movimento que divide opiniões*. Agência Brasil. 20/07/2016. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/20/escola-sem-partido-entenda-o-que-e-o-movimento-que-divide-opinioes.htm>

A Escola, como instituição de marcante penetração social, propondo-se a isto, estará, portanto, segundo Adorno (1995), com esta concepção educacional, dando grande contribuição à “desbarbarização da humanidade”, atendendo à exigência primária que o autor coloca à Educação: “(...) que Auschwitz não se repita (...)”.

Preconceito e Discriminação na visão de Norberto Bobbio

A contribuição do italiano Bobbio se apresenta também bastante pertinente à sustentação deste artigo.

Para este autor, “(...) o preconceito pertence à esfera do não racional, ao conjunto das crenças que não nascem do raciocínio e escapam de qualquer refutação fundada num raciocínio” (BOBBIO, 2002, p.103), ou seja, na sua essência o mesmo pode ser concebido como uma opinião errônea, mas que, por vezes é tomada por verdadeira e, da mesma maneira, segundo o autor aponta, pode esta noção adquirir algumas formas de distinção.

Bobbio (2002) indica ainda que

[...] a força do preconceito depende geralmente do fato de que a crença na veracidade de uma opinião falsa corresponde aos meus desejos, mobiliza minhas paixões, serve aos meus interesses. Por trás da força de convicção com que acreditamos naquilo que o preconceito nos faz acreditar está uma razão prática e, portanto, justamente em consequência desta razão prática, uma predisposição a acreditar na opinião que o preconceito transmite. (p.104).

Neste sentido, pode-se então compreender, de acordo com os apontamentos feitos acima, a razão de Bobbio afirmar ser o preconceito “(...) um erro mais tenaz e socialmente mais perigoso”, dificilmente “corrigível”, já que na moderna sociedade, onde impera a lógica capitalista, marcada por rivalidades e competitividades acirradas por um lugar de destaque no cenário social, dificilmente se consegue ser bem sucedido no enfrentamento daquelas questões que fomentam os preconceitos, uma vez que as pessoas tendem em resistir a mudar suas concepções, receosas de serem prejudicadas num contexto onde o interesse/sucesso financeiro particular é imperativo.

Bobbio (2002) aponta ainda, que os indivíduos preconceituosos apresentam esta mencionada característica por “prevenção”, ou seja, a predisposição à assimilação de um preconceito se dá mais facilmente naqueles indivíduos que enxergam numa dada situação uma condição à sua autoproteção, a sua sobrevivência, o atendimento particular de seus interesses sejam lá quais forem.

No sentido de melhor elucidar a noção de preconceito, o autor aponta que existem diversas formas de distingui-lo. Por exemplo, podemos distinguir os preconceitos individuais e coletivos. Por *preconceito individual*, Bobbio (2002, p.105) entende “(...) as superstições, as crenças mais ou menos idiotas no azar, na maldição, no mau olhado(...)”, ou seja, parafraseando o autor, são “crenças mais ou menos inócuas”.

Interessa nesta pesquisa, muito mais o seu entendimento de *preconceito coletivo*,

pois para este autor, estes são “(...) aqueles que são compartilhados por um grupo social inteiro e estão dirigidos a outro grupo social” (BOBBIO, 2002, p.105).

Bobbio (2002) afirma que o perigo do *preconceito coletivo* reside “(...) no modo distorcido com que um grupo social julga o outro” e, portanto, nas prováveis consequências advindas desta situação, que podem culminar na discriminação, no desprezo, na violência de um grupo para com o outro.

Bobbio indica que, via de regra, o “juízo distorcido” tende a apresentar reciprocidade entre as partes, o que significa, na prática, que os membros de um grupo passam a apresentar maior identificação entre si, quanto mais inclinação apresentem em reconhecer o outro como diverso, diferente, hostil e, em razão disso, passem a discriminá-lo, não aceitá-lo, recusando com este o diálogo e a sua compreensão.

Outro importante apontamento deste autor se refere ao seu entendimento de *discriminação* – a principal consequência do preconceito de grupo ou coletivo. Para Bobbio, (2002, p.108), inicialmente, a “(...) discriminação se funda num mero *juízo de fato*, isto é, na constatação da diversidade entre homem e homem, entre grupo e grupo”. Concordamos com o autor neste aspecto, pois os homens são, realmente, diferentes entre si, são distintos numa infinidade de condições. Não há, pois, aqui, juízo discriminante.

Todavia, para efeito deste trabalho, interessa, a definição do autor sobre discriminação como *juízo de valor*, isto é, nesse caso, exemplifica o autor, o perigo ocorre quando “(...) dos dois grupos diversos, um seja considerado bom e o outro mau, ou que um seja considerado civilizado e outro bárbaro, um superior e outro inferior”. Dessa forma, basicamente, essa situação descrita da discriminação como juízo de valor, condiz com a situação experimentada no âmbito da instituição alvo desta pesquisa, envolvendo os frequentadores dos diferentes cursos oferecidos pela mesma.

Segundo Bobbio (2002, p.108), (...) “um juízo desse tipo introduz um critério de distinção não mais factual, mas valorativo, que como todos os juízos de valor é relativo, historicamente ou mesmo subjetivamente condicionado”. Nesta equivocada perspectiva emerge uma falsa hierarquização entre os grupos, onde negros e mulheres, por exemplo, podem ter seus papéis sociais relativizados, numa suposta “relação superior-inferior”, na qual os critérios de valor que determinam a posição de cada ator social são desconhecidos ou simplesmente resultantes históricos/culturais de alguma forma ou expressão do preconceito, uma vez que, como aponta o autor: “(...) “as desigualdades entre os homens têm uma origem social (...)”, já que, segundo este raciocínio a “(...) natureza fez os homens iguais e a civilização os tornou desiguais (...)”.

Relevante ainda para este estudo é a consideração que Bobbio faz acerca do que ele mesmo chama de “questão feminina”.

É bastante óbvio que entre os homens e as mulheres existem inúmeras diferenças naturais, anatômicas, por exemplo.

Contudo, verifica-se que, para além do que Bobbio convencionou chamar “desigualdades naturais”, prevalece ainda, em meio a nossa sociedade, uma situação, na qual, segundo o autor, “(...) o preconceito nasce da superposição à desigualdade natural de uma desigualdade social que não é reconhecida como tal” (BOBBIO, 2002, p.113). Ou seja, trata-se de um quadro onde as “desigualdades sociais” tendem a ser vistas como naturais, num contexto, por exemplo, em que as mulheres, longe de serem consideradas uma minoria, são colocadas numa posição de importância secundária, situação esta inadmissível a uma sociedade que se espera democrática.

O Processo de Aquisição dos Preconceitos segundo José Leon Crochik

Este autor, em seu trabalho *Preconceito, Indivíduo e Sociedade* busca analisar “o preconceito a partir de suas dimensões psíquicas e sociais”.

No interior desta obra, o autor busca apresentar as características dos indivíduos predispostos ao preconceito, com base num estudo de Adorno de 1965, intitulado *La Personalidade Autoritária*. Nesse trabalho, Crochik (1996) aponta que o preconceito

(...) se instala no desenvolvimento individual como um produto das relações entre os conflitos psíquicos e a estereotipia do pensamento – que já é uma defesa psíquica contra aqueles – e o estereótipo, o que indica que elementos próprios à cultura estão presentes. (p.47)

Nesse sentido, no imaginário do senso comum, portanto, advindos da própria cultura, perpassando gerações, estariam aquelas ideias que vão alimentar as mais distintas facetas assumidas pelo preconceito e manifestadas pelos preconceituosos, com relação a uma série de objetos.

Corroborando à compreensão da afirmativa anterior, na obra *Preconceito, Indivíduo e Cultura*, Crochik (1997, p.11), indica que “(...) aquilo que leva o indivíduo a ser ou não preconceituoso pode ser encontrado no seu processo de socialização, no qual se transforma e se forma como indivíduo” e sugere

(...) se o processo de socialização só pode ser vivenciado pelo indivíduo, as formas, os instrumentos e os conteúdos pertencem à cultura, o que significa que a relação entre os indivíduos é sempre mediada por aquela e que, portanto, o indivíduo é fruto desta mediação (p.13)

Desta forma, infere-se, portanto que, historicamente, no processo de apropriação da cultura, seriam transmitidos também os preconceitos que, por sua vez, irracionalmente seriam assimilados e legitimados pelos indivíduos, passando a ser inconscientemente reproduzidos e retransmitidos, deturpando desta forma o convívio entre os diferentes, uma vez que, nesta lógica, tendem os indivíduos a manifestar rejeição, estranheza, ojeriza àquilo e àqueles que desconhecem ou abdicam de conhecer, uma vez que já se apropriaram de um determinado juízo de valor outrora

concebido, ou seja, nas palavras do autor, já tomaram para si, como natural, aquilo que foi “socialmente imputado” (CROCHIK, 2013, p.22).

Nesse contexto, diante da ideia do autor de que o preconceito é interiorizado durante o processo de socialização, acredita-se que, no interior do espaço escolar, por intermédio das práticas que podem ser ali promovidas, possam ser criadas condições pedagógicas/educacionais propícias à desconstrução dos preconceitos edificados entre seus frequentadores, mediante a “experiência e reflexão”, que segundo Crochik seriam as “bases da constituição do indivíduo, em sua relação com a cultura” (CROCHIK, 1997, p.13). Ações desacompanhadas de reflexão e a fragilidade das experiências, nas instituições percorridas por estes indivíduos, onde são registradas a maior parte dos eventos inerentes à socialização, nesse caso, em especial a Escola, seriam, portanto, responsáveis por não permitir a estes indivíduos a possibilidade de pensar sobre si e sobre os outros, impedindo-os de galgar um caminho que lhes permita a definitiva ruptura, ou seja, na sua essência, uma condição a ser fundada que lhes seja garantidora da desmistificação dos estereótipos e preconceitos.

Espera-se que esta investigação permita identificar caminhos que possam indicar esta direção.

Acerca dos *estereótipos*, Crochik (1997, p.18), afirma que o “estereótipo não se confunde com o preconceito, mas é um de seus elementos”. De acordo com o autor, o estereótipo

(...) é um produto cultural que nasce no próprio processo de adaptação do homem à natureza, que na nossa cultura implicou uma dominação a mais, visto que o poder entre os homens – exercido inicialmente pela força – transformou-se em violência sublimada, propagada pelas palavras na própria divisão social do trabalho (CROCHIK, 1996. p.52).

A vítima de discriminação preconceito provém da divisão do trabalho, da hierarquia social estabelecida, das necessidades sociais do mundo do trabalho” (CROCHIK, 1996. p.54)”, ou seja, das equivocadas ideias que estabelecem falsas hierarquias, falsas noções de importância e equivocados juízos de valor, distinções essas que, na sua essência, inexistem.

Dentro do contexto citado acima, o autor, em sua obra, didaticamente, nos traz uma amostra de situação que parece ser muito pertinente aos propósitos deste trabalho. Segundo o autor, (1997, p. 20) no (per)curso usual de nossas vidas “(...) quando temos que decidir sobre (...) qual profissão escolher, utilizamos o comportamento economicamente racional calcado na fórmula custos/benefícios”, e tal tomada de decisão pode ser, portanto, muito influenciada, por uma extensa gama de variáveis, muitas delas carregadas de equívocos, preconceitos, profundamente arraigados em nossa sociedade, a exemplo do estereótipo de gênero³.

3 Estereótipo de gênero: é uma expressão que se refere a: “(...) um grupo estruturado de creencias sobre los atributos personales de mujeres y hombres (...) Dichas creencias pueden implicar una variedad de componentes incluyendo característica físicas y apariencia u ocupaciones y presunciones sobre la orientación sexual (COOK & CUSACK, 2010, p. 23).

Assim sendo, numa ação marcada pelo imediatismo, pela carência de reflexão e por fortes pressões externas, dos familiares, por exemplo, onde os processos psíquicos são/foram fortemente influenciados/determinados, não pela racionalidade (que se espera do cidadão autônomo, emancipado), mas por imperativos inerentes à lógica do mercado, teríamos, portanto, condicionantes que podem se tornar decisivos ao afloramento e acirramento da competitividade entre os grupos, entre os indivíduos, fazendo ativar, desta forma, os preconceitos e, conseqüentemente, a sua materialização, a discriminação.

Nota-se, diante do exposto, ser cada vez mais relevante o papel da Educação, pois como afirma Crochick (2013, p.143) “(...) nas sociedades atuais, caracterizadas pela dominação expressa pelo capital, mas não só por ele, a educação deve proporcionar a formação de consciências que combatam toda forma de injustiça social”. Todavia, tal empreitada se mostra difícil, haja vista que, como cita o próprio autor, muito do que se tem visto, na realidade, são espaços escolares contribuírem em oposição a estes pressupostos, ou seja, contribuindo para a “(...) formação de indivíduos padronizados, competitivos e não críticos” – o que acaba por revelar as contradições inerentes ao processo educacional.

Os silêncios que envolvem o preconceito, segundo Eliane Cavalleiro

Eliane Cavalleiro, em sua obra intitulada *Do silêncio do lar ao silêncio escolar – Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil (2003)*, afirma buscar com seu trabalho “(...) compreender como se tem desenvolvido o processo de socialização dessa geração de sujeitos e que mundo lhe está sendo posto para ser interiorizado” (CAVALLEIRO, 2003, p.11) principalmente “(...) no que tange ao reconhecimento da diferença étnica numa sociedade envolta em um manto de ‘democracia racial’ (...)”, como é o caso da sociedade brasileira.

De forma análoga, acredita-se que propósito semelhante também possa ser alcançado com esta pesquisa, uma vez que, conhecendo-se a percepção de alunos e professores quanto a manifestações de preconceito e atitudes de discriminação no ambiente escolar que frequentam, eventualmente, seja possível conceber considerações acerca dos processos socializadores que estão contribuindo à edificação destes sujeitos sociais.

Enquanto esta autora pautou seu trabalho investigativo por um caminho que pretendia permear questões étnico-raciais na Educação Infantil, neste trabalho, a priori, buscou-se compreender aspectos intrínsecos a eventuais manifestações de preconceito e atitudes discriminatórias entre os jovens adolescentes frequentadores de um curso técnico integrado ao ensino médio, numa escola da rede federal de ensino, numa cidade média do interior do Estado de São Paulo, possivelmente transitando por um campo onde muito provavelmente surgirão sensíveis questões ligadas ao preconceito e discriminação relativos à classe social, raça, gênero, entre outros.

Evidenciada tal conjuntura tem-se reforçado o ideário que espera da escola, que esta possa e deva assumir papel de protagonista, pois dela se tem a expectativa (mas não somente dela) da contribuição em prol da edificação de um novo modelo de socialização pautado no reconhecimento e respeito às diferenças, à diversidade.

A autora, contudo, aponta, em suas considerações diante das evidências levantadas com seu trabalho de pesquisa, que na realidade as escolas brasileiras podem estar caminhando em direção oposta a estes pressupostos, uma vez que, segundo ela, “(...) ao se achar livre do preconceito e da discriminação, a escola tem perpetuado desigualdades de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças” (CAVALLEIRO, 2003, p.99), uma vez que para ela, “(...) o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existência”.

Desta forma, a atuação da escola é então colocada em xeque; a escola neste sentido, pouco estaria conseguindo contribuir para modificar o padrão histórico e tradicional da sociedade brasileira. Para esta autora, o trabalho escolar estaria se apresentando carente de um maior engajamento e reconhecimento daquelas questões com forte implicação social. Pior ainda, para a mesma, os atores da escola estariam, com sua postura profissional, agindo de forma que os conflitos experimentados no interior desta instituição estariam sendo naturalizados, tendo a sua gravidade relativizada, resultando na confirmação de tal situação. Em suas palavras:

(...) o modo como essas educadoras concebem o cotidiano escolar e as relações interpessoais nele estabelecidas dificulta a percepção dos conflitos étnicos e, inclusive, a realização de um trabalho sistemático que propicie a convivência multiétnica, já que para elas esse problemas inexistem (CAVALLEIRO, 2003, p.46)

É evidente, portanto, estarmos diante de um quadro que requer ser urgentemente alterado. Neste sentido, a autora, afirma que:

(...) a experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança. O contato com outras crianças de mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo. (CAVALLEIRO, 2003, p.17)

Ou seja, segundo a autora, apesar de termos evidências de um quadro atualmente nebuloso, a instituição escolar, pelas suas peculiaridades e vivências que pode proporcionar, tem muito a positivamente contribuir, por meio das experiências ali concebidas para o crescimento e desenvolvimento das crianças, jovens e de todos os atores desse ambiente.

Nesse sentido, portanto, engajados no propósito da promoção de uma transformação social, da edificação de uma nova realidade a partir da e na escola, compartilham-se das ideias desta autora, para quem a Educação tem de ser encarada

como “(...) um dos principais fatores de desenvolvimento da cidadania” já que segundo a mesma, “(...) só por meio dela é possível desmistificar as grandes contradições que nos são peculiares” a exemplo do preconceito e da discriminação, situações estas que fragilizam as relações interpessoais dentro e fora do espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica clara a ideia de que a instituição escolar, solitariamente, não se ocupará de equacionar as graves questões que acometem a sociedade, a exemplo destas formas de violência, o preconceito e a discriminação. Não se pode esperar dos meios de comunicação em massa, comprometidos com a lógica capitalista vigente, iniciativas nessa direção. Contudo, da escola e de seus atores, é possível esperar um engajamento social, uma atuação protagonista, no sentido de atuar na desconstrução e desmistificação das questões expostas neste trabalho.

Não bastam o discurso politicamente correto ou as recomendações para que os alunos sejam mais respeitosos e tolerantes com o outro, com o diferente. É necessário que se tenha consciência de que a escola também produz violência; que formas de violência como o preconceito e a discriminação, como indica Candau (2002, p. 139), podem sim chegar à escola de “fora para dentro”, mas que o mais importante é que todos (alunos, professores e comunidade) se conscientizem da necessidade de enfrentar tais questões de “dentro para fora”, ou seja, com base em ações pedagógicas concretas, bem planejadas e bem executadas, cujos resultados poderão ser multiplicados, modificando a realidade intra e extra-escolar.

Como indicam Coelho & Silva (2015, p.697) “(...) mais do que a adoção de inclusão de novos conteúdos; novas disciplinas e novas metodologias, as ações discriminatórias demandam uma alteração na perspectiva do trabalho pedagógico, sobretudo, na ampliação do debate verticalizado sobre preconceito e discriminação”.

Faz-se urgente à escola e aos seus agentes, tratar, debater e proporcionar à sua comunidade, pela via da reflexão, o tratamento não só pedagógico, mas político e cultural de tais questões. Para tanto, cabe à escola abrir-se à sua comunidade, dar voz aos seus atores, “ouví-los” e fazer-se ouvir.

Do contrário, eximindo-se de tal responsabilidade, a escola estaria, na verdade, contribuindo para o fortalecimento e manutenção dos estereótipos, do machismo, do racismo, da homofobia, ou seja, estaria, na prática, contribuindo para a perpetuação do preconceito e da discriminação, abdicando de seu compromisso social.

Partindo-se do princípio de que tão equivocados comportamentos são construções históricas e culturais, permite-se aqui afirmar, que eles podem ser modificados, desconstruídos, pela via da Educação, pela via do esclarecimento, como afirma Bobbio (2002), com “desenvolvimento das consciências”.

Quiçá iniciativas com este propósito viessem a ser promovidas, como defendem Adorno (1995), Cavalleiro (2003) e Santos (2013) desde cedo, a partir da educação na

primeira infância. Nesse caso, a Educação, como processo responsável pela “formação cultural”, alcançaria resultados muito melhores na direção de impedir a repetição da “barbárie”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro-RJ. Editora Paz e Terra, 1995. 190 p.

_____. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, n. 56, p. 388-411, dez/1996.

ALMEIDA, A. de. **Educação Profissional e relações de gênero: razões de escolha e discriminação**. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2015. 117 p.

BOBBIO, N. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo-SP: Unesp, 2002. 210 p.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, DF. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de abril 2017.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 146 p.

_____. Decreto nº 8.948/2016, de 29 de Dezembro de 2016. **Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Brasília, DF. 29 de Dezembro de 2016**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8948.htm>. Acesso em 20 de Março de 2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD. Suplemento Educação e Qualificação Profissional - 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 105 p.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003. 3ª Edição. 110p.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. In CANDAU, Vera M. (Org.). **Reinventar a escola**. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.137-166.

_____. (Coord.) **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 176 p.

CARVALHO, M. P. de. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p.77-96, jan/fev/mar/abr. 2005.

CIAVATTA, M. O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 33-45, jan/abr. 2012.

COELHO, W. de N. B.; SILVA, C. A. F. da. Preconceito, Discriminação e Sociabilidade na Escola. **Revista de Educação Educere et Educare**, v.10, n. 20, p. 687-705, Jul/dez. 2015.

COOK, R. J.; CUSACK, S. **Estereótipos de gênero. Perspectivas legais transnacionais**. Traducción Andrea Parra. Colombia: Profamilia, 2010.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005.

CROCHIK, J. L. Preconceito, Indivíduo e Sociedade. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996.

_____. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. São Paulo: Robe Editorial, 1997.152 p.

_____; KOHATSU, L.N.; DIAS, M.A.; FRELLER, C.C.; & CASCO, R. **Inclusão e discriminação na educação escolar**. Campinas: Alínea Editora, 2013. 168 p.

COUTINHO, M. L. P. **Discriminação no Trabalho: Mecanismos de Combate e de Promoção da Igualdade de Oportunidades**. Brasília: OIT, 2006. 189 p. Disponível em: < http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_05_234.pdf>. Acesso em: 19 de Setembro 2017.

CRUSOÉ, N. M. de C.; MOREIRA, N. R. M.; RAMOS, A. O. O preconceito racial percebido/não percebido pelas professoras, na educação fundamental. **Práxis Educacional**, v. 10, n.16, p. 185-198, 2014.

CRUZ, T. M. Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. **Educação em Revista**. v.30, n.1, Belo Horizonte, p.157-188, Jan./Mar. 2014.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 3, 1980. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108171>>. Acesso em: 15de Fevereiro 2018.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília-DF: Liber Livro, 2005.

FELÍCIO, J. R. D. de. **A política das agências de fomento na promoção da participação das mulheres na pesquisa**. In: 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, 2010, Brasília. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 47-54.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. da. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e disputas por Hegemonias. **Educação & Sociedade**, Campinas: v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A gênese do decreto nº 5.154-2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. 2005. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/CIAVATTAFRIGOTTORAMOS.pdf>> Acesso em: 07 de fev. 2018.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA. **O que são ações afirmativas?** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>> Acesso em: 14 de fev. 2018.

GIOVANNI, L. M. **Usos da Entrevista e do Questionário na Pesquisa Científica**. Roteiro-síntese organizado para uso didático. Araraquara-SP: 2009 (divulgação em meio digital).

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus Barretos **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (PPC)**. Barretos, SP: Agosto/2014. 177f.

_____- campus Matão **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (PPC)**. Matão, SP: Março/2015. 196f.

_____- campus São Roque **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (PPC)**. São Roque, SP: Junho/2016. 177f.

KNOBBE, M. M. História extra-oficial: como os negros no Brasil ainda não conquistaram a liberdade. **Problemas Brasileiros**. São Paulo-SP, v.43. n. 371, p. 18-23, 2005.

LEMOS, L. H. de G.; SILVA, M. N. da; COSTA, M. C. F. da S.; LOPES, M. V. de M.; ALBUQUERQUE, S. L. de. A reforma do ensino médio integrado a partir da Lei nº 13.415/2017: Nova lei – Velhos Interesses – Um recorte histórico a partir do decreto no 2.208/97 aos dias atuais. In: ARAÚJO, Adilson Cesar e SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017, p. 449-462.

MAAR, W. L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 11-28.

MARIANO, R. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013

PAIS, J. M. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 7-21, jan/abril 2008.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.16, n.1, p. 95-107, 2003.

PEREIRA, A. A., FREITAS, A. C. S., ROCHA, E. M. F. F., LINHARES, E. F. F. L. **Perfil do aluno do curso de técnico de alimentos do IFRN - Câmpus Pau dos Ferros**. In: IX Congresso de Iniciação Científica do IFRN (IX CONGIC) – Tecnologia e Inovação para o Semiárido. 2013, Currais Novos/RN.

SANT'ANA, A. O. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: Munanga, K. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-68.

SANTOS, J. N. dos. **Preconceito Racial em foco**: uma análise das relações estabelecidas entre crianças Negras e não Negras na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2013. 139 p.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, F. F. da; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação**. Bauru: Unesp, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

TEODORO, E. G.; SANTOS, R.L. Trabalho como princípio educativo na educação profissional. **Revista de Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2011.

VILLELA, R. N. **A subjetividade docente e o processo de implementação do ensino médio integrado no IFSP campus Barretos**. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. 127 f.

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO(S): DIÁLOGO INTRODUTÓRIO ENTRE SIMMEL E TEORIA QUEER

Data de aceite: 17/03/2020

Data da submissão: 03/12/2019

Adriana Nolibos Baccin

Professora Efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso/Faculdade de Ciências da Saúde Cáceres/MT

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos/Programa de Pós-Graduação em Sociologia São Carlos/SP

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=3D5C619C961CCE15E4E5B26BB5FF9769

RESUMO: Este artigo é fruto de algumas discussões emergentes do grupo de pesquisa Diferença, Raça, Gênero e Corpo (DRaGC-UNEMAT- Campus de Cáceres/MT), sendo a pesquisadora a líder do mesmo. Nesse sentido, ao discutirmos sobre relações de gênero em várias literaturas, chamou-nos atenção as ideias de Georg Simmel (1858-1918) sobre as diferenças entre os sexos, sistematizadas e organizadas em seu livro “Filosofia do Amor”. Pensando nessas diferenciações expostas pelo autor e normalizadas até hoje, propusemos problematizar suas categorias binárias junto ao que vem sendo discutido e desconstruído pela Teoria *Queer* em relação a estas questões, aqui representada, principalmente, com as

contribuições de Judith Butler em seu livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, ainda que tomaremos vozes junto a outrxs autorxs. A proposta deste foi desenhada almejando então provocar um diálogo entre Simmel, com seus conceitos elaborados no final do séc. XIX e início do séc. XX e Butler com suas elucubrações atuais (séc. XXI), porém tendo consciência do momento histórico-social-cultural que xs autorxs estão/ estavam inseridxs. O diálogo entre Simmel e Butler será o foco principal, porém chamaremos ao debate também, ainda que brevemente, já que estamos falando de masculinidade hegemônica e de violência de gênero, índices de violência do município de Cáceres/MT (lôcus do grupo de pesquisa) para ampliarmos e provocarmos outras discussões.

PALAVRAS-CHAVE: Georg Simmel; Judith Butler; Teoria Queer; Masculinidade hegemônica; Violência de gênero(s).

HEGEMONIC MASCULINITY AND GENDER VIOLENCE: INTRODUCTORY DIALOGUE BETWEEN SIMMEL AND QUEER THEORY

ABSTRACT: This article is the result of some emerging discussions of the research group Difference, Race, Gender and Body (DRaGC-UNEMAT- Campus of Caceres / MT), being the researcher the leader of it. In this sense, when

discussing gender relations in various literatures, we were struck by Georg Simmel's (1858-1918) ideas about the differences between the sexes, systematized and organized in his book "Philosophy of Love." Thinking about these differentiations exposed by the author and normalized to this day, we proposed to problematize their binary categories along with what has been discussed and deconstructed by Queer Theory in relation to these issues, represented here, mainly, with the contributions of Judith Butler in her book "Problems of Gender: feminism and subversion of identity", although we will take voices with other authors. The proposal was designed aiming to provoke a dialogue between Simmel, with his concepts elaborated at the end of the century XIX, and early century XX and Butler with their current (XXI century) enlightenments, but aware of the historical-social-cultural moment in which the authors are / were inserted. The dialogue between Simmel and Butler will be the main focus, but we will also bring to the debate, albeit briefly, since we are talking about hegemonic masculinity and gender violence, violence rates in the municipality of Cáceres / MT (research group locus) to broaden and provoke further discussions.

KEYWORDS: Georg Simmel; Judith Butler; Queer theory; Hegemonic masculinity; Gender violence.

1 | NOTAS INTRODUTÓRIAS

Começamos este salientando o momento histórico tão diferente entre xs autorxs em discussão, talvez por isso, a riqueza das informações aqui contidas. Georg Simmel viveu na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, quando escreveu seus textos organizados no livro "Filosofia do Amor", o qual estaremos elucidando principalmente dois dos textos dele: "O papel do dinheiro nas relações entre os sexos – fragmentos de uma filosofia do dinheiro" escrito em 1898 e "Cultura Feminina" escrito em 1902. Já Judith Butler, estadunidense, nascida em Ohio, em 1956, é uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, da Teoria *Queer*, da filosofia política e ética. Tem mais de 17 obras sobre estas temáticas, incluindo relações de gênero, porém a obra referenciada neste, "Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade", a qual fora publicada na década de 90 do século passado.

A proposta deste visa, como já dito, tencionar a afirmação e construção de gênero binário afirmada por Simmel, junto à sua contribuição para a "diferenciação" entre homem(ns), mulher(es), e a desconstrução deste binarismo em Butler, colocando em ebulição esses conceitos junto aos índices de violência de gênero no município de Cáceres, no estado de Mato Grosso, a fim de problematizar e potencializar esta discussão.

A organização deste texto se dará em três momentos: a primeira (e subsequente) inquietação nos levará a fazer uma reflexão acerca das noções e diferenciações entre os sexos, produzidas por Simmel e em um segundo momento, pensar como no século XXI, com Butler, essas discussões foram/estão sendo ressignificadas por pensadorxs feministas, com a Teoria *Queer*. Após, em diálogo com os dois momentos anteriores,

analisaremos alguns indicadores sociais relativos à violência de gênero no município em questão. Vale salientar a limitação deste trabalho, pois categorias sociológicas interseccionais tais como: racialização, classe, religião, indicadores geracionais e geográficos, entre outros, não estarão sendo discutidos aqui, tanto por não ser a proposta inicial, quanto pelo espaço limitado para darmos conta de todas essas discussões.

2 | A CONSTITUIÇÃO DOS PAPEIS SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES A PARTIR DA LEITURA SIMMELIANA

“Ouso dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão”. (Frances Wright, feminista inglesa, em 1822).

A fim de dialogar com esta afirmação acima referenciada, inclusive escrita em um tempo cronológico mais próximo ao de Simmel, o mesmo não afirma somente uma independência do homem, mas sim, uma interdependência que o homem oprime em relação à mulher. O mesmo autor comenta que os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres.

Isso reflete desde a esfera pública, quanto privada e atribui privilégios materiais como diz em seus escritos, quando referencia comentários relacionados à compra de mulheres. Simmel diz que a compra de mulheres poderia ser um fator de rebaixamento, como de posição superior “no seio de uma condição inferior” (SIMMEL, 2006, p. 41). Ou seja, um rebaixamento no momento em que há reificação, há opressão da individualidade das mulheres e um tratamento enquanto objeto de negociação e, por outro lado, haveria um fator de elevação social/cultural caso esta fosse vendida “por um bom preço”, revelando assim, seu “valor”.

Há um paradoxo aqui, como nos explica Simmel, pois ao evidenciar que têm um valor, é porque valem alguma coisa, se valem alguma coisa, supostamente, segundo ele, é porque se paga por elas. É evidente que isso é estabelecido pelos padrões sociais e capitais da época e renegociado pelas partes (pai e futuro esposo). Esta estreita condição, entre o dote e a relação do casal, é, para o autor, um ponto de tensão, pois se tratando das relações humanas, o dinheiro nunca deveria ser um mediador.

Ainda o mesmo autor fala que os homens costumam usar plural para falar das mulheres, inclusive de suas esposas, porque “o que nas mulheres interessa particularmente aos homens de sensualidade grosseira é que elas têm de semelhante, da costureira à princesa” (SIMMEL, 2006, p. 53), ou seja os órgãos sexuais. Além disso, o autor dá lugares diferentes às mulheres, conforme as posições sociais “alcançadas” (seja pelo pai ou pelo -futuro- marido).

Simmel ressignifica, porém, as relações de diferenciação, argumentando que esta diferença se constitui de maneira física pequena, porém de maneira simbólica e

subjetiva imensa. Cabe comentar que dito isso, o autor se coloca, quem sabe neste momento, em corroboração em relação às teorias feministas sobre as diferenciações entre os sexos, pois, se afirma que a diferença física entre homens e mulheres é muito pequena, tendo nesta diferença, os órgãos genitais e, ao afirmar que a diferença simbólica e subjetiva é imensa, o autor faz pensar que essa estruturação de diferenciação entre homens e mulheres, nada mais é do que construída com intuito de alcançar e manter privilégios de poder relacionados às relações de gênero. As diferenças são, segundo o autor, sociais, culturais, psicológicas e não naturais, biológicas e inquestionáveis.

Para a época, a qual seus escritos foram publicados, acreditamos ter sido um debate interessante e talvez inédito, tendo em vista que se trata de um homem escrevendo sobre mulheres, porém já havia mulheres, tais como Mariane Weber (1870-1954; esposa do sociólogo Max Weber) e outras as quais usavam pseudônimos masculinos para poderem publicar seus escritos, já tencionando essas diferenciações que tornavam/tornam as mulheres em relação de submissão aos homens.

Nos escritos “Cultura feminina” Simmel fala que a cultura da humanidade não é nada assexuada. Ao contrário, o autor afirma que nossa cultura é inteiramente masculina. “A natureza de nosso trabalho cultural, e não só sua quantidade, se dirige especialmente a energias masculinas, a sentimentos masculinos, a uma intelectualidade masculina” (SIMMEL, 2006, p. 71).

Masculinidade, para Connell (1995) é quase um lugar-comum quando se fala de gênero dos homens. Mas o conceito de “papel masculino” tem vários pontos fracos, tanto em termos científicos quanto práticos. Ele não permite compreender questões relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material, ou ainda às diferenças sociais construídas pela/através da racialização (a qual não falaremos nesse). Trata-se de um conceito que não deixa ver as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas de masculinidades. Masculinidade hegemônica seria uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero em relação, nesse caso às mulheres.

Nessa situação de construção relacional entre gêneros e aqui falamos só do que se constrói como masculino e feminino (pessoas transgêneras, travestis, transexuais, pansexuais, *crossdressers*, agêneras, bigêneras, *genderfuck*, entre outras classificações existentes nos dias de hoje) nem sequer eram reconhecidas, citadas e/ou se “detectadas” eram diagnosticadas como doença. Simmel, como vários autores da época, só reconheciam os gêneros, feminino e masculino, hierarquizados socialmente.

A contribuição que as mulheres poderiam dar à cultura, segundo Simmel, não residiria em assumir tarefas eminentemente ditas masculinas, (ponto chave aspirado pelos movimentos feministas), mas em desenvolver suas capacidades intuitivas e emocionais. Procedendo dessa forma, as mulheres desempenhariam funções jamais conseguidas pelos homens. Como exemplo dessas funções, Simmel cita a medicina

e a história. Essas funções, para o autor seriam um campo feminino cuja atuação dos métodos objetivos (universo masculino) seria esgotável, por exigir grande sensibilidade e intuição do/a profissional que nelas atuaria.

Neste caminho, percebemos o quão atuais, ainda que questionáveis, são algumas das ideias de Simmel. No próximo passo, também conversaremos sobre a hegemonia do masculino, mas compreendendo como ainda se (co)relacionam e como o sujeito central/hegemônico permanece sendo o homem, fazendo com que o feminino seja o gênero e o masculino o universal e por isso, o masculino sem necessidade, supostamente, de classificação.

3 | A DISCUSSÃO DO BINÔMIO “FEMININO-MASCULINO” SOB O PRISMA FEMINISTA CONTEMPORÂNEO DA TEORIA QUEER

[...] Multidões queer... uma multidão de corpos: corpos transgêneros, homens sem pênis, bolachas lobas, ciborgues, fems butchs, maricas lésbicas... A multidão sexual apareceu como sujeito possível da política queer”.

Essa frase retirada do texto “Multidões *Queer*”, de Paul Preciado sinaliza por onde passaremos a falar dos corpos em nosso momento atual da história. Porém, ao pensar nesses, deveríamos perceber que o sexo do ser vivo se converte em um objeto central da política, do poder e da governabilidade.

Butler, em uma das suas discussões com autorxs no livro já mencionado, traz-nos uma desconstrução no mínimo instigante no que tange o conceito de gênero, junto ao processo de construção deste tipo de categorização. Ela menciona no primeiro capítulo, intitulado “Sujeitos do sexo/gênero/desejo” que a própria teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida a qual poderia ser caracterizada como categoria de mulheres.

A autora discorre falando que esta representação tem um lado político que pode ser interessante no sentido de dar visibilidade, porém, “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2003, p. 18). Esses sistemas políticos, em diálogo com Foucault (1977), produzem sujeitos, logo, o que deveria facilitar a emancipação, geraria sujeitos com traços de gênero determinados. A tarefa seria “formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidades que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2003, p. 22).

Pensando nestes traços de gênero os quais são e foram construídos nos diferentes contextos históricos, cabe-nos afirmar que hoje é impossível separar essa categoria de outras intersecções sociais e culturais, tais como raça, classe, etnia, sexo, região, religião, questionando ainda mais como é equívoca a noção singular de identidade “feminina”. Butler também coloca em discussão o próprio termo “gênero”, não perdendo de vista que fora importante como marcador de diferenciação em relação ao sexo biológico (homem – pênis/mulher- vagina), porém, sua constituição também

se deu em termos duplos (feminino e masculino, como já comentado em Simmel). A intenção talvez fosse propor uma descontinuidade radical entre corpos sexuados, generificados e culturalmente construídos.

“Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2003, p. 25). A autora coloca em discussão essa (des)construção sexo/gênero chamando ao diálogo Simone de Beauvoir, Monique Witting e Luce Irigaray junto a Michel Foucault no livro que estamos analisando. Butler comenta que para Beauvoir, por exemplo, em “O segundo sexo”, com a célebre frase “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”, a autora sugere que o gênero (feminino) é, então, construído, de maneira que se assume ou se apropria desse gênero. Porém, o que Butler chama atenção nesta afirmação é que não há nada na explicação de Beauvoir que garanta que o “ser” que se torna mulher, seja necessariamente uma fêmea.

Dessa forma, apesar do gênero não ser apenas um atributo individual, somente o gênero feminino é marcado, assim como em Simmel. Para Beauvoir as mulheres são construídas e designadas como sendo “o outro”, como as mulheres sendo o negativo dos homens. Já para Irigaray, há a exclusão das mulheres nesta via onde o “sexo” feminino é um ponto de ausência linguística, ou seja, ao contrário de Beauvoir e de Witting, que afirmam que o gênero feminino é marcado, ao passo que o masculino não o é. A autora (Irigaray) afirma que o feminino jamais poderia ser a marca de um sujeito, ou seja, Beauvoir assevera que o corpo feminino é marcado pelo discurso masculinista, e o masculino, por ser construído como universal, permanece não marcado, ao passo que, aqui de maneira muito resumida, Irigaray sugere que tanto o marcador, quanto o marcado são mantidos dentro de uma significação masculinista onde o corpo feminino é separado do que se tem como significável.

“A análise de Beauvoir levanta implicitamente a questão: mediante o ato de negação e renegação posa o masculino como uma universalidade descorporificada e é o feminino construído como uma corporalidade renegada? A dialética do senhor e do escravo, aqui plenamente reformulada nos termos não recíprocos da assimetria de gênero, prefigura o que Irigaray descrevia mais tarde como a economia significante masculina, a qual inclui tanto o sujeito existencial como o seu Outro” (BUTLER, 2003, p. 31).

Witting concorda com Foucault e com as ideias de Beauvoir quando afirma que a categoria sexo no caso de uma ruptura da hegemonia heterossexual. A categoria do sexo é, para essa autora, sob as condições de heterossexualidade compulsória, sempre feminina e tendo o masculino desta forma, não marcado, pois é universal. Para Beauvoir, como para Witting,

“a identificação das mulheres como o ‘sexo’ é uma fusão da categoria das mulheres com as características ostensivamente sexualizadas dos seus corpos e, portanto, uma recusa a conceder liberdade autonomia às mulheres, tal como as pretensamente desfrutadas pelos homens. Assim, a destruição da categoria do

sexo representaria a destruição de um atributo, o sexo, o qual, por meio de um gesto misógino de sinédoque, tomou o lugar da pessoa, do cogito autodeterminador. Em outras palavras, só os homens são ‘pessoas’ e não existe outro gênero senão o feminino” (BUTLER, 2003, p. 41, 42).

Deixaremos a categoria da heterossexualidade para outro espaço já que a discussão de gênero é o foco principal aqui, junto à violência que estas relações causam, e, nem de forma despretensiosa daremos conta de todo esse debate. Seguimos com Butler quando diz que “o gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (BUTLER, 2003, p. 37). Ou em outras palavras, o gênero é o índice linguístico da oposição política entre os sexos. “E gênero é usado aqui no singular porque sem dúvida não há dois gêneros” (Idem, ibidem, p. 42). Há somente um: o feminino, o ‘masculino’ não é um gênero e sim, o geral, universal.

As possibilidades interpretativas acima mencionadas sobre o conceito de gênero não se exauram nas alternativas sugeridas, ao contrário, instigam-nos a pensar cada vez mais sobre isso. Nesse caminho, ainda que tenhamos muito a dialogar conceitualmente, porém, no próximo item buscaremos tencionar estas diferenciações e a questão social da violência de gênero, mais precisamente no município (Cáceres/ MT) em que vivemos.

4 | POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE ÍNDICES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

A masculinidade entre nós é letal, morremos de masculinidade, matamos por masculinidade, para afirmá-la, por afirmá-la. A masculinidade, tal como é pensada e praticada entre nós, investe na afirmação da agressividade, da competição, da força, da valentia, do heroísmo, da coragem como valores culturais a ser cultivados e exaltados (Durval Muniz de Albuquerque Júnior - máquina de fazer machos).

Sabemos o quão complicado é trazer ao diálogo Simmel e Butler junto a índices de violência. Há, porém a intenção apenas de despertar inquietações e discussões relacionadas a estes índices locais e temporais de violência em debate com o processo de construção do que é tido como masculino e feminino. Isso, de maneira direta, implica em entendermos o processo histórico discutido nas primeiras partes do trabalho.

Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Os índices de suicídios, em homens, no Brasil serem bem maiores do que os números entre as mulheres, diz-nos muito disto. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros (os outros, são mulheres, a comunidade LGBTQ+ e, os homens negros).

Corbain, Courtine e Vigarello (2013) falam em suas discussões que homens

devem ser fortes, mais ainda, devem se mostrar fortes. Em suas palavras, os autores afirmam que

“Alguns homens, em nome da virilidade explícita ou implícita, são levados, ou seja, procuram continuamente colocar o outro (que pode não ser só mulher), numa posição de fraqueza, física ou mental quer se trate da violência, mais psíquica, da dominação insidiosa, ou da violência física e psíquica das ‘personalidades autoritárias’ as quais estes constroem em nome da virilidade” (COURBAIN, COUTINE E VIGARELLO, 2003, p. 29).

Falando da realidade local, no município de Cáceres (cidade com cerca de 70 mil habitantes), em 2015, segundo índices de violência criminal, expedido pelo comandante daquele momento, do 6º CR de Cáceres-MT, em boletins de ocorrência registrados no município, naquele período, as naturezas de agressão\Vias de Fato: tiveram 14 registros; Ameaça: 74 registros; de Lesão Corporal 92 registros e em crimes cometidos de homens em mulheres Agressão\Vias de fato:12 registros; Ameaça: 44 registros; Lesão Corporal: 115 registros; Assédio Sexual: 01; Estupro: 05; Estupro de Vulnerável: 06. Isso **nos quatro primeiros meses** do ano (grifo da autora).

Esses dados mostram que os índices de violência contra as mulheres é muito alto e chega a ser alarmante, pois em determinadas naturezas, o número de casos de violência de homens para mulheres é maior que no geral, principalmente quando se trata de violência doméstica que dependendo do dia da semana, chega a ter várias denúncias desse tipo de violência (curiosamente, a delegacia especializada em violência contra as mulheres, fecha aos finais de semana, dias que têm maiores número de denúncias).

Segue, o documento que nos foi disponibilizado à divulgação e análise. Não tendo, posteriormente, acesso à atualização dos mesmos.



**ESTADO DE MATO GROSSO
POLÍCIA MILITAR
6º COMANDO REGIONAL**

Of. Nº 046/2015-DPOE

Cáceres-MT, 17 de abril de 2015.

A Senhora
Adriana Nolibos Baccin
Professora do Curso de Educação Física - Unemat
Nesta

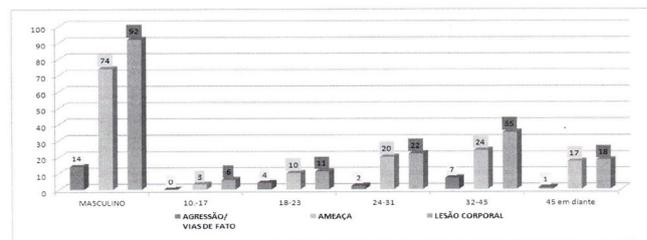
Assunto: Índices de violência criminal.
Ref: Ofício nº 064/2015-CEF

Senhor Coordenadora,

Em atendimento ao ofício em referência, informo-vos os dados referentes aos atendimentos de ocorrências atendidas por este Batalhão, no período de janeiro a 17 de abril de 2015:

a) Suspeitos masculinos:

NATUREZA	MASCULINO	IDADE				
		10-17	18-23	24-31	32-45	45 em diante
AGRESSÃO/ VIAS DE FATO	14	0	4	2	7	1
AMEAÇA	74	3	10	20	24	17
LESÃO CORPORAL	92	6	11	22	35	18



3505

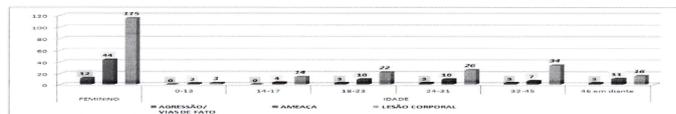
Avenida Sete de Setembro, nº 588 – Centro – Cáceres MT
Cep 78200-000 – Fone (65) 3223-1441 e fax (65) 3223-1261
E-mail: planejamento6cr@gmail.com



**ESTADO DE MATO GROSSO
POLÍCIA MILITAR
6º COMANDO REGIONAL**

b) Vítimas femininas atendidas pela Polícia Militar:

NATUREZA	FEMININO	IDADE					
		0-13	14-17	18-23	24-31	32-45	46 em diante
AGRESSÃO/ VIAS DE FATO	12	0	0	3	3	3	3
AMEAÇA	44	2	4	10	10	7	11
LESÃO CORPORAL	115	3	14	22	26	34	16



Atenciosamente,

Alessandro Ferreira da Silva
Alessandro Ferreira da Silva – Cel PM
Comandante do 6º CR

3505

Avenida Sete de Setembro, nº 588 – Centro – Cáceres MT
Cep 78200-000 – Fone (65) 3223-1441 e fax (65) 3223-1261
E-mail: planejamento6cr@gmail.com

A violência de gênero não se desvincula da construção/naturalização em relação ao que se tem como masculinidade hegemônica. O “poder” criado por esse modelo de viver a masculinidade é que leva tantos casos de violência contra a mulher

ser cotidiano. Os números são assustadores, as violências são de todos os tipos, a dor, a vergonha e a submissão ainda fazem parte da realidade de muitas mulheres e, majoritariamente, em relação aos homens (muitos seus - ex- parceiros e/ou familiares).

Deixamos aqui de falar de outros modelos, em especial das masculinidades tidas como subordinadas, como podemos evidenciar nos estudos de Connell & Messerschmidt (2013, p.245). A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais “honrada” de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global também das mulheres aos homens.

Connell & Messerschmidt (2013) em seus estudos acerca de masculinidades hegemônicas e não hegemônicas afirmam que é possível inferir que padrões múltiplos de masculinidade têm sido identificados em muitos estudos, em uma variedade de países e em diferentes contextos institucionais e culturais. O conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação de masculinidades não hegemônicas, e esse é um processo que agora tem sido documentado em muitos contextos, em nível internacional.

Considerar a masculinidade e os homens objetos específicos dos estudos da masculinidade acarreta consequências teóricas e políticas sérias. Teoricamente, ao trabalhar a partir de uma divisão ingênua entre masculinidade e feminilidade, não incorpora as severas críticas das políticas de identidade, a complexificação do estudo de objetividade e a centralidade das reflexões sobre as relações de poder que configuram os objetos que se relacionam diretamente a sexo, a gênero ou a ambos (MEDRADO & LIRA, 2008).

A mudança de pensamento sobre masculinidade(s)/relações de gênero alcançada pelos movimentos dos anos 70/80 do século passado, é irreversível. O reconhecimento da historicidade de gênero, de seu caráter histórico, constitui agora um pressuposto estabelecido. Mesmo xs conservadorxs que se transferiram para esse terreno estão envoltos em um pensamento histórico sobre a(s) masculinidade(s). Elxs aceitam o fato da transformação social do gênero, embora o deplorem ou tentem revertê-lo. Mas se há a discussão, há o reconhecimento do movimento que resiste a essas formas fixas e únicas do ser homem e do ser mulher (enquanto verbo). Essa consciência histórica constitui a característica distintiva da política da masculinidade contemporânea e o horizonte do pensamento contemporâneo sobre a masculinidade.

Welzer-Lang (1988, 1991) tem amplo estudo sobre masculinidades, dominação e violências. O autor chama de violências múltiplas e variadas as quais considera desde as violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho, as quais acercar-se a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres. Os homens violentos, para o autor, definem a violência que eles exercem sobre sua companheira, como dizíamos a cima, como um *continuum* de violência física, psicológica, verbal, sexual, associada

a uma intenção. Intenção esta de dizer, de exprimir um sentimento, um desejo ou uma vontade. “Era para lhe dizer, lhe mostrar”, eles dizem. Ainda na pesquisa do autor, pelo menos aquelas que não foram conscientizadas pela intervenção feminista – definem a violência como um *discontinuum* essencialmente composto por violência física. As violências físicas o autor define de forma restritiva, como golpes dados com a mão ou com o pulso fechado (até com o pé), associados à intenção de fazê-las sofrer.

Atualmente, há um grande movimento contrário em relação ao binarismo masculino/feminino. Muitas mulheres e homens, *cis* ou *trans* estão lutando por direitos iguais e essa luta, porém, vem causando uma enorme resistência, violência pelo não entendimento por parte da sociedade construída masculina/machista. O masculino e o feminino, o homem e a mulher, o “outro”, o meio termo, xs fora dos termos fixos, xs que não se encaixam, procuram legitimadamente ocupar posições de igualdade na sociedade e isso reflete diretamente na violência e na resistência que temos vivido.

Com os poucos dados fornecidos, vimos o quanto a violência está presente nos homens em relação às mulheres e o quanto necessitamos, cada vez mais, continuar na luta por direitos iguais para qualquer pessoa; fomentar debates dentro e fora da academia em relação às construções de masculinidades plurais, ou seja, discutir relações de gênero e o quanto essas construções engendram e reproduzem todos os tipos de violências, sejam elas física, psicológica, simbólica e sexual; denunciar e buscar conscientizar através do diálogo, pessoas próximas de nós e a comunidade a qual vivemos.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CONNELL, Rawein. Políticas de masculinidades. **Educação e Realidade**. Jul./dez. 1995; 20 (2): 185-206. Tradução Tomaz Tadeu da Silva.

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Sydney, Allen & Unwin; Cambridge, Polity Press; Stanford, Stanford University Press, 1987.

CORBEIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**. Tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saher. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista dos Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (3): 424, setembro - dezembro, 2008. P. 809 a 839.

PRECIADO. MULTIDÕES QUEER – **Notas para uma política dos “anormais”**. Beatriz agora B. Paul Preciado. Texto online encontrado em <https://antropologiadelaideoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/preciado-multidc3b5es-queer.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2016.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do Amor**. Tradução de Eduardo Brandão; revisão de tradução de Paulo

Neves. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WELZER-LANG, *Daniel*. **Le viol au masculin**. Paris: L'Harmattan, 1988.

_____. **Les hommes violents**. Paris: Lierre et Coudrier, 1991.

MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA

Data de aceite: 17/03/2020

Esta é uma versão revista do texto originalmente apresentado, de forma preliminar, na Edição 2018 do ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura) e publicado nos Anais do Evento.

Fernanda Mota Pereira

Professora do Departamento de Letras Germânicas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: pmofernanda@gmail.com

RESUMO: Na leitura de textos literários de escritoras de origem afro-americana, caribenha e brasileira, depreende-se a recorrência de personagens mães cujas histórias são marcadas por questões de gênero e raça que se distanciam de representações desse papel em produções da literatura europeia. Ao dimensionar leituras com ênfase em personagens mães, foi possível delinear dois quadros, em termos generalizantes e para fins de estudo. No primeiro, contemplam-se mulheres cuja maternidade é atravessada por uma problemática relativa a reflexões sobre emancipação feminina, isenta da problemática da desigualdade racial, que atua na moldura das experiências de mães negras. No segundo, decalca-se um quadro em que se flagram

mães negras cujas vidas são circunscritas por uma paisagem marcada por questões raciais, históricas, culturais e sociais que enunciam uma maternidade distanciada de imagens que ilustram essa condição. O contraste que esses quadros apresentam convida à reflexão sobre os instrumentais teóricos que podem ser usados em sua análise e acrescenta ao feminismo evocado em estudos sobre mulheres o adjetivo “negro”. Este texto tem, portanto, o intuito de compor um mapa de representações de mães nos dois lados do Atlântico, sob um prisma feminista, com o intuito de refletir sobre a condição de mães em variados textos literários, considerando diferenças e refletindo sobre esquemas de naturalização que encobrem desigualdades nesses quadros.

PALAVRAS-CHAVE: mães, feminismo, literatura pós-colonial.

WOMEN ON THE MARGINS OF MATERNITY IN BLACK LITERATURE

ABSTRACT: The reading of literary texts by African-American, Caribbean, and Brazilian women writers reveals the recurrence of mother characters whose stories are marked by gender and race issues that distance themselves from representations of this role in European literary productions. By dimensioning readings with

emphasis on mother characters, it was possible to delineate two frames, in generalizing terms and for study purposes. In the first, women whose motherhood is crossed by a problem related to reflections on female emancipation, exempt from the problem of racial inequality, which acts in the frame of the experiences of black mothers. In the second, there is a picture in which black mothers' lives are circumscribed by a landscape marked by racial, historical, cultural, and social issues that enunciate a distanced motherhood of images that illustrate this condition. The contrast presented by these situations invites reflection on the theoretical instruments that can be used in their analysis and adds to the feminism evoked in women's studies the adjective "black". That said, this text aims to compose a map of representations of mothers on both sides of the Atlantic, under a feminist perspective, with the purpose of reflecting on the condition of mothers in various literary texts, considering differences and reflecting on naturalization schemes, which cover inequalities in the abovementioned situations. **KEYWORDS:** mothers, feminism, postcolonial literature.

1 | PREÂMBULOS

Em textos literários de autoria feminina, leem-se variadas histórias de mães que não convergem em uma imagem única, figurada de forma estereotipada e quase arquetípica na cultura ocidental. Apesar de reconhecer a diversidade de aspectos que tornam plural a identidade de mães nos mais diversos textos literários, é possível desenhar um mapa na literatura de língua inglesa que estampa dois quadros dissimilares, reunindo, de um lado, mães que exercem o exercício da maternidade e, de outro, aquelas cujo direito de exercê-lo é cindido por fluxos migratórios compulsórios que foram promovidos pela colonização. Assim, no bojo de um esforço interpretativo e de imaginário, recortam-se, a partir de leituras da literatura anglófona nos dois lados do Atlântico, blocos continentais que abarcam duas possíveis interpretações do signo "mãe".

Ao acionar esse signo paradigmaticamente, o leitor da literatura inglesa evoca personagens emblemáticas a exemplo de Mrs. Bennet, em **Pride and Prejudice**, de Jane Austen, cujo principal objetivo de vida era ver suas filhas casadas; a mãe dedicada em **Rumo ao Farol**, de Virginia Woolf, representada por Mrs. Ramsay; a mãe cuja relação com a filha é marcada por silêncios em **Mrs. Dalloway**, também de Virginia Woolf, entre outras referências.

Atravessando o Atlântico, o leitor da literatura anglófona encontra representações de mães, em romances como **Beloved** e **A Mercy**, da afro-americana Toni Morrison, e **Breath, Eyes, Memory**, da haitiana Edwidge Dandicat, que traduzem o papel de mãe com nuances em que incidem as marcas do colonialismo e seus desdobramentos, ainda observados na contemporaneidade. Tais marcas poderiam ser atribuídas a outros fatores históricos ou sociais; porém, textos literários e teorias que abordam a condição do negro denotam que as consequências da escravidão ainda encontram ecos em suas histórias e substanciam desigualdade e discriminação, sob a égide do

conceito de raça, que, segundo Achille Mbembe (2014), tem o mesmo significado de Negro para as sociedades europeias.

Em suas reflexões em *Razão Negra*, Mbembe (2014, p. 19) denuncia o processo de degradação empreendida contra os negros ao afirmar: “[h]umilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital”. A transformação do negro em mercadoria é ilustrada amplamente na literatura de matriz africana, a exemplo do romance afro-americano **A Mercy**. Nele, há uma cena emblemática em que o Senhor D’Ortega exhibe pessoas escravizadas que trabalhavam em sua fazenda como moeda de troca para o pagamento de uma dívida a Jacob Vaark. Ao exibi-las, apresenta pontos fortes e fracos, sem mencionar as evidentes marcas no corpo causadas pelos maus-tratos. A recusa de Jacob Vaark em receber pessoas como moeda de troca e o seu olhar humanizador em relação a elas despertam na mãe de Florens, uma mulher escravizada mantida por Ortega, a esperança de que ele possa levar a sua filha. Ela pede, então, para que ele a leve. O momento em que ele leva Florens é concebido por sua mãe como uma misericórdia, um ato de redenção – *a mercy* –, que dá título ao romance.

A cena em que uma mãe pede a um homem desconhecido, mas em quem vê gestos de humanidade, para que leve sua filha converge com outras situações análogas. Um exemplo é a história da mãe que, em ato de desespero, mata a própria filha no momento de fuga da escravidão para evitar que ela sofresse as crueldades a que era submetida, narrada em **Beloved**, outro romance de Toni Morrison.

As cenas aludidas unem-se a um amálgama de sofrimentos que enovela a vida da adolescente mãe de filhos do seu próprio pai e que sofria abusos da mãe, contada em **Push**, de Sapphire (1997), e estende-se aos abusos sofridos por Celie, personagem de **The Color Purple**, de Alice Walker. Como em **Push**, Celie foi violentada pelo homem que acreditava ser seu pai, tirando da personagem o direito de ser mãe ao doar seus filhos. Em contexto haitiano, Martine, personagem do romance **Breath, Eyes, Memory**, teve uma filha, Sophie, também oriunda de um estupro. No romance haitiano, Martine decidiu migrar para Nova Iorque, de onde enviou recursos para manter a sua filha que ficou sob os cuidados da irmã, Atie, até se tornar adolescente e passar a morar com a mãe nos Estados Unidos.

Os matizes que as histórias em torno da maternidade assumem nos textos literários citados não devem ser lidos como coincidência, mas, sim, como um sintoma. As duas categorias relativas às representações da maternidade na literatura anglófona são rasuráveis e redimensionáveis ao se ter em tela os sentimentos conflituosos que marcam a relação mãe e filha de personagens como Mrs. Dalloway, por exemplo. Entretanto, o empreendimento crítico que se faz neste artigo coloca em evidência fatores socioculturais na relação mãe e filha que se diferem nos textos literários de autoria europeia e de descendência africana.

Essa diferença não se encerra na violência enfrentada por mulheres negras, tal

como retratados nos romances supracitados de Morrison, Walker, Dandicat e Sapphire. Ele é extensivo às implicações sociais de ser mãe, que não se resume a um papel individual.

O deslocamento do sentido convencional do significado da maternidade, que pressupõe uma relação de cuidado entre mãe e filho, é traduzido magistralmente por Alice Walker (2017) na entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UadveROnHHk>. Nela, após ser perguntada sobre o estranhamento em sua relação com sua filha, a autora de **The Color Purple** afirma que, em sua cultura, os filhos não pertencem exclusivamente às mães. A maternidade é compartilhada com a comunidade.

Na afirmação de Walker, lê-se um sentido coletivo atribuído ao papel de mãe na cultura afro-americana. Descortina-se, a partir dessa fala, a condição da mulher negra que engendrou uma conotação diferente do signo “mãe” em contraste à acepção observada em textos literários de escritoras brancas. Tal desdobramento pode ser lido como um modo de entender e lidar com a maternidade, mas pode ser também interpretado como uma estratégia para lidar com a dissolução dos parentescos calcada no que Mbembe chamou de “comunidade dos sem pais” (MBEMBE, 2014, p. 69) em virtude das sucessivas perdas de laços familiares e culturais às quais os negros eram submetidos em virtude da escravidão.

Sujeito às armadilhas da generalização, mesmo sem intencioná-la, este artigo se propõe a ler a maternidade em contexto pós-colonial, tendo em perspectiva narrativas de autoria negra, em especial, dois romances, a saber: **Breath, Eyes, Memory**, da haitiana Edwidge Dandicat, e **A Mercy**, da afro-americana Toni Morrison.

2 | MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA

Em **Feminist Theory: From Margin to Center**, a autora afro-americana bell hooks (1984) flagra, no despontar dos movimentos de emancipação feminina, uma perspectiva unilateral nas discussões que privilegiam a agenda de mulheres brancas de classe média. Em tal agenda, essas mulheres enunciam que “a maternidade era um sério obstáculo à emancipação das mulheres, uma armadilha que confinava as mulheres ao lar, mantendo-as presas a limpar, cozinhar e cuidar dos filhos” (hooks, 1984, p. 133, tradução nossa). Ao contrastar essas demandas àquelas de mulheres negras, hooks traz à cena fatores que escapam à pauta das feministas brancas, a exemplo do “racismo, vagas de emprego, falta de habilidades ou educação e inúmeras outras questões” (hooks, 1984, p. 133, tradução nossa).

Um olhar superficial sobre a realidade dessas mulheres apresentaria como contraponto a ponderação de que as privações e necessidades atingem todas as mulheres indiscriminadamente. Todavia, ao deslocar-se para as margens nas quais mulheres negras se situam, nota-se que a elas é negado, por motivos históricos, sociais e culturais, até mesmo o que é reclamado por mulheres brancas como inadequado ou

insuficiente. No que pese a condição das mulheres negras, o confinamento denunciado por mulheres brancas, que as priva do trabalho fora do lar, distancia-se, em muitos graus, do trabalho feito em lares alheios como meio de sobrevivência e a franquia de sua maternidade às pessoas de sua comunidade por ter que cuidar dos filhos das mulheres brancas que lutam por emancipação.

As diferenças no exercício de maternidade entre essas mulheres são um dos desdobramentos do colonialismo. Entre tais desdobramentos, destaca-se a composição de um imaginário em torno dos sujeitos colonizados, soerguido em uma gramática de naturalizações que imprimiram condições de desprestígio a povos submetidos à escravização. Em sua leitura sobre o encontro dos europeus com os africanos, Chinua Achebe afirma que aqueles viram, sob as lentes do desconhecimento sobre a África, um continente onde não havia “nenhuma cultura, religião ou história” (ACHEBE, 2012, p. 54, tradução nossa). Desde então, o não ter e, em seu bojo, o não ser são as condições mais comumente associadas a africanos e seus descendentes.

Ao tomar a afirmação de Achebe (2012) como metáfora, estende-se essa leitura do continente a uma operação de esvaziamento interessado dos seus signos. O caráter tendencioso dessa leitura atende ao propósito de interpretar uma cultura com a finalidade de justificar um processo de dominação. Em tons análogos, a invisibilidade do papel de mãe da mulher negra também passa pelo crivo de lentes que ignoram que há mães que se privam de tal papel para que outras mães não abdicuem de status sociais que almejam. Nessa invisibilidade, flagra-se um discurso que enuncia sub-repticiamente que essa mulher sem liberdade, sem recursos e sem pátria (ou deslocada nela) pode servir ao propósito de outras mulheres de se emanciparem.

A erosão do sentido da palavra “mãe” para algumas mulheres atravessa as mais variadas situações e não se pretende, aqui, mensurar as gradações dos efeitos das abdições feitas diante do nascimento de um filho. Interessa, contudo, mostrar sentidos nem sempre vistos exceto no processo de dilatação de perspectivas que a literatura, a arte de ouvir ou assistir a histórias pode promover, quando, então, atravessa-se para o outro lado da margem. Ao se usar a palavra “outro”, alude-se ao fato de ainda haver uma recorrência maior de representações femininas que traduzem a condição de mães cujos conflitos orbitam questões indiferentes à problemática que circunda mulheres de histórias trançadas em contexto pós-colonial, em destaque, mulheres negras.

O termo “pós-colonial” é evocado não apenas porque nos romances enfocados neste artigo figuram aspectos que os situam em tal contexto. Ele serve, também, para demarcar os efeitos do colonialismo e suas ressonâncias em um contínuo assinalado pelo prefixo “pós”. Nesses romances, sublinham-se temas que remontam a essas ressonâncias, a exemplo da imigração como caminho compulsório para garantir o sustento em situação de oportunidades escassas no Haiti em uma vida de privações que condena à morte precoce; e a desumanização imposta pela escravização em cujo cenário ter um filho é um ato que se reduz à cena do nascimento da criança, pois, tão

logo essa chegava à luz, ela já pertencia ao senhor da mãe escravizada, sendo essa desprovida da posse do filho e de si.

A Mercy e Beloved retratam cenas da era da escravidão nos Estados Unidos. Em ambos os romances, são representadas mulheres que foram escravizadas e, diante das crueldades vividas, abdicaram de seus filhos. Em **Beloved**, as torturas resultantes da condição de escravizada leva Sethe a cometer infanticídio ao matar um de seus filhos. O romance é uma releitura da história de Margaret Garner, nascida em Kentucky em 4 de junho de 1833, que vivia como escrava de Archibald K. Gaines, juntamente com sua mãe e seus quatro filhos (BYNUM, 2017). No ápice de um projeto fracassado de fuga, diante da possibilidade de voltar à escravidão, Garner tentou matar seus filhos e a si mesma, tendo conseguido realizar o feito apenas em relação à filha de dois anos de idade. O romance não é a única releitura da história de Margaret Garner. De acordo com Leo James Bynum, em 2005, Morrison escreveu a ópera *Margaret Garner* com ênfase no tema da “autodeterminação das mulheres” (BYNUM, 2017, p. 1, tradução nossa). Essas releituras apontam para a importância do tema para a cultura afro-americana.

Esses romances compõem um acervo de memórias sobre a subjugação e os martírios resultantes do colonialismo e, por extensão, da escravidão. Nesse sentido, os romances de Morrison e Dandicat inserem-se na literatura pós-colonial porque, de acordo com Ashcroft et al. (2010), nessa literatura abordam-se histórias de sujeitos “afetados pelo processo imperial do momento da colonização ao momento presente” (ASHCROFT, 2010, p. 2).

Apesar de os movimentos de independência das colônias datarem de séculos em alguns casos e décadas em outros, os efeitos do colonialismo bem como suas causas ainda podem ser testemunhados e esses temas fazem parte do painel que compõe a literatura de escritoras como Morrison. Entre esses temas, destaca-se o preconceito racial impresso pelo empreendimento discursivo calcado em um cientificismo unilateral, que representava africanos como sujeitos desprovidos de traços, hábitos e modos de existência humanos, como assinala Chinua Achebe (2000). Tal empreendimento discursivo é extensivo aos séculos XVIII e XIX quando textos literários eram produzidos para consolidar e justificar a imagem do negro como escravizado, naturalizando tal condição.

No tocante à naturalização, Chinua Achebe (2000) assinala o poder que a literatura tem em construir imaginários. Durante séculos, esses imaginários não contemplaram questões relativas aos africanos e seus descendentes a partir da perspectiva desses, mas, sim, através de uma visão interessada em reduzi-los a estereótipos com fortes propósitos de desumanização. A presença da versão africana da história sobre a África ainda é muito recente. A ausência de histórias de autoria africana ou afrodescendente, por sua vez, é um dos fatores que contribuem há séculos para atribuir posições de prestígio nos mais diversos âmbitos aos brancos e de desprestígio a quem não reflete o padrão construído por aqueles que estão nos centros hegemônicos.

As gradações da diferença engendrada pela discriminação aumentam ao se pensar em outros grupos minoritarizados, invisibilizados em nome de uma homogeneização forjada. Essa homogeneização, traduzida na metáfora do espelho, em que se busca excluir ou desumanizar o que não reflete a própria semelhança, foi um dos grandes empreendimentos coloniais em nome dos quais sujeitos tiveram suas vidas ceifadas ou escravizadas.

Ao retomar a afirmação de Chinua Achebe (2000) no trecho já citado, nota-se que o ímpeto de dominação do europeu em relação ao africano partiu de motivações erguidas no desconhecimento, no sentimento de superioridade e também no ímpeto de dominar, macular ou dizimar o que não refletisse seus padrões. E, assim, o colonialismo deixou suas marcas na história, economia, cultura e nos modos de ler os sujeitos advindos das colônias e ex-colônias, em especial aqueles provenientes do contexto de maior dominação europeia, a saber, o contexto africano.

Em virtude de séculos de produção discursiva, teórica e literária eurocêntrica, não foi fácil encontrar espaço para uma produção que alertasse para a história unilateral construída por autores brancos e retratasse a cultura africana e de origem africana fora do prisma do preconceito. Apenas recentemente textos de escritores negros começaram a ganhar projeção na cena editorial. A ausência de uma representatividade de aspectos culturais de matriz africana é sublinhada por Chimamanda Adichie (2012) em **O Perigo de uma História Única**, em que assinala o padrão europeu encontrado nos livros que lia quando criança. Em analogia, bell hooks (1984) notou a mesma ausência de discussões em torno da mulher negra na agenda de debates feministas.

De acordo com hooks (1984, p. 1), “o feminismo nos Estados Unidos nunca emergiu de mulheres que eram as mais vitimizadas pela opressão sexista” (hooks, 1984, p. 1, tradução nossa). A autora cita o texto *The Feminine Mystique*, escrito por Betty Friedan, que assinala o silêncio de mulheres que clamam por algo para além de trabalhos domésticos e cuidado com os filhos. Implícita nessa afirmação, hooks flagra a voz de mulheres brancas de classe média ou alta que concluíram seus estudos e questiona a ausência de discussão em torno da condição de mulheres negras que teriam de cuidar dos filhos e da casa dessas mulheres que lutam por direitos iguais em relação aos homens, mas são insensíveis à disparidade de direitos entre aquelas do mesmo sexo.

Betty Friedan discute direitos das mulheres de um lugar de fala que enuncia a classe social e a cor das mulheres que ela defende em seu livro. Esse exercício de escrita que se pauta no lugar de fala do escritor e desconsidera outras situações pode ser pensado sob o prisma trazido por Simone de Beauvoir ao discorrer sobre o “outro” como categoria engendrada pelos mais diversos sujeitos. Em **The Second Sex**, Beauvoir afirma que “nenhum grupo se define como um grupo sem imediatamente estabelecer o Outro como seu oposto” (BEAUVOIR, 2011, p. 393, tradução nossa).

Embora nos exemplos dados por Simone de Beauvoir pareça existir um binarismo na configuração desse Outro, o seu pensamento permite refletir sobre a ausência

de considerações sobre os “Outros” no cerne da construção de empreendimentos discursivos. Os discursos centrados em questões que enunciam o lugar de fala do autor são aceitáveis na medida em que aquele que escreve enuncia esse lugar em seu discurso. Inaceitável, contudo, é constatar a recorrência de espaços dados a um único lugar de fala. O texto de Simone de Beauvoir alerta para as ausências e lacunas das quais ele não escapa e, nesse sentido, leva o leitor ao aprendizado de um modo de ler e reconhecer as lacunas na tessitura das generalizações.

No exercício de reconhecer lacunas, flagrou-se, na leitura de textos literários de autoria europeia com personagens mães, a falta de mulheres escravizadas ou pertencentes a situações marcadas por privações da prática da maternidade, não por questões subjetivas, mas por forças sociais e por um histórico alicerçado no colonialismo. Não se pretende, com as reflexões deste artigo, franquear um quadro desfavorável à maternidade imposto apenas a mulheres negras. A imersão em estudos de textos de autoria feminina não passa indiferente a personagens como Bertha Young, do conto “Bliss”, de Katherine Mansfield, que se sente deslocada diante do papel de mãe e é dele destituída pela babá de sua filha; ou mesmo do drama da mãe em “The Kettle on the Boat”, quando, em virtude das dificuldades econômicas que vivencia com o marido, é levada a dar a sua filha a outra família. Histórias como essas tornam indiscrimináveis os dramas que podem ser vivenciados por mães na Nova Zelândia ou no País de Gales, pátrias às quais as autoras dos dois contos mencionados pertencem, e no Haiti, Estados Unidos ou Brasil.

Entretanto, é válido pontuar que o recorte que privilegia romances de duas escritoras negras tem como uma de suas justificativas o que Chinua Achebe (2000, p. 73) chama de “equilíbrio de histórias”. Ele usa essa imagem para intitular o capítulo de **Home and Exile** em que relata ter sido perguntado se pensava em escrever uma história ambientada nos Estados Unidos, ao que respondeu que já havia muitas histórias sobre esse país enquanto que sobre a Nigéria havia muito poucas e que essa era uma questão de equilíbrio.

Na esteira de Achebe, ressalta-se a importância de contemplar histórias de escritoras negras pertencentes a contextos pós-coloniais diante de uma tradição de leituras austenianas na literatura de língua inglesa. Os enredos de textos de autoria negra também indicam a importância de abordar histórias de maternidade afetadas pela escravidão e seu legado de preconceitos, nem sempre articuláveis ao signo “mãe” e em virtude da ainda insuficiente recorrência de debates em torno de temas contemplados na literatura negra.

No tocante a ausências e exclusões, segundo Maria do Perpetuo Socorro Reis Cosme (2005), em “African American Criticism in Toni Morrison’s **Beloved**”, apenas a partir da década de 1960, a história afro-americana passou a figurar no currículo das escolas americanas. De acordo com ela, isso “reflete a exclusão virtual da história e cultura afro-americana de versões oficiais da história americana antes daquela época” (COSME, 2005, p. 91, tradução nossa). A afirmação de Cosme e um

arsenal de textos produzidos na contemporaneidade apontam para a necessidade de direcionar a atenção para a literatura negra e abordar questões que são comumente tratadas em discussões sobre direitos das mulheres, mas que não alcançam mulheres cuja maternidade é afetada pela desigualdade sociorracial e pela violência que tal desigualdade engendra.

Como já assinalado, não há coincidência na tematização da orfandade, violência e ausência de liberdade ou condições para exercer a maternidade. Há um painel histórico e social no qual é possível vislumbrar os fatores que geraram esses retratos marcados pela ausência de filhos e parentes dispersos pelas ações da escravidão e suas consequências.

3 | NOTAS FINAIS

Na época em que Margaret Garner matou sua filha de dois anos no momento em que foi capturada em uma tentativa de fuga, as opiniões sobre o ato dividiram-se entre as pessoas que apoiavam e as que eram contrárias à escravidão. De acordo com Bynum (2017), os que apoiavam enunciavam a inferioridade dos negros em termos humanos e a necessidade de uma estrutura como a escravidão para contê-los. Aqueles que eram contrários, por sua vez, denunciavam o caráter degradante da escravidão que servia a práticas de desumanização. As notas impressas nos jornais e comentários da época certamente não descortinaram os bastidores da dor que motivou tal ato. A literatura tem, então, o papel de desnudar as marcas nem sempre visíveis na superficialidade da notícia. Esse papel justifica a importância de romances como **Beloved**, **A Mercy**, **Breath, Eyes, Memory**, **The Color Purple**, **Push** e outros, em que o tema da maternidade é tratado de um modo que atravessa o impensável para leitores afeitos à literatura europeia e mesmo euro-americana.

Em um retorno que não se espera eterno, o tema central da história de Garner e da personagem Sethe de **Beloved** também é retratado no romance **Breath, Eyes, Memory**, de Dandicat. Nele, atormentada por pesadelos, a mãe de Sophie, Martine, ao saber que estava grávida, deu dezessete golpes de faca em seu próprio estômago. Com esses golpes, a personagem pôs fim a uma mãe nascida sob o signo da violência e da não escolha. Coube a ela, em um ato extremo, escolher dar um fim aos tormentos engendrados pelo estupro e libertar-se do pesadelo em que se tornou a própria vida.

No capítulo final de **Breath, Eyes, Memory**, a avó de Sophie pede sua atenção e diz: “as palavras podem dar asas aos seus pés” (DANDICAT, 1994, p. 234, tradução nossa). Espera-se que as palavras que preenchem as páginas dos livros mencionados e artigos que abordam a condição de mulheres negras em contexto pós-colonial possam dar asas a uma imaginação que transforme em atos a indignação que acomete os sensíveis às práticas de crueldade engendradas pelo preconceito – principal herança do colonialismo.

Sentir-se tocado pelas linhas de violência e subjugação que atam as vidas das

mães representadas pelas escritoras negras enfocadas já é um começo para imprimir ação ao ato de imaginar.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **Home and Exile**. New York: Anchor Books, 2001.

ACHEBE, Chinua. **There Was a Country: a Personal History of Biafra**. New York: The Penguin Press, 2012.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O Perigo de uma Única História. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda_Adichie.pdf>. Acesso em 2 abr 2012.

Alice Walker Q&A discussion: Beauty in Truth. Acessível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UadveROnHHk>>. Acesso em 13 abr 2017.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. 2.ed., London and New York: Routledge, 2010.

AUSTEN, Jane. **Pride and Prejudice**. London: Penguin Books, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **The Second Sex**. Traduzido por Constance Borde e Sheila Malovany-Chevallier, New York: Vintage Books, 2011.

BYNUM, Leon James. Toni Morrison and the translation of history in Margaret Garner. Disponível em: <http://webs2002.uab.es/doletiana/3Documents/leon_james_bynum-margared_garner.pdf>. Acesso em: 14 abr 2017.

COSME, Maria do Perpetuo Socorro Reis. African American Criticism in Toni Morrison's *Beloved*. In: TOMITCH, Lêda M. B. et. Al. **Literaturas de Língua Inglesa: Visões e Revisões**. Florianópolis: Insular, 2005, p. 91-97.

DANDICAT, Edwidge. **Breath, Eyes, Memory: a Novel**. New York: Vintage Books, 1994.

GEBBIE, Vanessa. The Kettle on the Boat. In: BRAZIER, Chris (ed.). **One World: a Global Anthology of Short Stories**. Oxford: New Internationalist Publications Ltda, p. 89-93.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory: from Margin to Center**. Boston: South End Press, 1984.

MANSFIELD, Katherine. Bliss. Disponível em: <<https://ebooks.adelaide.edu.au/m/mansfield/katherine/bliss/complete.html>>. Acesso em 19 nov 2016.

MORRISON, Toni. **A Mercy**. London: Vintage, 2009.

MORRISON, Toni. **Beloved**. New York: Alfred A. Knopf, 2005.

SAPPHIRE. **Push**. Tradução Jean-Pierre Carasso. Paris: Éditions de l'Olivier, 1997.

WALKER, Alice. **The Color Purple**. Orlando: Harcourt, Inc., 1994.

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. Tradução Mário Quintana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

WOOLF, Virginia. **Rumo ao Farol**. Tradução Luiza Lobo. Rio de Janeiro: O globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)

Data de aceite: 17/03/2020

Jonas Modesto de Abreu

Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar. É professor de Ciência Política no Curso Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Dalila Rodrigues Barros

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás – Brasil. Bolsista CNPq de Iniciação Científica.

Leonardo Aires de Castro

Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista da FAPESP.

RESUMO: Este texto tem como objetivo discutir identidade e representação a partir da produção legislativa feminina na Câmara dos Deputados da 55ª Legislatura (2015-2018), entendendo que são dois temas sensíveis aos debates críticos sobre a democracia representativa no Brasil. A representatividade é imprescindível para mediação de interesses e para construção de uma democracia de maior equidade. Já a identidade é permeada pelas características sociais, ideológicas e políticas, que têm influência na ação política das parlamentares. Para isso, adotou-se uma

metodologia mista que buscou fundamentar a pesquisa sob o viés tanto quantitativo, quanto qualitativo, visando compreender os aspectos subjetivos dos dados coletados. Neste sentido, foram coletadas as propostas legislativas e as emendas constitucionais do período exposto e, posteriormente, eram foram classificadas em: administrativas, econômicas, honoríficas, orçamentárias, políticas, sociais, culturais-científicas-tecnológicas, ecológicas e identitárias. No texto também há uma discussão sobre as classificações provenientes dos debates que cercam as problemáticas da representatividade feminina na política nacional.

INTRODUÇÃO

“A lógica da igualdade mergulhava de cabeça na desigualdade racional” - Robert Alan Dahl (2001): Sobre a Democracia.

Estamos diante de uma crise institucional, e, portando, a partir disso, é preciso levar em consideração as palavras de Simone de Beauvoir “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” (BEAUVOIR, 1949, p. 29). É notório que avança no Brasil uma onda conservadora que teve seu início na 55ª Legislatura. Posterior a isso, houve a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff, ato político

cujo simbolismo possui caráter profundamente nocivo à representação feminina na política brasileira.

Apesar da política de cotas femininas que prevê um percentual mínimo de mulheres nas candidaturas proporcionais desde 1995, o Brasil ocupa ainda uma posição desprivilegiada na representação política feminina, ficando na 152ª posição mundial e sendo considerado o pior índice entre os países da América Latina. Somado a isso, o país vive uma crise política que põe em risco todos os direitos das minorias sociais. As mulheres são um grupo vulnerável em decorrência das desigualdades sociais que enfrentam.

Os entraves políticos da representação feminina são diversos. É partindo dessa problemática que o presente trabalho tende a fornecer um debate para além da representatividade, entendendo-se também para os compromissos identitários das deputadas eleitas na 55ª legislatura. O foco de análise serão as ações parlamentares das deputadas eleitas.

Para tanto foi utilizado o método misto: metodologia quantitativa e qualitativa, devido à necessidade de conjugar os dados obtidos por meio das teorias correntes acerca do assunto. O debate acadêmico foi estruturado através do levantamento de dados, utilizando uma análise estatística descritiva para discutir a hipótese pretendida. Outra referência foi a técnica da pesquisa bibliográfica, usada na investigação de livros, artigos e coletâneas sobre o tema pesquisado.

A metodologia quantitativa tratou de estruturar a pesquisa da seguinte forma: levantou-se os dados constitutivos sobre cor, classe social (patrimônio) e partido político das deputadas federais eleitas para a 55ª legislatura, coletando os Projetos de Emendas Constitucionais (PECs) e Projetos de Leis (PLs) propostos por elas e indicando se são ações identitárias, ou seja, que envolvam diretamente a emancipação política e social feminina, ou não identitárias, quando envolvem temas adversos à questão feminina. Enquanto a metodologia qualitativa buscou levantar a discussão sobre representatividade feminina na política, evidenciando os enfrentamentos e dificuldades que as mulheres ainda enfrentam pra se inserir na vida política em nosso país.

A coleta das PEC's e PLs restringiu-se ao período de 2015 a 2018, enfocando as 51 mulheres eleitas deputadas para a 55ª legislatura. Atingindo o número total de 1434 propostas que foram avaliadas e tipificadas sob a classificação de Amorim Neto e Santos (2003). Além dessas duas referências, foi acrescida uma outra tipificação denominada "identitária", a qual tende compreender as propostas sob o ponto de vista transversal para as proposições que versem sobre o caráter de políticas públicas que promovam ou beneficiem as mulheres.

Paralelo a isso, foi também elaborado a construção estatística de dados que tratem dos aspectos referentes ao sexo, cor e raça, conforme expostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da plataforma DIVULGACAND, para tratar da análise e discussão da representatividade e identidade feminina na

política brasileira.

DESENVOLVIMENTO

O Estado está marcado por uma estrutura patriarcal. Logo, a presença da mulher nesse espaço nos dias atuais ainda é permeada por preconceitos e pela exclusão feminina. Fica evidente, portanto, a sub-representação feminina nas arenas políticas fomentadas como práticas notórias do Estado brasileiro. É importante salientar também que representação feminina nem sempre garante políticas de gênero. Ou seja, outro entrave à representação feminina é entender como essas mulheres se articulam ao adentrarem às arenas decisórias (ARAUJO, 2002, 2004, 2012; BIROLI 2012, 2014; MIGUEL, 2012, 2014).

O presente trabalho teve como premissa, entender o comportamento político das mulheres eleitas deputadas para a 55ª legislatura, frentes às questões identitárias. E se elas estariam preocupadas em reformar a estrutura pública para fomentar a identidade política feminina na sociedade brasileira no que tange à produção legislativa. Ou seja, ao adentrarem nesses espaços dominados por uma estrutura baseada na dominação masculina, elas estariam preocupadas em fornecer uma reforma nas estruturas políticas e sociais para promover os interesses femininos? No entanto, para que se possa entender a problemática, é preciso compreender como essa estrutura foi fundamentada ao longo dos anos, a fim de se compreender a atual realidade da representatividade feminina no legislativo brasileiro e suas principais problemáticas.

A exclusão de mulheres na política, ou mesmo a sua sub-representação, não é algo novo, assim, através de uma digressão histórica, pode-se traçar paralelos com a atual realidade, não afim de comparar, pois isso torna-se algo anacrônico, mas como forma de delimitar em suas origens a subjugação do feminino na esfera pública.

Pode-se dizer que as origens democráticas remontam ao período VI a. C, na Grécia Antiga, mais precisamente na sociedade ateniense. No entanto, apesar de uma grande contribuição para um sistema mais amplo de participação política, esse sistema possuía características próprias, sendo que algumas de suas características ainda estão presentes nas democracias contemporâneas e outras foram abandonadas ao longo do tempo.

Vale salientar que foi Clístenes que, ao fazer uma reforma política, descentralizou o poder, conforme salienta Maria Dulce Reis (2018, p. 49):

A abertura política proporcionada pelo governo de Clístenes à participação direta dos cidadãos conforme cada região geográfica – não mais conforme a uma nobreza “de sangue” ancorada em crenças mítico-religiosas – traz uma descentralização do poder, mudanças políticas e também formativas (o que hoje chamaríamos de sócio pedagógicas).

Essa descentralização do poder ampliou o sistema e permitiu um número

maior de pessoas na tomada de decisões políticas na cidade-Estado. No entanto, esse direito estava restrito a poucos. As condições para participação nas instituições democráticas estavam condicionadas à situação de que fossem cidadãos gregos, do sexo masculino, livres, maiores de 18 anos e que estivessem em dia com o serviço militar.

Portanto, apesar de Clítenses descentralizar o poder, diminuindo o poder das famílias e ampliando o espaço político, preserva a esfera privada da intervenção do Estado, conservando as relações de autoridade que limitaram a autonomia feminina. Essa situação vai se perpetuar por um longo período, estabelecendo desigualdades abissais na partilha de poder (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Para os atenienses, o conceito de liberdade estava associado à esfera pública, espaço no qual os cidadãos dotados de direitos políticos poderiam exercer sua vontade e decidir sobre ações políticas. Isso encontrava justificativa em um mecanismo de punição denominado Ostracismo. Segundo Reis (2018, p. 50), tratava-se de um modelo punitivo que associava-se ao “banimento e cassação dos direitos políticos por dez anos, evitando-se as tiranias”. Neste modelo, a figura feminina estaria, portanto, restringida a esfera privada, e sua liberdade era inexistente por essa premissa.

Tendo por base a Grécia ou Roma da antiguidade, outros sistemas democráticos surgiram na história humana. Embora possuíssem significativos pontos de distinção, é possível afirmar com segurança que ambos tinham em comum a exclusão da cidadania feminina. Como pontua Dahl (2001 p. 13), em “todas as democracias ou repúblicas independentes que então existiam uma boa metade de toda a população adulta sempre estivera excluída do pleno direito de cidadania; a metade das mulheres.” Em decorrência disso, somente a partir da segunda metade do século XX, as mulheres começaram a conquistar paulatinamente o direito de voto, passando a exercer parte da cidadania política.

Para Birolli (2014), é muito importante entender a esfera privada, pois nela imperam valores construídos historicamente que podem exercer reflexos sobre a esfera pública. Em suma, os valores engendrados pela esfera privada podem recriar as relações de poder que acabam regendo o funcionamento societário.

Ao se falar em esfera privada, seguindo a perspectiva de Miguel e Birolli (2014), é possível entender que o conceito está bastante associado a uma análise da teoria feminista, uma vez que coloca em evidência o papel social da mulher, sobretudo quando realiza uma crítica a respeito da influência da esfera privada sobre a esfera pública.

Sendo assim, é importante entender que esfera privada estaria voltada para o ambiente do lar familiar, espaço no qual o papel feminino está sempre tutelado por uma dominação masculina. Vale salientar que essa constituição da esfera privada age desproporcionalmente aos gêneros, recriando e mantendo uma relação desigual entre homens e mulheres. Segundo Miguel e Birolli (2014), só foi possível manter essa estrutura porque ela estava ancorada nas instituições do Estado.

Os efeitos que se produzem a partir disso, é de uma relação desigual que incide sobre a partilha de poder entre os agentes sociais. Neste contexto, dá pra citar a baixa representação política e a desvalorização salarial feminina que criam uma situação de vulnerabilidade social da mulher. Essas orientações de arranjos desiguais tendem a caracterizar o princípio de igualdade democrática como desproporcional aos sexos, prejudicando o sistema democrático representativo.

Seja pela estrutura estatal, pela estrutura social ou pelos mecanismos institucionais que a regem, a participação política feminina ainda é muito restrita no Brasil, o que a torna um dos temas críticos à democracia representativa. Para Campos e Machado (2017), a estrutura desigual de financiamento das campanhas inviabiliza notadamente o sucesso eleitoral feminino. Além disso, vale salientar que a grande maioria das mulheres que conseguem acesso às arenas políticas se enquadram no perfil das elites políticas de nosso país.

Atualmente a representatividade política feminina é um tema importante para se discutir as ações políticas, principalmente no que tange o entendimento sobre a democracia representativa no Brasil. A pesquisa em questão tem como viés entender como a representatividade feminina tem se implantado no campo político brasileiro. No âmbito legislativo, busca compreender como as ações políticas das deputadas tendem a fornecer uma identidade feminina. Isso porque é através desses mecanismos de emancipação que se pode reestruturar mudanças tanto na esfera privada quanto na esfera pública.

A representatividade nos sistemas democráticos modernos serviu para ampliar o número de vozes na tomada de decisões em grandes aglomerados sociais. Diferentemente da democracia ateniense, a democracia representativa moderna adota o mecanismo de inclusão para que ocorra uma participação equitativa de todos os segmentos sociais. A representatividade, portanto, serve para que os interesses dos representados estejam presentes nas arenas decisórias, sendo vinculados à ação política dos representantes. Pensando nos grupos que integram as minorias sociais, a representatividade política é importante tanto para a manutenção de direitos, quanto para as ações políticas que minimizam as desigualdades.

Nesta dinâmica, vários autores do campo político elaboraram conceitos sobre a representatividade e suas diversas formas. Neste trabalho, optou-se por entender a representatividade descritiva como sendo uma possibilidade metodológica capaz de facilitar a compreensão dos grupos minoritários frente às arenas políticas nacionais. No mesmo sentido, Piktin (1967), vê a representação descritiva como um “pequeno espelho” da sociedade representada, reproduzindo as suas principais características.

A COMPOSIÇÃO DO PERFIL DAS DEPUTADAS

Analisar o perfil das deputadas é também uma possibilidade de compreender um pouco mais sobre as estruturas sociais que estão por detrás da representação política

no Brasil. Apesar das mulheres partirem de uma mesma perspectiva política histórica, é preciso entender que suas trajetórias individuais de classe, também influenciam na posição de *status quo* social. Ou seja, é notável que mulheres negras e de classe social menos abastada possuem pouca chance de obter sucesso político e eleitoral, e, por não conseguirem acesso às arenas decisórias de poder, ficam impossibilitadas de exercer a representação de seus interesses de cor e classe.

A partir da coleta dos dados das mulheres eleitas em 2014 para a 55^a legislatura, subtraída da plataforma DIVULGACAND, será montado um quadro no qual se levará em consideração os aspectos referentes ao sexo, a cor e a raça, conforme expostos pelo IBGE. A partir disso, será possível traçar o perfil das deputadas com a finalidade de se compreender as relações sociais intrínsecas que asseguram seus espaços na esfera política.

Em resumo, a composição de deputadas federais da 55^a legislatura corresponde a 9,94% dos total de parlamentares que integram a Câmara dos Deputados. Os partidos que mais possuem representação política feminina são Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Segundo DE CASTRO (2019), o perfil das 51 mulheres com mandato na 55^a legislatura da Câmara Federal, é o seguinte: aproximadamente 20% delas não são brancas, ou seja, cerca de 10 não se declaram brancas; outras 30 possuem patrimônio abaixo de meio milhão, fato demonstrativo de que a ampla maioria das parlamentares compõem a classe média; grande parte delas possui ensino superior completo e a idade média é de 50 anos. Além disso, 54% delas são casadas, uma pequena parcela é composta por divorciadas, viúvas e solteiras; possuem profissões diversificadas e, quase paritariamente, se dividem entre os partidos de esquerda e de direita que integram as mais de 30 siglas partidárias nacionais.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa congregou tanto métodos qualitativos que fornecem o arcabouço teórico central quanto métodos quantitativos que possibilitam compreender de que maneira a teoria corrobora para os fatos. Para isso, foi preciso elaborar um banco de dados composto pelas propostas legislativas do período entre 2015 e 2018 (55^a legislatura), sendo classificadas pela tipificação de Amorim Neto e Santos (2003), nos seguintes temas: administrativos, econômico, honorífico, orçamentário, político, social, cultural-científico-tecnológico, ecológico e identitário. Este último, acrescido com a finalidade de se compreender as proposições que se enquadram na produção de políticas públicas voltadas para as mulheres. Fornecendo, a partir disso, uma ação que visa contribuir para o avanço dos interesses identitários de seus grupos. O quadro abaixo estabelece a tipificação.

TIPOLOGIA DE ASSUNTOS	CONCEITO
Administrativo	São projetos de leis voltadas para questões internas, da administração da máquina pública. Em termos gerais são aquelas que buscam modificar a estrutura institucional burocrática, sem maiores impactos na organização da esfera legislativa federal.
Econômico	São projetos de leis que versam sobre incentivos econômicos ou qualquer mecanismo que interfira na economia.
Honorífico	São projetos que lidam com homenagens, seja nomeações de construções públicas ou menções honrosas a pessoas distintas.
Orçamentário	São projetos que discutem com incrementos ou modificações as propostas orçamentárias.
Político	São projetos que indicam mudanças no sistema político-institucional. Ou seja, projetos que versem sobre a reforma política em todos os aspectos da máquina eleitoral.
Social	São projetos voltados para a sociedade civil, sejam na área de educação, saúde ou segurança pública. Reuni temas importantes para o estado de bem-estar social e o funcionamento razoável da estrutura pública.
Cultural-Científico-Tecnológico	São projetos que compreendem fomentos na área da cultura, ciência e tecnologia, incentivando a produção nacional.
Ecológico	São projetos de cunho ambientalista, de cuidado com meio ambiente e preservação de tudo aquilo ligado a ele.
Identitário	São projetos interdisciplinares, que poderiam estar em vários outros assuntos, mas que se encaixam aqui, pois buscam promover a identidade da mulher. Logo, leis que versem sobre direitos e deveres das mulheres serão identificados sob esse conceito.

QUADRO 1: Tipologia de Assuntos

Fontes: AMORIM DETO E SANTOS (2003), modificado e feito por Leonardo Aires (2019).

Os Projetos de Leis (PL) e as Emendas Constitucionais (EC) foram extraídas do repositório de produções legislativas do Congresso Nacional, no qual há um arquivo

com todas as proposições políticas dos deputados e deputadas. O recorte da pesquisa é a produção feminina durante a 55ª legislatura.

A partir disso, observou-se que a produção feminina legislativa corrobora em parte com a hipótese inicial na qual se afirmou que as mulheres deputadas não estão essencialmente preocupadas com a reforma das estruturas políticas e sociais que contrariam os interesses identitários femininos. No entanto, suas maiores pautas estão voltadas para políticas sociais, sendo que a bandeira identitária configura entre as três maiores pautas defendidas. O quadro a abaixo indica os seguintes números.

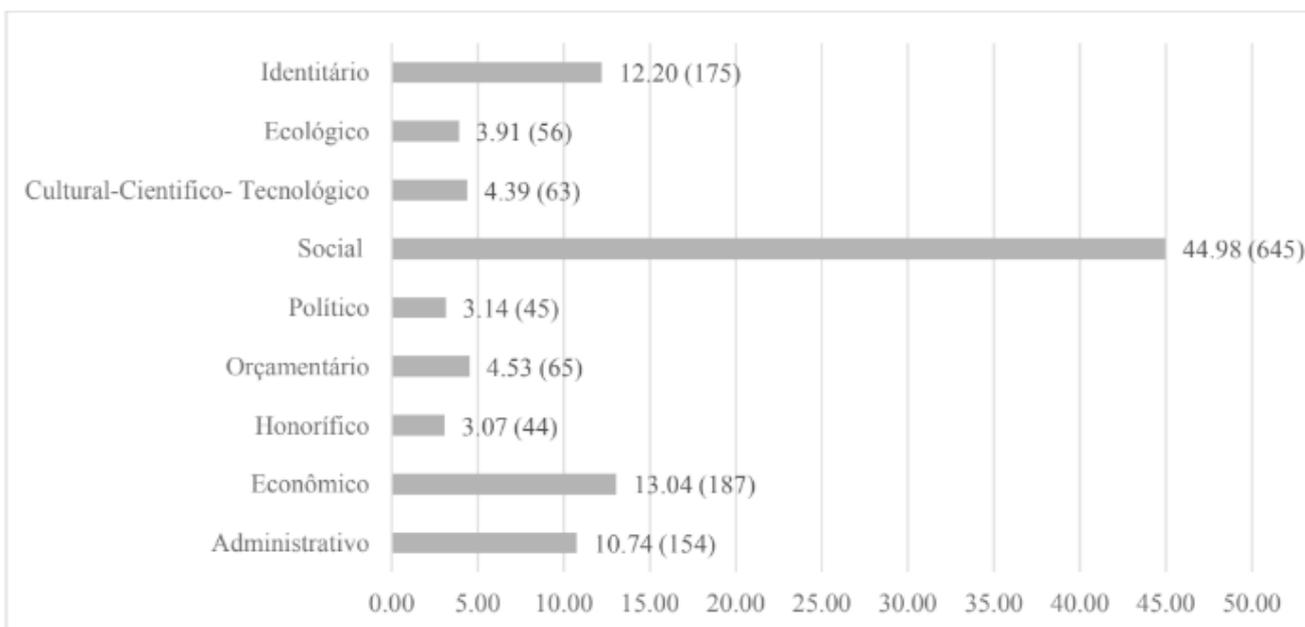


GRÁFICO 1: RELAÇÃO DE PROPOSTAS POR TEMAS EM PORCENTAGEM E NÚMEROS

Fonte: Leonardo Aires (2019).

Em primeiro lugar, encontra-se a classificação majoritária de caráter **social**, correspondente a 44,98%; em segundo lugar, estão as de caráter **econômico**, correspondendo a 13,04%; em terceiro lugar, as denominadas **identitárias**, correspondendo 12,20%. Sendo essa uma variável interdisciplinar, mas que congrega em sua característica a promoção de propostas que versem sobre as políticas identitárias. As propostas de cunho **administrativo** representam 10,74%. As propostas identificadas como **honoríficas**, possuem 3,07% e, as **políticas**, com percentual de 3,14%. As **ecológicas** correspondem a 3,91%, as **cultural-científico-tecnológico** com 4,39% e, por último, as propostas **orçamentárias** que congrega o percentual de 4,53%.

OS DADOS

Analisar as proposições políticas das deputadas permite identificar o grau de vínculo e congruência entre o eleito e o seu eleitorado. A representatividade feminina

não necessariamente garante políticas identitárias, pois, ao adentrarem às arenas decisórias, as mulheres compartilham de trajetórias históricas desiguais, sendo preciso portanto, que se submetam ao jogo político que está sustentado numa lógica patriarcal.

Ao realizar o trabalho, identificou-se que a produção legislativa desse grupo está majoritariamente associado às proposições de cunho social, tais como educação, saúde e assistência social. As proposições identificadas como identitárias, que ocupam o terceiro posto de prioridades, se caracterizam por beneficiar o segmento feminino em políticas públicas. Vale salientar que as propostas de cunho social, em sua grande maioria, beneficiam as mulheres que constituem um grupo vulnerável frente aos seus históricos problemas sociais. Partido do entendimento de Birolli (2014), que se preocupa em observar a semiótica da subjugação feminina nas esferas privadas que interferem diretamente nas esferas públicas, conclui-se que a promoção de políticas sociais, além de melhorar amplamente a sociedade, também tende a reparar desigualdades de grupos minoritários que não possuem grande representação política, como é o caso das mulheres.

Um exemplo disso seria o combate à violência contra mulher, hoje um dos grandes problemas de cunho social, peculiar ao gênero feminino. O enfrentamento desse problema, através da ação política, não apenas poderia ser classificado como projeto social, mas também como identitário. Ou seja, além das propostas que versem sobre a questão identitária feminina, as proposições sociais também são de grande relevância para as mudanças nas estruturas privadas. Outro projeto de cunho social seria a ampliação educacional de vagas para crianças menores de 6 anos, as “creches escolares”. Esse tipo de política pública afeta diretamente as mulheres, possibilitando que elas possam trabalhar ou estudar, ambas as atividades relacionadas à esfera pública.

É importante também observar que dentre os menores índices de proposição estão as propostas identificadas como políticas, com cerca de 3,14%. Sua característica principal é discorrer sobre as reformas políticas. Sendo, portanto, de suma importância para aos grupos minoritários na política, pois uma reforma poderia ajustar os percentuais desiguais de representação. Esses dados ratificam a hipótese de que as mulheres, deputadas, não estão propondo projetos que promovam a reforma política seu favor.

A partir disso, é possível concluir que as propostas das deputadas versam sobre uma agenda política ampla que tende a beneficiar a sociedade como um todo, a chamada *política do desvelo*¹. Suas ações tem maiores impactos nos grupos vulneráveis e atuam nas esferas privadas, ponto primordial para emancipação feminina, e que é de grande relevância para que ocorram mudanças futuras na esfera pública. É relevante também notar que a tipificação identitária segue em porcentagem considerada média, pois não corresponde aos menores índices, integrando os três maiores. O que indica

1 Ver MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. **Desvelo e interesse na teoria feminista**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

também que as mulheres deputadas estão preocupadas em tratar de problemas do gênero feminino, construindo assim uma representatividade identitária.

Por fim, vale salientar que as mulheres, deputadas, além de manter uma política do cuidado, como é esperado por suas características, também avançam para pautas que se aproximam do padrão masculino de comportamento parlamentar. Neste sentido, as propostas econômicas aparecem como o segundo maior índice de tipificação de suas propostas, avançando para a chamada *política de interesses*.² Portanto, é evidente que a atividade parlamentar feminina não segue uma única linha de interesses, uma vez que o grupo de mulheres parlamentares, mesmo minoritário, tende a somar forças com propostas voltadas tanto para temas sociais, quanto econômicos e identitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho tratou de observar conceitos muito sensíveis no que tange a democracia representativa. A representatividade feminina na política brasileira ainda é um espaço para uma pequena parcela de mulheres. Sendo na grande maioria mulheres que pertencem a uma classe média, ou alta. São, segundo DE CASTRO (2018), mulheres que concentram acesso a símbolos e estruturas que são negadas às mulheres da sociedade civil. Para o autor, perfazem uma elite partidária proveniente de suas estruturas privilegiadas. Possuem, portanto, um capital político delegado de suas famílias ou de movimentos sociais. Em grande maioria, esse grupo apresenta o nível de escolaridade superior completo e se declaram da cor branca.

Em suma, o cenário político brasileiro apresenta-se com grandes dificuldades para as mulheres, seja por uma estrutura institucional marcada pelo patriarcalismo, seja pelas dificuldades que vão desde elementos da esfera privada relacionados às suas características sociais até questões associadas ao desprestígio do gênero feminino presentes na esfera pública. Pode-se acrescentar a isso até mesmo os elementos da organização partidária e da estrutura dos partidos políticos, são reflexos de uma cultura machista. Apesar da lei de cotas para mulheres nas candidaturas proporcionais ter sido implementada há 25 anos, o Brasil ainda permanece com o pior índice de representação parlamentar feminina na América Latina (ARAUJO, 2002, 2004, 2012; BIROLI, 2012, 2014; CAMPOS e MACHADO, 2017; MIGUEL, 2012, 2014; SACCHET E SPECK, 2012).

A pesquisa ratificou que as ações políticas das parlamentares da 55ª legislatura estão voltadas para reformular as estruturas primordiais ao seu grupo. A promoção de propostas que versem sobre características sociais e identitárias ocupam grande parte da agenda política dessas parlamentares. Suas propostas sociais possuem um caráter amplo, abrangendo a saúde, a educação e a segurança pública. Seus impactos recaem principalmente sobre os grupos minoritários da sociedade. Sendo

2 Idem.

uma intervenção estatal que visa corrigir as desigualdades. As propostas identitárias apontam para o benefício dos grupos femininos.

Portanto, vale considerar que apesar da falta de engajamento das parlamentares em reformar a estrutura política, como demonstrado, existe uma preocupação nas correções dos arranjos desiguais da sociedade, visando corrigir estruturas históricas de desigualdades, situações que afetam negativamente as mulheres desde os primórdios dos sistemas democráticos. Ainda é preciso evidenciar que, além dessas propostas citadas, como forte engajamento político, as mulheres também avançam para propostas que possuem maior prestígio parlamentar, aproximando-se das pautas historicamente restritas aos parlamentares do gênero masculino.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, n. 44, 2001, p. 155-95.

_____. Feminismo e poder político, uma década depois. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

BIROLI, F. *Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. **Anuário Antropológico I**. 2014, p. 249-253.

CAMPOS, L.A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, 2017, p. 125-142.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DE CASTRO, L.A. Minorias sociais e seus obstáculos à representação no legislativo brasileiro. **Dissertação de Mestrado em Ciência Política**. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 113. 2018.

FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1988.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. Editora Unesp, 2013.

_____; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Desvelo e interesse na teoria feminista**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. University of California Press, 1967.

PHILLIPS, A. From a politics of ideas to a politics of presence? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p. 268-290.

REIS, M. D. **Democracia grega: a antiga Atenas (Século V a. C.)** Sapere aude: Belo Horizonte, v. 9, n. 17, Jan./Jun. 2018, p. 45-66.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, 2012, p. 177-197.

MORRO DA CONCEIÇÃO: HISTÓRIA DE FÉ E CULTURA QUE SE ENTRELAÇA NO SUBÚRBIO DA CIDADE

Data de aceite: 17/03/2020

Lucy Patrícia da Silva de Farias

Lucy Patrícia da Silva de Farias – Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião – UNICAP- Psicopedagogia pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – Pós- Graduada em Gestão e Organização da Escola com ênfase em Direção Escolar- UNIP- Graduação em Pedagogia pela UNICAP. Professora Concursada da rede Municipal do Recife e De Jaboatão dos Guararapes. lucypatricia1969@hotmail.com

Severino Barbosa da Silva

Severino Barbosa Da Silva- Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em História- UNICAP- Pós-graduação em História e Graduação em História- FUNESO. Atua na área de Segurança Pública. história5050@gmail.com

A história do Morro da Conceição possui interfaces históricas, culturais e de fé. Porém muitas vezes, apenas o aspecto de manifestação de louvor é enfatizado em esquecendo da organização da experiência de vida da coletividade. Vale salientar que, é inegável a importância tal expressão da religiosidade, pois influenciou no nome da localidade e também foi determinante elevar a condição de um bairro do Recife. Em função disso, o presente

trabalho pretende aprofundar tais dimensões, explicitando o entrelaçamento da história do bairro como definição da própria identidade. Posteriormente, a festa de nossa Senhora da conceição tanto nos aspectos religiosos e culturais. A premissa básica é ampliar o olhar de cada contexto, destacando os aspectos preponderantes que se perpetuam no tempo e se faz presente na atualidade. Por isso, tem como principal fonte de estudo: as fontes bibliográficas, alguns levantamentos históricos, bem como depoimentos coletados in loco. Desse modo visa contribuir significativamente para desvelar os diferentes aspectos desse bairro que fica no subúrbio da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Morro da Conceição, história, fé, cultura.

ABSTRACT: The history of Morro da Conceição has historical, cultural and faith interfaces. But often, only the aspect of manifestation of praise is emphasized in forgetting the organization of the collective life experience. It is worth noting that this expression of religiosity is undeniable, since it influenced the name of the locality and it was also decisive to elevate the condition of a neighborhood of Recife. As a result, the present work intends to deepen these dimensions, explaining the interweaving of the history of the neighborhood as a definition of its own identity.

Subsequently, the feast of Our Lady of Conception in both religious and cultural aspects. The basic premise is to broaden the view of each context, highlighting the preponderant aspects that perpetuate in time and is present in the present time. Therefore, it has as main source of study: the bibliographic sources, some historical surveys, as well as testimonies collected in loco. In this way it aims to contribute significantly to unveil the different aspects of this neighborhood that is in the suburb of the city.

KEYWORDS: Morro da Conceição, history, faith, culture

INTRODUÇÃO

O Morro da Conceição fica localizado na zona Norte do Recife, sendo um misto de fé, história e cultura, pois a comunidade cresceu em torno de “Maria a Virgem Santíssima”, do seu exemplo de pureza e amor, sendo o lugar ponto de peregrinação, principalmente, de pessoas advindas do interior que resolveram se estabelecer ao entorno da santa. Tem como principal fonte de renovação¹ o testemunho da população e por conta disso a localidade se organiza em prol do cuidado e do amor em torno da devoção dos fies.

Vale salientar que, é inegável a importância tal expressão da religiosidade, pois influenciou no nome da localidade e também foi determinante elevar a condição de um Bairro do Recife. Antes, estava ligado ao bairro de Casa Amarela, sendo elevado a esta condição em 1988, tendo uma população estimada em 10.182 habitantes, no qual há uma imbricação de culturas porque existe a presença de negros pardos, brancos, índios e amarelos. Isso é evidenciado da seguinte forma: pretos e pardos 68,21%, brancos 30,45%, enquanto os índios e amarelos representam 0,33% e 1,01 respectivamente, tendo assim uma influência diretamente na construção da identidade.

Geertz (1989) menciona a respeito dessa relação da cultura que tem a ver com a identidade o seguinte:

“O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias (p.15). No estudo da cultura os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social”. (p.37)

É nesta teia de significados que surge a relação de cultura, de conjuntos simbólicos, entrelaçando-se com a construção histórica do bairro. Na atualidade é considerada não apenas como uma manifestação de fé, mas também como um grande evento, devido a grande mobilização que é feita durante o período de 29 de novembro a 08 de dezembro, pois quantitativo de pessoas que visitam a comunidade fica em torno de 1 milhão e meio de durante as comemorações da festa de Nossa Senhora da

¹ Peter Berger menciona que mundo contemporâneo é tão religioso como em qualquer história, pois todas as principais tradições religiosas conseguiram sobreviver, mas também foram capazes de gerar poderosos movimentos de renovação.

Conceição.

Há todo um esforço na estruturação, na organização da comercialização, nos shows que ocorrem normalmente na abertura e no encerramento da festa, iniciando-se com o cortejo da bandeira, no trajeto da procissão, na realização do evento diversos órgãos que trabalham coletivamente.

Em função disso, o presente trabalho pretende aprofundar tanto a dimensão da fé popular quanto a parte cultural que envolve a festa e também a comunidade. Iniciando assim, explicitando o entrelaçamento da história do bairro como definição da própria identidade. Posteriormente, a festa de Nossa Senhora da Conceição tanto nos aspectos religiosos e culturais. E, finalizando, com outras expressões que simbolizam a cultura local.

1 | RAÍZES HISTÓRICAS DA DEVOÇÃO NO BRASIL A NOSSA SENHORA

A tradição da Igreja Católica menciona que, a imagem da Virgem da Conceição chegou ao Brasil na época do descobrimento, em uma das naus de Pedro Álvares Cabral. Porém, a veneração à Virgem da Conceição, começou a existir a partir de 1586, com a chegada dos jesuítas e suas missões de catequese. Desde modo, fundavam Congregações Marianas, com a finalidade de facilitar a doutrina religiosa cristã aos índios (MENDONÇA, 1986, p.163).

No Brasil colonial, os rumos da sociedade bem como o da religião estão inter-relacionados, sendo atribuída à igreja a doutrinação e catequese dos índios, bem como posteriormente aos negros advindos da África, tendo como religião oficial o Catolicismo. Tal religiosidade representava a “verdadeira” expressão de fé a ser aceita e seguida². Essa realidade estava espelhada na Constituição do Brasil Colonial, bem como no Brasil Imperial.

Já na Bahia a devoção a Nossa Senhora da Conceição³ também tem uma relação histórica, quando a escultura da santa foi trazida por Tomé de Souza para Salvador, em 1549, no qual foi construída uma pequena Igreja na praia. Posteriormente em 1765, foi substituída por uma construção mais sólida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (MENDONÇA, 1986, p.164).

Também foi proclamada “Padroeira do Império Brasileiro” por Dom Pedro I sendo a protetora de nosso país. Contudo, no início da República no século XX, o título de padroeira do povo brasileiro foi concedido a Nossa Senhora da Conceição Aparecida,

2 Dermeval Saviane menciona que para os jesuítas a religião católica era considerada obra de Deus, entretanto a religião dos índios e negros vindos da África eram obra do demônio. (2013, p.47).

3 Segundo Mendonça o culto a Imaculada Conceição se perde no tempo, pois desde o século XII, antes da definição dogmática do dogma da Conceição, a devoção na santa se fazia presente. Descreve ainda que em 1304 o Papa Bento XII reuniu em uma assembleia doutores em teologia para debater questões da escola sobre a Imaculada Conceição na Universidade de Paris, sendo João Duns Scotto encarregado de defender e sustentar a verdade sobre Maria. Deste modo, a festa da Imaculada foi definida a sua celebração em toda a França.

que era uma antiga imagem da Imaculada Conceição encontrada nas águas do rio Paraíba do Sul (NUNES, 2011, p. 02).

Em Pernambuco, a devoção a Nossa Senhora da Conceição já existia, e mesmo antes da chegada da imagem, a Sociedade São Vicente de Paulo de realizou campanhas de sensibilização para que as igrejas no dia 8 de cada mês apresentassem um grande número de fiéis (SANTANA, 2019, p.5). A fé é reafirmada com a chegada da imagem em 1904, que foi trazida da França pelos vicentinos da SSV⁴.

O Bispo Diocesano de Olinda D. Luiz Raimundo da Silva Brito mandou erguer um monumento, conforme transcrito:

O monumento de N. S. da Conceição do Morro foi construído no ano de 1904, por ordem de D. Luiz Raimundo da Silva Brito, então Bispo Diocesano de Olinda, no Alto do Outeiro, chamado depois de Morro da Boa Vista e atualmente Morro da Conceição, para comemorar o quinquagésimo aniversário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição da Virgem Maria. O terreno onde foi edificado o referido monumento foi doado à Diocese de Olinda, numa área de cento e vinte (120) por sessenta (60) metros, conforme consta escritura particular de doação, passada a seis de dezembro de 1904. A imagem da Virgem Imaculada foi adquirida em Paris na “Vaillant Nast e Cia”, por intermédio de Dr. Carlos Alberto Menezes e foi posta sobre um pedestal de alvenaria granítica lavrada, de primeira qualidade, com cauterias especiais na base e nas cimalthas acima, com arestas vivas sem falhas. Traz as mãos postas, coroa dourada, mede três metros e meio (3,50) de altura, é toda de ferro, tem a veste branca, manto azul com bordados, aos pés uma esfera azul com estrelas. Sobre a mesma há um dossel de ferro com quatro (4) colunas, medindo nove metros e meio (9,30) de altura em alumínio dourado em cuja base está uma balaustrada de ferro, do mesmo estilo⁵.

Em 1908 foi construída na localidade a torre e uma praça no qual é desenvolvida atividades, posteriormente em 2008 a moderna Igreja e em 2015 o arcebispo de Olinda e Recife Dom Fernando Saburido elevou à dignidade em Santuário Mariano, sendo confiado o cuidado Pastoral aos Missionários Redentoristas em 2016(SILVA, 2019 p.05)

A manifestação de fé em nossa senhora vem sendo construída e se perpetuando no tempo, passando pela trajetória da formação da nacionalidade, se desenvolvendo nos espaços públicos e se tornando democrática, pois é compartilhada independentemente de classe social, sendo venerada em vários Estados do Brasil.

Mendonça (1986) relata a devoção a Nossa Senhora em diversas localidades do país, In verbus:

No Rio de Janeiro existe a lendária Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, protetora daquela vila. No Rio Grande do Sul, Nossa Senhora da Conceição do Arroio e em Minas Gerais, ela é um dos oragos mais comuns, figurando não somente em capelas, mas em muitas igrejas como a de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em Ouro Preto; a de Nossa Senhora da Conceição de Sabará; a de Nossa Senhora da Conceição de Cata Altas, Nossa Senhora de Mariana, etc.-

4 A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é uma organização civil criada em 23 de abril de 1833, em Paris, na França, sendo formada por leigos de leigos, tanto homens como mulheres, que desenvolvem um trabalho cristão de Caridade. Tem o objetivo de aliviar o sofrimento das pessoas vulneráveis e fortalecer a fé de seus membros, estando presente em 150 países.

5 Jornal Diário de Pernambuco, segundo caderno, edição de 05 de dez, p.3 1963.

Nossa Senhora da Conceição é padroeira de vários Estados e cidades brasileiras, e sua popularidade é muito grande também por seu culto ser sincretizado⁶ com a divindade Iemanjá das religiões afro-brasileiras (p.164)

A devoção a Nossa Senhora da Conceição mobiliza uma multidão a cada ano, não apenas no período da festa, mas também o ano inteiro. Por isso, o dia 8 de dezembro considerado feriado em várias localidades do país integrando o calendário oficial, tendo como exemplo em Recife – Pernambuco.

Ademais, a fé em Nossa Senhora também se apresenta nos cultos africanos, sendo representada pela divindade de Iemanjá. Isso era a alternativa mais viável de preservar a cultura, a religiosidade e a própria identidade, sendo a utilização de mecanismos para enganar os olhos católicos, disfarçando a simbologia religiosa das origens africanas atrás dos rituais e imagens de práticas católicas (COSTA; FOLLMANN, 2013. p.12). Essa ressignificação do catolicismo tanto nos cultos clandestinos, nas irmandades sedimentou uma religião própria do afro-brasileiro. Por isso, muitas vezes o termo sincretismo é utilizado. Porém, há antropólogos que mencionem hibridismo cultural⁷.

Verifica-se assim que a crença em Nossa Senhora ultrapassa as fronteiras do tempo e ideológicas, pois a fé é democrática independente de condição social. Faz parte da construção histórica da identidade do povo, das trocas simbólicas e esta relação de poder.

2 | HISTÓRIA DO MORRO DA CONCEIÇÃO DO RECIFE E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

No período do Brasil Colonial as terras do nordeste eram cobiçadas, inclusive pelos holandeses, que desenvolviam mecanismos de ocupação. Em função de sua localização, o Morro da Conceição teve uma evolução distinta dos outros bairros, por sua posição estratégica, no século XVII foi utilizado como um dos redutos dos holandeses para combate no Arraial do Bom Jesus ou Forte Real do Bom Jesus do Arraial Velho.

Após a expulsão dos holandeses do morro a localidade passou a ser chamada de Outeiro de Bagnoulo da Boa Vista por causa de um Oficial napolitano a Serviço da

6 “O sincretismo é a união dos opostos, um tipo de mistura de crenças e ideias divergentes. Muitos orixás dos cultos afros têm no catolicismo um santo correspondente” (RINALDE; ROMERO, 2007, p.253). “É a aceitação simultânea de ideias diferentes e até mesmo contraditórias e a combinação de rituais e práticas tirados de fontes diferentes” (HARARI, Yuval Noah, 2015, p. 231).

7 “O processo de hibridação cultural da América Latina decorre da inexistência de uma política reguladora ancorada nos princípios da modernidade e se caracteriza como o processo sociocultural em que estruturas ou práticas, que existiam em formas separadas, combinam-se para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Esse hibridismo, desencadeador de combinatórias e sínteses imprevistas, marcou o século XX nas mais diferentes áreas, possibilitando desdobramentos, produtividade e poder criativo distinto das mesclas interculturais já existentes na América latina” (GAGLIETTI; BARBOSA apud CANCLIN).

Espanha e Portugal o Conde de Bagnuolo. Posteriormente, passou a ser chamada de Morro da Conceição no ano de 1904 com a chegada da Imagem de “Nossa Senhora da Conceição”, pois isto serviu como marco da comemoração do cinquentenário do dogma da Imaculada Virgem Maria.

Inicialmente o Morro da Conceição não tinha o quantitativo populacional que hoje apresenta, pois a localidade foi crescendo paulatinamente, em função das romarias, peregrinações e demonstrações de fé e devoção. Pertencia ao bairro de Casa Amarela⁸.

A ocupação dos morros da região começou no início do século XX, a partir do aluguel do chão feito por algumas famílias que eram grandes proprietárias de terras no local. (GASPAR, 2003, p.2). Isso ocorreu em função do aumento populacional dos morros e altos que ocorreu nos fins das décadas de 50, 60 e 70, pois na história, tradicionalmente, o povoamento ocorria nas planícies construídas pelos bairros do porto e do Recife (MENDONÇA, 1986, p.166).

Há também um aspecto bastante importante referente à ocupação do Morro da Conceição segundo relato dona Severina Paiva de Santana⁹ (Sevi), conforme transcrito:

“Muitas pessoas principalmente do interior vinham em peregrinação pagar suas promessas e acabavam ficando no Morro da Conceição. Era uma área sem moradores e com a chegada da santa tudo esse espaço se abriu”.

Nessa perspectiva, o crescimento populacional da localidade tem uma estrita relação com a chegada da santa, que mobilizou pessoas advindas do interior para fincar suas raízes. Isso impulsionou demandas locais como água, escola, postos de saúde, linha de ônibus. Por isso, o Morro que se integrava ao bairro de Casa Amarela, se tornou mais um bairro do Recife.

Esse desmembramento ocorreu partir de 1988, através da Lei municipal 14.452, que redefiniu as coordenadas geográficas, criando mais 94 bairros da cidade e o bairro de Casa Amarela perdeu as suas áreas de morro. Tornaram-se bairros autônomos o Morro da Conceição, o Alto José Bonifácio e o Alto José do Pinho (GASPAR, 2009, p.3). Assim, a popularidade do morro e a sua festa foi aumentando e nesse mecanismo também a expansão demográfica da localidade.

O bairro também possui uma diversidade cultural e lazer, como por exemplo: A Escola de Samba Leão do Norte, o Maracatu Águia de Ouro, Maracatu Estrela

⁸ A origem do nome do bairro de Casa Amarela está relacionada à vinda de um rico português que tinha contraído tuberculose. O comendador Joaquim dos Santos Oliveira tinha sido aconselhado pelos seus médicos a morar no Arraial por se tratar de um lugar com um clima favorável para o processo de cura. Em isso função, construiu sua casa a uns trezentos metros (300m) do Arraial do Bom Jesus no qual era conservada a pintura de ocre. servia de referência local. Essa casa ficou conhecida como “Casa Amarela” e deu nome ao bairro ali formado.

⁹ Severina Paiva de Santana, mais conhecida no Morro da Conceição como dona Sevi, chegou aos 15 anos de idade na localidade, tendo atualmente 83 anos. No dia 22 de junho foi entrevistada, pois faz parte da construção histórica do Morro da Conceição e inclusive escreveu um livro sobre a localidade.

Brilhante, Flor da Lira. Também conta com quadrilhas juninas como: Quadrilha Junina Tradição, Quadrilha Junina Fusão, Quadrilha Junina Origem Nordestina.

Além disso, possui a associação de moradores que auxilia a comunidade na expedição de documentos, comprovante de residência, viabilizando assim o acesso a comunidade esta prestação de serviços. Demonstrando, assim a diversidade que permeia a localidade.

3 | ASPECTOS RELIGIOSOS E CULTURAIS DA FESTA

A fé do povo¹⁰ em Nossa Senhora da Conceição possui uma dimensão tanto religiosa quanto cultural, é uma forma de crença que se enraíza no seio da família, que acalenta e dá sentido a vida, que também serve de conforto e ao mesmo tempo de alegria. Também é a algo que transcende as explicações lógicas e racionais, pois crer é ter a certeza que tudo acontece por obra e graça divina. E a relação com o sagrado¹² se manifesta no respeito, na humildade, nos ensinamentos de Deus.

Para Geertz:

A religião é uma perspectiva, uma organização cognitiva do mundo, entre outras coisas possíveis (senso comum, ciência e estética), expressa em práticas e um conjunto de símbolos que dão sentido à existência e alivia o sofrimento (GEERTZ, 1989, p.52 apud. ALMEIDA, 2004, p.18).

A representação simbólica de Maria para o povo é de um exemplo a ser seguida de amor, fé, humildade, pureza. Mãe de todos, grito dos excluídos e marginalizados. Esse dogma que trata das virtudes de Maria foi promulgado em oito de dezembro de 1854, quando Papa Pio IX através da Bula *Ineffabilis Deus*, conforme abaixo transcrito um pequeno trecho:

A nossa boca está cheia de alegria e nossos lábios de exultação; e damos e daremos sempre as mais humildes e mais vivas ações de graça a Nosso Senhor Jesus Cristo por nos haver conseguido a graça singular de podermos – embora merecedor – oferecer e decretar esta honra, esta glória e este louvor à Sua Santíssima Mãe.

E depois reafirmamos a nossa mais confiante esperança na Beatíssima Virgem que, toda bela e Imaculada, esmagou a cabeça venenosa da crudelíssima serpente e trouxe a salvação ao mundo. Naquela que é a Glória dos profetas e dos apóstolos, Honra dos mártires, Alegria e Coroa de todos os santos, seguríssimo Refúgio,

10 “A religiosidade popular apresentasse-nos como algo distinto da religiosidade oficial porque sintoniza com o que é diferente com as características peculiares dos pobres; (...) Os sociólogos e antropólogos ressaltam as profundas diferenças existente entre festividade burguesa e a popular, entre o culto de caráter conservador e as expressões culturais do povo, das quais emergiria um protesto profundo contra o poder opressor”(LIBÂNIO, 2002, p.40.)

12 “A dimensão do sagrado é, pois para os antropólogos, algo que constitui o homem, na medida em que essa dimensão faz parte integrante do seu processo de vir a ser. Nesse processo de humanização, de transição do animal em homem, a dimensão do sagrado esteve presente na mesma medida em que todas as outras dimensões da cultura. É parte deste homem, como são o cérebro, os músculos, os nervos, os ossos. É alguma coisa que o constitui, da qual não pode prescindir sob pena de se alienar de algo absolutamente essencial à sua existência”(BERNARD, 1999, p.41).

fidelíssimo Auxílio de todos os que estão em perigo; poderosíssima Mediadora e Reconciliadora de todo o mundo junto a Seu Filho Unigênito, fulgidíssima beleza e ornamento da Igreja e sua solidíssima defesa. o de todos os povos e em todos os lugares(...)"

"Reafirmamos a nossa esperança naquela que sempre destruiu todas as heresias, salvou os povos fiéis de gravíssimos males de todos os gêneros e a nós mesmo tem livrado de tantos perigos que nos ameaçam".

"Confiamos que Ela queira, com a Sua eficacíssima proteção, fazer com que nossa Santa Madre Igreja Católica, superando todas as dificuldades e desbaratando todos os erros, prospere e floresça cada dia mais, no meio de todos os povos e em todos os lugares" (OLIVEIRA, 2014, p.5).

A festa do Morro da conceição é um retrato vivo dessa fé, que todos os anos se renovam e muitas pessoas sobem ao morro para pagar promessas, rezar ou simplesmente agradecer. Muitos fiéis trazem seus filhos, netos e mantendo a tradição na família de recorrer A Nossa Senhora como amparo nos momentos difíceis.

Para Gilberto Freyre (2000):

O recifense não está ligado às igrejas só por devoção aos santos, mas de um modo lírico, sentimental: porque se acostumou à voz dos sinos chamando para missa, anunciando incêndio: porque no momento de dor ou de aperreio ele ou pessoa sua se pegou com Nossa Senhora fez promessa, alcançou a graça: porque nas igrejas se cassou, batizaram seus filhos e nestas são enterrados avós queridos (2000, p.114).

Cada ano há uma temática envolvendo o evento, que está atrelada a Campanha da Fraternidade. Segundo o Reitor do Santuário Maílson Régis de Queirós¹³ este ano deve ser voltado para políticas públicas, pois Maria é amor cuidando das pessoas. Por isso, tudo é pensado no evento até mesmo a cor das flores do andor, pois deve simbolizar a pureza de Maria.

A parte cultural também é definida pela Igreja, tendo atrações de outras localidades como locais, como é o no caso os Padres cantores. Para tanto, a Prefeitura é articulada na estruturação da festa.

Outro aspecto que transforma a festa do morro em um grande acontecimento é o patrocínio de empresas que firmam contrato diretamente com a Igreja, só no ano de 2018 na 114ª festa do Morro da Conceição, foram oito empresas que apoiaram o evento. Em contra partida recebem o direito de estamparem suas marcas em torno do santuário. Também na localidade há o comércio em torno da santa no qual são cadastrados comerciantes informais, havendo todo um tramite legal para expedição de licenças¹⁴.

Além desse cuidado para não haver ocupação desordenada no período da festa,

¹³ Reitor do Santuário Maílson Régis de Queirós faz parte do santuário desde 2016, assumindo a função no ano de 2019, entrevistado em 22 de junho de 2019.

¹⁴ JC-OLINE, Publicado em 29/11/2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/11/29/festa-do-morro-da-conceicao-tambem-e-lugar-para-negocios-363689.php>.

há todo um esforço de realização da festa havendo um planejamento anterior iniciando a partir de junho e julho no quais vários órgãos são articulados, como por exemplo: Polícia Militar, Diretoria Executiva de Controle Urbano do Recife (DIRCON,) Secretaria de Saúde, Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB).

Iana Marques que tem a função de Gerente de Desenvolvimento e Descentralização Cultural Fundação de Cultura da Cidade do Recife, ressalta a importância do cuidado num evento dessa proporção, conforme depoimento abaixo transcrito:

Somos Igreja ao Amor que nasceu em ti. O amor que tenho por nossa senhora é esse cuidado com as pessoas com a organização e esse esforço de todos nessa mobilização¹⁵.

Essa mobilização também está voltada com relação ao enfrentamento do trabalho infantil na localidade, por intermédio de parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, mas também com a Secretaria Executiva de Assistência Social para coibir o trabalho infantil, a exploração sexual, a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e outros tipos de violação que possa ocorrer em eventos com grande circulação de pessoas.

Durante o período de 29 de setembro a 08 de dezembro, cerca de Um milhão e Meio de pessoas visitando e participando das atividades desenvolvidas no Morro da Conceição.

4 | A FESTA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

A festa inicia com a procissão da bandeira realizada no dia 29 de setembro, saindo do Bairro da Macaxeira, tendo uma multidão que segue o cortejo em direção ao Morro da Conceição, cantando e rezando em louvor a virgem Maria.

Durante todo o período da festa há a celebração de 60 missas, durante nove noites, sendo que na última noite há uma vigília no qual são celebradas 12 missas entre os dias 07 e 08 de dezembro.

No dia 08 da Conceição a procissão sai do Marco Zero, que fica localizado no centro do Recife, percorrendo toda extensão da Av. Norte Miguel de Alencar até chegar ao morro no qual é celebrada uma missa na parte externa da capela.

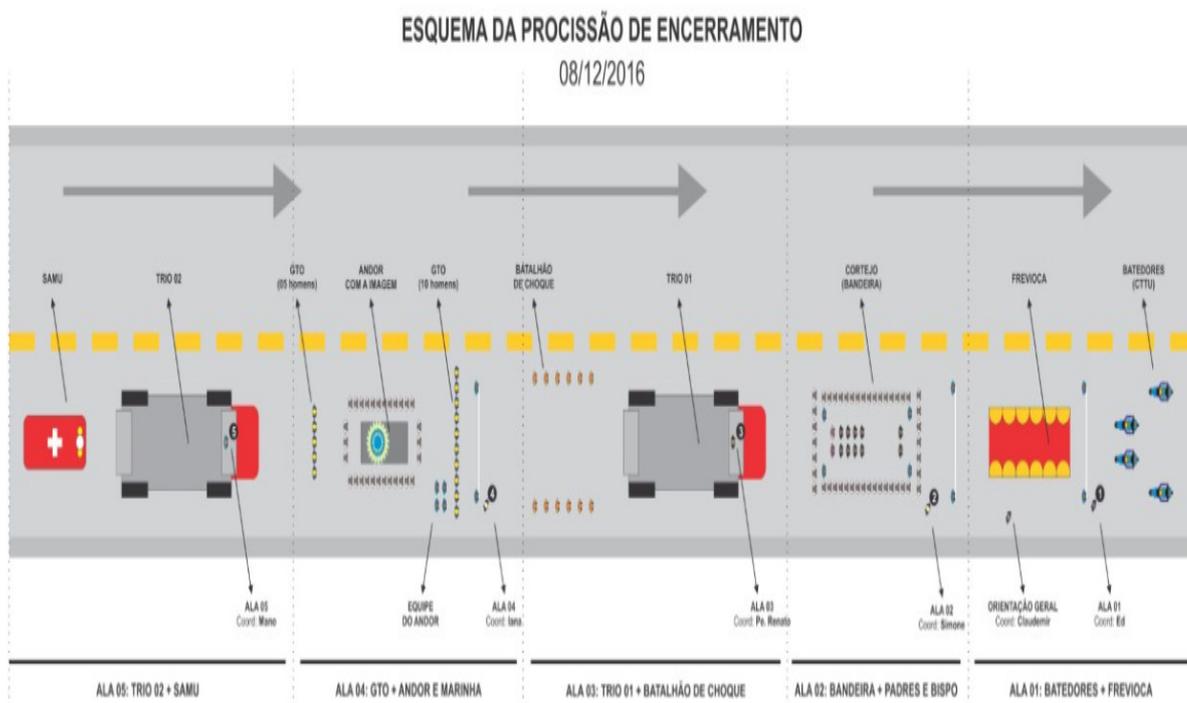
¹⁵ Entrevista realizada no dia 05 de Junho .



Foto: Andor da 114ª Procissão da Festa de Nossa Senhora da Conceição (Arquivo pessoal do autor).

O cortejo litúrgico da procissão realizado no dia 8 de dezembro saindo do Marco Zero percorrendo algumas ruas do centro, seguindo posteriormente pela Av. Norte Miguel Arrais de Alencar e finalizando no Morro da Conceição.

A disposição do cortejo é formado por cinco alas conforme abaixo:



Fonte: Esquema Desenvolvido pela Empresa Círculo Designer ¹⁶

¹⁶ Esquema desenvolvido em 2016 pela Empresa Círculo Designer, cedido por Iana Claudia Leandro Marques Gerente de Desenvolvimento e Descentralização Cultural Fundação de Cultura da Cidade do Recife – FCCR e autoriza para utilização por Edmilson Apolinário- Sócio Diretor da Empresa.

As alas estão dispostas da seguinte forma: a primeira ala composta por batedores da CTTU e a Frevioca; na segunda vem a bandeira, os padres e o bispo; a terceira é formada pelo batalhão de choque; a quarta ala vem o andor e os marinheiros escoltando Nossa Senhora da Conceição e finalizando o cortejo a quinta ala com o segundo trio e o carro do SAMU.

A animação do cortejo da santa conta com os grupos: Obra de Maria, Servos de Maria, Mãe do Divino Amor, Ministério Cântico Novo, que participam da festa alternadamente.

A festa é um evento que mobiliza a cidade e tendo um impacto no cotidiano das pessoas que elegeram Maria como exemplo amor, que faz suas preces e participam ativamente todos os anos retificando o amor e a adoração a Nossa Senhora da Conceição.

5 | CONCLUSÃO

A fé em Nossa Senhora da Conceição possui várias dimensões, pois é a ela que dos devotos recorrem no momento de aflição. Possui uma vertente histórica quando nos reportamos ao início da colonização e também faz parte da cultura de um povo. Porém tal simbologia vai além de uma simples explicação lógica, pois a fé de cada um não tem como explicar.

Ademais, o número de pessoas que sobem o morro pagando promessas, indo às missas, acompanhando o cortejo é crescente. Tal fato é constatado quando os dados numéricos são computados. Por isso há todo um cuidado voltado para organização e a segurança das pessoas.

Outro aspecto significativo é a parte cultural da festa, que ocorre todos os anos, sendo parte importante do evento e também a temática que envolve a festa, estando sempre atrelada a campanha da fraternidade. Isso perpassa pela própria missão de amor, renovando a fé e o compromisso das pessoas com a caridade e o respeito.

É uma festa democrática que todos participam independente de condição social ou quaisquer motivações. Verifica-se que a identidade de um povo perpassa por esta construção de cultura, de fé, de história, mas o sentido maior é a esperança que move cada um que vai para contemplar. Mesmo aqueles que não estão imbuídos de tal propósito participam e se impressionam.

A festa de Nossa Senhora é importante não só para localidade em que a imagem está localizada, mas também para o Recife, pois efetivamente há uma articulação que também impulsiona economicamente, gerando renda. Desse modo é um evento grandioso que todos os anos ratifica o testemunho de fé a Virgem Maria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Religião na Metrópole Paulista. RBCS Vol. 19 n°. 56 outubro/2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n56/a02v1956.pdf> > Acesso em: 10 jun. 2019.

BARROS, Tereza; VERARDI, Cláudia Albuquerque. *Casa Amarela (Bairro, Recife)*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1153%3Acasa-amarela-bairro-recife&catid=38%3Aletra-c&Itemid=1 . Acesso em: 20 jun. 2019.

BERGER, Peter. Os múltiplos altares da modernidade rumo a um paradigma da religião numa época pluralista/ tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho: revisão da tradução Avelino Titton - \Petrópolis, RJ. Vozes, 2017

BERNARD, Charles André. Introdução à Teologia Espiritual. São Paulo: Loyola, 1999.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos. Rio de Janeiro, Ed. Recora, 2000.

GASPAR, Lúcia. Casa Amarela (bairro, Recife). Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=574&Itemid=182> Acesso em: 20 jun. 2019.

GAGLIETTI, Mauro. BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. A Questão da Híbrida Cultural em Néstor García Canclini. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/r0585-1.pdf>>. Acesso em 13 de jan. 2019.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1989. 323 p. - (antropologia social) ISBN 85-245-0089-1

IBGE, CENSO Demográfico, 2010. Resultados do universo: características da população e domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso 20 jun. 2019

HARARI, Yuval Noah. Sapiens- Uma breve história da humanidade. 24ª ed. Porto alegre: L&PM 2015.

LIBÂNIO, Batista. A Religião no início do milênio. São Paulo: Loyola, 2002, João.

MENDONÇA, João Hélio. A festa de Nossa Senhora da Conceição no Morro de Casa Amarela. *Ciência & Trópico*, Recife, v.14, n.2, p.157-181, jul./dez.,1986

NUNES, Glayson. Matriz de Nossa Senhora da Conceição será restaurada em Conceição do Mato Dentro – MG. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1239/matriz-de-nossa-senhora-da-conceicao-sera-restaurada-em-conceicao-do-mato-dentro-mg> > Acesso em: 02 jun. 2019.

OLIVEIRA , Plínio Corrêa de . Pio IX e a Imaculada Conceição. Disponível em: <<https://ipco.org.br/pio-x-e-imaculada-conceicao/#.XTDKoOhKjIW> > Acesso em: 02 jun. 2019.

RINALDE, Natanael. ROMERO, Paulo. Desmascarando as Seitas. Rio de Janeiro, ed. Amazon, 12ª edição, 2007.

SANTANA, Severina Paiva de. Aos pés da Santa: história de um povo. Recife. Ed do Autor- 2019- 2ª Edição.

SAVIANE, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. 4ª Ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2013- Coleção memória da Educação.

SILVA, Ir. Daniel Augusto da Silva, CSsR. Devocionário Nossa Senhora da Conceição. 2ª Edição. Santuário de Nossa Senhora da Conceição.

VIEIRA, Edilson. Festa do Morro da Conceição também é lugar para negócios. JC- online. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/11/29/festa-do-morro-da-conceicao-tambem-e-lugar-para-negocios-363689.php>. Acesso em: 13 jul. 2019.

RESERVADO PARA TÍTULO REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 56ª LEGISLATURA (2019-2022)

Data de aceite: 17/03/2020

Jonas Modesto de Abreu

Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar. É professor de Ciência Política no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Bruno Henrique Martins de Almeida

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás – Brasil. Bolsista CNPq de Iniciação Científica.

Leonardo Aires de Castro

Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista da FAPESP.

RESUMO: Este texto apresenta um estudo exploratório de caráter descritivo sobre a representação política das minorias na câmara dos deputados na 56ª legislatura (2019-2022), aqui compreendidos como não-brancos, mulheres e integrantes da classe baixa. Foi realizado uma pesquisa acerca das candidaturas deferidas pela Justiça Eleitoral e dos eleitos ao cargo de deputado federal. Chegou-se à conclusão de que o número de postulantes ao cargo de deputado federal que integram o quadro de minorias sociais compõem um número bem menor comparado

aos integrantes da elite política, quais sejam: homens, brancos de classe alta/milionários. Esta disparidade é agravada quando analisados os dados referentes aos eleitos.

PALAVRAS-CHAVE: Representação política; Representação política de minorias; Poder Legislativo; Câmara dos Deputados.

INTRODUÇÃO

A ideia que se tem sobre Democracia decorre desde a Grécia Antiga até o período contemporâneo. De acordo com Aristóteles (2006, p. 129), além da liberdade, a democracia tem como fundamento a igualdade. Nesse sentido, e nos termos da lei, a igualdade significa que os ricos e os pobres não têm privilégios políticos, que tanto um como o outro não são soberanos de um modo exclusivo, e sim todos são exatamente na mesma proporção, e, portanto, somente haverá democracia quando todos os cidadãos gozarem da mais perfeita igualdade política.

Atualmente, uma das maneiras de se exercer a democracia é através do voto para se eleger quem deverá decidir. Portanto, o exercício de escolha de um representante é o que se compreende por democracia direta. Por outro lado, no tocante ao termo representação,

tem-se a forma de democracia representativa. Nesta, “o povo concede um mandato a alguns cidadãos, para, na condição de representantes, externarem a vontade popular e tomarem decisões em seu nome, como se o próprio povo estivesse governando” (DALLARI, 2016, p. 156).

A escolha daqueles em que é atribuído o poder de tomar decisões válidas para toda a coletividade é feita pela maioria dos votos, esta é a regra dos sistemas políticos democráticos. Neste sentido, Aristóteles define que a democracia é o governo de muitos, tendo em vista que é o governo dos pobres, os quais são, geralmente, a maioria da população (BOBBIO, 2000, p. 429). Ocorre que, nos dias correntes, o conceito de minoria mudou, e os ricos não são mais considerados minoria, conforme será demonstrado nos primeiros capítulos deste trabalho.

No atual cenário político brasileiro, levando em consideração a deposição da presidente Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o contexto de instabilidade legal e legislativa no qual nos encontramos, pergunta-se como foi a composição legislativa da 56ª legislatura, no que tange os aspectos de integração de minorias sociais na competição e efetivação eleitoral. Interessa saber, como se constituíram as listas competitivas e quem foram os eleitos.

Portanto, o objetivo deste trabalho consiste na pesquisa de um aporte bibliográfico que auxilie a compreensão desses grupos minoritários e da formação de elites políticas no Brasil, bem como na coleta de dados da competição eleitoral de 2018, referente a 56ª legislatura, observado aspectos como sexo, classe social (aqui observada como patrimônio) e cor, e na compreensão desses dados, observando os impactos que o contexto político fomentado na última legislatura forneceram a composição parlamentar.

A coleta de dados da competição eleitoral de 2018 ocorrerá através da plataforma DIVULGACAND, específica para dados de disputa eleitoral, levando em consideração os aspectos referentes a sexo, cor e raça, conforme expostos pelo IBGE.

A metodologia nesse trabalho será mista, quantitativa e qualitativa, devido à necessidade dupla de considerar um apanhado de dados numéricos e uma abordagem bibliográfica para compreendermos aspectos subjetivos dos dados coletados. Dessa forma, esse projeto conjugará um debate acadêmico e uma análise estatística descritiva.

1 | CONCEITOS

Para se compreender como ocorreu a composição legislativa da 56ª legislatura, no que tange os aspectos de integração de minorias sociais na competição e efetivação eleitoral, interessa realizar a pesquisa de um aporte bibliográfico que auxilie a compreensão desses grupos minoritários e da formação de elites políticas no Brasil. Portanto, o presente capítulo trata da delimitação teórica acerca dos principais conceitos que interessam esta pesquisa, tais como democracia representativa, minorias sociais e teoria das elites.

1.1 Democracia Representativa

Levando em consideração o sentido etimológico da palavra “democracia”, de acordo com suas raízes gregas, esta palavra significa o poder do povo (*demos, kratos*). Segundo Goyard-Fabre, é pacífico o entendimento de que a democracia surgiu na Grécia antiga, precisamente no século VI a.C., em Mileto, Megara, Samos e Atenas (GOYARD-FABRE, 2003, p. 09), e era exercida na Ágora, em praças ou assembleias, onde os cidadãos eram chamados a tomar eles mesmos as decisões que lhes diziam respeito (BOBBIO, 2000, p. 372), não havendo um processo eleitoral de escolha de representantes que constitua uma democracia representativa.

Aristóteles define que um governo poderia caber a um único indivíduo, a um pequeno grupo, ou a todo um povo. O governo gerido por um povo é definido por ele como democracia, uma vez que é o governo dos pobres, os quais são, geralmente, a maioria da população, enquanto a oligarquia é o governo de poucos, uma vez que é o governo dos ricos, os quais são em geral uma minoria (BOBBIO, 2000, p. 429).

Todavia, a democracia existente na Grécia antiga era limitada, uma vez que o povo (*demos*), considerado como soberano, não se confundia com toda a população (*plèthos*) de Atenas, pois poucos eram considerados como “cidadãos”, sendo excluídos não somente os escravos, mas muitos homens livres, as mulheres, as quais eram consideradas inferiores, e também os matecos, que eram considerados estrangeiros domiciliados em Atenas. Portanto, somente eram convidados a participarem do processo político da Cidade-Estado os homens que já tinham atingido a maioridade legal de dezoito anos, regra que posteriormente foi sendo acrescida de outros requisitos, tais como nascimento e censo (GOYARD-FABRE, 2003, p. 21). Por esta razão, alguns autores mais rigorosos asseveram que não houve na Grécia uma democracia verdadeira, mas uma aristocracia democrática, o que evidentemente traduz um paradoxo (BONAVIDES, 2012, p. 288-289).

Bonavides entende que democracia é o governo do povo, para o povo, e pelo o povo (2012, p. 288-289). Para Giddens, “a democracia tornou-se universalmente popular nos dias de hoje simplesmente porque é o melhor sistema político que a humanidade pode propor. E a maioria das nações e povos percebe isso” (1992, p. 122). Há que se concordar com o pensamento de Giddens, uma vez que, nos dias correntes, a democracia domina com tal força a linguagem política desde o século XX, e raramente há um governo, sociedade ou Estado que não se proclamem democráticos (BONAVIDES, 2012, 287).

Vê-se que a democracia em Atenas e nas outras cidades gregas era uma democracia direta, pois os cidadãos exerciam eles mesmos as decisões nos assuntos que lhes diziam respeito. Esse modo de democracia se tornou impensável nos Estados modernos, tendo em vista as suas dimensões territoriais e seus contingentes populacionais. A assembleia do povo das Cidades-Estados facilmente se reunia na ágora para deliberar publicamente e até votar por meio de mãos erguidas, por isso,

verifica-se que a democracia da Grécia não conhecia o regime representativo que caracteriza a maioria das democracias modernas (GOYARD-FABRE, 2003, p. 21).

Para Dallari, o que provocou o surgimento de uma democracia representativa foi a impossibilidade prática de utilização dos procedimentos da democracia direta, bem como às limitações inerentes aos institutos da democracia semidireta. Portanto, o autor explica que “na democracia representativa o povo concede um mandato a alguns cidadãos, para, na condição de representantes, externarem a vontade popular e tomarem decisões em seu nome, como se o próprio povo estivesse governando” (DALLARI, 2016, p. 156).

Bonavides esclarece os traços característicos da democracia indireta. Para o autor, a democracia indireta possui como seus fundamentos a soberania popular, como fonte de todo o poder legítimo, que se traduz através da vontade geral, o sufrágio universal, com pluralidade de candidatos e partidos; a observância constitucional do princípio da fraternidade social; a representação com base das instituições políticas; a limitação de prerrogativas dos governantes; o Estado de direito, com a prática e proteção das liberdades públicas por parte do Estado e da ordem jurídica, dentre outras características (BONAVIDES, 2012, p. 295).

No mesmo sentido, Bonavides ainda elucida que um dos traços que distingue democracia representativa da democracia direta é que aquela tem como um de seus fundamentos a promoção de existência plenamente garantida das minorias políticas, com direitos e possibilidades de representação, com como das minorias nacionais, onde estas porventura existirem (BONAVIDES, 2012, p. 295).

No entanto, um dos principais problemas da democracia representativa é a efetiva representação das minorias. Por esta razão, a vista de solucionar esta dificuldade, foi introduzido o sistema de representação proporcional, por meio do qual todos os partidos políticos têm direito à representação, sendo estabelecido uma proporção entre o número de votos recebidos pelo partido e o número de cargos que ele obtém (DALLARI, 2016, p. 191).

Os proponentes desse sistema de representação acreditam que ele resolve perfeitamente o problema das minorias, uma vez que também garante a participação de grupos minoritários no governo. Assim, o sistema de governo será verdadeiramente democrático também para eles, que não estão sujeitos ao seu governo majoritário, participando apenas do governo da ficção. (DALLARI, 2016, p. 191).

Com a realização deste trabalho será possível compreender a efetiva participação das minorias sociais (aqui compreendidos como não-brancos, mulheres e classes baixas) no atual cenário da democracia representativa brasileira.

1.2 Minorias Sociais

De acordo com Aristóteles (2006, p. 129), além da liberdade, a democracia tem como fundamento a igualdade. Nesse sentido, e nos termos da lei, a igualdade significa que os ricos e os pobres não têm privilégios políticos, que tanto um como

o outro não são soberanos de um modo exclusivo, e sim todos são exatamente na mesma proporção, e, portanto, somente haverá democracia quando todos os cidadãos gozarem da mais perfeita igualdade política.

Neste trabalho é levado em consideração que, no Brasil, os grupos sociais compreendidos como minorias são as classes baixas, as mulheres e os não-brancos, os quais estão em contraposição aos grupos componentes da elite, quais sejam: homens, brancos de classe alta/milionários.

1.2.1 Não-brancos

O fato de a política brasileira ser majoritariamente branca é um diagnóstico em que todos concordam, todavia, pouco se sabe sobre os mecanismos políticos e sociais que decorreram nessa sub-representação política de não-brancos. Devido a um costume da bibliografia especializada, na categoria não-branco aqui mencionada, compreendem os indivíduos de cores negra, parda, amarela e indígena (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 121).

Campos e Machado, em seu artigo “A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil”, analisam três hipóteses que explicariam a sub-representação dos não-brancos na política, quais sejam: 1) as desigualdades de capital simbólico; 2) as desigualdades na distribuição de recursos de campanha; 3) e a desigualdade presumida por um viés discriminador nas escolhas eleitorais dos votantes (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 127).

Em relação as eleições gerais de 2014 para o cargo de deputado federal, a partir da pesquisa realizada por Leonardo Aires de Castro, dentro de 5.864 postulantes ao cargo no legislativo federal, no que tange à distribuição de cor atribuída pelo IBGE, os candidatos se declararam 59,43% brancos, 30,14% pardos, 9,56% pretos, 0,55% amarelos e 0,32 indígenas. Portanto, verifica-se que o número de candidatos que se auto declararam brancos nas eleições de 2014 é superior ao número de não-brancos, já sendo observado uma grave desproporção (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 52).

1.2.2 Mulheres

É evidentemente notório que as mulheres enfrentam inúmeras dificuldades para ascenderem nas posições de poder. De acordo com a pesquisa de Sacchet e Speck, na América Latina, o Brasil é o segundo país com mais baixo índice de mulheres em cargos legislativos federais. Em 2012, apenas 8,8% dos deputados federais eram mulheres no país, sendo que a média nas Américas é de 22%, tendo a Argentina e a Costa Rica ocupados posição de destaque, com 38% cada. Em um nível mundial, o Brasil ocupava a 111ª posição *Inter-Parliamentary Union, 2011*- dado referente a agosto). É ressaltado que o Brasil ocupa uma posição pior do que alguns países árabes, conhecidos por suas institucionalizadas segregação e discriminação de gênero (SACCHET; SPECK, 2012, p. 178, apud, CASTRO).

Em 2014, as mulheres compunham 29,32% de todos os candidatos ao cargo

de deputado federal, enquanto os homens ocupavam 70,68% (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 52).

De acordo com Young, as mulheres ocupam um pequeno espaço na esteira dos sistemas políticos, bem como ocupam poucas posições de poder e influência na vida pública e privada em geral. Conforme apontado por Aires de Castro, as dificuldades para o sucesso eleitoral das mulheres são inúmeras:

[...] falta de capital político; dupla (tripla, quadrupla) jornada que impossibilita a participação política partidária; organização partidária; características sociais, econômicas e culturais (cultura machista, remuneração e patrimônio menor que homens, machismo, patriarcado); obstáculos institucionais; enfim, a improdutividade das cotas e a sub-representação feminina estão permeadas por muitos aspectos fundamentais da sociedade brasileira (ARAÚJO, 2001; ARAÚJO, 2005; ARAÚJO, 2007; ARAÚJO E ALVES, 2007; BOLOGNESI, 2012; COSTA et al. 2013; HTUN, 2001; MIGUEL, 2014; MIGUEL E BIROLI, 2014, apud AIRES DE CASTRO, 2018, p. 47).

Todas essas dificuldades identificadas por Aires de Castro podem ser causas da sub-representação feminina da câmara dos deputados, conforme será demonstrado neste trabalho.

1.2.3 Classes baixas

A estratificação social é um fator que pode ser verificado em toda história das sociedades. Ela caracteriza a desigualdade social existente, bem como a secessão de pessoas em grupos distintos, estratos sociais, seja em virtude do patrimônio econômico, do poder político ou em relação ao poder religioso exercido junto à sociedade, logo, todas as sociedades apresentam algum tipo de divisão com base nessas questões. Deste modo, a segmentação econômica, baseada no poder aquisitivo do indivíduo, define a distribuição (desigual) dos bens existentes e configura a “pirâmide social” em escalas de “ricos” e “pobres”. Por sua vez, a estratificação política, fundamentado no poder político, religioso ou militar, determina a divisão de poderes e autoridades de uma sociedade, definindo os grupos dominadores e subalternos”. Portanto, a estratificação funcional fragmenta uma sociedade a partir das funções que cada indivíduo cumpre nela, definindo os diversos “papeis sociais” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 82).

É evidente que os grupos sociais menos privilegiados estão sub-representados no cenário político brasileiro, pois a desigualdade socioeconômica estrutural produz desigualdade política e exclusão relativa das discussões políticas influentes. Portanto, as pessoas pobres frequentemente não têm seus interesses e perspectivas tão bem representadas quanto as das pessoas das classes média e alta. De acordo com Young,

Tais juízos sobre a injustiça da desigualdade política podem ser mobilizados para romper o círculo mediante o qual a democracia política formal tende a reproduzir a desigualdade social. Propiciar maior inclusão e influência aos grupos sociais sub-representados pode contribuir para que uma sociedade enfrente e reduza a desigualdade social estrutural (YOUNG, 2006, p. 32).

O que Young sugere é que essas desigualdades que geram injustiças sejam repensadas na política para que o círculo opressor e dominante seja rompido para que as minorias possam ter voz, efetivando, assim, uma democracia de fato, e propiciando uma redução de desigualdades social e estrutural que permeia a sociedade e é ratificada pelas instituições democráticas.

1.3 Teoria das Elites

O termo “elite” é aqui empregado para compreender a realidade representativa do atual cenário político brasileiro.

Vilfredo Pareto entende “elite” significa todo indivíduo que possua um alto nível de habilidade em determinado ofício. Portanto, os indivíduos que a constituem são os mais aptos e capazes, logo, possuem a legitimidade para dominar os menos capacitados, ou seja, um pequeno grupo de indivíduos possuirão a legitimidade de subordinar os demais cidadãos (MIGUEL, 2014, p.40-1, *apud* AIRES DE CASTRO, 2018, p. 22).

Perissinotto (2008, p. 12) compreende elite como um grupo formado por indivíduos que, no seu campo de atividade, conseguem apropriar-se em maior quantidade dos bens ali valorizados. Ao mesmo tempo o autor considera que essa apropriação ocorre em detrimento da “não-elite”, definida como os desprovidos desses bens ou como aqueles que os possuem em menor quantidade.

Vale ressaltar a análise estabelecida por Gaetano Mosca, que avalia o conceito de elites elencados em 3 critérios de distinção:

1) a riqueza, que mesmo contrariando a lógica da igualdade do liberalismo, estabelece-se como um fato permanente; 2) a posição social de nascimento, atribuindo ao indivíduo o seu acesso a conhecimentos e valores que os favorece perante os demais, e; 3) o mérito, dependendo esse último do avanço da sociedade analisada, sendo o único critério que garantiria mobilidade social (HOLLANDA, 2011, p.15, *apud* AIRES DE CASTRO, 2018, p. 22).

A vista destas considerações, neste trabalho o termo “elite” será entendido como um grupo que atua nas instâncias decisórias para garantir a manutenção do status quo de certa classe política, quais sejam, os brancos, do sexo masculino pertencentes à classe média/alta, pois este grupo consegue compor o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados e por esta razão consegue controlar as votações que direta ou indiretamente modificariam o acesso das minorias sociais ao legislativo, seja pela representação ou participação (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 24).

2 | ANÁLISE DOS COMPETIDORES E DOS ELEITOS

A pesquisa desenvolvida tratou de coletar os dados divulgados pelo DIVULCAND, plataforma institucional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a qual apresenta

informações detalhadas sobre todos os candidatos que pediram registro à Justiça Eleitoral e sobre as suas contas eleitorais e as dos partidos políticos referente à Eleição Geral Federal 2018 - 56ª legislatura (2019-2022). Ao todo, foram recebidos 8.588 pedidos de candidaturas ao cargo de deputado federal em todo Brasil, das quais 7.627 candidaturas foram deferidas, sendo estas objeto de análise da presente pesquisa. Foram eleitos 527 deputados para representarem o povo na Câmara dos Deputados.

Foram analisados os seguintes aspectos dos candidatos ao cargo de deputado federal: a variável “cor”, que, conforme exposto pelo IBGE, é classificada por branca; preta; amarela; parda e indígena. Todavia, levando em consideração um modo de classificação já costumeira na bibliografia especializada (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 127), as categorias preta, amarela, parda e indígena serão convertidas em “não-brancos”, em consonância à categoria “brancos”. A categoria “sexo”, conforme estabelecido pelo IBGE, é classificada entre as colocações “masculino” e “feminino”. Em relação à variável “patrimônio”, será referida nesta pesquisa como “classe social”, haja vista a proposta de Leôncio Martins Rodrigues (2014), utilizada e adaptada por Leonardo Aires de Castro, em sua pesquisa sobre minorias sociais e seus obstáculos à representação no legislativo brasileiro, tendo em vista a disponibilidade de dados disponibilizados junto ao banco de dados do TSE (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 68).

Segue abaixo o quadro ilustrativo das medidas e sua conversão adaptada por Leonardo Aires de Castro.

CLASSE	PATRIMÔNIO
Classe Baixa	Até 300 mil
Classe Média	Entre 300 mil a 2 milhões
Classe Alta	Entre 2 milhões a 10 milhões
Milionários	Acima de 10 milhões

Quadro 1: Conversão de classe em patrimônio adaptada por Leonardo Aires de Castro.

FONTE: RODRIGUES, 2014, apud AIRES DE CASTRO, 2018, p. 68, adaptado Leonardo Aires de Castro.

Portanto, por meio desta metodologia será possível estabelecer um estudo descritivo sobre a representação das minorias na Câmara dos Deputados na 56ª legislatura (2019-2022).

2.1 Dados dos Candidatos

A Justiça Eleitoral recebeu em todo Brasil 8.588 pedidos de candidaturas ao cargo de deputado federal em todo Brasil, das quais 7.627 candidaturas foram deferidas. Nesta pesquisa, foram analisados os dados das 7.627 candidaturas deferidas, levando em consideração os critérios de “cor”, “sexo” e “classe social”.

2.1.1 A cor dos candidatos a deputado federal de 2018

Primeiramente é necessário vislumbrar que, de acordo com o levantamento da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do ano de 2012, ilustrando o perfil quanto a cor, sexo e classe social dos brasileiros. São 203,2 milhões de pessoas. Em relação a cor temos: 45,5% cor branca, 45% cor parda, 8,6% cor preta, 0,9 outra cor ou outra raça (amarela e indígena) (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 51).

A vista destes dados, em análise às candidaturas deferidas na 56ª legislatura, verifica-se que 4.417 candidatos se autodeclaram branco, e 3.210 candidatos se autodeclararam não-branco. Isso significa que 57,91% de todos os candidatos às vagas na Câmara dos Deputados são brancos, e somente 42,08% não-brancos.

Vale lembrar que na categoria “não-branco” que nesta categoria compreende as cores negra, parda, amarela e indígena, e dentro dessa variável, 71,33% dos candidatos são da cor parda, 25,82% são da cor preta, 1,68% é da cor amarela e 1,15% é indígena, conforme é verificado no gráfico abaixo:

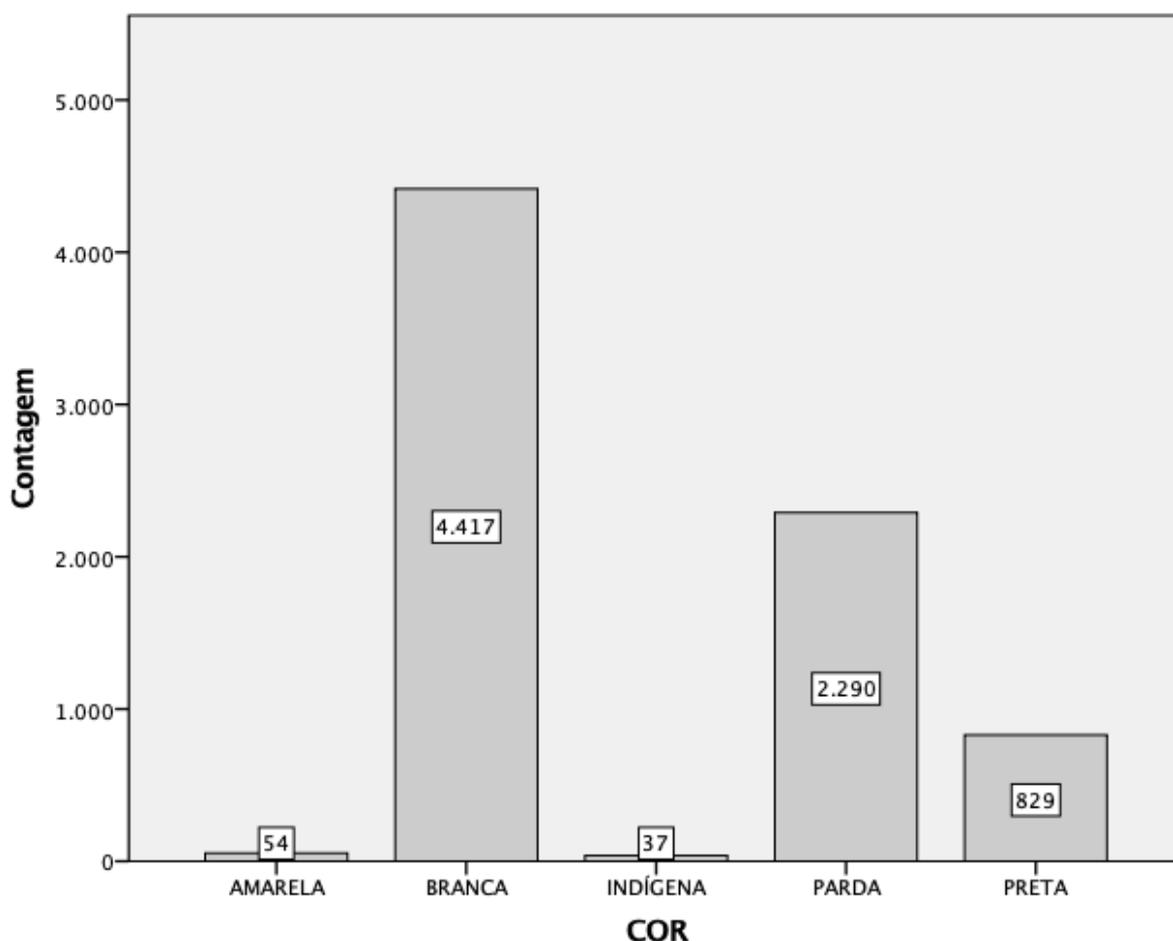


Gráfico 01: A cor dos candidatos a deputado federal de 2018.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados retirados do DIVULCAND.

Em comparação com as eleições gerais de 2014, verifica-se que houve um pequeno aumento na participação de não-brancos na disputa do legislativo, sendo que em 2014 o número de candidatos não-brancos significava 40,57% de todos os

postulantes ao cargo de deputado federal (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 52). A vista destes dados, é injustificável a alegação de que o número de candidatas não-brancas é proporcional ao número de não-brancos habitantes no Brasil.

2.1.2 A relação de candidatas e distribuição de sexo

O Brasil é constituído por 203,2 milhões de pessoas, sendo que as mulheres perfazem 51,6% da população brasileira, e os homens, por sua vez, tiveram participação de 48,4% na população (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 51).

Na 56ª legislatura a Justiça Eleitoral recebeu 7.627 candidaturas, sendo que 5.208 dessas candidaturas são de pessoas do sexo masculino, o que corresponde a 68,28%, e apenas 2.419 de mulheres, correspondendo a 31,72% do total de candidaturas. Abaixo seguem os gráficos que ilustram essa informação.

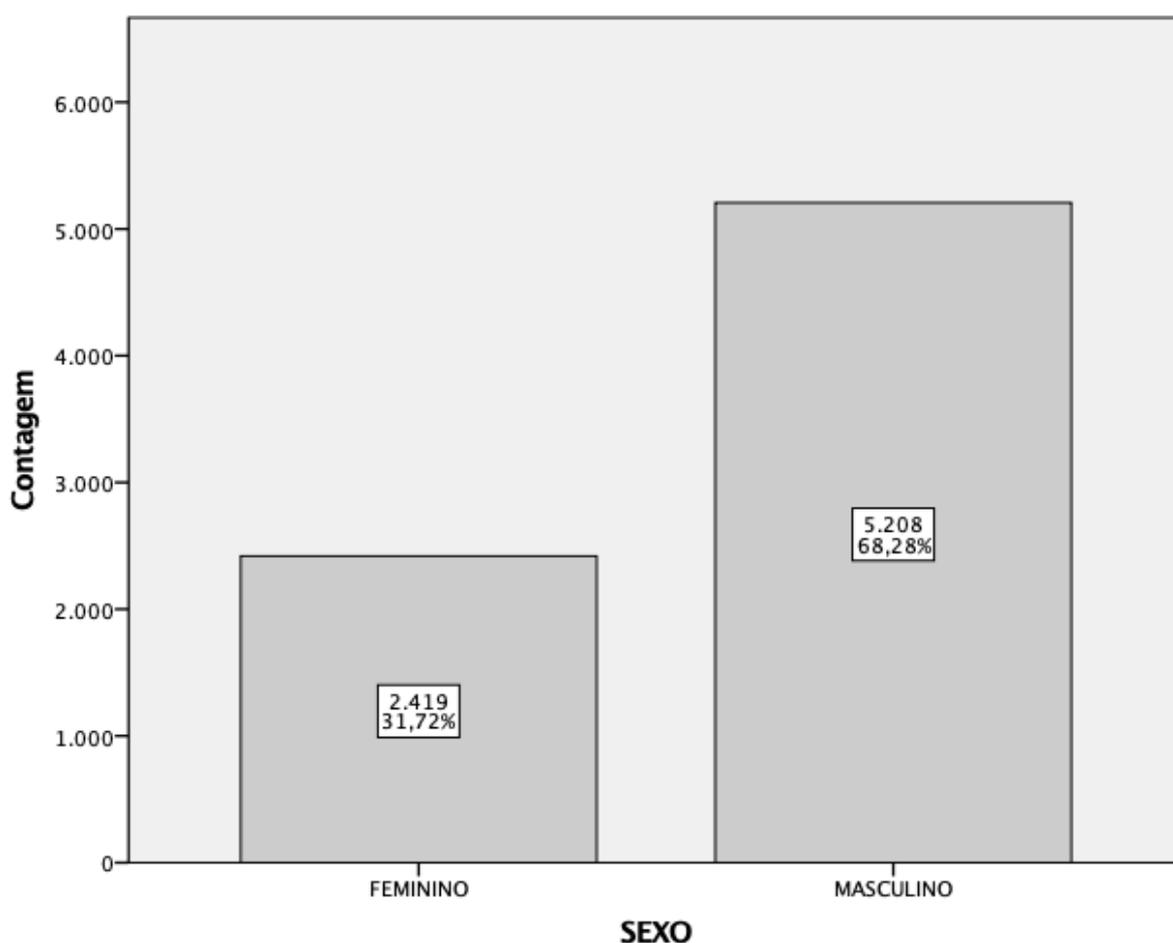


Gráfico 02: O sexo dos candidatos a deputado federal de 2018.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados retirados do DIVULCAND.

Há que se mencionar que o número de candidatas que disputaram as eleições em 2018 é um pouco maior do que comparado às eleições do ano de 2014, sendo que neste ano as mulheres constituíam 29,32% de todos os candidatos (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 51).

Vale ressaltar que a Lei de Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997)

estabelece em seu artigo 10, §3º que “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 1997).

2.1.3 Classe social dos candidatos a deputado federal

De acordo com o gráfico abaixo, de todas as candidaturas deferidas pela Justiça Eleitoral, 396 são de candidatos da classe alta, correspondendo a 5,2%, 5.279 são de candidatos da classe baixa, o que equivale a 69,2%, 1.890 de candidatos da classe média, o que corresponde a 24,8% do total de candidaturas, e 62 milionários, equivalendo a 0,8% do total de candidaturas, conforme é demonstrado na tabela e no gráfico abaixo.

		CLASSE SOCIAL			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	CLASSE ALTA	396	5,2	5,2	5,2
	CLASSE BAIXA	5279	69,2	69,2	74,4
	CLASSE MÉDIA	1890	24,8	24,8	99,2
	MILIONÁRIOS	62	,8	,8	100,0
	Total	7627	100,0	100,0	

Tabela 01: Perfil dos candidatos a deputado federal 2018.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados retirados do DIVULCAND.

Em comparação aos dados de 2014, verifica-se que em 2018 houve uma queda de concorrentes pertencentes a classe baixa, todavia, houve um aumento da participação da classe média e alta (AIRES DE CASTRO, 2018, p. 51).

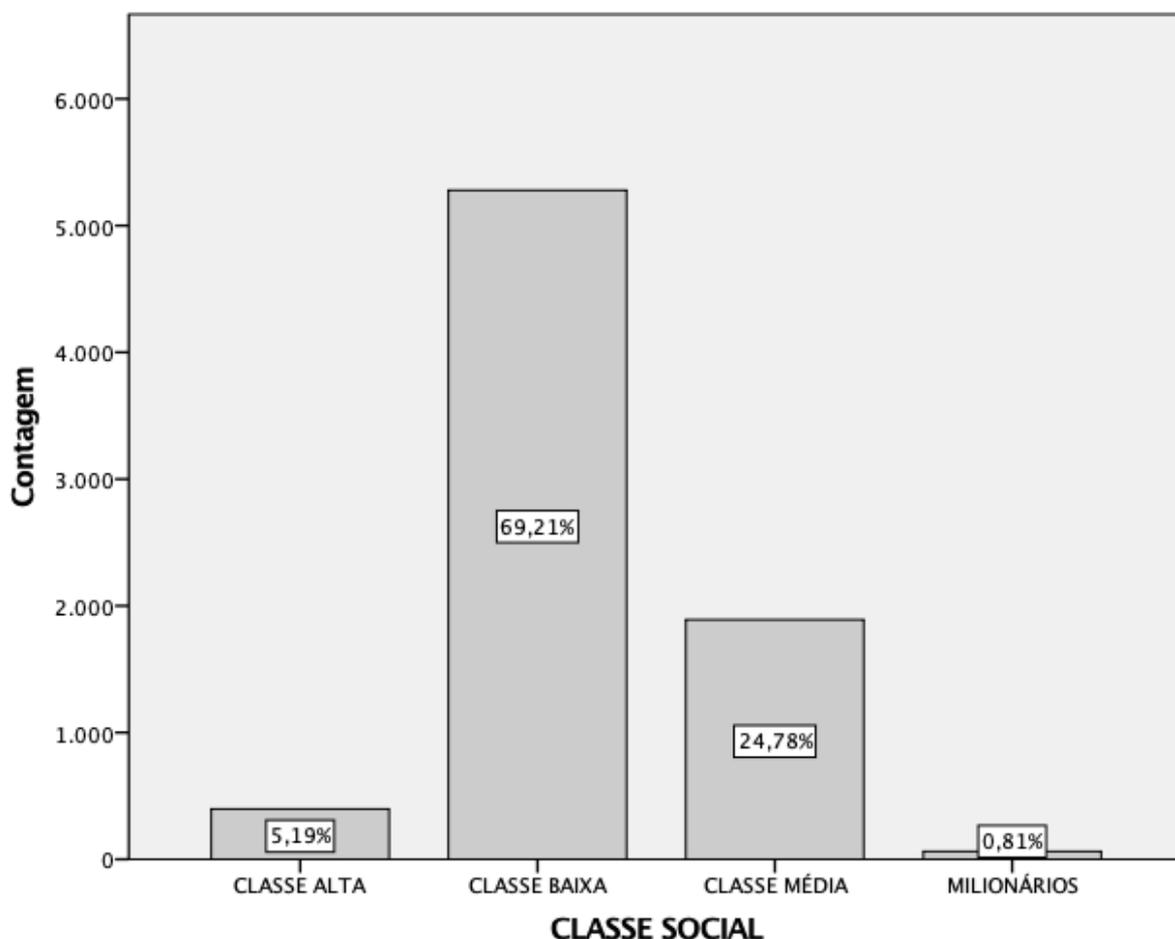


Gráfico 03: A classe social dos candidatos a deputado federal de 2018.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados retirados do DIVULCAND.

2.2 Dados dos Eleitos

Das 7.627 candidaturas ao cargo de deputado federal deferidas, foram eleitos 513 deputados federais, de maneira proporcional à população de cada Estado e do Distrito Federal. A seguir uma análise acerca destes eleitos no que concerne às minorias.

2.2.1 A cor dos eleitos a deputado federal de 2018

Se a relação entre candidatos ao cargo de deputado federal nas eleições de 2018 é caracterizada pela disparidade entre brancos e não-brancos, esta situação é agravada quando analisados os dados referentes aos eleitos.

Dos 527 deputados federais eleitos em todo o Brasil, o número de brancos é 385, correspondendo a 75,05% de todos os deputados federais, restando apenas 128 não-brancos eleitos, equivalendo a 24,95% de todo o eleitorado, conforme apresentado no gráfico abaixo:

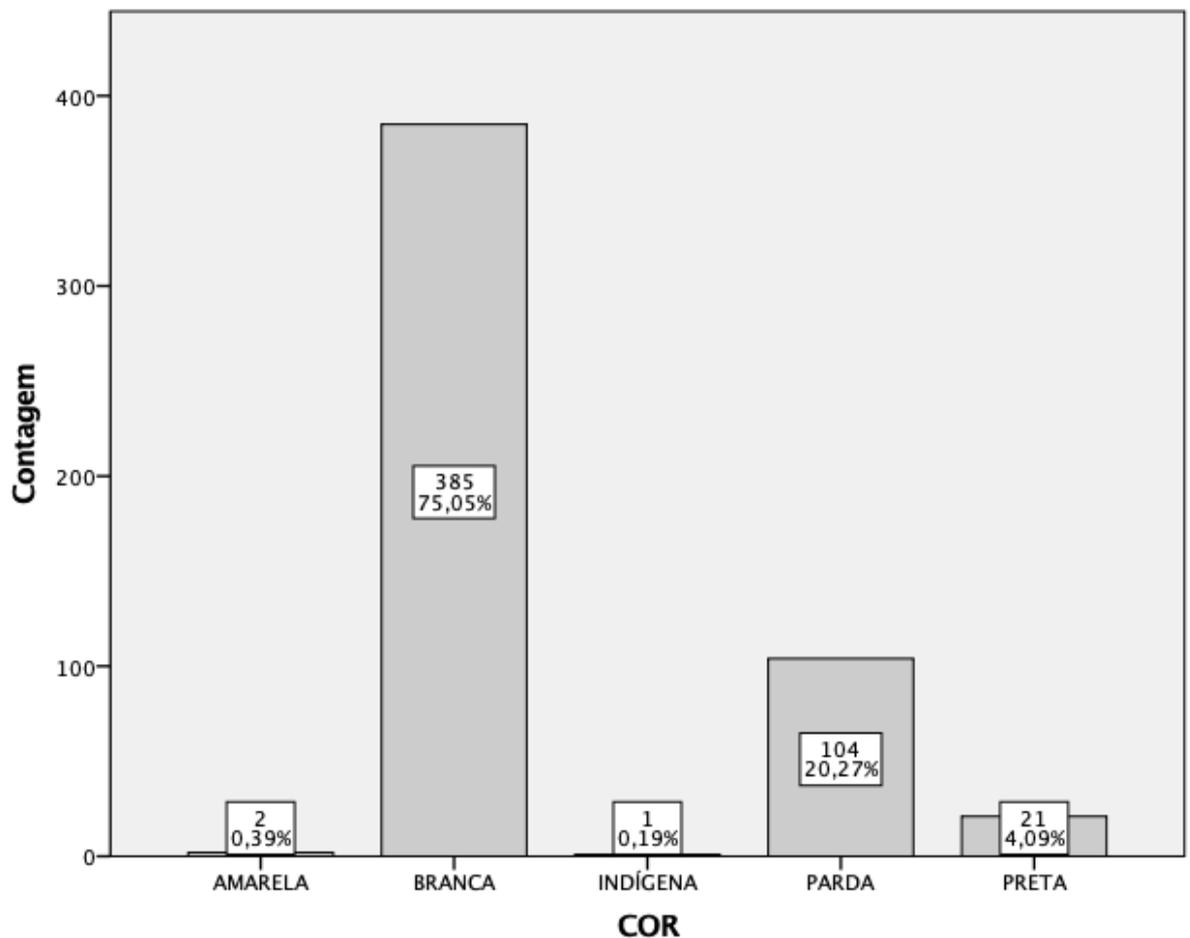


Gráfico 04: A cor dos candidatos a deputado federal de 2018

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados retirados do DIVULCAND.

Portanto, é verificado que a participação de não-brancos na política brasileira diminuiu ainda mais após a realização das eleições.

2.2.2 A relação de eleitos e a distribuição de sexo

Dos 527 deputados federais eleitos em todo o Brasil, 436 são do sexo masculino e apenas 77 são do sexo feminino, ou seja, 84,99% dos eleitos são homens e apenas 15,01% são mulheres.

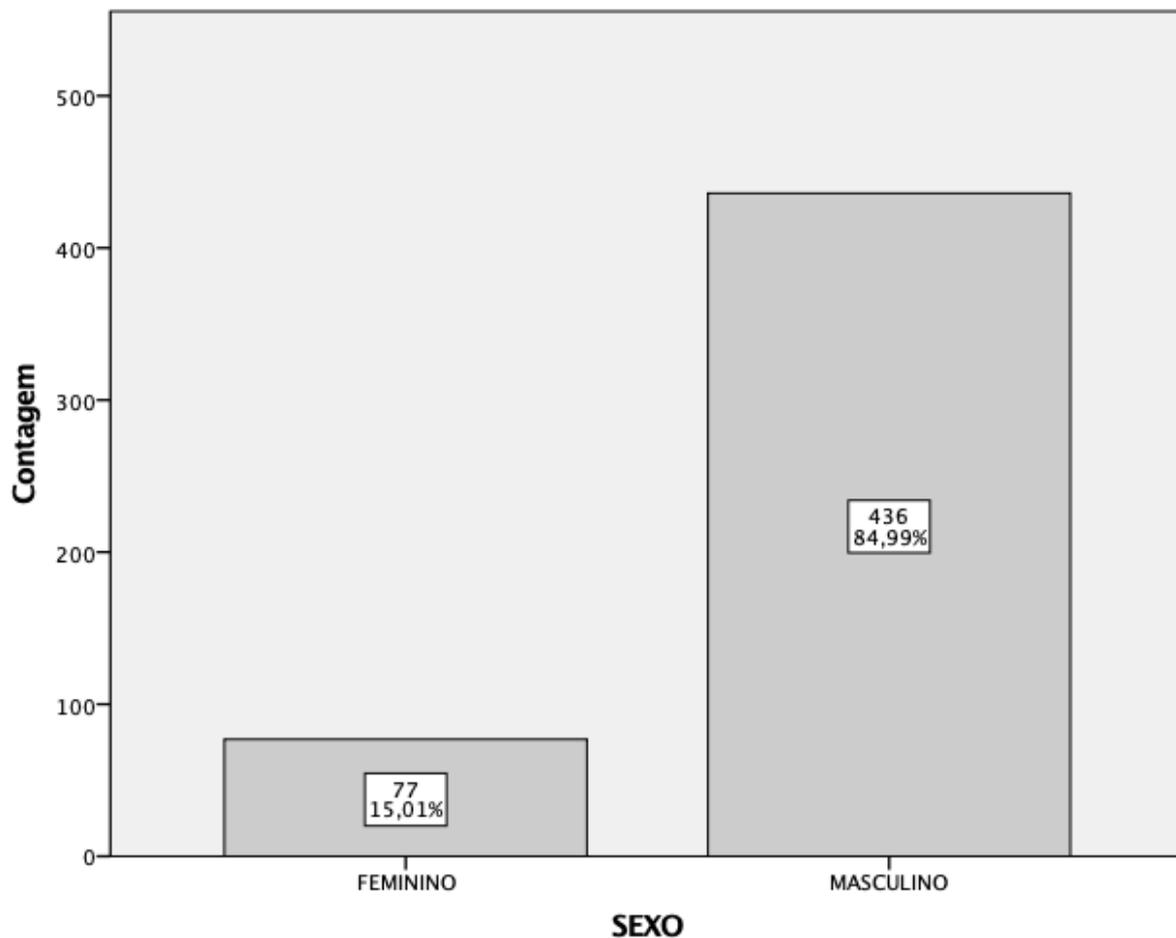


Gráfico 05: O sexo dos deputados federais de 2018.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados retirados do DIVULCAND.

Levando em consideração o número de candidatos do sexo feminino nas eleições de 2018, verifica-se que apenas 77 das 2.419 candidatas, ou seja, apenas 3,18%, conseguiram se eleger. Este resultado mostra que o sistema de cotas é ineficaz, uma vez que não consegue efetivamente colocar as mulheres em posição de poder.

2.2.3 Classe social dos eleitos a deputado federal

Dos 527 deputados federais eleitos, 282 são da classe média, correspondendo a 54,97%, 111 da classe baixa, equivalente a 21,64%, 103 da classe alta, significando 20,08%, e 17 da classe milionária, correspondendo a 3,31%.

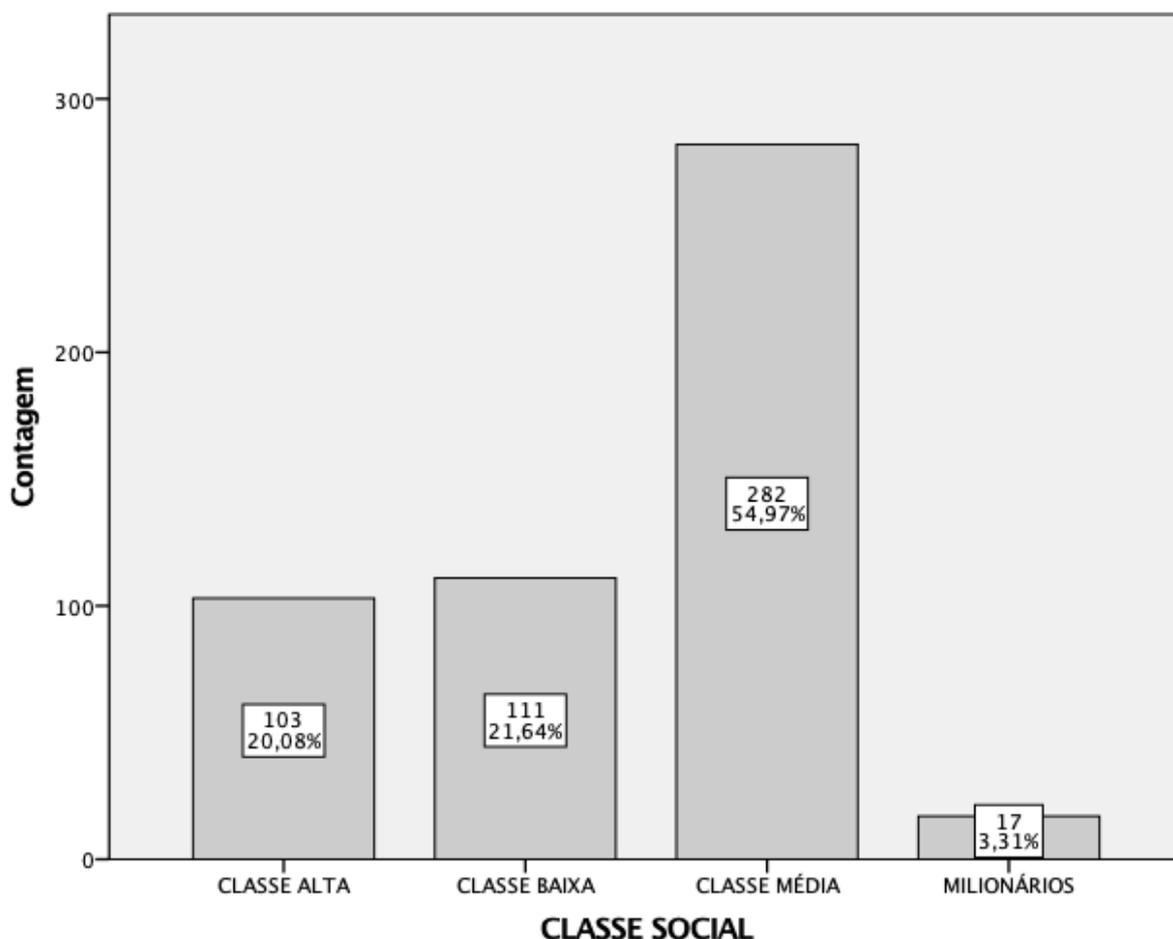


Gráfico 06: A classe social dos deputados federais de 2018.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados retirados do DIVULCAND.

Em comparação com o número de candidatos, verifica-se que os integrantes da classe alta e milionários, proporcionalmente, foram os que mais conseguiram se eleger aos cargos de deputado federal, tendo 27,41% dos candidatos da classe de milionários eleitos e 25,87% da classe alta vencedores. A classe média obteve 14,92% de seus candidatos eleitos e a classe baixa apenas 2,10%.

CONCLUSÃO

A democracia é a forma de governo pela qual o povo, dotado de soberania, governa por ele mesmo de acordo com suas vontades. Sabe-se que sua origem remota à Grécia antiga, precisamente no século VI a.C., e teve como um de seus pensadores Aristóteles, o qual escreveu em “A Política” que os fundamentos da democracia são a liberdade e a igualdade. Portanto, a democracia foi pensada para que não houvesse distinções entre os cidadãos, todavia, como foi visto neste trabalho, desde a Grécia antiga a participação nas decisões políticas era uma possibilidade para poucos.

Para a análise da representação das minorias na Câmara dos Deputados na 56ª legislatura (2019-2022), foram considerados como minorias os seguintes grupos:

não-brancos, mulheres e classe baixa. A justificativa para a escolha destes grupos se verifica quando são analisados os números de componentes destes grupos nas instituições democráticas, bem como são analisadas as dificuldades existentes que os indivíduos de minorias tenham acesso ao campo político e participar dos processos decisórios que lhes interessam.

Por meio da pesquisa realizada junto à plataforma do Tribunal Superior Eleitoral DIVULGACAND, foi possível compreender que estes grupos minoritários não conseguem uma participação efetiva e um número relevante de representantes no campo político, sendo as mulheres o grupo de minorias menos representado na Câmara dos Deputados, pois somente conseguiram eleger apenas 3,18% de todas as candidatas, representando apenas 15,01% de todos os membros no legislativo federal.

Não muito diferente se encontram os não-brancos, aqui compreendidos pelas cores preta, amarela, parda e indígena, os quais constituindo 42,08% de todos os candidatos ao cargo de Deputado Federal, obtiveram uma participação na Câmara dos Deputados correspondente a 24,95% de todo o eleitorado.

Os integrantes das classes baixas, aqui compreendidos por aqueles que declararam seu patrimônio com valor de até R\$ 300.000,00, também se encontram em situação de difícil acesso aos cargos no legislativo federal. Foi observado que essa categoria, disputando com a classe média, alta e milionários, correspondia a 69,2% de candidatos, todavia, após as eleições passaram a compor somente 21,64% dos membros da Câmara dos Deputados, tendo a classe média obtido o maior número de cadeiras, equivalendo a 54,97%, todavia, foi observado que os integrantes da classe alta e milionários, proporcionalmente, foram os que mais conseguiram se eleger aos cargos de deputado federal.

Por meio desta pesquisa foi possível, ainda, traçar um perfil da elite dominante do Poder Legislativo Federal, qual seja: o homem branco, de classe média/alta, pois representa a maioria dos membros na Câmara dos Deputados.

Portanto, a partir da realização desta pesquisa foi possível estabelecer um panorama acerca da situação das representações das minorias sociais na Câmara dos Deputados, sendo observado que os não-brancos, as mulheres e os integrantes da classe baixa são, de fato, excluídos do campo político, uma vez que elegeram um pequeno número de representantes, os quais são dominados por uma elite composta por homens brancos e integrantes das classes média/alta.

REFERÊNCIAS

AIRES DE CASTRO, L. Minorias sociais e seus obstáculos à representação no legislativo brasileiro. **Dissertação de Mestrado em Ciência Política**. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018, p. 113.

ARISTÓTELES. **A Política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BONAVIDES, P. **Ciência política**. 19. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504compilado.htm>. Acesso em: 29 jul 2019.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, 2015, p. 121-151, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200121&lng=en&nrm=iso>. access on 29 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606>.

DALLARI, D. A. **Elementos da teoria do Estado**. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIVULCAND, **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. Acesso em: mai/jul 2019.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**: O futuro da política radical. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GOYARD-FABRE, S. **O que é democracia?** A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOLANDA, C. B. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**: territórios em disputa. Editora Unesp, 2013.

MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, 2008, n. 30, p. 7-15. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 30 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100002>.

RODRIGUES MARTINS, L. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, 2002.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006, p. 139-190.

RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO: AS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO

Data de aceite: 17/03/2020

Data de submissão: 02/12/2019

Natália Yukari Mano

Pontifícia Universidade Católica, Departamento de
Psicologia Social
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/9557492379604990>

RESUMO: Este presente artigo tem como objetivo discutir o cenário em que vivem as mulheres em São Paulo, cidade cujo funcionamento se estabelece a partir da lógica neoliberal, fundada pelos ideais capitalistas e patriarcais. Partimos do pressuposto de que as experiências na cidade não podem e não devem ser tratadas como universais, principalmente quando pensamos em planejamento e implementação de políticas públicas. Com esta pesquisa pretendemos, então, contribuir com o debate sobre o direito à cidade, almejando que as experiências das mulheres tenham o devido reconhecimento para que possamos caminhar em direção a construção de uma cidade e de uma sociedade mais justa para todas e todos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres na cidade. Direito à cidade. Lutas feministas.

RESISTANCE AND REVOLUTION: WOMEN STRUGGLING TO THE RIGHT TO THE CITY IN SÃO PAULO

ABSTRACT: The purpose of this work is to discuss the context in which women live in São Paulo, city that works based on the neoliberal logic, founded on the capitalism and patriarchy ideals. We assume that the urban experiences can't and shouldn't be treated as universal, especially if you think about planning and executing public policies. So, with this work, we intend to make a contribution to the debate about right to the city, hoping that women's experiences are properly acknowledged so that we can move towards building a city and a society that is fairer to all.

KEYWORDS: Women in the city. Right to the city. Feminist struggles.

1 | INTRODUÇÃO

São Paulo, madrugada de 1º de maio de 2018. A atenção de muitas pessoas estava voltada ao Largo do Paissandu onde se acompanhava o incêndio e, em seguida, o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida. Tragédia anunciada. Antes do desabamento, o prédio estava ocupado por aproximadamente 150 famílias, totalizando mais de 350 moradores. Foram sete mortes e

duas pessoas ainda se encontram desaparecidas.

Dados disponibilizados pela Secretaria de Habitação de São Paulo nos mostram que no primeiro semestre de 2018, a cidade possuía 206 ocupações contabilizadas, totalizando quase 48 mil famílias. Se contarmos por pessoa, este número pode ultrapassar duzentas mil. Este cenário trágico e gerador de sofrimento se constitui como um dos tantos reflexos do modo de produção e socialização em que vivemos. São pessoas que reivindicam o direito de morar em condição digna na cidade.

Entretanto, o direito à moradia é apenas um dos pontos contemplados no debate sobre o direito à cidade. Podemos falar sobre o direito de transitar, sobre o acesso adequado aos serviços, sobre apropriação dos espaços públicos, sobre acessibilidade, sobre segurança, sobre ser homem, sobre ser mulher, e tantas outras questões que fazem parte do cotidiano de quem vive no meio urbano.

Na cidade, é visivelmente clara a desigualdade de classes, porém a desigualdade em que vivem homens e mulheres ainda passa despercebida no dia a dia. Nem sempre é fácil reconhecê-la.

Olhar para as mulheres na cidade é enxergar que atualmente são elas que mais dependem e necessitam das cidades, pois, mesmo com a conquista do trabalho assalariado, não deixaram de ser exclusivamente responsáveis pelas atividades ligadas à reprodução, acumulando, assim, as duas funções: vão ao trabalho, mas também ao mercado, à escola dos filhos, à própria escola ou faculdade, à unidade de saúde, aos parques e praças, enquanto os homens geralmente circulam pela cidade somente para o seu trabalho ou para o seu lazer. A cidade constitui-se, então, como reflexo das relações construídas pela sociedade.

Assim, este trabalho tem como objetivo fomentar o debate sobre o direito à cidade, reconhecendo a realidade em que (sobre)vivem grande parte das mulheres na cidade de São Paulo. Aqui, nos limitamos a falar sobre gênero e classe. Porém, as questões relacionadas a raça e à orientação sexual, por exemplo, são tão importantes quanto e merecem a atenção e o desenvolvimento de outras pesquisas que as contemplem. Cabe destacar que neste texto o primeiro nome dos(as) autores(as) é utilizado como estratégia política na tentativa de marcar a produção do conhecimento feminino.

2 | O DIREITO À CIDADE NAS CIDADES NEOLIBERAIS

Mostra-se necessário analisar mais atentamente a conjuntura que vivemos nas cidades capitalistas - globais e neoliberais - para refletirmos sobre o conceito de direito à cidade dentro deste contexto, pois mudanças na lógica de funcionamento das cidades produzem transformações não só nos modos de produção, mas também afetam os modos de existência e, conseqüentemente, as experiências de vida das pessoas que nelas habitam.

Emir Sader (2011) coloca que uma das principais características do capitalismo, base do neoliberalismo, é transformar tudo em mercadoria. “As pessoas têm preço,

as mercadorias têm preço, a água, que não tinha preço, agora é comercializada, a educação, que era um direito, se transforma em mercadoria comprável, vendável no mercado, a saúde igualmente, e assim por diante” (SADER, 2011, p. 14). Ou seja, os direitos não são mais reconhecidos enquanto tal, pois não são mais acessíveis a toda população. Quem compra, tem acesso.

O neoliberalismo é, então, o modelo econômico atual que vem moldando as lógicas de funcionamento das sociedades capitalistas. No Brasil, ganhou força a partir da década de 1990, em que apregou o discurso de tornar global questões econômicas, políticas e sociais e que, para isso, “reformas” estruturais rumo ao que acredita ser o “progresso” se tornam necessárias.

Para Saskia Sassen (2016), esta lógica de funcionamento promove um fenômeno na qual se deu o nome de *expulsão*. São sistemas complexos que visam o crescimento econômico e que cada vez mais ameaça pessoas e lugares em todo mundo, promovendo expulsão de pessoas de suas casas, de seus empregos, do acesso aos serviços e a destruição do meio ambiente.

[...] hoje nossas instituições e nossos pressupostos estão cada vez mais a serviço do crescimento econômico corporativo. Essa é a nova lógica sistêmica. Talvez não todas, mas um número suficiente de empresas procurou se libertar de quaisquer restrições, incluindo as de interesse público local, que interferiram em sua busca de lucro. Qualquer coisa ou qualquer pessoa, seja uma lei ou um esforço cívico, que dificulte a obtenção de lucro corre o risco de ser posta de lado – de ser expulsa (SASSEN, 2016, p. 253).

Como consequência deste processo, vemos o aumento da desigualdade social e a degeneração da qualidade de vida de grande parcela da população.

O recente relatório da Oxfam Brasil (2017) escancara dados alarmantes sobre a desigualdade social: no mundo, oito pessoas possuem o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população! Ou seja, se somarmos o patrimônio de 3,6 bilhões das pessoas mais pobres do mundo, conseguimos chegar a equivalência da riqueza dos oito mais ricos. Estes números caracterizam o cenário que vem se constituindo com o modelo neoliberal em consolidação.

E o Estado - que deveria ser democrático e investir em serviços públicos de qualidade para toda sua população e especialmente para aqueles que se encontram mais vulneráveis socialmente - desempenhou papel fundamental para que o ideário neoliberal fosse materializado, adaptando-se às exigências do capital financeiro, enfraquecendo as políticas sociais conquistadas no período do *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social. Assim sendo, os mais ricos precisam e se utilizam das políticas de Estado ao seu favor e para que possam tirar das cidades o máximo possível de lucro.

As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação dos direitos sociais, ao assalto

ao patrimônio e aos fundos públicos, com a *desregulamentação* sendo apresentada como *modernização* que valoriza a *sociedade civil*, liberando-a da tutela do *Estado protetor* – e há lugar, nessa construção ideológica, para a defesa da *liberdade*, da *cidadania* e da *democracia* (NETTO, 2013, s/p).

Acompanhando a tendência mundial, no Brasil, como já dito, as políticas neoliberais começaram a ser implantadas anos de 1990 – que coincide com a implementação das políticas sociais conquistadas com os movimentos sociais na redemocratização do país após um longo período de ditadura militar (1964-1985). Assim, o período em que os movimentos lutavam pelas conquistas sociais que culminaram na Constituição de 1988, preparando o terreno para um Estado de direitos, coincidiu com a ascensão da onda neoliberal que já se espalhava pelo mundo, o que acarretou na implementação parcial das políticas sociais, marcada por ambiguidades e contradições. Assim, os direitos sociais, enquanto construção coletiva e duramente levados à Constituição Federal, por meio de intensa luta popular, foram parcialmente efetivados e, ainda assim, assistimos atualmente um desmonte dos poucos avanços conquistados.

Portanto, as cidades, como principal local de vivência das pessoas a partir da ascensão capitalista, se torna palco das ações políticas de resistência contra os ditames que circundam suas experiências. Os valores e interesses por trás de cada ação política e que impactam na forma como as pessoas vivem em suas cidades e de como podem fazer usufruto de seus direitos, fez com que o direito à cidade se tornasse transversal nas mais diversas manifestações sociais. “Uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização” (HARVEY, 2014, p. 61). A reivindicação sobre o direito à cidade nasce, então, das necessidades reais da população de viver e sobreviver na cidade.

Se o contexto neoliberal não é acolhedor e justo com as classes mais pobres, ele é ainda menos acolhedor e justo quando pensamos nas mulheres das classes mais pobres. Ou seja, são elas que estão ainda mais expostas aos efeitos destrutivos desta política, deixando ainda mais difícil sua condição de existência. É sobre elas que recaem todos os efeitos negativos dos processos de expulsão, caracterizados por Saskia Sassen (2016).

Todos e todas concordamos que o modelo de desenvolvimento urbano adotado no Brasil resultou em cidades com profundas marcas segregadoras, violentas e ambientalmente insustentáveis. Todas essas características impactam de maneira mais determinante a vida das mulheres (PINHEIRO, 2017, p. 44)

Elas encontram mais dificuldades em viver nas cidades, pois suas demandas possuem pouca visibilidade no espaço urbano. Mas elas estão longe de seguirem caladas e passivas. As mulheres tiveram atuação notável tanto em reivindicações propriamente feministas, que atravessam diversos âmbitos das relações sociais, como também junto aos homens em demandas gerais, na luta por direitos. Entretanto,

ambas as lutas com o intuito de melhoria na condição de vida e existência. “[...] As mulheres são sujeitos da história e que, embora obscurecidas pelo sistema de poder que as oprime, lutam incansavelmente contra a cidadania reduzida, tanto no espaço *privado*, quanto no *público*”. (SAFFIOTI, 1988, p. 157, grifos da autora).

A seguir, apresentaremos dados sobre o cenário em que vivem as mulheres na cidade de São Paulo e que nos ajudam a refletir sobre como e o quanto suas – nossas – lutas ainda se mostram profundamente válidas e necessárias.

3 | AS MULHERES EM SÃO PAULO

É fato que ser mulher na cidade não proporciona as mesmas experiências a todas as mulheres. As diferenças econômicas, raciais, de identidade ou orientação sexual mudam a forma como se apropriam e dependem da cidade. Porém, as hierarquizações e opressão entre os gêneros coexistem a todas, independente destas condições citadas – mas se apresentando de forma diferente para cada uma.

De maneira contraditória, as cidades modernas se constituíram representando um ambiente hostil para as mulheres, mas também significando a abertura de possibilidades para transformações nas suas condições de existência.

A cidade, representada como perdição das moças e das mulheres, lhes permite, com frequência libertar-se de tutelas familiares pesadas, de um horizonte de aldeia sem futuro. Conseguem modestas ascensões sociais, escapam a uniões arranjadas para realizarem casamentos por amor. A cidade é o risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação (PERROT, 2016, p. 136).

Mesmo com a presença maciça das mulheres no espaço urbano, as cidades foram constituídas e ganharam seu prestígio em relação a vida e experiência dos homens e para eles: focado na produção, para o trabalho.

Em São Paulo, de acordo com os dados do Censo demográfico 2010, as mulheres representam aproximadamente 52,2% da população urbana, ou seja, ainda são maioria nesta cidade e as que mais circulam nela.

Na cidade mais importante do país, modernizada e globalizada, em média, em São Paulo elas recebem 69,7% do valor dos rendimentos dos homens, ou seja, aproximadamente 30% menos que eles, demonstrando que mesmo que alguns avanços tenham sido alcançados nas lutas feministas, a desigualdade entre os gêneros se mantém. Outro dado que reafirma essa condição foi levantado a partir de uma pesquisa realizada pelo Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV (CEPESP), que divulgou em 2017 que as mulheres são proprietárias de 33% dos imóveis ou de 30% da área construída da cidade de São Paulo. Apenas um terço da cidade pertence a elas. Assim, mesmo somando-se como maioria, somente cerca de 30% da cidade pertence a elas.

Esses dados corroboram com a afirmação de Valéria Pinheiro (2017) de que

homens e mulheres ainda diferem no acesso e no controle sobre os recursos produtivos, como terra, capital e trabalho, que como consequência proporcionam experiências diferentes entre os gêneros.

Outro dado relevante mostra que 41,7% das mulheres são as únicas ou principais responsáveis pela família. Não ter outra pessoa com quem somar as economias e dividir as despesas, as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos faz com que seja necessário que as políticas e serviços públicos funcionem satisfatoriamente. Para elas, as lutas pela moradia, pelos serviços públicos de qualidade, se tornam essenciais para poderem permanecer nas cidades, já que possuem menos recursos para comprar ou alugar uma casa ou pagar por um atendimento médico ou por transporte particular.

Ao mesmo tempo, quando falamos sobre desemprego, a pesquisa intitulada *Viver em São Paulo: Mulheres*, realizada pelo IBOPE Inteligência em dezembro de 2017 nos mostra que dos 18% de desempregados paulistanos, 58% são mulheres, ou seja, os números indicam que são um milhão de mulheres desempregadas em São Paulo, neste referido ano.

Sobre mobilidade, de acordo com a pesquisa realizada por Haydeé Savb (2016), desde os anos 2000 são as mulheres que mais usam o transporte coletivo e mais fazem viagens na região metropolitana de São Paulo em comparação aos homens. A autora coloca que isso se dá porque, além do deslocamento para o trabalho, por historicamente acumular a função doméstica e de cuidado com os filhos, fica, então, ao seu encargo deslocar-se para levar/buscar as crianças e para manutenção/compras da casa.

Porém, sabemos que na cidade de São Paulo, mesmo com algumas mudanças já realizadas (como a extensão das ciclo-faixas e dos corredores de ônibus) ainda se imperam políticas que priorizam e facilitam o uso do carro particular, deixando à margem, mais uma vez, as experiências e demandas cotidianas das mulheres e, principalmente, das mulheres pobres.

Em 2017, a pesquisa realizada pela *Thomson Reuters Foundation*, São Paulo foi considerada uma das metrópoles mais perigosas para as mulheres -11ª posição geral -, ocupando o *primeiro* lugar, junto com Nova Deli, quando se trata especificamente sobre violência sexual.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, no ano de 2016 foram registradas pela polícia 2.304 ocorrências de estupro na cidade de São Paulo. No ano de 2017, foram registrados um total de 1.010 casos de estupros (consumados, tentativas e de vulnerável) e outros crimes contra dignidade sexual contra mulheres. Porém, temos que lembrar que os dados não desenham aspectos reais da violência contra a mulher, já que muitos casos não são denunciados. Em 2016, São Paulo teve a média de 4 casos de abuso em transporte coletivo (ônibus, metrô e trem) denunciados por semana. A pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência (2017) revela que 25% das paulistanas já sofreram assédio dentro dos transportes coletivos. Reforçando: isso levando em consideração somente os casos registrados. Ou seja, nas questões sobre

violência sexual na cidade de São Paulo, ainda se mostra necessário intenso debate e ação para desenvolvimento de políticas de proteção às mulheres. Com esses dados, podemos ver que o direito de ir e vir não é facilmente exercido pelas mulheres em São Paulo.

Não podemos negar que alguns avanços políticos e legais foram realizados para o reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs com demandas próprias. Porém, em São Paulo, mesmo possuindo os serviços de atendimento à mulher como Delegacias da Mulher, Centros de Referência da Mulher (CRMs), Centros de Cidadania da Mulher (CCMs), Juizados de Violência Doméstica, eles ainda não são suficientes para a transformação da realidade social pelas quais as mulheres enfrentam diariamente. A pesquisa do Ibope Inteligência (2017) nos mostra que ainda é baixo o número de mulheres que utilizaram os serviços públicos disponíveis: somente 2% das entrevistadas utilizou o 180 (canal de denúncia contra violência contra a mulher) e 4% utilizou da Delegacia da Mulher.

Todos estes dados apresentados aqui nos mostram que muito ainda precisa ser feito. Eles nos elucidam uma pequena parte de como (sobre)vivem as mulheres em São Paulo. Os números nos mostram também que a realidade na cidade é diferente para homens e mulheres. Sendo assim, suas experiências também se diferem e não podem ser consideradas como universais.

Quando nos propomos a pensar sobre as experiências das mulheres na cidade de São Paulo, concordamos com Joan Scott (1998) que mais que tornar uma experiência visível é necessário explorar e analisar os mecanismos que ideológicos que relegam estas vivências.

[...] Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiências, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora, (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o conhecimento que é apresentado. Pensar sobre conhecimento desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. [...] é uma historicização que implica exame crítico de todas as categorias explicativas tomadas normalmente como óbvias, incluindo a categoria “experiência” (SCOTT, 1998, p. 304, grifos da autora).

Nesta lógica, se Harvey (2014) coloca que a luta pelo direito à cidade é a luta contra os poderes do capital na estruturação e apropriação dos espaços urbanos, podemos dizer que a luta das *mulheres* pelo direito à cidade opõe-se tanto as desigualdades produzidas na cidade pelo capitalismo como também ao ideal androcêntrico de produção destes espaços, que desconsideram as diferenças existentes no cotidiano de homens e mulheres.

Valéria Pinheiro (2017) ressalta: “falar dos problemas urbanos e resistência é falar das mulheres, necessariamente. [...] é impossível vislumbrar a diminuição das desigualdades socioterritoriais das cidades sem uma atuação incisiva nas questões

de gênero” (PINHEIRO, 2017, p. 44).

Portanto, o debate do direito à cidade *pelos e para* as mulheres requer, ao mesmo tempo, uma transformação material e objetiva - na prática e na realidade cotidiana das experiências - e uma transformação subjetiva - na conscientização, na forma como vemos e entendemos as mulheres na sociedade, pois, como coloca Luis Miguel (2014, p. 19), “em suma, as instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece”. Assim,

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações coma natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 28).

A luta pelo direito à cidade deve reconhecer outras demandas que não somente as relacionadas com as desigualdades de classes. Enquanto as desigualdades de gênero, raça, orientação sexual, por exemplo, não forem enxergadas ou forem consideradas menos importantes, não há possibilidade de transformação justa e igualitária desta realidade. Mas este não é um sofrimento calado, passivo. Mesmo em condições adversas, elas percebem as contradições das imposições ideológicas sobre “ser mulher” e as necessidades reais que o dia a dia lhes impõem, quebram paradigmas e vão à luta.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As rosas da resistência nascem do asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando da nossa existência, contra mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

Marielle Franco (1979-2018)

Na cidade de São Paulo, rotineiramente, circulam pessoas que tentam encontrar saídas para que escapem às tragédias já anunciadas, como o fato que deu início a este texto. Lutam por uma casa, por assistência à saúde, por melhores condições trabalhistas, pela oferta de educação de qualidade, pela distribuição mais justa das riquezas produzidas, por uma vida com menos dificuldades e, conseqüentemente, menos sofrida.

E ser mulher pode ampliar ainda mais as complexidades de estar inserida neste contexto, pois os valores neoliberais da sociedade capitalista estão amparados em um modelo patriarcal e masculino de apropriação das experiências cidadinas, na qual se é valorizado exclusivamente a produção e a remuneração. Deste modo, as mulheres, por historicamente acumularem também a função do cuidado com o lar e com a família, vivenciam de maneira diferente dos homens o cotidiano nas cidades.

Assim, o privilégio de estar na cidade e se apropriar dela não é só um privilégio de classe. Ser mulher e estar na cidade não proporciona as mesmas experiências de ser homem e estar na cidade. A realidade é perversa para nós. E para umas mais do que para outras.

Reconhecer as experiências das mulheres nos mais diversos âmbitos, como recurso de análise, pode impactar diretamente na estruturação de instituições sociais, no planejamento de políticas públicas, em novas pesquisas e publicações, na transformação de costumes e da cultura de um local. Ou seja, as experiências podem impactar de tal forma a (re)estruturar a vida social na sua totalidade (HARDING, 1987).

Assim, a luta pelo direito à cidade deve ser compreendida para além de ter direito ao que já existe; mas sim, como direito à *(re)construir* e *(re)criar* a cidade para que ela seja mais justa e menos desigual à população que nela habita. E “para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida” (HARVEY, 2014, p. 247). Dentro deste processo que está em curso, as mulheres são majoritárias nos movimentos sociais urbanos e lutam, muitas vezes junto com os homens, contra diversos mecanismos que sustentam a lógica de funcionamento das cidades e que negam suas demandas e as impossibilitam de viver em condições mais dignas.

As mulheres tem (sic) papel crucial nos movimentos sociais. O Dia Internacional da Mulher remete a conquistas de direitos sobre seu próprio corpo, seu trabalho e na política, no século XX. A construção social do dia oito de março é permeada por lutas e sonhos. A luta por direitos políticos (como direito ao voto e o acesso a cargos públicos), ao direito social ao trabalho digno (carga horária e remuneração justa, formação profissional, condições adequadas de trabalho e a não discriminação), aos direitos fundamentais relacionados à defesa da vida e contra a violência, seja em ambiente doméstico ou na cidade, direito ao próprio corpo, direitos reprodutivos e sexuais. Neste sentido, o direito à cidade, é também uma das expressões do meio ambiente que queremos, acolhedor e democrático, sustentável e seguro para mulheres e homens (CARDOSO, 2017, p. 14).

Assim, tê-las nos espaços de planejamento e decisão, para que elas possam inserir suas vivências nas discussões sobre as cidades se torna essencial se estamos querendo construir espaços democráticos e de participação popular. São as experiências reais, vividas por elas, por nós e por tantas outras que precisam ser reconhecidas e usadas a nosso favor. Somente desta forma, o conceito sobre direito à cidade discutido por Harvey (2014) pode ser pleno.

Já vimos algumas coisas mudarem e juntas podemos manter o que já conquistamos e transformar muitas outras. Sigamos na luta!

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Patrícia de Menezes. Águas de 8 de março de 2017, feministas e femininas. In.: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

DIÓGENES, Juliana. SP tem 4 registros de assédio sexual por semana no transporte público. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 março 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-tem-4-registros-de-assedio-sexual-por-semana-no-transporte-publico,70001698184>>. Acesso em: dez. 2017.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In.: _____. **Feminism and methodology**. Bloomington / Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2017.

PESQUISA de opinião pública – viver em São Paulo: mulheres. **Ibope Inteligência**, São Paulo, dezembro 2017. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/pesquisas/viver_em_sp_mulher_2018_completa.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

INCÊNDIO e desabamento do prédio no Largo Paissandu completam um ano; veja o que se sabe sobre o caso. G1, São Paulo, 1 maio 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/01/incendio-e-desabamento-do-predio-no-largo-do-paissandu-completa-um-ano-veja-o-que-se-sabe-sobre-o-caso.ghtml>>. Acesso em: nov. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e sociedade de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9. Brasília, set.-dez. 2012, p. 93-117.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 1. Marília, 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>. Acesso em: mar. 2018.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. Publicado em setembro de 2017. Disponível em: <www.oxfambrasil.org.br>. Acesso em: out. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINHEIRO, Valéria. O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados. In.: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

SADER, Emir. Conferência de abertura: Estado políticas sociais e conjuntura. In.: **V Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas** – Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: face feminina. In.: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SÃO PAULO: the world's most dangerous cities for women 2017. **Thomson Reuters Foundation**, 2017. Disponível em: <<http://poll2017.trust.org/city/?id=sao-paulo>>. Acesso em: nov. 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, (16), fev, 1998.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO. **Indicadores da criminalidade em São**

Paulo – violência contra as mulheres. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Default.aspx>>. Acesso em: jun. 2018.

SPÉCIE, Priscila; JACOB, Miguel. As mulheres são donas de uma São Paulo duas vezes menor do que os homens: por quê?. **Centro de Política e Economia do Setor Público – CEPESP**, FGV, São Paulo, 8 novembro 2017. Disponível em: <<https://cepesp.wordpress.com/2017/11/08/as-propriedade-imobiliaria-das-mulheres-em-sao-paulo/>>. Acesso em: nov. 2019.

SVAB, Haydée. **Evolução dos padrões de deslocamento na região metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero.** 2016. Dissertação (mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de transportes.

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MINEIRAS: ENFOQUES LEGAIS SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES

Data de aceite: 17/03/2020

Aline Claudino de Castro

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Humanas e Letras Alfenas, Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2900012069684669>

Débora Felício Faria

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Humanas e Letras Alfenas, Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7708797710900969>

RESUMO: Visando as mudanças estruturais e culturais das escolas para atender as especificidades dos alunos com deficiência, é importante assegurar um sistema educacional inclusivo com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar ou suplementar nas escolas regulares. Para tanto, o objetivo deste artigo foi estudar a função ou atribuições dos professores das Salas de Recursos (SR) das escolas mineiras, descritas nos documentos orientadores e legislação, Nacional e do estado de Minas Gerais, sendo as SR um dos recursos oferecidos pelas escolas para receber os alunos com deficiência e potencializar o seu processo de aprendizagem. Dessa maneira, os documentos foram analisados com o propósito de identificar o potencial inclusivo e as possíveis

ambiguidades presentes entre as duas esferas administrativas, quando tratam das atribuições dos professores das SR, além de verificar como essas atribuições contribuem para o processo de inclusão. Os resultados indicaram que não há ambiguidades entre os documentos analisados com relação à inclusão dos alunos e as atribuições dos professores. Isso porque, ambos abordam a formação dos professores para a atuação no AEE e como deve ser essa atuação a partir das atribuições especificadas nesses documentos. Por outro lado, no que se refere ao potencial inclusivo, a legislação nacional e mineira permanecem contraditórias, pois ainda consideram a possibilidade da oferta de escolarização dos alunos com deficiência em sua modalidade segregada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Sala de Recursos.

MINAS GERAIS SCHOOLS' MULTIFUNCTIONAL RESOURCE CLASSROOMS: LEGAL APPROACHES TO TEACHERS' DUTIES

ABSTRACT: With a view to structural and cultural changes in schools to meet the specific needs of students with disabilities, it is important to ensure an inclusive educational system with complementary or supplementary Specialized Educational Service (SES) in regular schools. To this extent, this paper sought to study the function

or attributions of Minas Gerais school teachers working at Resource Classrooms (RC) - as described in the Governmental and State guidelines and legislation - considering the RC to be one of the resources offered by the schools to welcome students with disabilities and enhance their learning process. Thus, the aforementioned documents were analyzed to identify inclusive potential and possible ambiguities between the two administrative spheres, when dealing with the RC teachers' duties, besides verifying how these very attributions contribute to the inclusive process. The results showed no ambiguities between the analyzed documents regarding the inclusion of students and the teachers' attributions. This is because both address the training of teachers to work in the SES and how this performance should be based on the tasks specified in these documents. On the other hand, concerning inclusive potential, governmental and state legislation remain contradictory, as they still think viable to deliver schooling to students with disabilities through a segregated modality.

KEYWORDS: Special Education. Inclusion. Resource Room.

1 | INTRODUÇÃO

Em sua introdução, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) afirma que a educação inclusiva é um direito de todos e deriva das demandas dos direitos humanos, tendo a “igualdade e a diferença como valores indissociáveis [sendo assim] a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada” (BRASIL, 2008, p. 1), pois mudanças estruturais e culturais da escola são necessárias “para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas” (BRASIL, 2008, p. 1).

Do ponto de vista estrutural, uma das mudanças identificadas e implementadas desde o Decreto nº 3298/1999 foi a definição da educação especial como modalidade transversal do sistema educacional, reafirmando seu caráter inclusivo, o que possibilitou à Educação Especial o papel de “realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar ou suplementar à escolarização” (BRASIL, 2008). Isso porque, historicamente o atendimento educacional oferecido aos estudantes com deficiência foi organizado tanto em seus espaços quanto em conteúdo, de forma substitutiva ao ensino comum. Com isso, é possível considerar que a legislação contribuiu para a manutenção desta estrutura de atendimento educacional ao aluno com deficiência, uma vez que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei Federal Nº 9.394/1996, afirma que a educação especial é “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 1996, Art.58).

Percebe-se que a legislação é contraditória, pois muito embora sinalizem favoravelmente para a inclusão, ainda mantêm uma estrutura excludente, quando afirma que a educação especial na rede regular de ensino é a preferência, mas não a obrigatoriedade.

Dessa maneira, verifica-se que a legislação nacional preconiza a universalização do acesso ao ensino por parte de todos e, no caso deste estudo, de alunos com deficiência, mas demonstra lacunas que permitem a continuidade das formas segregadas de escolarização.

Tais lacunas legais reverberam nas atitudes dos profissionais da educação, que ainda insistem em esperar dos alunos a plena adaptação aos padrões preestabelecidos de comportamento, cognição, habilidades, dentre outros. De acordo com Ainscow (2002) é preciso se preparar para as diversidades que serão encontradas e não observar as diferenças a partir de padrões comparativos impostos pela sociedade. Nessa perspectiva observa-se que a inclusão e o acesso de todos a partir de suas especificidades, ainda são deficientes. Desse modo, o propósito da PNEE é definir os objetivos, o público e as diretrizes da educação especial, sendo o AEE e a formação de professores pontos centrais para esse atendimento.

Para isso, o documento orienta sobre a função dos professores que atuam no AEE e as atividades a serem desenvolvidas. Percebe-se então que o AEE deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. E na Resolução nº 4/2009, que institui as Diretrizes operacionais para esse atendimento, o artigo 5º prioriza que o AEE deve “ser realizado no turno inverso da escolarização” (BRASIL, 2009), sendo realizado nas SR.

Dada a relevância do AEE conferida pelos documentos oficiais e o fato de seu *locus* privilegiado de realização ser a SR, um grande investimento foi feito entre os anos de 2005 e 2010, ao mesmo tempo em que as atribuições do professor que o desenvolve ganharam espaço nas pautas nacionais de debate sobre a educação especial e inclusiva (BAPTISTA, 2011).

Não obstante toda preocupação com as questões de ordem estrutural, notadamente marcada pela descentralização de recursos para a organização das SR nas escolas de educação básica, percebe-se que as mudanças culturais necessárias estão sendo gestadas, mas ainda não foram consolidadas.

Isso porque, o percurso para se alcançar as mudanças culturais necessárias nas escolas é mais longo, pois elas significam rever representações sociais, valores, concepções sobre a vida, a escola, a sociedade, os estudantes, dentre outros, que estão cristalizadas consciente e inconscientemente em cada um em particular. Desde o início, temos sido formados para estabelecer a cisão entre igualdade e diferença e não para a compreensão de que uma vida justa e digna para todos implica a sua conjugação. Assim o mundo está organizado, hierarquicamente, em uma escala que varia dos mais iguais aos mais diferentes, considerando como critério, um padrão socialmente estabelecido, um “tipo ideal” conforme descreve Amaral (1998, p.14). E a autora complementa:

A aproximação ou semelhança com essa idealização em sua totalidade ou particularidades é perseguida, consciente ou inconscientemente, por todos nós [...]

E o fato é que muitos e muitos de nós, embora não correspondendo a esse protótipo ideologicamente construído, o utilizamos em nosso cotidiano para categorização/validação do outro. (AMARAL, 1998, p.14)

Analisando sociologicamente, podemos afirmar que este “tipo ideal” possui, ao menos duas funções: por um lado serve de crivo para a categorização e hierarquização das pessoas, por outro, serve para definir aquilo que não se deve ser (CROCHÍK, 2011). Em outras palavras, o modelo antagônico ao ideal. O indivíduo conquistará maior ou menor aceitação e prestígio social, dependendo do quanto se aproxima ou se afasta do modelo ideal.

Assim, as mudanças culturais necessárias à escola não dependem apenas da legislação, mas também não estão totalmente alheias a elas. As contradições presentes na legislação obstam as mudanças culturais que se fazem necessárias.

2 | OBJETIVOS

O objetivo deste artigo foi estudar a função ou as atribuições dos professores das SR das escolas mineiras, descritas nos documentos orientadores e legislações Nacionais e do estado de Minas Gerais. Foram analisados os seguintes documentos nacionais: Plano Nacional de Educação (2014-2014), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Resolução nº 4/2009, Decreto nº 7611/2011 e Lei nº 13146/2015. E, os seguintes documentos do estado de Minas Gerais: Resolução CEE nº460/2013, Plano Estadual de Educação (2015) e Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais (2014).

3 | METODOLOGIA

A abordagem teórico-metodológica utilizada foi de natureza qualitativa e se constituiu por meio de análise documental. Sendo assim, os documentos foram analisados na proposição de identificar o potencial inclusivo e as possíveis ambiguidades presentes, quanto as atribuições dos professores das SR e quanto a como essas atribuições contribuem para o processo de inclusão.

3.1 Atendimento Educacional Especializado: o estado de Minas Gerais no contexto nacional

As orientações da PNEE conceituam a educação especial como:

[...]uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Em consonância com as diretrizes da PNEE, a Resolução CEE nº 460/2013 afirma que a educação especial “é parte integrante da educação regular” em “todas as etapas, níveis ou modalidades” e, por isso, deve “ser prevista no projeto pedagógico” das escolas públicas, podendo também ser oferecida nas escolas privadas (MINAS GERAIS, 2013). Sendo assim, para que os alunos com deficiência tenham acesso a educação especial no ensino regular eles contam com o AEE.

Desse modo, a PNEE, ainda, orienta quanto à função e as atividades a serem desenvolvidas pelo AEE:

o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

Neste fragmento de texto da PNEE (2008) fica explícito que o AEE é composto por diversas atividades que se diferenciam daquelas desenvolvidas no ensino comum, que podem englobar programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, tecnologia assistiva, no entanto não podem substituí-lo. Tendo com vistas à autonomia e independência do aluno na escola e fora dela.

Para regulamentar as atividades desenvolvidas pelo AEE, a Resolução nº 4/2009 institui as Diretrizes operacionais para esse atendimento e determina em seu artigo 1º que os alunos com deficiência devem ser matriculados nas classes comuns do ensino regular e, também, no AEE, que é ofertado nas SR da própria escola ou demais instituições. No artigo 2º, descreve que o AEE tem a função de complementar ou suplementar a formação desse aluno a partir de serviços, recursos e estratégias com a função de eliminar barreiras e promover a participação e o desenvolvimento pleno do aluno na sociedade e em seu aprendizado (BRASIL, 2009).

O GOEE reafirma a transversalidade da modalidade de ensino da educação especial, bem como os objetivos apresentados pela PNEE: “a disponibilização de recursos de acessibilidade, a formação de professores e o oferecimento do AEE” (MINAS GERAIS, 2014, p. 7). Esses recursos visam atender as especificidades dos alunos com deficiência na promoção da inclusão e do desenvolvimento máximo de suas habilidades. Para isso, o AEE deve estar integrado “a proposta político-pedagógica da escola”, envolvendo toda a comunidade escolar, incluindo a família dos alunos com deficiência, como forma de garantir o acesso pleno e a “articulação com as demais políticas públicas” (MINAS GERAIS, 2014, p.7).

Para fomentar a implantação do AEE nas escolas o Decreto nº 7611/2011, que

dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências, confirma em seu artigo 2º que:

a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

A partir daí observa-se que tanto o Decreto nº 7611 (BRASIL, 2011), a PNEE (BRASIL, 2008) como a Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) preconizam que a identificação, enfrentamento e superação de barreiras são objetivos do AEE. Nesse contexto, no artigo 3º, o Decreto nº 7611 (BRASIL, 2011) dispõe que os objetivos do AEE são:

prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Sendo dever do Estado, da família e da sociedade assegurar a qualidade educacional.

Por fim, no Plano Nacional de Educação (PNE) encontramos em algumas de suas metas e estratégias, decisões que visam, de modo geral, a redução das desigualdades e a valorização da diversidade e, em particular, na educação especial, por meio da oferta do AEE nas SR. Em contrapartida o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais (PDE), ainda em vigor, trata de estratégias para as instituições de educação especial e metas para a implantação de padrões básicos de atendimento nessas instituições. Apesar de ter como meta a universalização do atendimento ao aluno com deficiência na rede regular de ensino. Nesse contexto, verifica-se que o PDE entra em contradição com o PNE.

Mas, em concordância com os documentos analisados até o presente, o Projeto de Lei nº 2.882/2015, que está aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), indica as diretrizes para o Plano Estadual de Educação (PEE) vai ao encontro com a proposta de superação das desigualdades educacionais, a fim de promover a cidadania e a erradicação de qualquer forma de discriminação, como previsto no artigo 2, parágrafo III, da referida Lei (MINAS GERAIS, 2015). Para conquistar esse propósito na educação especial com uma perspectiva inclusiva, na Meta 4 visa, também, universalizar o acesso a educação básica e ao AEE, preferencialmente, na rede regular de ensino aos alunos com deficiência. Além de garantir um sistema inclusivo, sendo as SR um desses mecanismos.

3.2 O professor da Sala de Recursos: Formação e Atribuições

A partir dos estudos anteriores, observou-se que, tanto para a legislação nacional quanto para a mineira o AEE tem a função de complementar ou suplementar a formação dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, por meio da oferta de serviços, recursos e estratégias que eliminem as diversas barreiras à educação, proporcionando, assim, a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; BRASIL, 2014; BRASIL, 2015; MINAS GERAIS, 2014; MINAS GERAIS, 2015). Essa função atribuída ao AEE o coloca em condição de centralidade para a promoção da inclusão escolar, identificando o fomento da oferta de formação continuada do professor para atuar nesse atendimento e articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE como elementos fundamentais para viabilizar um atendimento de qualidade a este segmento da população.

Portanto, a oferta do AEE pode ocorrer na forma de apoio, a exemplo dos intérpretes de Libras, presentes nas salas comuns, ou na forma complementar ou suplementar ocorrendo nas SR, no contraturno. Com isso, observa-se que mesmo sendo atendido no AEE, o aluno deve ter sua matrícula e frequência garantidas no ensino comum. Primeiro por que o AEE ocorre ou nas salas comuns de ensino ou no contraturno com as SR e, em segundo lugar, por que no AEE o aluno realizará atividades específicas para o apoio, a complementação ou suplementação de sua escolarização e não a sua substituição, ou ainda um reforço escolar.

Assim, como temos analisado ao longo deste texto, “as atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum” (BRASIL, 2008, p. 2), o que imprime ao AEE algumas especificidades que, por sua vez, exigem do profissional algumas características compatíveis. Os documentos analisados estabelecem alguns critérios e exigências de formação:

- Para o GOEE o professor deve ser licenciado e apresentar “conhecimento específico na área de deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades-superdotação” (MINAS GERAIS, 2014, p. 30).
- Pela Resolução CNE/CEB N° 4 (BRASIL, 2009), em seu artigo 12 para atuar no AEE o professor deve: “ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”.
- Enquanto que a Resolução CEE N° 469 (MINAS GERAIS, 2013) afirma, que:

Art. 12 – Para o exercício na educação especial, os profissionais deverão comprovar formação compatível com a especificidade de sua atuação e em consonância com a legislação vigente.

§ 1º – O professor deverá ter formação inicial que o habilite ao exercício da docência e formação específica para a educação especial, conforme normas dos sistemas de ensino (MINAS GERAIS, 2013, p. 3).

Dessa maneira, observa-se que o GOEE, a Resolução CNE/CEB N° 4/2009 e a Resolução CEE N° 469/2013 estão em acordo quanto a formação dos professores para atuarem no AEE. Percebe-se que a exigência imprescindível, conforme os documentos abordados, para a atuação no AEE é a formação generalista do professor, realizada na formação inicial, de modo a atender as especificidades de cada aluno. Entretanto, o que temos observado empiricamente é que o professor precisa dar sequência à sua formação, por meio de programas de pós-graduação ou de aperfeiçoamento, que o permitam reconhecer as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, uma vez que nos cursos de graduação, *locus* privilegiado para esta formação, tais competências não são desenvolvidas. Por outro lado, podemos observar que os cursos de licenciatura já oferecem disciplinas que tratam da abordagem inclusiva da educação, assim como da língua brasileira de sinais (Libras), em atendimento à exigência legal¹ (BRASIL, 2015).

O desenvolvimento dos alunos com deficiência é acompanhado pelo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento obrigatório que deve ser elaborado em conjunto com todos os profissionais da escola em parceria com a família, desde o início da vida escolar do aluno. Com isso, o PDI deve ser atualizado de tempos em tempos considerando as informações do plano de AEE, uma vez que se trata de um documento norteador para determinar as ações educacionais para esses alunos (MINAS GERAIS, 2014, p. 11).

Desse modo, a elaboração e execução do plano de AEE avaliam os recursos pedagógicos e a acessibilidade oferecidos aos alunos com deficiência como disposto no artigo 13, inciso II, da Resolução n. 4/2009. Sendo assim, uma das atribuições do professor das SR é, em conjunto com o professor regente e o profissional do AEE de apoio, a elaboração do plano de AEE. Para que possa ser aplicado e identificadas as especificidades educacionais de cada aluno, com a definição dos recursos a serem utilizados e as atividades a serem trabalhadas para superar as barreiras pedagógicas impostas aos alunos. Com isso, para que o AEE atenda as demandas da inclusão é necessário a oferta de formação continuada aos professores do AEE, de acordo com a Meta 4 do PEE, a Meta 15 do PNE e o artigo 28, inciso X, da Lei n° 13146/2015; e a disponibilização do professor para tal atendimento, conforme artigo 28, inciso XI, da referida Lei.

Nesse contexto, para promover o acesso do AEE aos alunos com deficiência e, também, a inclusão desses alunos, a Secretaria de Estado de Educação, através de

1 Art. 13, segundo parágrafo da Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015: “Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.”

suas regionais, desenvolve ações visando “à adequação das escolas públicas para receber e atender” esses alunos (MINAS GERAIS, 2014, p. 7). Sendo o oferecimento do AEE, a promoção da acessibilidade arquitetônica e tecnológica e a capacitação de educadores para o atendimento. Isso posto, é lícito afirmar que, do ponto de vista da formalidade legal e/ou normativa, o GOEE atende a proposta de educação inclusiva, assim como orienta a adequação das escolas para o AEE.

Partindo “do princípio de que todos têm o direito e acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação”, conforme conceitua o GOEE para a educação inclusiva (MINAS GERAIS, 2014, p.7), percebe-se que esse documento preconiza reverter o quadro de exclusão e desigualdade presente em nosso país, para o qual promove a implantação das SR, que ainda está em processo e demanda recursos públicos e profissionais qualificados para que o atendimento aconteça de forma a eliminar as barreiras e responder pedagogicamente às necessidades dos alunos com deficiência. Dessa maneira, apesar da política estadual orientar-se a partir do reconhecimento desses direitos, de forma a respeitar a diversidade e a individualidade de cada um, muito ainda precisa ser feito com relação à infraestrutura e a implantação das SR e a qualificação desses profissionais e, sobretudo quanto à consolidação de uma cultura escolar inclusiva. A partir daí observa-se que o Decreto nº 7611/2011, em consonância a PNEE e a Resolução nº 4/2009 se aproximam quando estabelecem como um dos objetivos do AEE a superação das barreiras no ambiente escolar, mas é necessário verificar como está sendo a prática dos profissionais e da comunidade escolar.

Isso porque, o AEE das SR deve “abordar questões pedagógicas que são diferentes das oferecidas em escolas comuns e que são necessárias para melhor atender às especificidades desses alunos” (MINAS GERAIS, 2014, p. 17), o atendimento nesse ambiente prioriza o desenvolvimento da cognição e da metacognição do aluno, bem como atividades de enriquecimento curricular, de linguagens e tecnologias.

Desse modo, o GOEE confere aos professores das SR atribuições que os permitam a realização do atendimento de forma efetiva. Para o desenvolvimento da cognição, o professor deve:

realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros; propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação; desenvolver técnicas e vivências de orientação e mobilidade em diversos espaços proporcionando ao aluno o conhecimento do espaço / dimensão / organização / localização / funcionamento da sala de aula e atividades da vida diária para autonomia e independência; (MINAS GERAIS, 2014, p. 18).

Com essas premissas, para desenvolver a metacognição é necessário “fortalecer a autonomia do aluno” (MINAS GERAIS, 2014, p. 18). Desse modo, o professor precisa promover situações que desenvolvam a opinião, a decisão, a escolha

e a iniciativa dos alunos. Ademais, para o desenvolvimento das linguagens e signos ao aluno surdo o professor deve promover o uso da Libras; para o aluno com deficiência visual, o sistema Braille e o uso de materiais de comunicação aumentativa. Também, a todos os alunos deve ser garantido o uso da tecnologia como recurso para o seu desenvolvimento e o uso de materiais específicos que os permitam progredir ainda mais.

Para tanto, considera-se atribuição do professor das SR alertar e orientar a escola sobre as adequações necessárias a serem realizadas no ambiente escolar para melhor mobilidade dos alunos. Além de realizar parcerias com os professores das salas de aulas comuns a fim de promover a acessibilidade e a inclusão do aluno com deficiência. Nessas situações identificar funções mais específicas relacionadas a gestão e a organização da escola como, a de desenvolver uma perspectiva inclusiva para o projeto político pedagógico da escola.

4 | CONCLUSÃO

A partir dos documentos orientadores e das legislações analisadas, observou-se que o PDE ainda em vigor está defasado quanto a problemática da educação especial, pois apresenta estratégias e metas para as instituições de educação especial. Enquanto os documentos nacionais e os demais documentos do estado de Minas Gerais se articulam ao tratar sobre as funções ou atribuições dos professores das SR, bem como sobre o AEE. Entretanto o Projeto de Lei nº 2.882/2015 vai de encontro com a proposta de superação das desigualdades educacionais alinhado ao PNE que aborda em algumas de suas metas e estratégias, decisões que visam, de modo geral, a redução das desigualdades e a valorização da diversidade e, em particular, na educação especial, por meio da oferta do AEE nas SR.

No entanto, o PNE e o Projeto de Lei nº 2.882/2015 não apresentam atribuições específicas aos professores para a atuação nas SR. Mas, propõe garantir um sistema educacional inclusivo, com a implantação das SR para promover a educação especial, de modo a garantir o atendimento das especificidades dos alunos com deficiência. Em contrapartida ao PNE o Projeto, também, tem como estratégias apoiar a formação desses profissionais e ampliar a equipe de especialistas do AEE. Com isso, objetiva implantar as SR e fomentar a formação de professores para atuar no AEE.

Para isso, observa-se que os documentos conversam quanto à formação dos professores, para oferecer um AEE nas SR significativo e que atenda as especificidades dos alunos com deficiência. Além de prever um atendimento que contribua para eliminar as barreiras, a fim de proporcionar a participação dos alunos no ambiente escolar.

Ademais, o trabalho do AEE oferecido pelas SR deve ser articulado com os demais professores (ensino regular), a família dos alunos, os serviços e a assistência social. Abordar questões pedagógicas diferentes das oferecidas na sala de aula comum, pois é um espaço que atende as especificidades dos alunos priorizando o desenvolvimento

cognitivo, metacognitivo e do enriquecimento curricular.

Assim, observa-se que os documentos analisados promovem uma perspectiva inclusiva ao proporcionar aos alunos com deficiência condições para o acesso ao currículo para o seu ensino-aprendizado. Com isso, verifica-se a importância das SR para a promoção da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns, uma vez que o professor oferecerá um serviço ao aluno de apoio educacional complementar.

Nessa perspectiva, em estudos futuros projeta-se ampliar esse trabalho para observações no cotidiano escolar. Para tanto, pretende-se investigar como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares mineiras do sul do estado, bem como avaliar o AEE e se o atendimento está de acordo com os documentos nacionais e mineiros.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Educação para todos: torná-la uma realidade. “Dimensões Formativas: Caminhos para Escolas Inclusivas”. **Revista Leituras**. [S.l.:s.n] N° 5, p. 13-31, Fevereiro 2002.

AMARAL, L. A. **Do Olimpo ao Mundo dos Mortais**. São Paulo, Edmetec, 1988.

BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e Educação Especial: A Sala de Recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.59-76, Maio-Ago., 2011.

BRASIL. **Decreto N° 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Educação. **CNE Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB N° 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009.

CROCHÍK, J. L. Preconceito e Inclusão. **Revista do instituto cultural judaico marc chagall** v.3 n.1 (jan-jun) 2011.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**. Versão 3, Belo Horizonte, MG, 2014. 35 p.

_____. **Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais** - CEE. Resolução CEE N° 460, de 12 dez. de 2013. Belo Horizonte, MG, 2013.

_____. **Assembléia Legislativa. Projeto de Lei PL 2.882/2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE - e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2015.

TRANSVESTIGENERES CONTRA O ESTADO

Data de aceite: 17/03/2020
Data de submissão: 02/12/2019

Beatriz Souza de Araujo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
<http://lattes.cnpq.br/2547406776439844>

Dhiego Felipe Pereira Monteiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
<http://lattes.cnpq.br/9176681073853226>

RESUMO: Este trabalho visa retratar os fenômenos que ocorrem entre a população Transvestigeneres e o Estado na atual conjuntura, além da análise da estrutura legal brasileira, suas instituições e programas na área de saúde existentes ao destacar a lógica conflituosa da implementação dessas políticas públicas que à primeira vista está em harmonia com as demandas do Ativismo-Trans, que se encontra evidente nesses últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais, Transvestigeneres, Bio-Tanatopolítica, Necropolítica

TRANSVESTIGENERES AGAINST THE STATE

ABSTRACT: This paper aims to portray

the phenomena that occur between the Transvestigeneres population and the State in the current conjuncture, besides the analysis of the Brazilian legal structure, its existing institutions and programs in the health area, highlighting the conflicting logic of the implementation of these public policies that at first sight. It is in harmony with the demands of Trans Activism, which has been evident in recent years.,

KEYWORDS: Social Movements, Transvestigeneres, Bio-Tanatopolitics, Necropolitics

INTRODUÇÃO

Existente desde 2008 pelo Sistema Único de Saúde (SUS) o *processo transexualizador* além da cirurgia de Redesignação Sexual/ Genital (CRS), garante a terapia hormonal e acompanhamento psicológico. A partir de 2013 o mesmo passou a garantir próteses de silicone, retirada dos seios, ovários e útero, redução do pomo de adão e adequação das cordas vocais para a feminilização da voz como previsto pela Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013.

Alguns desses procedimentos médicos são feitos diversas vezes clandestinamente pela dificuldade de conseguir o atendimento por diversos fatores inerentes aos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado. Além da

longa fila de espera de no mínimo 10 anos pela cirurgia, muitas Travestis e Transexuais morrem antes de conseguir ao menos iniciar o tratamento, as razões variam, sejam elas inseridas em um cenário de prostituição, doenças, crimes de ódio, tratamentos estéticos de risco elevadíssimo, auto-medicação e suicídio.

A estimativa de vida de Travestis e Transexuais no Brasil é aproximadamente 35 anos, ou seja, menos que a metade da média nacional de 74,9 anos¹, uma das principais causas dessas mortes é o homicídio. Segundo o levantamento feito pelo grupo Transgender Europe 51% (689) dos homicídios na América Central e do Sul ocorreram no Brasil², e outro levantamento feito em escala mundial pelo mesmo grupo mostra que metade dos homicídios ocorreram também no Brasil, dando ao país o título de um dos países que mais mata Travestis e Transexuais no Mundo. Infelizmente, até julho de 2017 foram registradas 97 mortes de transexuais e travestis pela ANTRA.

No entanto, vale ressaltar que há ainda o que chamamos de *Ciffre Noir*³- Cifra negra - que são casos que não são noticiados, contabilizados ou não são reconhecidos como crimes de ódio, ou seja, o número de vítimas tende a ser bem maiores que estes que temos conhecimento.

Apesar das estatísticas não serem fidedignas como consequência da dificuldade na coleta desses dados em razão da cifra negra, as mesmas servem para alertar a sociedade sobre uma realidade um pouco conhecida pelo grande público, o extermínio seletivo de minorias destacando aquelas pessoas que são LGBTQ+, especialmente travestis, transexuais e transgêneros, além das mulheres cis⁴, pessoas negras independente da classe social, porém aqueles que são pertencentes a classes menos abastadas ou que vivem em zonas de risco estão mais propensos a serem vítimas de uma violência recorrente oriunda da cultura da misoginia, do machismo, racismo, classismo, da heteronormatividade e discursos religiosos que em outras palavras apenas reproduzem um comportamento preconceituoso e extremamente letal legitimado por omissão, à primeira vista, do Estado e de sua rede institucional.

É de relevante importância que a sociedade, assim como instituições públicas e privadas estejam preparadas para atender travestis, transexuais e transgêneros, assim como aceitá-los e enxergá-los, além de mapear as principais dificuldades para garantir que essas pessoas sejam atendidas. Observando aos direitos que todos os indivíduos têm garantidos pela Constituição, ademais, além destas pessoas conviverem diariamente com a violência em diversas instâncias ainda tem seus direitos básicos

1 Dados fornecidos pelo Censo 2010 IBGE publicizado em 2013

2 Os dados nos levam a questionar porque os índices no Brasil não são tão altos em comparação aos outros países, deve-se levar em consideração aspectos culturais e políticos. Onde em alguns países essas discussões estão mais avançadas.

3 Uma das principais razões da transfobia/travestifobia não ser contabilizada é ela ser enquadrada como Homofobia erroneamente e quando raramente noticiado pela mídia, tratam no sexo designado ao nascer ou como Gay/Lésbica.

4 Uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um status de privilégio em detrimento das pessoas trans, dentro da cisheteronormatividade. Ou seja, ela é politicamente vista como “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero.

negados.

Neste artigo o objetivo é tentar confrontar a lógica burocrática por trás das políticas públicas onde o processo “transexualizador” está inserido ao ignorar a complexidade da implementação, ignorando outros pontos cruciais que fogem do procedimento puramente médico e a “*patologização*” da mesma. Assim, colocando em xeque a funcionalidade na inclusão social para a população LGBT+, especificamente: Travestis, Transexuais e Transgêneros.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como foco as políticas, principalmente, na área de saúde para Travestis e Transexuais, assim como a sua qualidade e eficiência em atendê-los na rede pública. A primeira parte da pesquisa possui um caráter qualitativo ao focar nos atores e suas vivências, destacando conflitos, coalisões entre grupos favoráveis e antagônicos e outros fatores relevantes para auxiliar na compreensão da maioria das nuances até então desconhecidas do assunto.

A segunda parte foca-se no burocrata Street Level - conhecido também como Implementador - analisando as razões que impedem a implementação na prática. De acordo com Lipsky, o burocrata implementador, é responsável - direto - pelo bem-estar do cidadão, não raro, age como uma força reguladora sendo conflitante a ideia inicial. Isso porque as medidas não funcionam sem o burocrata implementador, exigindo que o mesmo possua conhecimento, sensibilidade ao lidar com o público e garantir que as medidas referentes à política pública tenham resultados.

A importância de analisar as atitudes destes burocratas como profissionais da área de saúde, segurança, educação, assistência social entre outros, pela razão deles constituírem uma das principais interfaces do Estado perante os cidadãos. Estes trabalhadores vivenciam limitações e pressões para cumprirem seus respectivos papéis, tendo que separar suas crenças pessoais com o que é ordenado por se encontrarem na ponta onde seu contato além de constante é também direto com os cidadãos estando à mercê a todo tipo de situação inesperada.

Diante disto, um dos objetivos principais é de analisar a atuação dos Burocratas Implementadores para compreender qual o real impacto de suas atividades na vida das Travestis e dos Transexuais; Tendo como perspectiva aspectos além da esfera política como caminho para entender as principais causas deste conflito que cidadãos e profissionais lidam diariamente. Utilizando, como base, Michael Lipsky e alguns aspectos/métodos comuns da antropologia para sinalizar e complementar as brechas que a teoria de Lipsky possa deixar em relação as especificidades do cotidiano e da realação dos burocratas implementadores com a população T.

Sendo assim, há três premissas básicas que definem a função desses burocratas implementadores localizados nas linhas de frente, no nível de rua.

a) Eles trabalham, em um curso regular de rotina, em interação constante com

os cidadãos;

b) Embora faça parte de uma estrutura burocrática, estes funcionários atuam com certa independência dessa estrutura. Um elemento dessa independência é o poder que lhe foi concebido em tomar decisões, ou seja, o poder discricionário inerente a sua função na organização;

c) O impacto potencial de suas decisões para os cidadãos com que lida é significativo. (LIPSKY, 1976)

Ao observar a relação do burocrata implementador, devemos ressaltar que

“Os agentes de implementação lidam, em sua prática, com processos de interação que envolvem diferentes valores, referenciais e identidades. Nesses processos de interação, portanto, entram no contexto as mais variadas identidades, demandas, necessidades e referenciais, além de constrangimentos e normas institucionais, que devem ser negociados para a construção das práticas de implementação. Esses processos requerem negociações entre os diversos fatores que aparecem na interação, para que se possa, efetivamente, implementar as políticas públicas.” (LOTTA, 2010, p.53)

E como essa relação existe com um grupo tão diverso e marginalizado como a população T - Travestis, Transexuais e Transgêneros - poderemos concluir e compreender as razões pelas quais essa política pública na área de saúde se mostra ineficiente e insuficiente apesar de bastante progressista e complexa levando em consideração a época que a mesma foi sancionada quando a militância LGBT+ ainda não era tão presente nas instituições brasileiras.

Já os aspectos Antropológicos, segundo Herzfeld, em seu livro “Produção social da indiferença” mostra as práticas simbólicas da burocracia, um campo que foi amplamente ignorado pela pesquisa antropológica e que constitui um aspecto importante da vida cotidiana nas sociedades modernas. O foco de Herzfeld é o fenômeno social da indiferença, pelo qual ele significa “a rejeição da humanidade comum ... [e] a negação da identidade, da individualidade”, implicando assim que é o “Estado” ou a “burocracia Estatal” que transforma as pessoas em “autômatos sem humor” assim que são colocados atrás de uma mesa. Eles perdem sua identidade, tornam-se não-humanos, e rejeitam aqueles que não combinam suas pequenas caixas. Esse tipo de indiferença e os limites afiados que eleve entre “nós-insiders” e “eles outsiders” é o que interessa a Herzfeld.

Seu principal objetivo é duplo: 1) apresentar um caso para as semelhanças entre sociedades “burocraticamente regulamentadas” e as “sociedades tradicionalmente estudadas por antropólogos”, alegando que as primeiras não são mais “racionais” ou menos “simbólicas” do que as últimas, evitando contrastes fáceis entre o racional em oposição ao simbólico, 2) para examinar os fundamentos comuns da burocracia estatal e do nacionalismo. Ao analisar estas duas hipóteses aparentemente diferentes e tratando-as dialéticamente, refratando uma através da lente do outro, a Produção Social da Indiferença demonstra ricamente o poder da investigação antropológica

sofisticada para descobrir o papel da sociedade na formação das forças sociais contemporâneas.

Com relação à primeira hipótese, Herzfeld sugere que não é possível compreender as burocracias nacionais, a menos que sejam analisadas dentro do mesmo quadro que os valores dos níveis locais - ou seja, de identidade e responsabilidade. O enigma essencial surge então:

Como é que a repressão em todos os níveis, desde o estado totalitário até o pequeno tirano atrás de uma mesa, pode recorrer ao mesmo idioma da representação, a mesma ampla definição da pessoa, os mesmos símbolos evocativos, como os consagrados na Prática mais indiscutivelmente democrática?

A resposta que Herzfeld dá a esta questão, e através da qual ele entra em sua segunda hipótese, é que as raízes da burocracia moderna racional são encontradas em uma cosmologia pré-moderna e não centralizada. A retórica da burocracia estatal está cheia de metáforas populares, baseadas localmente em “sangue”, “parentesco”, “nascimento”, “patrilina”, “terra-mãe” e “destino” que se transformam em uma realidade objetiva a fim de dar uma base cultural e autenticidade ao Estado-nação e justificar suas rígidas taxonomias de poluição e exclusão. Essa transformação, argumenta Herzfeld, não passa de uma “conversão alquímica de escória popular em ouro oficial” (Herzfeld, 1991, p. 66); Além disso, é fundamental para a construção de identidades nacionais fixas, bem como para a “categoria inequívoca do” estrangeiro “. Ele afirma, em suma, que a indiferença é criada socialmente pela burocracia estatal através do uso de representações simbólicas populares. Assim, ele mostra que a fronteira entre burocracia e nacionalismo não é muito forte.

O ponto de partida teórico de Herzfeld é Weber, embora o critica por vincular a burocracia ao desenvolvimento da sociedade racional-legal. Ao contrário de Weber, ele escolhe não se concentrar nos aspectos macroscópicos e históricos da burocracia. Além disso, ao usar o trabalho de Kapferer e Handelman, ele demonstra como as categorizações burocráticas excluem - e, portanto, apenas servem para reforçar - o nacionalismo e o racismo. Na tentativa de explicar os males da burocracia, ele adota de Weber o conceito de “teodiceia secular”. O que Herzfeld significa por este termo é «o idioma de resmungar contra o estado» (Herzfeld, 1991, p. 127), que as pessoas usam para justificar sua humilhação pelos burocratas. Esse idioma parece ser o usado pelos burocratas na produção da indiferença social. Pois, embora a burocracia tenha sido estabelecida para garantir a prestação de contas, na realidade ela cria o oposto: a indiferença. Além disso, os burocratas nunca admitem a culpa deles; Sempre há alguém a culpa, alguém que é responsável, geralmente uma pessoa em uma posição mais elevada, gerando um ciclo vicioso e efeito “ping-pong” onde a culpa é de ninguém ou do Estado.

A Bio-Tanatopolítica do Estado

Para a sociedade e Estado há algumas vidas que valem menos que outras, essas vidas são tratadas como doenças que ameaçam de alguma forma o Estado e elas devem ser extirpadas. Esta lógica é conhecida como Tanatopolítica – termo criado por Agamben que deriva do Biopoder e Biopolítica de Foucault cujo cálculo do poder sobre a vida, quanto a tanatopolítica, calcula o poder sobre a morte. É um fato conhecido que há razões implícitas e explícitas nas mortes de grupos tidos como minoritários como uma forma de controle do Estado, onde o mesmo junto com seus aparelhos Repressivos e Ideológicos deixam claro seu funcionamento e o ordenamento institucionais ao declarar de acordo com as regras, leis e costumes.

Segundo, Foucault, a biopolítica é mais um advento da modernidade que surgiu como um tipo de Poder disciplinar que determina a função social, apesar de ainda puramente repressor. Os resultados dos atos praticados pelo indivíduo, aqui, não mais somente lhe dizem respeito, mas a toda sociedade, como grande interessada no controle das ações individuais.

Tal preocupação social com o controle das ações individuais evoluiu de modo a não se limitar a um sistema repressivo, puramente. Então o autor propõe o surgimento de uma visão securitária e preventiva em relação às ações individuais. Não só os resultados das ações individuais devem ser controlados, mas também os processos de formação que levam a essas ações.

Daí surgem preocupações indicadas pelo pensador expressas em políticas públicas de extrema prevenção. Exemplos desse sistema de prevenção, os cadastramentos biométricos e câmeras, instrumentos de controle antes utilizados em presídios, modernamente se mostram instrumentos de controle e monitoramento de toda sociedade, ou seja, Michel Foucault elabora, então, sua teoria da biopolítica, cujo limiar é o surgimento da modernidade e a constituição do “Estado de População”. Este Estado de População consiste na inclusão da via biológica – vida e saúde, sexualidade, trabalho – nos cálculos e mecanismos de poder do Estado. Antes, a preocupação do Estado era a de manter e administrar o seu espaço territorial (Estado Territorial), sendo que, com a modernidade e a conseqüente constituição do Estado de População, a vida e a saúde dos cidadãos passou a ser a preocupação central do poder do Estado, com o fim de torná-los corpos dóceis, na medida em que nesta mesma modernidade se faz a convergência entre poder político e capitalismo.

Destarte, a vida política e cidadã dos indivíduos seguiu o mesmo processo de esvaziamento do indivíduo e valorização do social. Para Foucault, “resulta daí uma espécie de animalização do homem posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas. Surgem então na história seja o difundir-se das possibilidades das ciências humanas e sociais, seja a simultânea possibilidade de proteger a vida e de autorizar seu holocausto”

Apesar de soar salutar à primeira vista, o processo acaba por suprimir aspectos subjetivos da vida política e cidadã importantes para que o indivíduo seja enxergado como sujeito político e cidadão – e não objeto político e cidadão, como é causado pela valorização dos aspectos objetivos do exercício da política e da cidadania.

Diferente do proposto por Foucault, o filósofo italiano Agamben, acreditava poder ser a biopolitização observada em toda a história da sociedade humana.

Historicamente, mesmo na antiga república grega, onde o exercício da política se dava de forma significativamente direta, lembrou o filósofo, havia a figura do homo sacer grego. A existência de uma *persona non grata*, cuja vida poderia ser tirada livremente por qualquer cidadão, indicava a presença de um estado de segurança. Tal estado de segurança já mostrava preocupação social com a aplicação de sanções e com a repercussão social dos atos individuais.

Por exemplo, a tradição na “apreensão” de Travestis, Transexuais, assim como outros LGBTQ+ para manicômios por terem comportamentos desviantes comumente visto ao longo da história brasileira indicava claramente que, a despeito do papel social ou status dentro da sociedade, entre outros critérios subjetivos, para a devida sobrevivência da sociedade, deviam ser considerados tão somente “Anormais” – critério objetivo de incapacidade biológica de convivência, assim isolados.

É certo, não se pode comparar tal relação entre social e individual, público e privado, objetivo e subjetivo como o que se tem nos dias atuais. A preocupação do filósofo foi em indicar a existência, negada por Foucault, de tal tensão desde o início da organização da sociedade humana, ademais, a existência, desde o princípio, de um momento, um estado em que havia a suspensão dos direitos do indivíduo no intuito de cumprir uma função social. Esse seria o Estado de Exceção, momento em que o Estado, fundado na proteção da coletividade, suspende os direitos que garante ao indivíduo.

Nos exemplos dados, condicionados por circunstâncias distintas, o homo sacer e os LGBTQ+ são excluídos do rol daqueles que possuem seus direitos garantidos pelo Estado. Eles se encontram sob égide do Estado de Exceção.

Seguindo o raciocínio para o pensamento de Carl Schmitt sobre a soberania, segundo o qual, soberano é aquele quem tem o poder de decidir sobre o estado de exceção, Agamben demonstra o cerne do conceito de biopolítica e a realidade sobre o momento decisivo do soberano: como o soberano é aquele que tem o poder de legislar sobre o caos, bem como de decidir se a vida em sociedade encontra-se padronizada ou não, encontra-se numa posição intermediária em relação ao rol daqueles cujos direitos são garantidos pelo Estado: está dentro e fora, ao mesmo tempo, desse rol, incluso e excluído do ordenamento jurídico.

Significa dizer, numa negação da teoria contratualista, segundo a qual a sociedade civil surge do consenso entre os homens, e numa afirmação da natureza pré-jurídica do viver humano que antes de tal decisão, tomada pelo soberano, existe uma ausência de norma ou ordenamento jurídico, sendo o soberano aquele que irá o poder de criar

o ordenamento jurídico. Por ser soberano, irá também decidir critérios a fim de definir a normalidade ou anomia da vida social, e com isso, de decretar o estado de exceção, que significa nada menos do que a suspensão da vigência da lei que rege o momento de tal decisão. A lei é válida, a lei não vige.

No entanto, é notório que o Estado tem em seu poder a possibilidade e capacidade de, a partir da exclusão e da exceção, criar a inclusão política e normalidade de direito: ao legislar sob égide de norma nenhuma, capta o aspecto mais “nu” da vida, traduzindo-o em existência política. Assim, o indivíduo é incluído na vida política por meio de uma decisão tomada em circunstância exclusiva: ingressa na *pólis* através de sua exclusão do mero existir biológico. A sociedade cívica é um conjunto de organizações que servem como mecanismo de articulação de uma sociedade, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um Estado que independe de qual seja seu sistema político, e ele, segundo Louis Althusser, é composto por Aparelhos Repressivos e Ideológicos, estes são responsáveis pela manutenção de controle da sociedade perante o Estado, ressaltando que há apenas um único Aparelho Repressivo do Estado em paralelo a diversidade de Aparelhos Ideológicos do Estado.

Enquanto que o Aparelho Repressivo do Estado pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado remete ao domínio Privado. Tais instituições privadas podem ser consideradas Aparelhos Ideológicos, pois a distinção entre o público e privado é intrínseca ao Direito Burguês e o domínio do Estado lhe escapa, estando além do Direito. O Estado (da classe dominante) não é nem público e nem privado, sendo a condição de distinção entre estes dois últimos. Não importa se as instituições que compõem os AIE são públicas ou privadas, o que importa é o seu funcionamento e instituições privadas podem funcionar perfeitamente como Aparelho Ideológico.

Paralelamente, o Aparelho Repressivo do Estado funciona predominantemente através da violência e secundariamente através da ideologia, enquanto que os Aparelhos Ideológicos funcionam predominantemente através da ideologia e secundariamente através da violência, seja ela atenuada, dissimulada ou simbólica. Os Aparelhos Ideológicos moldam por métodos próprios de sanções, exclusões e seleções não apenas seus funcionários, como também as suas ovelhas; Embora diferente, constantemente combinam suas forças. Apesar de sua aparência dispersa, os Aparelhos Ideológicos funcionam todos predominantemente através da ideologia, que é unificada sob a ideologia da classe dominante. Então, além de deter o poder do Estado e, conseqüentemente, dispor do Aparelhos Repressivos, a classe dominante também é ativa nos Aparelhos Ideológicos.

Resumidamente, distingue-se o poder de Estado do Aparelho de Estado, o qual compreende dois corpos: o corpo das instituições que constituem o Aparelho Repressivo do Estado e o corpo das instituições que representam a unidade dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Atualmente, todo Aparelho Ideológico de Estado

concorre – cada um da maneira que lhe é própria – para um mesmo fim, que é a reprodução de comportamentos e controle, sendo Escola, Religião, Mídia entre outros considerados como aparelhos ideológicos, enquanto a polícia, sistema judiciário etc são considerados por sua vez aparelhos repressivos.

Portanto, é coerente a visão e atitudes da sociedade e Estado em relação às Travestis e Transexuais, durante anos uma visão padrão foi estabelecida e o rompimento tornando-se cada vez mais distante, porém, quando a questão é analisada com mais afinco vemos que essa realidade é muito mais antiga e complexa, o exemplo mais famoso é o dos nativos Norte-Americanos, antes da chegada dos europeus, os nativos reconheciam cinco gêneros, com o cristianismo e sua visão binária imposta na conversão deles reconhecendo apenas os gêneros Feminino e Masculino. A visão divergente dos gêneros que era presente, acredita-se em diversos povos, além dos da América do Norte, mostrando como gênero e seus papéis também são construtos sociais, partindo da influência cultural dos povos onde produzem as expressões e como enxerga-se sexualidade e outros aspectos que permeiam dentro do prisma de nossas crenças, as pessoas que possuíam características tanto femininas quanto masculinas eram vistas positivamente porque acreditava-se serem possuidoras de grande poder.

Os cinco gêneros (re)conhecidos entre os norte-americanos eram: Feminino, Masculino, Dois-espíritos Feminino, Dois-espíritos masculino, e o que hoje interpretamos como transgênero, obviamente que as nomenclaturas variam entre as tribos por causa de seus dialetos, mas são referentes a identidades de gênero semelhantes. Segundo o site *Indian Country Today*, Os Navajos referem a dois-espíritos como *Nádleehi* - um que é transformado, entre os Lakota é *Winkté* - indicativo de um homem que tem compulsão em se comportar como mulher-, *Niizh Manidoowag* -dois espírito- em Ojibwe, *Hemaneh* -metade homem, Metade mulher- em Cheyenne, para citar alguns. Como o propósito de “Dois Espíritos” é para ser usado como um termo universal na língua inglesa, nem sempre é traduzível com o mesmo significado em línguas nativas. Por exemplo, na língua Cherokee Iroquois, não há maneira de traduzir o termo, mas os Cherokee têm termos de variação de gênero para “mulheres que se sentem como homens” e vice-versa.

Algumas pessoas, segundo a crença dos indígenas, nasciam com um espírito feminino e outro masculino que se manifestavam mutuamente em um mesmo corpo, era inexistente questões morais associadas tanto aos gêneros quanto à sexualidade, elas eram julgadas de acordo com o caráter e com suas contribuições a tribo; A título de curiosidade, desde 1989, nativo-americanos que militavam pela diversidade sexual e de gêneros resgataram o termo “dois-espíritos” -em inglês, *two-spirit*- para reafirmar sua transgeneridade. Assim, “dois-espíritos” passou a ser uma expressão universal para identificar nativos e seus descendentes, que se considerassem transgênero, entre as tribos norte-americanas. Além de ser uma forma de se afastarem da cultura ocidental e sua sigla LGBT+ que se definem a partir de suas sexualidades e não pelos seus espíritos como uma forma de se reconectarem com suas raízes.

Quando chegaram ao território norte-americano, exploradores que testemunharam a presença desses indivíduos que não se encaixavam no padrão binário do masculino e feminino consideraram aquilo um pecado, uma espécie de maldição que recaiu sobre aquelas comunidades por não se dedicarem ao cristianismo.

A extinção das crenças nativas também aconteceu por todo o continente americano. Colonizadores espanhóis também se empenharam em destruir códices (manuscritos gravados em madeira) aztecas que mencionavam dois-espíritos e seus poderes mágicos. No Brasil, portugueses igualmente se esforçaram para erradicar as identidades de gêneros e comportamentos sexuais que hoje seriam considerados como transgeneridade e homossexualidade, a marca deixada presente atualmente em algumas tribos indígenas que enxergam com maus olhos a homossexualidade e transgeneridade, obrigando indígenas abandonarem suas tribos ou se adequarem ao sistema binário, além da falta de estudo torna-se difícil concluir se esse costume era existente antes da chegada dos portugueses.

Travestilidade e Transexualidade

Travestis são pessoas que sustentam em sua identidade de gênero como o referencial os espectros ligados tanto à masculinidade quanto à feminilidade. A característica que se destaca da travesti é a reivindicação da androginia, e não apenas o reconhecimento social do gênero feminino, distinto daquele atribuído no nascimento, logo o correto é se referir no feminino. Elas se vestem e assumem cotidianamente comportamentos ditos femininos e buscam - às vezes- modificar seus corpos utilizando hormônio, aplicações de silicone e outras cirurgias plásticas, mas sem sentir qualquer desconforto com seu sexo de nascimento.

A orientação sexual não está ligada com sua identidade de gênero podendo ter qualquer uma, ou seja, relacionar-se sexual, romanticamente etc, com qualquer pessoa independente do seu gênero, ao mesmo tempo, sem qualquer impedimento.

Atualmente no Brasil refere-se principalmente à uma pessoa que apresenta sua identidade social oposta ao sexo designado ao nascer, mas que não almeja de forma alguma, se submeter à Cirurgia de Transgenitalização ou Redesignação de Sexo - CRS.

A Travestilidade é uma condição identitária feminina e não uma orientação sexual como é erroneamente tratada e atrelada a homossexualidade. As razões da Travestilidade ainda não estão bem claras e isso tem sido alvo de diversas especulações de cunho científico, mas nenhuma teoria da área da psicologia e psiquiatria foi considerada consistente. Teorias que assumem uma diferenciação no cérebro das Travestis são ainda recentes e difíceis de serem comprovadas, porque no momento requerem uma análise complexa das estruturas cerebrais inatas, além do preconceito e o estigma ainda bastante presentes nessas áreas tendo ainda profissionais que acreditam se tratar de transtornos mentais ou que desconhecem do assunto.

Em geral, as travestis por não negarem e aceitarem sua genitália como um mero detalhe que não as torna menos mulheres por isso, tornando-se praticamente inexistente o constrangimento de falar, tocar, ver ou serem tocadas em sua genitália sendo algo que participe na sua forma de obter prazer sexual.

É importante ressaltar que a Travestilidade é um termo que está ainda em construção pelas próprias Travestis que gradativamente estão conquistando espaço para serem ouvidas e serem donas de sua própria identidade. Elas rompem com as cisnormatividade e não desejam estar dentro da binaridade de gênero, para elas isso não é importante. O importante é assumir a sua Travestilidade dentro do contexto social e profissional; isso porque a travesti não é masculino, nem feminino é apenas Travesti.

Em contrapartida as pessoas Transgêneros cuja identidade de gênero é oposta ao sexo biológico, a pessoa é psicologicamente de um gênero e anatomicamente de outro e são conhecidos como Trans Binários por se identificar como Homem ou Mulher. Já as pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer, se identificando de maneira não binária, ou seja, não completamente homem ou mulher são conhecidos como Trans Não-Binários, vale ressaltar que a não-binaridade assim como a binaridade e a travestilidade além da dificuldade de Teorias consistentes e resistência de diversas áreas está também em construção pelas próprias pessoas não-binárias que além de reivindicar espaço e reconhecimento, estão buscando formas de neutralizar a binaridade e o machismo existente, no caso do Brasil, da Língua Portuguesa.

A transexualidade também pode, eventualmente, contribuir para que a pessoa busque alterar seu corpo cirurgicamente para que possam ter correspondência estética e funcional à vivência psicoemocional da sua identidade de gênero. Transexualidade, portanto, é diferente de homossexualidade, pois a identidade de gênero de homens e mulheres cis homossexuais correspondem ao seu sexo biológico.

História

É desconhecida a aparição desse grupo no Brasil, mas desde o começo são alvos de um intenso preconceito. A dificuldade de encontrar registros de sua trajetória é reflexo disso, as informações além de escassas são normalmente desencontradas e repletas de apagamento. No entanto, em 2015 o Ministério da Saúde publicou um material confeccionado por Travestis e Transexuais com o mesmo objetivo deste trabalho. Segundo Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA. Acredita-se que tenha sido originado nos cenários artísticos, teatrais entre os anos 60 e 70, porém só há registros a partir da década de 70, com a migração de Travestis e Mulheres Transexuais para Paris.

Em 1980, ocorreu a visibilidade dos trabalhos desenvolvidos pelas trans brasileiras nas noites parisienses, especialmente no *Bouis de Bologne*⁵. Acredita-se

que elas viajaram à procura de melhores condições, além de fama e fortuna, o que muitas conseguiram, de acordo com o depoimento de Camille Cabral, uma mulher trans brasileira, feito à Keila Simpson. Doravante, foi em Paris durante o mesmo período que as travestis brasileiras tiveram o seu primeiro contato com duas substâncias: O silicone líquido industrial e hormônios que são até hoje umas das razões para morte precoce e problemas de saúde.

No Brasil, iniciou-se a utilização dessas substâncias, principalmente o silicone industrial, um produto totalmente desaconselhável para uso humano, em busca de um método encontrado pelas travestis que permitisse a construção de formas femininas mais rapidamente que os hormônios, para se parecerem com as transexuais dos anos 70 e 80 de Paris.

Durante a ditadura militar, o silenciamento e apagamento da narrativa torna-se mais atroz, pois além dos militares tratar com requinte de crueldade esse grupo, a Esquerda, na época, não ficava muito atrás. Isso porque a imagem do Homossexual e de outras orientações sexuais e também de Travestis e Transexuais que costumavam ser vistas como incompatíveis com a “Revolução”, por colocarem em xeque a virilidade, cisgeneridade da imagem que tinham do Revolucionário ideal, mostrando que intolerância e preconceito não eram de exclusividade da Direita que iniciou o processo de *higienização* ou seja uma caça às bruxas a comunidade LGBTQ+ tendo como legitimidade moral e bons costumes, além da ideologia binarista cristã e a concepção da família tradicional, segundo o capítulo destinado à violência contra a população LGBTQ+ no relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV, ao “recolher” essas pessoas, principalmente as travestis era analisado o nível de periculosidade para perverter e incentivar a juventude ao propagar tais práticas inaceitáveis e “abomináveis”. Sendo assim, ironicamente, estabelecida uma associação entre tais “desvios” com a ideologia comunista. Concluindo que como uma forma eficiente de combater a perversão perpetrada por “Comunistas” seria a prisão imediata.

Todavia, é notória a incompreensão acerca a população LGBTQ+ durante o período da Ditadura Civil-Militar, toda e qualquer identidade era reduzida à *Homossexualismo*⁶, ademais, em uma entrevista⁷ com a Travesti e negra Weluma Brum, diz que havia formas de evitar prisões uma delas era se cortar com lâmina de barbear, porque os policiais tinham medo de “pegar” doenças.

Outro aspecto importante que vai de encontro com a curiosa ausência de Homens Trans nessa narrativa é a escassez de espaços seguros para se discutir tais questões e por conseguinte o impedimento de construir uma identidade, logo havia desconhecimento de muitas travestis e transexuais de sua real natureza, trazendo um sentimento de isolamento e insegurança para explorar sua existência. Diferente do

5 Um famoso parque parisiense que era conhecido à noite como um ponto de prostituição e até hoje é relatada grande concentração de travestis brasileiras trabalhando como prostitutas.

6 Termo utilizado neste artigo para marcar a visão “patológica” do comportamento sexual.

7 Encontrada no Youtube: Weluma Brown, a Travesti Chacrete do Brasil.

que se acredita, havia espaços “clandestinos” para homossexuais, no entanto, eram invadidos o tempo todo pela polícia sendo arriscado demais para serem frequentados, principalmente se houver cruzamento de estigmas, ser pobre, negro etc.

Esse cenário foi possível graças a uma intensa censura contra mídia e qualquer meio que dava o mínimo de visibilidade como o Jornal “O Lampião da esquina”⁸, foi um jornal bastante politizado que além de dar visibilidade à causa homossexual, deu espaço para outros grupos minoritários que estavam também buscando ter suas vozes ouvidas: Negros, Índios e Mulheres, porém que não conseguiu gerar muito impacto por ser um jornal “nanico” e a configuração política da época.⁹

Mas o que Homens Trans tem a ver com isso? É notória a discrepância na quantidade de obras e estudos que falam sobre Homens Trans, acredita-se que durante a Ditadura Militar não houvesse Homens Trans, quando na verdade existia, mas a dificuldade, como já citado neste artigo, de discutir ou espaço para explorar sua identidade fazia que muitos padecem da mesma visão errônea que as mulheres trans sofrem, que o homem trans na verdade é uma mulher lésbica masculinizada que tenta ser homem¹⁰.

A dificuldade de discutir a identidade transmasculina pode ser vista em diversas perspectivas, que serão discutidas com mais detalhes em outros tópicos. Estas também explicitam o quão recente é a identidade, tendo como principal referência e considerado o primeiro Homem Trans a passar por processo cirúrgico no Brasil, João Nery, que em suas obras e entrevistas deixa explícito que em sua juventude que coincidiu com o período da Ditadura, o seu mal estar em não se sentir compatível com sexo que foi designado ao nascer e a dificuldade da autocompreensão, transformando-a em motivação para viver¹¹ e descobrir o que era isso que ele sentia e se era o único a sentir.

Nesse ínterim, a medicina -como era esperado do conservadorismo em diversos pilares da sociedade- classificou como patologias e permanece assim até hoje pela Organização Mundial de Saúde - OMS. O que causou internações indevidas em manicômios de Barbacena e do Juquery que foram utilizadas na tentativa explícita de higienização e controle - semelhante à idéia na obra machadiana o Alienista¹².

8 Jornal destinado para o público homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pela Ditadura Militar.

9 Ver FERREIRA (2010)

10 No popular, “Caminhoneira” que o próprio movimento Lésbico re-apropriou do termo que tinha uma conotação pejorativa ao se referir as lésbicas dando a ele um novo significado tanto linguístico quanto político como uma forma de “empoderamento”.

11 Em estudos recentes, mostra-se o quão comum é o suicídio de pessoas que são identificadas como LGBT+. Principalmente entre transexuais na adolescência pela puberdade ser considerado um dos períodos mais agressivos onde há o conflito entre o sentir e o que é visto no espelho, pela sociedade.

12 Ver CUNHA, Maria Clementina Pereira (1986)

Ativismo

A luta pelo reconhecimento de sua identidade perante a sociedade e Estado começam a ganhar visibilidade durante o período onde as democracias políticas estão devidamente consolidadas na maior parte do ocidente. Portanto, a maior parte do repertório de contenção e políticas de confronto do ativismo ocorrem no âmbito institucional e manifestações políticas e artísticas.

No Brasil, se deu início durante o período da abertura política na Ditadura Militar, quando iniciou a Operação Tarântula, a mesma começou nos anos 70 organizada pela polícia civil enquanto efetuava rondas em forma de blitz aproveitava para apreender LGBTQ+, principalmente Travestis e pessoas negras sob a justificativa de estarem ferindo a lei, ao estarem “vadiando”. Essa operação era fortemente apoiada pela sociedade como uma forma de “limpar as ruas”, ou seja, um viés totalmente higienizador. A operação em si não durou por muito tempo, porém Travestis e LGBTQ+ passaram a ser assassinados misteriosamente à tiros, policiais eram os principais suspeitos, no entanto não era descartada a existência de grupos de extermínio anti-LGBTQ+, além de ter o apoio da população, ocorriam abertamente declarações destes grupos, são provas da hostil realidade enfrentada por minorias sexuais - e de gênero - que eram caçadas à luz do dia, doravante, com o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, sendo uma das primeiras formas conhecidas de ativismo do meio LGBTQ+ brasileiro, a fazer denúncia de abuso de poder por meio do Estado.

Através das manifestações e anos depois com advento da internet e do ativismo virtual, criam e consolidam redes e estruturas mobilizantes para construções de significado referentes a agenda política do movimento.

Esse ativismo possui características inerentes aos movimentos dos anos 2000: redes sociais construídas através da mobilização no mundo virtual: manifestações pacíficas; agenda de demandas devidamente institucionalizadas etc, que por sua vez, não pode ser entendida fora de contexto. Nancy Fraser, em análise dos movimentos sociais pós-socialismo, afirma que existe uma tendência na ação coletiva de luta pelo reconhecimento. Esse novo paradigma se daria a partir de uma multiplicação dos sujeitos da ação coletiva que trazem demandas que vão além das questões materiais presentes nas lutas por redistribuição do paradigma socialista.

Essas novas demandas por visibilidade são também tratadas por Iris Young. A autora destaca a existência de grupos minoritários que são marginalizados socialmente e politicamente. Essas minorias seriam um posicionamento estrutural desprivilegiado que daria origem a uma identidade compartilhada e, por conseguinte, um olhar comum para as questões presentes no mundo.

“O significado da representação de grupos e oferecer argumentos adicionais à ideia de que tais práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento de inclusão política. As dúvidas sobre essas práticas em parte se

devem a mal-entendidos sobre a natureza da representação em seu sentido mais geral.” (Young,2006, p.139)

A importância da visibilidade que a militância Trans tem trabalhado bastante para obter, mostra-se eficiente uma vez que a mesma já começou a incomodar diversos segmentos que vão contra a sua existência seja por ignorância -no bom sentido- ou ódio gratuito e consciente. A luta pelo reconhecimento político e social demanda muito esforço e resiliência das travestis e das pessoas trans, principalmente para se manterem unidos com as diversas divergências e pautas cruzadas que na ausência de uma sensibilidade as individualidades identitárias de cada membro deste grupo, pode acabar por sua vez sufocando e formando vários micro-grupos para tentar representar pautas específicas de diversas nuances de suas identidades como exemplo tradicional algumas vertentes Feministas mais comuns no Brasil: Radical, Liberal, Marxista, Negro, Interseccional e Trans.

No caso das pessoas Transgêneros, o grupo se divide em dois, os binários e não-binários, apesar dos problemas terem a mesma raiz como das Travestis, eles divergem quanto a aceitação de outros segmentos que outrora eram considerados de alguma forma aliados. Basicamente, suas pautas são reconhecimento político e social aos direitos básicos presentes na constituição, ao uso e respeito do nome social, a despatologização da transexualidade/Transgeneridade e pelo fim dos estereótipos de gênero e o mesmo ser ligado diretamente à genitália.

Recentemente como reflexo dessa visibilidade foi realizado por cientistas mexicanos o primeiro estudo de campo que demonstra que a transexualidade não é uma doença, com o objetivo de retirá-la da classificação de transtornos mentais da Organização Mundial da Saúde - OMS. Em 2018, essa pesquisa, junto com as outras que estão sendo feitas no Brasil, França, Índia, Líbano e África do Sul, serão apresentadas na discussão da 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) que serve como referência médica para os países-membros. Apesar da notícia ser animadora, ela mostra o quão complexa a relação das instituições com as minorias que à conta gotas consegue ter suas pautas ouvidas, entre outras razões a resistência da sociedade civil de absorver essas pessoas e reconhecê-las como pessoas.

Conservadorismo e Construção do Eu

A Travestilidade e Transexualidade nunca foram doenças. A Transfobia é fruto da violência e preconceito à diversidade, uma vez que se assume algo como doença, também admite-se que há uma cura. E essa idéia está enraizada na sociedade civil que é influenciada num ciclo que se retro alimenta com auxílio de políticas criminais que reforçam preconceitos muito bem estruturados secularmente contra diversos grupos de existência e bastante específicos.

Esse preconceito foi espalhado fortemente, principalmente, pelas hierarquias

eclesiásticas. A igreja demoniza absolutamente, isso porque acredita-se que ao ouvirem as travestis, vão terminar se tornando travestis. Relacionam-as a uma idéia de contágio.¹³ Acredita-se que a travestilidade e transexualidade se inicia muitas vezes na infância, no ponto de vista lacaniano, é quando a criança se questiona sobre a imagem que ela vê no espelho e ao buscar no adulto referencial de que aquela é sua própria imagem.

Essa imagem, do corpo, a constituição do Eu na criança, depende, não apenas, de um desenvolvimento maturacional, mas exige a implicação do Outro. Assim por questões de pré maturação a criança faz confusão entre Si e o Outro. Passa por uma experiência inicial de um corpo fragmentado, para alcançar a formação do corpo unificado. Esta experiência se dá por meio do espelho.

A criança liberta-se da angústia das fantasias do corpo despedaçado. Nisto está compreendida como processo simbólico na qual a criança faz a primeira estruturação do Eu, da sua imagem. A imagem corporal tem papel fundamental na constituição do sujeito. Conforme visto em Lacan, a imagem refletida no espelho possibilita a criança estabelecer a relação do seu Eu com a realidade.

Então a criança, percebe que não é *aquilo* que ela percebe ao olhar no espelho e que a sociedade afirma ser, causando desconforto, conflito com a imagem que ela tem de si, entrando em um ciclo caótico com os outros registros na formação de sua identidade, por sua vez a faz procurar e usar símbolos que se aproximam de sua verdadeira imagem sendo o primeiro choque na família que tenta de diversas formas seja por medo da criança sofrer ou por julgar errado por causa de crenças de cunho religioso e psicofóbico, impedir que a criança expresse sua verdadeira natureza.

No entanto, vale ressaltar que transexualidade, travestilidade, como qualquer identidade de gênero e sexualidade não são patologias. No entanto, o fundamento das pessoas temerem e possuir aversão por acreditarem que seja uma doença, uma vez que elas se encontram no CID, porém cada vez mais acredita-se nisso e se reforça menos esse tipo de discurso. Apenas pessoas conservadoras, preconceituosas e/ou de segmentos extremistas da sociedade que mantem este tipo de discurso contra LGBT+.

O segundo choque, quando em muitos casos ela é expulsa de casa e para sobreviver começa a se prostituir e aqui começamos a atacar a hipocrisia da sociedade. A mesma, composta por pessoas supostamente de índole idônea, se encontram travestis e Trans se prostituindo para sobreviver, tratam como se fossem pragas urbanas que deve ser exterminados e se clamam por direitos, além de ser visto como absurdo. Há novamente a distorção do discurso como se fosse os comunistas por trás disso, querendo perverter a sociedade.

No entanto, encarando os fatos de maneira simples, se estão se prostituindo para sobreviver, é porque há pessoas que usufruem deste “mercado”, desmascarando

13 Ver BERKINS (2000)

mais uma vez a hipocrisia da sociedade, principalmente dos homens, de noite está tudo bem enquanto não há, teoricamente, nada vigiando para saciar seus desejos mais obscuros¹⁴, porém de dia, a mesma sociedade clama por punições para aquelas pessoas que se prostituem, mas não para quem consome ou pior, para quem ajuda a manter esse quadro, ser Travesti ou Transgênero não é pejorativo ou marginal, pois, muitas vezes são empurrados à praticar prostituição, por imposição social, por falta de oportunidades profissionais no mercado de trabalho formal, devido ao preconceito social - Travestifobia e Transfobia- aos estigmas vivenciados por eles, pelo enfoque errôneo da mídia e pela maior visibilidade dada à prostituição de rua e como transmissores de Doenças Sexuais.

O terceiro choque se encontra nas instituições, diferente do que se acredita quanto à realidade conservadora dos diversos aparelhos do Estado, há cartilhas que explicam a abordagem correta de pessoas inseridas em grupos minoritários, logo, suscetíveis a serem vítimas mais vezes de crimes, porém ainda há uma falha ou desinteresse pelas Instituições de ensino - superior- de lidar com a diversidade, apesar de haver diversas tentativas de levar a discussão para as escolas e impedir que crianças LGBT+ evadam da mesma, há uma forte resistência e controle dos responsáveis pelo tipo de conteúdo que suas crianças devam ter acesso na escola, tendo apoio de figuras políticas e religiosas influentes.

Contudo, ao observar a formação de médicos, enfermeiros, professores faltam matérias, discussões e outros espaços para que o assunto seja trabalhado, muitos profissionais chegam ao mercado de trabalho despreparados para lidar com esse grupo, causando todo tipo de desconforto com perguntas que não são pertinentes ou preconceitos que deveriam ter sido quebrados, uma vez que são falácias alimentadas pelo preconceito. E quando há pessoas sensíveis trabalhando essas questões, são outras pessoas que estão inseridas neste grupo, tornando acessibilidade à saúde, por exemplo uma roleta russa.

No caso da polícia, há cartilhas preparadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP. Esporadicamente há cursos que preparam alguns policiais quanto a abordagem de pessoas inseridas em grupos minoritários sensíveis -mulheres, negros- e especificamente para LGBT+, como não são todos os policiais que passam por esse treinamento mostra-se a ineficiência crônica de diversos segmentos que são como interface do Estado, criando a sensação de não-reconhecimento. Afinal, "certas vidas não se qualificam como vidas, ou, desde o princípio não são concebidas como vida, dentro de certos marcos epistemológicos, então, tais vidas, nunca se considerarão vividas, ou perdidas no sentido pleno de ambas as palavras" (BUTLER, ____).

Por outro lado, um aspecto que nos leva à outro ponto que precisa ganhar

¹⁴ Além da fetichização dos corpos reproduzida principalmente pela pornografia em que os corpos estão ali para satisfazer sexualmente, negando-lhe sua humanidade.

visibilidade e vir a ser discutido com certa urgência é sobre abordagem dirigida à Travestis, Mulheres e Homens Trans. Informações presentes na Cartilha dirigida à abordagem policial explica passo-à-passo como esse grupo deve ser abordado, assim como outras minorias. O procedimento, basicamente é respeitar o nome social e identidade, expressão de gênero da pessoa e sua dignidade como previsto pela Constituição Brasileira.

Todavia, o que é de saltar os olhos é o fato de informações inexistentes sobre o destino das Travestis e Mulheres Trans, a abordagem policial é feita por mulheres cis, salvo se não colocar em risco a integridade das policiais, como argumentado na cartilha pela diferença de força e outras questões biológicas, pensamento que reforça a lógica defendida no senso comum que não soma em nada à lutar pela inclusão e reconhecimento social.

Já no caso de Homens trans, eles também são abordados por mulheres policiais cis, porém caso presos seriam colocados em prisões femininas, dentro da lógica da cartilha os homens trans por terem sido designados mulheres ao nascer, independente da sua identidade de gênero, devem ser presos junto as mulheres, porque há uma lei que garanta os direitos de *mulheres*, utilizando também uma lógica presente no senso comum que ao ser ratificado também atrapalha a inclusão de homens trans na sociedade, assim como o caso das mulheres trans e travestis ao serem vistos como um caso extremo de homossexualidade ocorrendo mais uma vez confusão entre gênero e sexualidade.

As motivações por mais controversas mostra as complexidades das questões que precisam ser debatidas, é sabido que mulheres trans e travestis são colocadas nas cadeias masculinas por causa de seu gênero designado ao nascerem, o fato da cartilha não deixar explícito onde elas seriam levadas, sendo vítimas de estupros e outras situações violentas dentro das prisões por outros presidiários, homens cis, que nos motiva a questionar como as pessoas transvestigeneres se encaixam na sociedade na perspectiva jurídica, uma vez que é ingenuidade pensar que elas não são passíveis de cometerem crimes como qualquer outra pessoa, seja ela cis ou trans.

Corporalidade e Feminismo

Antes de discutir a corporalidade deve-se destacar o conceito de gênero e da construção do mesmo dentro -ou fora- de sua anatomia. Além da concepção da figura do ciborgue, construído por Haraway, ela afirma “O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política”. Por ventura, o termo ciborgue cause estranhamento, pela razão de primeiramente pensarmos na figura bastante comum em obras de ficção científica e depois um possível desconforto pela incompreensão da colocação dessa figura que coexiste em dois universos, um ser híbrido - organismo vivo e mecânico- chamando atenção para alguns pontos presentes apresentados pela autora, a

ilusão que norteia a realidade social e corporal sendo por conseguinte um recurso imaginativo que pode desencadear uma prática política através de múltiplas junções.

O ciborgue incorpora o cisalhamento de fronteiras bastante significativas e rígidas, até então, para a ontologia e à epistemologia ocidentais ao expor a conexão entre relações duais harmônicas - ou não. No entanto, conhecidas e debatidas há muito tempo em diversos segmentos: Primitivo e Civilizado, Humano e Inumano, Natural e Cultural, Masculino e Feminino, Corpo e Alma, Razão e Emoção, Sagrado e Profano etc.

Portanto, é possível pegar este conceito para “se imaginar um mundo sem gênero” quando se percebe que a biologia conhecida primariamente como uma ciência de investigação, mostra também uma outra faceta que é integrante da política, religião e da cultura, sendo utilizada como argumento para controle social de grupos tradicionalmente oprimidos, esmagados pelas engrenagens que circundam e garantem a legitimidade das ações em nome do Estado.

O cerne da questão quando se discute Gênero vai além da representação óbvia da biologia ligadas aos órgãos sexuais, mas também, da construção do gênero como invenção social e política. (PRADO, 2016). Sendo gênero um construto gerado pelas diferenças percebidas dentro do sistema binário a partir dos genitais. (PRADO, 2016) Cabe lembrar que há o aspecto psicológico atrelado à expressão do gênero e de como o indivíduo compreende e é compreendido pela sociedade, e essa projeção e sua percepção torna-se -muitas vezes- conflitante entre o Eu e o Outro.

Doravante, essas diferenças nos levam a compreender como as relações de poder são geradas, primeiro em um campo simbólico, seguido por regras criadas a partir dos símbolos, preceitos religiosos, educacionais, científico medicinais, Eco-sociopolítico-judiciais que se metamorfoseiam em categorias fixas e aparentemente imutáveis de representações do que é pertencente ao “mundo” masculino e feminino.

O incômodo que as Travestis causam é por elas fugirem dessa visão binária, por desejarem manter peças, mecanismos lidos como pertencentes aos homens mas por reivindicarem o respeito a sua natureza feminina, sendo apenas mais uma forma de ser mulher apesar de muitas por não se conformarem de como é essa “feminilidade” em vigor e insistindo em existir se declaram como um “terceiro sexo” e constroem seus corpos ao seu bel-prazer, o mesmo ocorre com as pessoas Trans, seja por querer estar inserida nessa lógica binária ao construir seus corpos de acordo com o gênero pelo qual lutam para vivenciar, a sociedade com seu conservadorismo questiona a todo tempo na tentativa de colocar rédeas e manter a ordem daquilo que foge a sua compreensão como dona da verdade e resguardada por símbolos e regras causando um alheamento do próprio corpo.

O mesmo ocorre com mulheres cis, sendo vista apenas como um objeto para prazer masculino, máquina de reprodução e nada além. Sendo a motivação e com razão da criação do movimento feminista para se discutir as relações de poder existentes nas diferenças entre sexos, desde as mais sutis até as mais

complexas presentes até mesmo na linguagem, na forma que a mesma é construída e reproduzida, sendo também uma forma de opressão.

O machismo, a misoginia e outros discursos que tentam deslegitimar as pautas feministas mostram o quanto as questões de gênero e sexualidade vão além da relação socio-política por durante anos ter sido construído toda uma cultura e conceitos equivocados em relação ao “outro sexo”, também tratado como o “Belo Sexo”, mas há um revés curioso quando há uma reprodução deste mesmo discurso contra Travestis, Transexuais e Transgêneros que apenas facilita o trabalho do controle da corporalidade que as feministas cis tanto se opõem fazendo a mesma separação que os homens cis fizeram ao criarem a idéia do “Outro sexo”, quando elas classificam biologicamente o que é ser mulher e acusando Transexuais, principalmente mulheres, de reforçarem estereótipo de gênero, quando por falta de empatia, miopia moral ou desonestidade intelectual não reconhecem o caminho que aquela pessoa está desenvolvendo por estar inserida dentro de uma realidade que a nega a possibilidade de exploração e auto conhecimento, quando essa chance existe, ainda sofre a necessidade de provar que é “Homem/Mulher/Pessoa de verdade” o tempo todo tendo sua identidade e privacidade violada, uma corporalidade tida como divergente torna-se automaticamente pública e descartável.

Berkins (2000) ao dizer que é necessário romper com o conceito atual do gênero, ao destacar a existência de homens cis que empenham papéis tidos como femininos como cuidar da casa, mulheres cis em posições revolucionárias que empunham fuzis e nem por isso são menos o que dizem ser, chamando atenção para a relação do afeto e do corpo.

“Outra questão é a do afeto e do corpo. Porque é que podemos falar, e se, neste ponto eu digo “peguemos as armas” todo mundo presta atenção, mas se dissesse “vamos tirar a roupa, vamos nos tocar” começa um pânico absoluto? Por que eu deveria sentir vergonha do meu corpo, se o mais valioso que temos é o corpo? É o corpo para a vida, o corpo para a luta, o corpo para tudo. É o bem mais absoluto que temos. (BERKINS, 2000)”

Ao retornarmos o conceito de Ciborgue nessa relação apresentada por Haraway, pode-se dizer que “um mundo sem gênero, talvez um mundo sem gênese, mas que pode ser também um mundo sem fim.” Não é impossível, porque é no gênero e no sexo, como fatores para definir uma pessoa. E a tecnologia já incide na existência antes mesmo do nascimento sendo utilizada pela medicina, pelos aparelhos utilizados pelos médicos para identificar e determinar o sexo - fatalmente o gênero- e toda uma expectativa e história é criada quando é declarado que aquele novo ser é de um determinado sexo, ademais, já estamos controlados e introduzidos à normas cis-heterossexuais - considerado como normal e natural - quando desconstruídas esses mesmos instrumentos de re-adestramento de corpos podem -devem- ser utilizados para subverter e criar uma nova forma de entender a identidade, evitando de cair

em conceitos considerados como naturais para não reafirmar a lógica patriarcal que considera todas pessoas cuja identidade de gênero e sexualidade conflitante ao seu sexo designado ao nascer anomalias que tem que ser curadas ou manipuladas pela mesma ferramenta para encaixá-la na sociedade.

Portanto, o conceito ciborgue está inserido e de acordo com a diversidade existencial e suas complexidades galgadas por simbolismo, preceitos que podem ser modificados por tecnologias ou outros artifícios existentes na sociedade, vale ressaltar que diferente do que é defendido por algumas vertentes Feministas “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação - ser ‘mulher’”, porque esse conceito já seria problemático o suficiente por excluir -ignorar- outras realidades como de mulheres negras, pessoas transvestigeneres ou de classes menos abastadas, e foi justamente o que causou a pulverização do movimento Feminista, criando o fenômeno comum em outros movimentos identitários que seguiram o exemplo do Feminismo que se dividiu em diversas vertentes e uma luta enfraquecida por estar isolada em suas bolhas que travam verdadeiras batalhas na internet e meios majoritariamente acadêmicos contra o reconhecimento de algumas minorias.

Movimento LGBT+

O Movimento LGBT+ nos últimos anos conquistou espaço ao eleger políticos abertamente apoiadores ou figuras representativas diretas da causa. No entanto, principalmente pela internet, onde é permitido com mais facilidade encontrar outras pessoas com vivências semelhantes. Assim criando uma identidade cuja acreditava-se, ser *Una*. Também serve como ferramenta para mapeamento extra oficiais como o Censo Ace e Censo Não-binário, respectivamente foram criados para mapear a população assexual e trans não-binária brasileira e seu perfil destacando características em comum, religiosidade, preconceito, faixa etária, escolaridade, etnia, classe social e se possui alguma neuro físico divergência.

Durante anos focou-se apenas na visibilidade de algumas sexualidades e identidades negligenciando demandas tão relevantes ou porventura mais urgentes. As razões para isso ter ocorrido são diversas, ademais, o preconceito dentro do próprio nicho, a primeira vista soa paradoxal, todavia que justificam a ineficiência e dispersão de emplacar medidas que atingissem as letra-identidades que compõem a sigla.

Deve-se destacar que algumas são mais recentes e vistas como invenções “pós-modernas”¹⁵ que denigrem a imagem do movimento que lutou por muitos anos para obter o mínimo de respeito da hegemonia conservadora. Por outro lado, quem alimenta esse discurso não consegue enxergar que além de fomentar grupos opositores, utilizam o mesmo discurso que esses grupos usam para deslegitimar o movimento e suas existências.

A dificuldade da auto crítica no movimento torna-o cada vez mais tóxico e fraco.

Isso porque quem levantaria bandeira por uma causa se a mesma não reconhece as outras identidades? Não há esforço ou há total desconhecimento da existência das outras letras-identidades causando estranhamento que a sigla se limite à quatro letras, quando atualmente se tem conhecimento de dez; Recentemente, a Assexualidade¹⁶ é uma das orientações sexuais que começou a galgar um espaço pela visibilidade, concomitantemente ao conquistar alguma sofreu resistência tanto da sociedade heteronormativa quanto da LGBT+, mostrando o óbvio, não é porque o indivíduo seja integrante de um grupo minoritário que ele esteja isento de possuir preconceitos ou reproduzir o discurso da hegemonia opressora.

Não seria tão problemático se essa postura fosse individual e não coletiva, uma vez que é impossível garantir que todos estejam alinhados com o discurso de respeito à diversidade romântica, sexual, étnica e de gênero de seus integrantes. O cerne da questão é o silêncio das lideranças LGBT+ sobre a existência de outras letras, divergências e ausência de pautas, políticas públicas não-paliativas que deveriam ser discutidos de forma honesta em palestras, seminários, mesas redondas etc, tornando pública a complexidade da questão.

Além de causar a fragmentação dos grupos e dispersão de demandas criando um ambiente de competição de qual pauta, letra é mais importante ou está mais organizada e/ou possui mais voz para ser ouvida.

A lista de problemas acerca o movimento é demasiadamente extensa, não podendo deixar de citar o racismo velado ou explícito, principalmente entre os Gays que sem pudor destilam seus preconceitos camuflados de preferências pessoais e estéticas preterindo negros, asiáticos etc. O pouco conhecimento da narrativa Lésbica em comparação aos Gays; A dificuldade de compreensão de sexualidades não-monossexuais como Bi¹⁷, Poli¹⁸e Pan¹⁹. E as diversas identidades de gênero tanto binárias, quanto não binárias e condições genéticas não-normativas como o caso dos Intersexos.²⁰

Intersexo é um termo geral usado para uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual, que não parecem se encaixar as definições típicas de feminino ou masculino. Por exemplo, uma pessoa pode nascer parecendo ser do sexo feminino externamente, mas tendo a maioria de sua anatomia interna tipicamente masculina. Também podem ocorrer nascimentos onde a criança pode nascer com genitais que parecem estar entre as formas típicas

15 Utilização de aspas para marcar o tom pejorativo e aversão existente por aqueles que são lidos como pós-modernos principalmente por pessoas ligadas ao materialismo histórico.

16 Assexualidade é um termo guarda-chuva para pessoas que não sentem atração sexual seja totalmente, parcialmente ou momentânea, acompanhada ou não de atração romântica.

17 Bissexuais são pessoas que sentem atração sexual por dois gêneros, sejam masculinos, femininos e/ou não binários.

18 Polisssexuais são pessoas que sentem atração sexual por mais de dois ou mais gêneros, mas não todos.

19 Panssexuais são pessoas que sentem atração sexual por todos os gêneros.

masculinas e femininas: uma pessoa designada mulher ao nascer pode nascer com um clitóris visivelmente grande, considerando esses padrões típicos, ou falta uma abertura vaginal, ou uma pessoa designada homem ao nascer pode nascer com um o saco escrotal não totalmente fundido de modo que se parece mais como lábios

Existe também a possibilidade de uma criança nascer com mosaicismos genéticos, de modo que algumas das suas células possuem cromossomos XX -informações genéticas femininas- e alguns deles têm XY -informações genéticas masculinas.

Apesar de falarmos de “intersexo” como condição do nascimento, a anatomia dos intersexuais nem sempre são encontradas no momento do nascimento. Às vezes uma pessoa não conhece a condição de “intersexo” até que a mesma alcance a puberdade, ou se descobrir um adulto infértil. Algumas pessoas vivem e morrem com a anatomia “intersexual” sem que ninguém nunca tenha conhecimento, nem eles mesmos.

O ISNA - Sociedade Norte Americana de Intersexos- encontrou em seus trabalhos de pesquisa que as opiniões dos médicos sobre o que deve contar como "intersexo" variam substancialmente. Alguns acreditam na possibilidade de ter alguma ambiguidade genital, alguma diferença de forma “típica” para contar como “intersexo”, mesmo se o seu interior é, em sua maioria, de um sexo e seu exterior é na maior parte do outro. Outros pensam que o seu cérebro tem que ser exposto a uma mistura incomum de hormônios durante a gestação, no período pré-natal, para contar como “intersexo”. Desse modo, mesmo que a pessoa tenha a genitália “atípica”, ela não está categorizada como “intersexual”, a menos que seu cérebro tenha experimentado desenvolvimento atípico. Ainda existem aqueles que pensam que o indivíduo deve ter os dois ovários e tecido testicular, ao mesmo tempo, para contar como “intersexo”.

O ISNA adota uma abordagem prática e pragmática para a questão: trabalha para construir um mundo livre de vergonha, sigilo e sem procedimentos cirúrgicos genitais não desejados nem consentidos para qualquer pessoa nascida com o que alguém acredita ser fora do padrão da anatomia sexual. Isso porque há casos que crianças são arbitrariamente operadas para se encaixar em uma das duas corporalidades e que não se sentem “alinhadas” a genitália imposta, como o famoso caso de David Reimer, apesar de não ter nascido como Intersexo, passou um processo arbitrário de alteração de seu genital após de ter seu pênis acidentalmente destruído em um procedimento cirúrgico e foi criado socialmente como mulher, quando a partir dos 15 anos começou a se tratar no masculino, quando adulto passou por procedimentos cirúrgicos para re-adequar a corporalidade masculina.

Por isso, o ISNA, que se opõe a mudança de sexo compulsoriamente, considera a história de David Reimer como uma advertência sobre o porquê de os órgãos genitais de menores não devem ser desnecessariamente e sem consentimento modificados. Colocando em evidência a própria percepção de sexualidade e gênero se encontra alinhada com uma visão binarista, baseada nos genitais, reforçando o

controle de um padrão de corporalidade que o próprio movimento diz lutar contra.

Representatividade: Política, Cultural e Lideranças.

Apesar dos pesares, Travestis e Transexuais aos poucos conquistam espaços na política e posições de liderança junto dos movimentos sociais e organizações para ter suas vozes ouvidas, como Indianara Siqueira -que concorreu nas últimas eleições pelo PSOL como vereadora- com a Casa Nem, considerado um “*Safe-Place*” localizando no Rio de Janeiro, para LGBT+ principalmente travestis, transexuais e transgêneros que estão em situação de vulnerabilidade, organiza atividades culturais além do *PreparaNem*, curso preparatório para o vestibular e o ENEM, ademais, existem também outros projetos semelhantes a Casa Nem como a Ecovila Pangeia e Casa 1 que visam a proteção de personas minoritárias, as vezes, em situação de rua.

Atualmente também há o projeto organizado em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro chamado: Trans + Respeito, anteriormente conhecido como “Damas”, tendo um recorte inclusivo as pessoas trans masculinas.

No entanto, atualmente a Casa Nem se encontra com dificuldades financeiras para se manter tendo previsto para ainda este ano o encerramento de suas atividades. Outrora bastante presente na classe artística como principal fonte de entretenimento da sociedade brasileira, atualmente na mídia -brasileira- e no campo artístico encontram forte resistência e dificuldades ligados ao preconceito.

Felizmente, há nomes no campo artístico que aproveitam a fama para dar visibilidade como Laerte, a cartunista, Liniker e MC Linn que com suas músicas e performances nos palcos ajudam a romper com as noções binárias de gênero dando visibilidade à gêneros não-binários, além de colocar em pauta questões como racismo e classe social.²⁰

Entre outras figuras que não são conhecidas por serem engajadas diretamente com a causa, mas sua existência e visibilidade ajudam para mesma como o ator Thammy Miranda- Vale ressaltar que algumas pessoas independente da sua identidade de gênero, mesmo que elas sejam a primeira vista divergentes com o sexo designado ao nascer, não sente desconfortáveis com o nome de batismo escolhendo-os manter ou por qualquer outro fator, como tempo, para escolher um novo nome, o que a primeira vista para pessoas cisgêneras possa ser uma questão impensável ou inexistente, afinal o nome é o cartão de visita de uma pessoa, carrega consigo um significado e uma história, demanda tempo para algumas pessoas escolher algum que a deixem confortáveis, reforçando que isso não as torna mais ou menos aquilo que elas dizem ser.- que também concorreu a vereador pelo PP, alvo de polêmicas na época, por ser partido do Deputado Federal Jair Bolsonaro considerado um dos principais antagonistas pela luta de direitos dos LGBT+ e outras minorias sociais,

20 Relevante ressaltar esses pontos, porque há maior incidência na morte de Travestis e Transexuais negros e/ou de classes mais pobres. Destacando outro problema que é um velho conhecido que justificam as altas taxas na mortalidade de pessoas Negras no Brasil.

porém Thammy acredita que deve-se ocupar todos os espaços mesmo que seja em um partido que tradicionalmente não apoie a causa.

Claro que houve no passado outras pessoas que estavam a frente do seu tempo, mas pelo apagamento e outros fatores que deixavam o cenário hostil para “sair do armário” e até reivindicarem suas identidades, referente a confusão na construção de termos como Transformista sendo sinônimo de Travesti, como é erroneamente visto no senso comum, o termo seria o equivalente a Drag Queen. Enquanto Travesti também cause “confusão” pela palavra “travestir” que possui a conotação de se fantasiar. Vale ressaltar que há travestis que preferem serem chamadas de transformistas e com isso deve-se respeitar as individualidades de cada pessoa, tornando-se difícil e até desaconselhável compulsoriamente deduzi-las.

A importância da representatividade e a publicização dessas vivências com a intenção de informar, gerar consciência e até mesmo ajudar outras pessoas que se sentem deslocadas por não saberem ao certo o que são e se descobrem com essas figuras ou até uma forma de explorar sua própria existência para algo além da cis-hetero-normatividade compulsória. Além de normatizar mesmo que lentamente e aos poucos, novamente a existência de outros gêneros e suas expressões como outrora existiu no passado, sendo a binaridade um dos males do ocidente que “contaminou” o mundo todo com essa visão e hoje, por conseguinte, mostra que não é porque algumas atitudes e padrões são considerados tradicionais que eles sejam bons ou imutáveis, permitindo um pouco de esperança as pessoas Transvestigeneres.²¹

Vale ressaltar, que deve-se sempre olhar as vivências de travestis, transexuais -transgêneros- tanto binários quanto não binários e outras letras-identidade/sexualidade como individual e dentro de uma variação natural da ampla pluralidade presente na natureza humana, evitando tratá-los como regra geral e/ou como os Outros, os divergentes e que sempre devem ter conhecimento pleno de si para explicar leigos pacientemente como eles se sentem ou o que são, quando na verdade tudo que essas pessoas querem é serem vistos com normalidade como uma pessoa dentro dos padrões estéticos e da cis-hetero-normatividade é vista.

Por outro lado, deve-se temer o esvaziamento dessa representatividade quando montam espantalhos ²² diminuindo e, ou exibindo uma realidade que desvia totalmente o cerne da questão que deveria ser a realidade coletiva daquele grupo e não individual, quando perde-se o momento para discutir medidas que seriam benéficas para todas as pessoas inseridas naquele grupo. Quando deveriam estar *politizando* e aproveitando o espaço para discussões pertinentes, porém é uma faca de dois gumes, isso porque ao focar unicamente no aspecto político-social trata-se com demasiada impessoalidade e falta sensibilidade, como é visto atualmente, para lidar com a questão e fazer os recortes necessários para entender os anseios e os desafios das travestis e transexuais

21 Termo guarda-chuva para se referir à Travestis, Transexuais e Transgêneros.

22 Utilização da palavra espantalho como referência à falácia do espantalho ao criar uma imagem fantasiosa/falaciosa de algo que não corresponde totalmente a realidade.

no momento de construir políticas públicas e implementá-las.

Problemas Jurídicos

É evidente os amplos problemas sociais que Travestis e Transexuais passam ao longo de suas vivências, muitos culminam em diversas patologias, fora do senso comum, como: Ansiedade, Depressão entre outras que, por conseguinte essas pessoas na tentativa de amenizar ou finalizar com o sofrimento se suicidam.

No senso comum, morrem principalmente por complicações da vida, dita promíscua que levam - esquecendo que muitas vezes são obrigados a se prostituírem para sobreviver e como a prostituição é um outro tabu e tratado com ojeriza por algumas vertentes feministas e outros movimentos por razões diferentes, dificultando medidas que possam proteger ou amenizar os riscos que profissionais do sexo sofrem.

Em contrapartida, um dos principais problemas desse grupo se encontra no campo jurídico, retirada de documentos, matrícula em instituições de ensino, emprego etc. Recentemente foi anunciado o desejo do Governo Federal na confecção de uma espécie do Registro Geral unificado, muitos defendem acreditando na redução de fraudes, uma vez que ele terá um chip e nele constará também outras informações, documentos que estarão atrelados ao RG. Isso porque no sistema atual, cada estado tem um padrão de numeração na confecção.

Para as pessoas cisgêneras, significa o transtorno da atualização de seus documentos, para Travestis, Transexuais e Transgêneros torna-se indefinido o significado disso, neste chip no novo RG pode conter informações que eles não gostariam que empresas, instituições tivessem acesso temendo o aumento da possibilidade de se encontrarem mais expostos à situações discriminatória, por exemplo, no novo documento consta a categoria sexo, o quão improvável seria constar que se trata de uma travesti ou trans?

A inexistência de leis referentes a identidade de gênero no Brasil, torna-se obrigatório dar entrada a processos judiciais para retificar documentos. Neste processo, um juiz determinará se podem ou não terem seus nomes e documentos corrigidos, além da obrigatoriedade de razões para convencer o mesmo como cirurgias, laudos psiquiátricos etc para garantir que essa pessoa seja lida como “trans de verdade” , mas se por azar essa pessoa não tiver passado por esses processos por falta de recursos, demora no processo de transexualização ou pelo simples fato da pessoa não desejar passar por essas mudanças, drasticamente suas chances de conseguir um veredicto favorável do juiz diminuem, ademais, algumas pessoas só conseguem retificar seus nomes em documentos, ainda é raro conseguir o sexo.²³

Há a Lei João Nery (PL 5002/2013) que tramita desde 2013 na Câmara dos Deputados e procura garantir o respeito e reconhecimento da identidade de gênero, apresentado pelo Deputado Federal Jean Willys (PSOL/RJ) e baseada na Lei de Identidade e Gênero Argentina (“Ley 26.743”), a motivação desta lei é a tentativa de

praticamente extinguir a burocracia presente no processo, atualmente como paliativo pode-se utilizar do nome social.

Nome social é o nome pelo qual Travestis e Trans preferem ser chamados cotidianamente. Inutilizando o nome de batismo que não reflete sua identidade de gênero, do inglês *DeadName* – nome morto. Todavia, existe um incômodo ao analisar como soa facultativo o “nome social”, por ele ser visto como um tipo de apelido, abrindo espaço para a cobrança do “nome verdadeiro”, além de ratificar que Travestis e Trans não são “pessoas de verdade”, para uma “transição social”, obtendo o mínimo de conforto e reconhecimento permitindo usufruir serviços, direitos e até mesmo na obtenção de um emprego; Estas pessoas, que hoje possuem acesso aos espaços sociais estando minimamente protegidas de constrangimentos estão novamente ameaçadas com o novo RG, apesar de muitos questionarem se não é um pouco precipitado analisar por esse ângulo, no entanto, não é demasiado se preparar ao buscar maneiras de manter conquistas e aumentá-las .

Processo Transexualizador

O processo transexualizador garantido pelo SUS que visa permitir a transição hormonal e cirúrgica, além de apoio psicológico e social de pessoas que estão em desacordo com seu gênero designado ao nascer. Apesar de estar em acordo com os interesses da militância da população T, o mesmo segue os parâmetros estipulados pelo DSM -Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- que é escrito e organizado pela Associação Americana de Psiquiatria - APA. Por serem feitos por autoridades no assunto, profissionais e gestores da área da saúde de todo o mundo observam o que esta instituição entende por doenças psiquiátricas e psicológicas.

Em sua última versão, atualizada em 2013, o DSM-5 cataloga a transexualidade como uma “disforia de gênero”. O termo “disforia” caracteriza um desconforto mórbido causado por ansiedade. Na psiquiatria essa palavra é interpretada como uma sensação de alheamento ou despersonalização do próprio corpo: olhar para Si e achar-se fisicamente incoerente com o seu Eu.

Apesar do DSM, na CID a transexualidade figura novamente como doença em sua versão mais recente, a CID-10 -concebida em 1992 pela Organização Mundial da Saúde. Dentro deste manual, o código F64.0 consta como “transexualismo” e o código F64.1 como “travestismo bivalente”.

Uma vez que a transexualidade é tratada como uma patologia, logo há um tratamento, surge o protocolo transexualizador. Publicado pelo Ministério da Saúde em 2008, ele tem o objetivo de regulamentar o atendimento médico que o Estado oferece às pessoas trans. Dessa forma, um indivíduo que se identifica com gênero oposto ao

23 Isso ocorre frequentemente quando uma pessoa não se submete por razões diversas à cirurgia de redesignação genital, a despeito dos enunciados 42 e 43 da I Jornada de Direito da Saúde que orientam juízes a permitirem a alteração de nome e sexo nos documentos mesmo sem a realização da cirurgia.

designado no nascimento deve passar por, pelo menos, dois anos de atendimento psicológico para que um profissional possa atestar por meio de um laudo que sua ou seu paciente é de fato transexual.

Este é apenas um de tantos outros laudos que quem é Trans deve conquistar para conseguir ser atendida pelo Estado no intuito de conseguir a cirurgia de redesignação genital feminina; A masculina ainda está em fase experimental no Brasil - capaz de trazer a suposta "cura do transexualismo". Além do psicológico, também é necessário um laudo da assistência social - que comprove que socialmente a pessoa em questão já é admitida em seu círculo social com o gênero que reivindica- outro de um psiquiatra -que comprove que, fora o "transexualismo", a pessoa não sofre de nenhum outro tipo de doença mental-, e mais um endocrinológico -atestando que a mulher trans que pretende conseguir a cirurgia pelo SUS esteja se hormonizando regularmente, há, no mínimo, dois anos.

Atualmente no Brasil, apenas cinco hospitais realizam a cirurgia de redesignação genital: o Hospital das Clínicas de Porto Alegre (RS), o Hospital das Clínicas de São Paulo (SP), o Hospital das Clínicas de Goiânia (GO), o Hospital das Clínicas de Recife (PE) e o Hospital Mário Covas em Santo André (SP). No Rio de Janeiro, o HUPE -Hospital Universitário Pedro Ernesto fazia a cirurgia, no entanto, devido ao excesso de pacientes e incapacidade de atender a todos, eles não realizam mais operações. Isso porque há apenas um médico responsável pelo procedimento, o Urologista Eloísio Alexandro, bastante conhecido no país com vários cursos nessa área. A paralisação das cirurgias torna-se mais grave quando se verifica os valores do procedimento oferecido na rede privada que gira em torno de R\$ 50 mil.

No caso do HUPE, a nova legislação fez com que a procura pelo procedimento aumentasse exponencialmente, tendo em média dez cirurgias realizadas por ano, o HUPE não recebe mais inscrições para interessados no procedimento desde agosto de 2011, na tentativa de reduzir a fila.

É inegável a importância da portaria para as pessoas Transvestigeneres - Transexuais, Travestis e Transgêros - no campo do reconhecimento, mas vale ressaltar que a mesma ocorreu sem o devido investimento ou qualquer preparo prévio e necessário para a qualificação de profissionais, obtenção de equipamentos etc, por conseguinte, reflete uma realidade complexa na relação entre a política pública e a implementação da mesma, ao criar uma grande expectativa que foram frustradas pelos resultados estarem aquém do esperado. Isso porque eles - a equipe responsável pelo processo no HUPE, que seriam os Burocratas Implementadores - estão na ponta de um sistema inexistente, que é intermediado pelo IEDE que avaliam e autorizam a iniciação do processo transexualizador, sem haver o menor cuidado e atenção para os pacientes, além dos funcionários serem membros de uma das partes mais complexas deste sistema.

Entre outros problemas estruturais deve-se destacar que o atendimento é feito no ambulatório de reconstrução genital do Departamento de Urologia, mostrando a

inexistência de um setor próprio, onde uma vez por semana, são atendidos diversos tipos de pacientes -naturais do estado e fora- com questões bastante específicas que vão além da transexualidade, tornando explícita a necessidade de políticas voltadas para área da saúde para essa parcela da população, além da valorização e preparação dos profissionais que atuam ou irão atuar na mesma.

Outro aspecto problemático é a dificuldade em ocorrer eventos, congressos acadêmicos que elucidem essas questões, compartilhar experiências e novidades sobre a transexualidade, além da falta de interesse para médicos de diversas áreas se especializarem, como dito antes neste artigo, a ausência de matérias na faculdade e estímulos durante a formação ou um curso de reciclagem para atualização torna esta situação em uma questão de sorte ou azar - ou efeito roleta russa- em que achar um profissional que saiba lidar com a questão antes da (pessoa) paciente trans sofra algum tipo de discriminação ou com o despreparo do profissional de saúde sejam bastante elevadas, uma das soluções imediatas seriam incentivos externos, como uma bolsa de estudos; O que nem sempre significa como resultado final: Profissionais capacitados.

Se porventura, haja um aumento de profissionais para a criação de outros polos, assim desafogando os existentes, não quer dizer os problemas estejam extintos, como visto na teoria do Street-level Bureaucracy e na Produção da Indiferença Social traz como perspectiva central os dilemas individuais do funcionários que trabalham diariamente com as políticas em seu nível operacional, ao lidar diretamente com o público dessas políticas e também com os conflitos que ocorrem concomitantemente com essa interação, segundo Lipsky, o ponto crucial desta relação está no poder que este funcionário possui ao garantir - ou não - em nome do Estado, bem-estar social ou controle social.

Não é raro ouvir histórias de mau-atendimento e outros tipos de desentendimentos envolvendo médicos e outros burocratas implementadores de outras áreas -professores, policiais etc. Isso porque além capacitação destes profissionais deve-se levar em consideração as crenças pessoais e outras complexidades individuais deste burocrata que diversas vezes se vê em conflito -em um dilema- para lidar com seu trabalho, além das cobranças das instituições pelas quais trabalham - uma vez que estão no último nível de execução destas políticas e carregam consigo grandes responsabilidades sobre o êxito destas -, quanto pelos cidadãos alvo dessas políticas - uma vez que representam uma das principais interfaces do Estado.

No entanto, não é impossível reduzir esses conflitos seja criando órgãos fiscalizadores ou mais espaço para que o assunto, no caso da diversidade de gênero e sexualidade que são tidos como delicados, seja discutido e desfeitos mitos e preconceitos para evitar a “Síndrome do Braço quebrado Trans”, traduzido literalmente do inglês: *Trans Broken Arm Syndrome*, onde profissionais de saúde assumem que todas as questões médicas são o resultado de uma pessoa ser trans.

Tudo - desde problemas psiquiátricos a, isso mesmo, uma fratura no braço.

Quando na verdade, não no caso de uma simples gripe, mas de transtornos como ansiedade, depressão, entre outros que estão cada vez mais comuns em nossa sociedade - e são muito comuns entre as pessoas LGBTQ+. Não são causados diretamente pela transexualidade, mas indiretamente, pelo fato de uma pessoa ser trans, como exposto neste artigo, traz mais ônus do que é possível imaginar em um primeiro momento, todos os aspectos que vão diretamente -ou indiretamente- contra sua existência são o suficiente para causar gatilhos que levam a desenvolver doenças que muitas vezes culminam na retirada da própria vida, se eles não existissem e houvesse mais suporte e sensibilidade na questão, as chances dessa pessoa desenvolver essas doenças iriam reduzir ou as teria por outras razões como qualquer pessoa cis.

A ironia por trás do processo e Considerações finais

Outro aspecto a ser revisto urgentemente é a lógica “patologizante” do processo que transforma Transvestigeneres em problemas e não cidadãos tornando seus anseios completo absurdo por demandarem uma das cláusulas acordadas no suposto acordo, tratado social feito entre cidadãos e Estado que deve garantir o bem-estar.

O processo, políticas públicas e protocolos institucionais, como visto, apesar de estarem, a priori, em harmonia com os interesses do público alvo, o mesmo quando formulado ignora outros pontos cruciais para garantir a eficiência na execução da política pública, desde da divulgação até apoio em outras instituições existentes para a inclusão ser completa como a mudança do nome, segurança, emprego, documentação etc.

Porventura, na época que a política pública foi implementada, é possível acreditar que se fazia necessária essa leitura equivocada para garantir minimamente, como única forma, a possibilidade de se encaixar socialmente com o seu gênero correto, mas também, acaba de se tornar uma “faca de dois gumes” em que visivelmente foi uma medida em que não teve um estudo pós implementação, mantendo uma estrutura engessada, limitada por não conseguir absorver o público alvo por falta de infraestrutura e profissionais capacitados .

Além disso, o passo a passo do processo é extremamente lento e doloroso por ser engessado, pelo menos até meados de 2013 e oficializado em 2017 a “flexibilização” do processo, tornando desnecessário passar pelo processo transexualizador para alterar os documentos ao entrar com o processo jurídico reduzindo consideravelmente constrangimentos, ainda assim, é demasiadamente lento e sem garantias, o estigma carregado pelo tabu de “mudar de corpo” é reforçado pela Burocracia documental presente desde o nascimento com a certidão de nascimento, porém há uma demanda de grupos na internet que a discussão seja levada as esferas políticas na tentativa

de pleitear a retirada do sexo na certidão de nascimento, seguindo o exemplo do caso canadense em que uma criança recém nascida ao ser registrada, sua certidão consta o termo “Indefinido” sendo assim uma possibilidade de reduzir o controle desta Burocracia Documental, como também um avanço nos direitos de crianças Intersexo.

Mesmo que seja possível destacar quais são os pontos conflitantes e em quais esferas eles se localizam, os mesmos se encontram interligadas e também são diversos e ainda assim ao utilizar o recorte interseccional, ainda traz a sensação de “incompletude” da análise uma vez que não foram citadas com tanta profundidade para não tornar o artigo demasiadamente extenso e sem foco por causa das múltiplas possibilidades de vivências, optando por mostrar as opressões estruturais e pós-materialistas mais comuns, porém ainda ignoradas em diversas literaturas. Outro ponto, é a impossibilidade de acesso aos documentos, boletins de ocorrência, prontuários entre outros por razões éticas e, obviamente, do tempo que a burocracia estipula para o possível acesso, tornando inviável uma análise mais profunda das questões burocráticas e documentais, tornando o artigo demasiadamente teórico e sem sua prova real em que se comprova o viés “criminalizador” de algumas existências .

Apesar disso, os aspectos possíveis trabalhos no artigo correspondem a maneira em que o Estado encontra por leis para reproduzir e reordenar a sociedade. Segundo Das e Poole, com um viés antropológico e político, devem ser compreendidas como práticas marginais, por se encontrarem na margem, onde espaços sociais são utilizados para tais fins, essa relação se torna explícita quando são analisadas políticas públicas que dependem de burocratas para executar e administrar a interação entre o Estado e os usuários - cidadãos. Das e Poole também dão ênfase a necessidade de exceções à regra serem relevantes, isso porque também deve-se levar em consideração que cada pessoa seja trans ou travesti - binário ou não-binário- têm diferentes necessidades, algumas pessoas querem passar pela cirurgia, outras não, assim como a hormonização e isso deve ser respeitado.

É necessário compreender que neste processo o órgão genital é um mero detalhe. A Questão dessa parcela da população é mais complexa e vai além da cirurgia. Deve-se desconstruir a noção binária construída pela religiosidade cristã, apresentada pela Colonialidade, do que é masculino ou feminino para assimilar a não necessidade de definir tudo por gênero e como isso também reflete como uma forma de controle e opressão, assim como políticas educativas para sensibilizar a população e as instituições em relação às violências sofridas diariamente por estas pessoas, como apresentado por Haraway e Berkins.

Pode-se concluir que há muito o que conquistar e esclarecer em relação às questões tratadas neste artigo, porque o mesmo mostra que a questão da Tranvestigeneridade é tão delicada por colocar em xeque diversos preceitos tidos como naturais e imutáveis que estão à séculos em vigor como verdades absolutas com ajuda de diversas áreas de conhecimento como a biologia, história e linguagem que reforçam uma lógica patriarcal, permitir que esses valores se dissolvam, demonstra

uma redução de poder considerável de Aparelhos ideológicos e Repressivos para controlar as vivências e quem somos, além de re-discutir razões pelas quais é tão difícil arrumar uma solução ao longo prazo para diversas questões como antigamente quando os movimentos sociais identitários, pós-materialistas começaram a surgir, quando não havia tanta consciência de interseccionalidade e estava sendo criado espaço para que isso seja discutido, apesar de ser inadmissível e paradoxal que haja pessoas tendo atendimento médico e outros direitos básicos negados, enquanto a constituição -brasileira- diz que o Estado tem que garantir à todos os seus cidadãos uma vida digna em todas as etapas de sua existência, fisicamente, psicologicamente, econômica e social independente de sua sexualidade, gênero, credo ou cor.

Destarte, a intenção deste artigo também foi para ocupar o espaço de uma análise pré-eliminar de políticas públicas e outras questões institucionais referentes à esta população, uma vez que é curiosamente incomodo a escassez de artigos sobre o assunto em determinadas áreas acadêmicas, pode-se acreditar que seja pela atualidade do assunto, porém o movimento LGBTQ+ existe, como força política que conhecemos hoje, pelo menos o movimento nacional, desde o final dos anos 80, é no mínimo de se estranhar a falta de aprofundamento de alguns assuntos que soam mais urgentes para a sobrevivência desses grupos minoritários.

Em suma, este artigo foi escrito com a intenção de mostrar alguns pontos do ” lado “oculto” da Burocracia por trás das políticas públicas que flertam com políticas criminais – biopoder e tanatopolítica - mostrando e elucidando os males do senso comum e vícios entorno da militância, aliados e dos burocratas implementadores, Estado como entidade flutuante e maquiavélica e dos atores envolvidos que usufruem da política pública, conclui-se que ainda há muito o que destrinchar e compreender dessa fenomenologia Burocrática e Estatal.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização de transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil**. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, n 14, p.380-407, Dossier n. 2, agosto de 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (Homo Sacer – Il Potere Sovrano e la nuda vita).

_____. **Estado de Exceção**, trd. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004 (Stato di Eccezione).

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DMS-V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Tradução Maria Inês Correa Nascimento. Porto Alegre: ARTMED, 2014.

ARÁN, Márcia; Murta, Daniela; Lionço, Tatiana. **Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva**, vol.14, nº.4. Rio de Janeiro. Jul/Ago. 2009.

- BARBOSA, Gustavo Batista, **A Sociedade Contra o Estado: A Antropologia de Pierre Clastres**. Revista de Antropologia. Vol.47. No.2 São Paulo. 2004
- BERKINS, Lohana (2000), **O Direito Absoluto Sobre os Nossos Corpos**. Revista América Livre, em 18 dez 2000, Edição digital.
- BUTLER, Judith. **Marcos de Guerra: las vidas lloradas**. 2010, pg. 13)
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- BRASIL. Ministério da Saúde, **Caderno de Atenção Básica** nº 26, p. 80. Brasília/DF: 2009
- BYINGTON, Elisa. **O Estado de Exceção: Entrevista com Giorgio Agambem**, in Carta Capital, de 31/03/2004, pp. 76-78.
- CLASTRES, Pierre. **Society Against The State**. Urizen Books, Nova Iorque. 1997
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CUNHA, Maria Clementina. **Hospício a céu aberto**. Revista de História: A Revista de História da Biblioteca Nacional.
- DAS, VEENA; Poole, Deborah (Eds.) **Anthropology in the Margins of the State**. 330 p., Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **“Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos**. Mana, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-68, Apr. 2013 23 June 2017.
- FERNANDES, Estevão Rafael. **Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte**. Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 257-294.
- FOUCAULT, Michel. **La Volonté de savoir**, 1976.
- FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. In: Cadernos de campo, São Paulo, 2006.
- HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. in *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. (org, Tomaz Tadeu). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.
- HERZFELD, Michael. **The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy**. New York: Berg. 1991.
- INDIAN COUNTRY MEDIA NETWORK. **Dois espíritos, um coração, cinco gêneros**. <https://indiancountrymedianetwork.com/news/opinions/two-spirits-one-heart-five-genders/>. Acesso em 20 de novembro de 2016
- LIPSKY, Michael. **Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services**. Russell Sage Foundation, New York, 1980.
- _____. **Toward a Theory of Street-level Bureaucracy**, in W. Hawley & M. Lipsky (eds) *Theoretical Perspectives on Urban Politics*, Eaglewood Cliffs, NJ, Prentice Hall, 1976.

LOTTA, Gabriela. S.. **Estilos de Implementação: ampliando o olhar para análise de políticas públicas**. In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008, Salvador. Anais do 3o Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008

LOTTA, Gabriela S. & PAVEZ, Thais. **Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais**. In. Congresso LASA, São Paulo, 2009.

PRADO, S. Moutinho.(2016). **Corpo e Expressão: A masculinidade enquanto linguagem e técnica corporal**.

PRECIADO,Paul. **Manifesto Contrasexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil da análise histórica**. Educação e Realidade, v.16, n2, jul/dez. 1990, p.5-22

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. In: Sociedade Estado, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, 2006.

YOUNG, I. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, 67, 2006.

YOUTUBE.**Entrevista com a ex-chacrete, Travesti e Negra. Weluma** <https://www.youtube.com/watch?v=3kiVou2FHik>. Acesso em 20 de novembro de 2016

SEXUALIDADES E TRAMAS NARRATIVAS, UM MERGULHO COM ARTISTA LEONILSON

Data de aceite: 17/03/2020

Data de submissão: 28/11/2019

Karlene da Silva Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Fortaleza - Ceará
<http://lattes.cnpq.br/1240644178554595>

Juliana Silva Chagas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Fortaleza - Ceará
<http://lattes.cnpq.br/6562463621141731>

RESUMO: O respectivo trabalho traz, a partir de uma abordagem socioantropológica, histórica e política, as narrativas presentes na obra do artista plástico Leonilson, pintor, desenhista e escultor, que nasceu em Fortaleza, no Ceará, e habitou no mundo. Suas obras autobiográficas atravessam a temporalidade, por consequência de sua história pessoal, assim como perpassa questões sociais de agora e da década de 80 e 90 de forma mais pontual. Os símbolos presentes em seus trabalhos abordam temas sobre sexualidade, suas inspirações produzem obras que possuem relação direta, subjetiva e coletiva com sua homoafetividade e a doença causadora de sua morte, a AIDS. O que o artista visual desenvolveu conta sua trajetória, que se entrelaça com a de outras pessoas, remetem a

profundidades e tramas do ser no mundo e seus (des)afetos. Pensar sua arte é pensar em uma não linearidade temporal, por se fazer atual, os quadros, bordados, esculturas e áudios narram histórias e vivências de preconceito, negação e dor. Leonilson foi um indivíduo crítico sobre o seu tempo e o seu lugar, mostrava de forma artística as tensões existentes em produzir arte, amar garotos, ter medo de repressão e violência e ser portador de uma doença estigmatizadora. **PALAVRAS-CHAVE:** autobiografia; arte; homossexualidade; narrativa; sexualidade.

SEXUALITIES AND NARRATIVE WEARS, A DIVE WITH ARTIST LEONILSON

ABSTRACT: This work bring, from a socio anthropological, historical and political approach narratives present in the work of the artist Leonilson, painter, draftsman and sculptor, who was born in Fortaleza city, state of Ceará, and lived around the world. His autobiographical work cross the times, as a consequence of his personal history, permeating current and the 80's and 90's – in a more specific way – social issues. The present symbols in his work address themes about sexuality, his inspirations produce works that have direct, subjective and collective relationship with his homosexuality and the disease that caused his death: AIDS. What the visual artist developed tells us about

his trajectory and other people's, they intertwine and refer to depths and plots of being in the world and his (dis)affections. Thinking of his art is thinking of a temporal non-linearity, by making itself present, pictures, embroidery, sculptures and audios tell us stories and experiences of prejudice, negation and pain. Leonilson was a critical individual about his time and place, artistically showing the tensions in art production, loving kids, being afraid of repression, violence and being a stigmatizing disease carrier.

KEYWORDS: autobiography; art; homosexuality; narrative; sexuality.

1 | RASTROS E ARTE

A ideia desse artigo surgiu em 2015 em uma disciplina da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, intitulada “Narrativas, grafias e trajetórias”, na qual foi proposto, ao final, um trabalho pensando as tramas dos indivíduos, da história e da cidade. O desafio lançado se sucedeu em um processo antropológico de estranhamento, reconhecimento e familiarização constantes, até hoje, sobre obra e vida do cearense José Leonilson Bezerra Dias. Dois anos antes, em 2013, houve a exposição de arte “Leonilson *Inflamável*” no Museu de Arte Contemporânea do Ceará – MAC, em Fortaleza, que precedentemente ajudou a mergulhar nas obras e na vida do artista. Em 2017, outra exposição, no Espaço Cultural Unifor, na Universidade de Fortaleza, denominada “Leonilson: arquivo e memória vivos”, possibilitou dar impulso à elaboração conjunta desse trabalho, que conta não apenas do sujeito que escreve, pinta e desenha, mas de tudo que o toca ao redor.

Esse campo de estudo se encontra nas exposições visitadas, nos vídeos assistidos e, principalmente, nos relatos e nos rastros dos bordados e quadros do autor. “Com o oceano inteiro para nadar”, um curta de 20 minutos, de 1997, produzido para uma exposição, com emaranhados das suas obras de arte e de seus escritos, todos com cunho “autobiográfico” (KOFES, 2004), levando de reencontro a Leonilson, com quem já tínhamos quatro anos antes nos encontrado, através da exposição *Inflamável*, no MAC, que mostrava sua “trajetória” (KOFES, 2004), através de seus bordados, pinturas, quadros, diários, escritos, rastros, linhas e signos.

Pode-se dizer que essa experiência de trabalho foi etnográfica, com participação e observação feitas a partir de exposições visitadas e vídeos assistidos, além de uma oficina que levou a pensar como artista, resultando num caderno criado de modo artesanal que trazia nomes e frases autobiográficas e sem ordem preestabelecida, uma escrita como um rastro (GAGNEBIN, 2006), característica nas formas artísticas de José Leonilson.

2 | “O INFLAMÁVEL”

As obras de Lèò, como o chamavam seus/suas amigos(as), sempre remeteram às profundidades e tramas do ser no mundo. São de um tempo, mas atravessam a temporalidade, por estarem sempre presentes. Ele afirma: “Por ser cearense, eu sou

meio cigano, nômade, andarilho. Desloco-me geograficamente com muita facilidade no Brasil ou em qualquer outro lugar”, frase vista na primeira exposição visitada., que nos leva ao seu encontro e ao mesmo tempo nos desloca. Buscar entendimento das obras do autor não é simplesmente “analisar pegadas, rastros, fezes (animais ou humanas), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinzas de cigarro; (...), é analisar escrita ou discursos. A distinção entre natureza (inanimada ou viva) e cultura é fundamental [...]” (GINZBURG, 1989, p. 171). Porém todos os rastros deixados servem para contar algo, a natureza não deixa de caminhar junto à cultura. O que é o artista senão aquele que mistura os elementos, cria a partir de seu meio ambiente.

Fundem-se as imagens mentais idealizadas pelo artista, suas expectativas e conjecturas, fazendo emergir obras que são inundadas de teor histórico, político, poético. A partir de sua forma de viver e de ver as coisas no mundo, em conjunto a interação da sua produção, tecem-se malhas de várias maneiras de se produzir arte, e, portanto, espacialidades, *corpus*, por meio de escritos, bordados, esculturas, imagens que têm a potência de deslocar o espectador de um lugar no tempo e no espaço, com seus antigos e novos enfrentamentos sobre as identidades subalternizadas. Trata-se de movimentar-se dentro da imaginação criadora de Derrida (1995, p. 19), em que o ato artístico provoca “uma ruptura e um caminho no *interior* do mundo (...), pois se trata de uma saída para fora do mundo, em direção a um lugar que nem é um *não-lugar* nem um *outro mundo*, nem uma utopia nem um *álibi*”. Trata-se de uma justaposição de vivências, que suscitam tanto sobrevivência como criatividade, como pressupostos da arte autobiográfica de Leonilson, relacionando vida/arte e gênero.

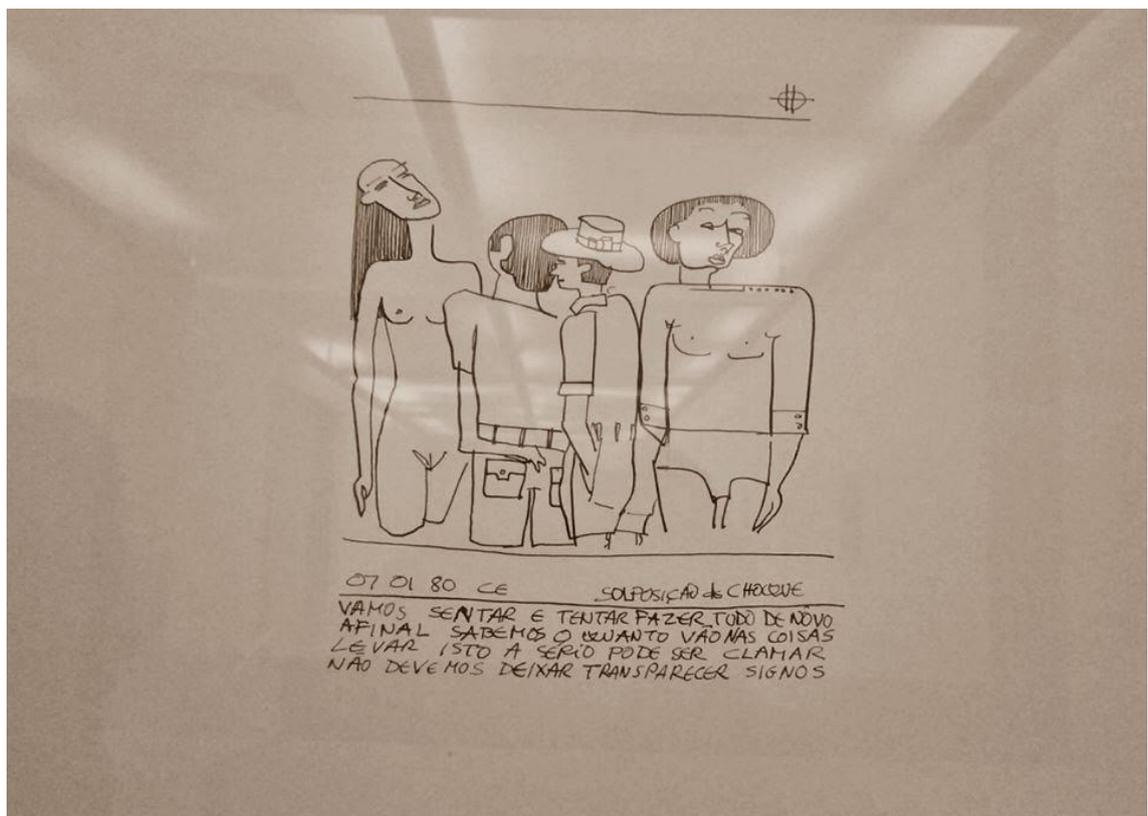


Figura 1: fotografia de obra da exposição “Leonilson Inflamável”.

Na imagem acima, fotografia tirada por Karlene na ocasião da exposição intitulada “Leonilson Inflamável”, de 2013, instalada no MAC, a memória nos remete à época em que o regime político brasileiro era a ditadura militar, em que havia muita repressão política e social. Era 7 de janeiro de 1980, Lèo desenha homens e mulheres (na verdade, indivíduos andróginos) escondendo uma das mãos e escreve: “suposição de choques vamos sentar e tentar fazer tudo de novo afinal sabemos o quanto vão nas coisas! levar isto a sério pode ser clamar Não devemos deixar transparecer signos.(Lèo)”. É época também em que a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) causada pelo vírus do HIV se torna conhecida e é considerada naquela década como a “peste gay”, estigmatizando as pessoas homossexuais nas décadas seguintes, ainda. A arte de Lèo, assim, nos remete a uma memória, é uma forma de inscrição, de escrita, na qual “(...) a linguagem oral, a escrita se relaciona essencialmente com o fluxo narrativo que constitui nossas histórias, nossas memórias, nossa tradição e nossa identidade” (GAGNEBIN, 2006, p. 111).

Suas palavras, seus bordados e suas pinturas dão conta de marcadores que não podem ser expostos de forma direta. Existe medo da censura - tanto por parte da sociedade como das instituições governamentais - da época, porém elas precisam extravasar, carecem de jorrar, exprimindo com delicadeza sem perder o caráter de denúncia e de intervenção, uma vez que os corpos sócio históricos e políticos se entrelaçam: histórias, jogos sociais, ambientes, coisas, *poiesis*, medos, enfrentamentos, formas de vida inúmeras se atravessam e se afetam reciprocamente e repetidamente, formando um “parlamento de fios”, como os bordados de Lèo, que foram costurados fio a fio, atravessando nossas peles, *incorporando-se* às nossas subjetividades, conforme nos explica Tim Ingold:

Assim concebida, a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas. (INGOLD, 2007b, p. 5 *apud* INGOLD, 2012, p. 29).

3 | INSCREVE-SE, ESCRIVE-SE E REGISTRA-SE

A biografia (...) pode relevar, inflexões, diferença e, portanto, alteridade. Desta perspectiva, biografia e etnografia compartilham a possibilidade de mostrar a presença de estrangimentos sistêmicos e, simultaneamente, as suas fraturas. Portanto, a insuficiência das explicações sistêmicas. (KOFES, 2004, p. 15-16).

O vídeo intitulado “Com o oceano inteiro para nadar”, de 1997, disponível na plataforma de *internet Youtube*, financiado pela Prefeitura do Rio de Janeiro (um dos

lugares onde o artista morou), é uma trama de narrativas e afetos sobre Lèo, feito de forma a se tornar consideravelmente autobiográfica, uma vez que privilegia sua fala, por meio de uma montagem feita com registros de áudios-diários do artista (gravados entre 1990 e 1993 em fita cassete) articulada com imagens suas e das suas obras, tendo ao fundo a música *Cherish* (composição original de Madonna e Patrick Leonard) regravada pelo cantor brasileiro Renato Russo naquele período. Aqui, assinalamos as várias vidas que foram ceifadas por conta da AIDS, que foi o caso dos dois, Lèo e Renato, e de tantos outros naquelas décadas, entre 1980 e 1990, momento em que ser gay era sinônimo de praga e doença, bem mais que hoje em dia. Segundo Jeffrey Weeks (2001, p. 37), a AIDS no imaginário social da década de 1980 era colocada como um efeito do excesso sexual e o vírus era uma vingança da natureza contra aqueles que transgrediram os corpos e seus “limites”, e esse estigma existiu na década de 1990, mesmo sendo descobertas as formas de transmissão do vírus.

Em Leonilson, a relação com o seu trabalho é puramente afetiva, é um ponto de escape e de encontro, é onde ele se sente bem, pode se colocar e ser esse homem livre e puro do qual ele fala, deixando seus rastros, sua marca, mostrando seu coração, como ele diz: “Sou Eu”.

Eu queria juntar palavras e fazer frases. As palavras que eu junto nos trabalhos, elas são palavras amorosas. Eu escrevo pra dedicar pra eles, pros caras que eu amo e nunca vou deixar de amar.

(...) Toda vez que eu escrevo frases apaixonadas, eu quero escrever um livro (...) essa escrita ia ser uma autobiografia (...) parece que só existe eu, mas eu me preocupo bastante com as pessoas. Eu acho que quando eu tento fazer alguma coisa, quando eu faço um desenho, quando eu faço uma pintura, eu quero passar um pouco dessa minha curiosidade sobre o mundo pras pessoas, para que elas sejam mais curiosas.

(...) Eu me sinto mesmo é atraído por uns caras, eu fico louco por eles, eu só não faço o que eu tenho vontade, porque eu tenho medo, sabe...ser gay hoje em dia é a mesma coisa que ser judeu na segunda guerra mundial, o próximo pode ser você, a praga tá aí, pronta pra te pegar (...). (LEONILSON, [entre 1990 e 1993], *apud* COM, 1997).

Esse medo de Lèo aos 33 anos, na verdade, o deixa cheio de vida, e ele diz em um dos seus áudios da década de 1990: “homem peixe, sabe, homem peixe com um oceano inteirinho pronto para eu nadar” (LEONILSON, 1990, *apud* COM, 1997). E cita a música que está sendo tocada enquanto fala, da Madonna, conta que foi de lá que tirou essa ideia de homem peixe, com o oceano inteiro para nadar, um “citacionismo”, como ele se refere a esse fazer autobiográfico. O homem peixe poderia funcionar como a identidade unificada, pois aglomera e se reorganiza em como se vê, como se sente e como passa pelo mundo, fazendo de si mesmo uma experiência, um corpo não humano, já que o corpo humano que era reservado para si, que era esperado para si, um corpo heteronormativo, não o cabia.

Em suas obras, demonstra e realiza a necessidade de transbordar-se em novo corpo, como em um surrealismo aplicado a certa estética da corporeidade. Ao estilo

do que aponta James Clifford (1998, p. 133), em que se “valoriza fragmentos, coleções curiosas, inesperadas justaposições - que funciona para provocar a manifestação de realidades extraordinárias com base nos domínios do erótico, do exótico e do inconsciente”, Lèo coleciona pedaços de si mesmo e de outros com quem compartilhou a experiência da vida, justapondo elementos que fora encontrando por suas passagens nos diversos espaços por onde nadou.

Sexta-feira, 1º de março de 1991, seu aniversário de 34 anos, ele faz o trabalho “Saído de mim”. O homem peixe prossegue se articulando e promovendo sua arte crítica, segue tecendo seu corpo peixe que não é fogado pelas agendas comercialistas da arte contemporânea da época. Nesse sentido, reitera-se que “a política é feita com palavras, imagens, maneiras de ocupar os espaços, com escansões do tempo. É uma maneira de criar algo como uma cena comum ou um mundo comum” (RANCIÈRE, 2005 *apud* ‘NÃO HÁ MAIS ACORDO...’, 2017). Nessa obra, Lèo conta o sonho que teve à noite e cantarola uma música, mostra sua felicidade em conseguir fazer um desenho, o seu trabalho, e sua frustração com o mercado da arte:

é cada dia mais difícil de veicular esse trabalho, eu odeio fazer lobby, eu odeio cheiro de colônia, eu odeio o mercado de arte, das galerias, tudo (...) é tão horrível lidar com isso, eu sei o que eu quero, mas eu sei que não quero lidar com essas pessoas (...) eu quero é fazer meus trabalhos em paz mesmo(...) o que adianta você ficar famoso e seu trabalho ser uma merda(...) Eu quero que meus trabalhos me levem a mim (...) eu não posso fazer trabalhos fáceis se minha vida é difícil (...). (LEONILSON, 1991, *apud* COM, 1997).

Nos áudios, Lèo fala de uma guerra que começou, provavelmente tenha sido a do tratamento que começara a fazer por causa da doença. “(...) a maneira pela qual as crises pessoais de um indivíduo complexo refletem as tensões de uma época, e como as soluções pessoais do conflito fazem eco, se apropriam ou se impregnam às transformações da cultura” (PRIORE, 2009, p. 11). Leonilson é indivíduo crítico de sua época e do contexto do mundo de trabalho em que vivia, mostrava suas tensões em produzir e criar arte de forma apaixonada, mas havia a dificuldade em lidar com o mercado artístico no período em que estava doente, como também com a homofobia, que o levava a ter cuidado de expor seus amantes ou seus namorados, pelo medo de repressão já presente, o medo da violência e da doença, o temor de sofrer e que sofrera. Sua performatividade de gênero, apesar de diferir da norma heteronormativa, acaba por reiterar a existência prévia dessa norma, na medida em que se opõe até certo ponto a ela, sem que seja possível destruí-la.

Dada a incessante reafirmação dos padrões de gênero e de orientação sexual dispostos no domínio do social, quais sejam, coercitivos e violentos, Judith Butler (2001, p. 170) afirma que “embora esse constrangimento constitutivo não impeça a possibilidade da agência, ele localiza, sim, a agência como uma prática reiterativa ou rearticulatória imanente ao poder e não como uma relação de oposição externa ao poder”. Sendo assim, o que há em Leonilson é, a priori, uma negociação entre

a materialidade do corpo e da sexualidade, entendendo seu caráter impositivo, aliando-o com uma maneira de contrariar a hegemonia dessa agência a partir do rearranjo praticado em corpo “desmaterializado”, uma vez que não se adequa às regras previamente internalizadas por meio da socialização institucionalizante, ainda mais reafirmando sua existência nesse processo, como também seu direito a ser desmaterializado e não comportado nesse “paradoxo da subjetivação” (BUTLER, 2001, p. 170). Assim, Lèo segue amiúde recompondo-se na forma desencaixada de homem peixe, que escorregadio prossegue sempre em ânsia de andar, de viajar, de ser cigano e de dedicar seus trabalhos para alguém, senão a vida não tem sentido, em uma “viagem entre identidades diversas e a possibilidade de visitar a intimidade dos outros” (COUTO, 2011, p. 24), a sua própria intimidade nos outros.

4 | FICÇÃO, VERDADE E TRAUMAS

Lèo nasceu em 1957 e morreu em 1993, poucos anos depois de ter se descoberto soropositivo. Suas obras mostram essas mudanças em sua jornada, se nos anos 80, conseguimos enxergar referências àquele período de repressão, na década de 90, percebemos maior dedicação aos sentimentos e aos conflitos internos da sua própria vida, que já era reflexo de seus percursos e de sua relação com a doença que o lembrava constantemente da efemeridade da vida.

O narrador, artista plástico e visual Leonilson transgredir em suas criações de variadas formas. Quando pensamos, por exemplo, na ideia do bordado: ele o insere em telas de pano com palavras e desenhos nada simétricos. Algo que é tão seu pelo reconhecimento de seu regionalismo, de ter aprendido bordado e costura com a mãe e com a irmã mais velha, de ter mobilizado nas suas obras um fazer tão característico do lugar onde nasceu, e ao mesmo tempo algo que não lhe é comum socialmente, no sentido que culturalmente o bordado era e ainda é enxergado como um ofício feminino e de avós. Nesse transgredir do bordado artístico, que é legitimado pelas galerias de arte, Lèo fortalece uma memória que estava e está se perdendo, além de questionar um modelo de masculinidade vigente, rearticulando-a em masculinidades plurais.

Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. (ARTIÈRES, 1998, p. 3).

Lèo usa de imagens de arte para se autobiografar. Para pôr seu coração à exposição do mundo. Se a literatura é ficção do real, todo tipo de arte também o é, na medida em que possa ser essencialmente interpretações do mundo. A produção de uma verdade já não existe mais. E nem foi a isso que se propôs Leonilson, notadamente a uma aproximação da vida pela arte e da arte como forma de vida, uma espécie de metalinguagem de seus próprios consciente e inconsciente, à procura de mergulhos

cada vez mais profundos, fazendo jorrar um embaralhamento de feituradas e tessituras, que podemos identificar como uma maneira de *iconoclash*, sabendo-se que

Iconoclasmo é quando sabemos o que está acontecendo no ato de quebrar e quais são as motivações para o que se apresenta como um claro projeto de destruição; *iconoclash*, por outro lado, é quando não se sabe, quando se hesita, quando se é perturbado por uma ação para a qual não há maneira de saber, sem uma investigação maior, se é destrutiva ou construtiva. (LATOUR, 2008, p. 112-13).

Já que não se propõe a disputar nem produzir exatidão, mas inundar e provocar sensações ambíguas, que de forma poética subvertem as normas sociais, delatam preconceitos, visibilizam performances de gênero para além dos marcadores heteronormativos, enfim, possibilitam a corporeidade de um homem peixe que transita, habitante do mundo.

Nesse sentido, este trabalho é um ponto cruz de significados, um bordado entre a arte de Lèo e nossas interpretações sobre ela, cruzadas de maneira rápida com a textura adicional que a antropologia nos fornece nesse caminho. Ao nos propormos fazer tal exercício, precisamos dar um mergulho não muito raso nesse oceano de Lèo. Experimentamos virar mulheres peixe e nadar, num mar de afetos, em outro tempo e em outras memórias que não as nossas, e também transitar por esse universo, elaborando percepções socioantropológicas, bem como produzindo possibilidades de compreensão do outro a partir dessa experiência.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRIES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista de Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Cap. 6. p. 151-172.

CLIFFORD, James. Sobre o surrealismo etnográfico. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COM o oceano inteiro para nadar. Direção de Karen Harley. [S. l.]: Mix Nyc: Lesbian And Gay Experimental Film And Video Festival, 1997. (20 min.), color. Biographical portrait of the Brazilian artist Leonilson before he died of AIDS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0cbQcSMXKOc>>. Acesso em: 01 maio 2013.

COUTO, Mia. Línguas que não sabemos que sabíamos. In: **E se Obama fosse africano? E outras interinvenções**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. (Debates). Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 18, n. 37, p.25-44, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832012000100002>.

KOFES, Suely. Os papéis de Aspern: anotações para um debate. Histórias de vida, biografias e trajetórias. **Cadernos do IFCH**, v. 31, p. 5-16, 2004.

LATOUR, Bruno. O que é *iconoclash*? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? *In: Horizontes Antropológicos*, Ano 14, n. 29, 2008.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO CEARÁ. **Leonilson Inflamável.** Fortaleza: [s. n.], 11 de junho a 09 de setembro de 2013, Museu de Arte Contemporânea do Ceará, 2013.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.

PROJETO LEONILSON. **Leonilson: arquivo e memória vivos.** Fortaleza: [s.n.], 14 de março a 09 de julho de 2017, Espaço Cultural Unifor, 2017.

NÃO há mais acordo entre arte e espectadores', afirma Jacques Rancière. **O Estadão**, São Paulo, 11 mar. 2017. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,nao-ha-mais-acordo-entre-arte-e-espectadores-afirma-jacques-ranciere,70001693710>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: Pedagogias da sexualidade.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Cap. 2. p. 35-82.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro- Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX” - <https://www.fclar.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/estudos-da-sexualidade/apresentacao>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 83, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194

Autobiografia 186, 190, 192

B

Bio-Tanatopolítica 152, 157

C

Câmara dos Deputados 89, 94, 112, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 177

Cidadania 16, 22, 23, 24, 25, 46, 47, 63, 92, 132, 133, 135, 138, 145, 158

Cultura 4, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 65, 68, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 117, 137, 148, 153, 160, 170, 171, 188, 191, 195

D

Direito à cidade 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138

E

Educação 7, 9, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 38, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 77, 82, 95, 97, 98, 99, 111, 127, 131, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 185, 195

Educação Especial 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150

F

Fé 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 184

Feminismo 67, 68, 77, 79, 85, 99, 169, 172, 184

G

Gênero 1, 4, 6, 8, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 91, 97, 98, 99, 116, 130, 136, 137, 138, 139, 147, 153, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 191, 193

Georg Simmel 67, 68

H

História 3, 4, 12, 14, 28, 35, 36, 37, 47, 56, 64, 66, 71, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 100, 101, 104, 105, 110, 111, 117, 133, 138, 157, 158, 162, 171, 174, 175, 182, 184, 186, 187, 194, 195

HIV/Aids 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36

Homossexualidade 161, 162, 169, 186

I

Inclusão 13, 30, 63, 65, 93, 117, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 154, 157, 159, 165, 169, 181

Invisibilidade 1, 35, 83, 138

J

Judith Butler 67, 68, 191

L

Literatura pós-colonial 79, 84

Lutas feministas 129, 133

M

Mães 79, 80, 82, 83, 86, 88

Masculinidade hegemônica 20, 67, 70, 73, 75, 76

Morro da Conceição 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

Movimentos Sociais 98, 132, 137, 138, 152, 165, 175, 183, 185

Mulher 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 22, 25, 32, 33, 51, 52, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 91, 92, 93, 95, 97, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 160, 162, 163, 164, 170, 171, 172, 174, 179

Mulheres na cidade 129, 130, 133, 135

N

Narrativa 163, 173, 186

Necropolítica 152

P

Poder Legislativo 112, 127

Prisão 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 41, 42, 43, 113, 163

R

Representação política 90, 93, 94, 97, 99, 112, 116, 128, 185

Representação política de minorias 112

S

Sala de Recursos 140, 146, 150

Sexualidade 22, 35, 36, 37, 77, 157, 160, 167, 169, 171, 172, 174, 176, 180, 183, 186, 192, 193, 194, 195

Sorodiferença 28, 29, 31, 32

T

Teoria Queer 67, 68, 71

Territorialização Perversa 38

Trânsito 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26

Transvestigeneres 152, 169, 172, 176, 179, 181

U

Uso de Drogas 38, 39

V

Violência 1, 7, 10, 11, 15, 22, 23, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 52, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 87, 97, 134, 135, 137, 139, 153, 159, 163, 166, 186, 191

Violência de gênero(s) 52, 67, 68, 69, 73, 75

 **Atena**
Editora

2 0 2 0